

CADERNO DE
POLÍTICAS
PÚBLICAS

FEDERAIS E ESTADUAIS

Um guia para um Brasil
seguro, próspero e livre

NOVO
A GENTE RESPEITA O BRASIL

 INSTITUTO
Libertas

CADERNO DE
POLÍTICAS
PÚBLICAS

FEDERAIS E ESTADUAIS

Um guia para um Brasil
seguro, próspero e livre

Versão 1.04 (16.01.2026)

Equipe do Projeto



Instituto Libertas

Diretor-presidente
Tiago Mitraud

Diretor-executivo
Diego Luz

Líder de Políticas Públicas
Vitor Beux

Equipe de Políticas Públicas
João Pedro Borges
Rafael Mendonça

Projeto Gráfico e Diagramação
Júlia Magalhães
Marcos Matheus

Revisão
Murilo Basso

Diretório Nacional

Presidente
Eduardo Ribeiro

Vice-presidente
Alfredo Fuentes

Secretário administrativo
Evandro Negrão

Secretário de Finanças
João Caetano Magalhães

Secretário de Assuntos
Institucionais e Legais
Fábio Ostermann

Secretário Adjunto
Tiago Mitraud

Coordenadores-gerais

Carlos Da Costa
Christian Lohbauer
Tiago Mitraud

O Instituto Libertas é a instituição partidária do NOVO dedicada à formação de lideranças políticas e à transformação da gestão pública brasileira. Preparamos candidatos competitivos e apoiamos mandatários na execução de gestões de excelência.

Formação – Capacitamos lideranças políticas com conhecimento sobre gestão pública, políticas públicas baseadas em evidências e estratégias eleitorais por meio de cursos e treinamentos especializados.

Execução – Oferecemos suporte técnico completo para que candidatos vençam eleições e mandatários exerçam mandatos e gestões transformadoras.

Seleção – Identificamos e selecionamos candidatos e profissionais qualificados para disputar eleições ou trabalhar nas campanhas e mandatos de políticos do NOVO.

Agradecimentos



Agradecemos a todos que contribuíram para a elaboração deste Caderno de Políticas Públicas Federais e Estaduais. Durante o desenvolvimento do projeto, foram consultados mais de 150 especialistas, que contribuíram com sua experiência, conhecimento e visão sobre os temas abordados, entre os quais estão:

Adalberto Febeliano
Adriano Gianturco
Adriano Paranalba
Adriano Pires
Alberto Pfeifer
Alexandre Schwartzman
Alexandre Uehara
Ana Carolina Dal Ben
André Marsiglia
André Portela
André Soutelino
Arlete Nese
Armando Castelar Pinheiro
Ary Rocco Jr.
Associação De Olho No Material Escolar
Bruno Ziller
Carlos Alexandre Da Costa
Carlos Pereira
Carolina Ricardo
Charles McNaughton
Christian Lohbauer
Clarissa Lins
Cláudio Frischtak
Clóvis Alberto Bertolini de Pinho
Cristiane Schmidt
Cristiano Carvalho
Daniel Cerqueira
Diego Zancan Bonomo
Eduardo Amorim
Eliezé Bulhões
Elizabeth Jucá
Eugênio Mendes
Fábio Ramazzini Bechara
Fabio Teizo
Felipe VieiraFelipe Vieira
Fernando Veloso
Francisco Medeiros
Frederico Papatella
Giovanna Ubida
Guilherme Gassenferth

Gunther Rudzit
Gustavo Frohlich
Hello Secco
Henrique Lago da Silveira
Henrique Meirelles
Ingo Plöger
Instituto C - Criança, Cuidado, Cidadão
Instituto Novas Ideias para Segurança Pública
Isaias Coelho
Jerson Kelman
João Abreu
João Emílio Gonçalves
João Felipe Rodrigues Lanza
João Henrique Martins
João Paulo Alcântara
João Renato Abreu
João Victor Archegas
José Teófilo Oliveira
Júlio Nery
Laura Abreu
Laura Müller Machado
Leandro Consentino
Leandro Mazzei
Leonardo Novo
Leandro Piquet Carneiro
Leonardo Regazzini
Leonardo Sultani
Luana Siewert Pretto
Lucas Ferraz
Luciana Yeung
Lucelmo Lacerda
Luis Sobral
Luiz Felipe D'Avila
Luiz Felipe Costamilan
Luiz Angelo Coutinho Gonçalves
Magno Karl
Matheus Biancardine
Marco Antonio Jorge
Marcos Jank

Marcos Lisboa
Maria Carolina Gontijo
Mário Sérgio Salerno
Mariana Aldrigui
Marina Helena
Maurício Pessoa
Miriam Wimmer
Núcleo de Urbanismo Social e Segurança Pública (Insper)
Paulo Almeida
Paulo Guerra
Paulo Meyer
Paulo Uebel
Pedro Bruno Barros de Souza
Pedro Sczufca
Pedro Sena
Pery Shikida
Rafael Erthal
Rafaela Guedes
Renato Capanema
Renato Mazzola
Respício Espírito Santo
Ricardo Paes de Barros
Roberto Troncon
Rogério Greco
Rodrigo Soares
Samanta Pineda
Samuel Pessoa
Sérgio Guerra
Sergio Lazzarini
Sérgio Pataca
Tetsu Koike
Victor Carvalho Pinto
Vinicius Botelho
Wagner Lenhart
Wagner Silva de Araujo
Yago Vasconcelos

As análises e propostas contidas neste documento representam exclusivamente a visão do Instituto Libertas e, portanto, não retratam, necessariamente, a opinião dos especialistas consultados.

Carta ao Leitor



O Brasil enfrenta desafios que exigem respostas concretas. A violência, especialmente a promovida pelo crime organizado, domina nossas cidades, o orçamento das famílias já não é suficiente para fechar o mês, pois os preços não param de subir, os serviços públicos essenciais não funcionam e mesmo assim a máquina pública consome mais de 1/3 de tudo produzido no país.

A corrupção voltou a ser notícia cotidiana nos jornais, o país segue na 107ª posição entre 180 países no Índice de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional. Não é exagero dizer que desde a lava-jato o Brasil viveu uma "década perdida" no combate à corrupção. Além disso, o povo brasileiro se sente refém do autoritarismo do governo, dia-a-dia vê sua liberdade de expressão ser violada enquanto o governo, o judiciário e o legislativo deterioram as instituições para perseguir opositores políticos e se blindam de investigações e críticas.

A verdade é que o brasileiro hoje vive com medo. Medo de não voltar para casa. Medo de sua família perder a vida. Medo de não ter dinheiro para morar de forma digna, comer três refeições por dia. Medo de perder a vida na fila do SUS. Medo de criticar o governo que vem entregando pouco. Medo de dizer o que pensa.

É diante desse cenário que o Partido Novo se apresenta como alternativa. Onde governamos, demonstramos que é possível fazer diferente: combater duramente o crime, reduzir homicídios e neutralizar o crime organizado no território, gerar emprego, renda e desenvolvimento, cortar privilégios no setor público, combater a corrupção e melhorar a entrega dos serviços públicos.

O NOVO mostrou que é honesto, sabe entregar resultados e cuidar do cidadão. Nas eleições de 2026 precisamos aumentar nosso impacto, passar a moldar as decisões do Congresso Nacional com base nessa visão e, porque não, ocupar o Planalto. Estamos comprometidos com a missão de libertar o povo brasileiro desse sistema.

Para isso, como braço educacional e formulador de políticas públicas do NOVO, o Instituto Libertas desenvolveu este Caderno de Políticas Públicas Federais e Estaduais objetivando apoiar candidatos a deputado federal e estadual, senador e governador, oferecendo propostas técnicas, fundamentadas e viáveis para suas campanhas e mandatos.

Aqui não estão soluções mágicas, mas um conjunto robusto de políticas públicas, alinhadas aos princípios do NOVO, que já se mostraram eficazes no Brasil ou no mundo. E reiteramos que as teses e ideias aqui presentes retratam o que compilamos a partir de trocas com especialistas, mandatários e gestores públicos, além de revisão bibliográfica. De modo algum se pretende que o documento esgote as visões e possíveis soluções para os complexos problemas do Brasil.

O intuito é que este seja um documento vivo, que promova o debate constante e possa agregar diferentes visões a respeito das soluções propostas. Deixamos ele à disposição, como um repositório de conhecimento e permanecemos abertos a contribuições e sugestões para seguir aprimorando este material.

Metodologia de Construção do Caderno



A construção deste Caderno de Políticas Públicas Federais e Estaduais se deu por meio da realização de entrevistas com mais de 150 especialistas em todas as áreas de atuação do Estado brasileiro, ao longo de um ano. Esse grupo inclui acadêmicos, gestores públicos, membros de organizações especializadas do terceiro setor, políticos e secretários e servidores de governos estaduais e municipais e da União. Concomitantemente, foram feitas pesquisas em publicações acadêmicas, relatórios de centros de pesquisa nacionais e internacionais e documentos publicados pelo Governo Federal.

A partir desse processo foram estruturados os diagnósticos acerca dos principais desafios a serem superados pelo Brasil em cada área e, sob a luz dos princípios do NOVO, as propostas que serão levadas adiante para a construção de um país mais seguro, próspero e livre.

O Caderno de Políticas Públicas Federais e Estaduais do Instituto Libertas segue em processo constante de expansão e aprimoramento, visando servir como referência para debates, formulações e ações em políticas públicas.

[Sugestões e contribuições podem ser enviadas por meio do formulário, clicando aqui.](#)



Organização dos Capítulos



As análises e propostas apresentadas neste documento foram organizadas em 17 áreas, definidos a partir de grandes eixos de políticas públicas nacionais e segmentados por uma distribuição ideal de atribuições ministeriais no Governo Federal. O conteúdo de cada um dos capítulos está organizado da seguinte forma:

Introdução:

Apresenta a visão do NOVO sobre o papel do Estado e as diretrizes que orientam o conjunto de políticas públicas proposto, servindo como base conceitual para os temas, objetivos e metas que seguem.

Temas:

Descrição mais detalhada de cada eixo específico do capítulo, apresentando o contexto atual com dados e evidências que revelem os principais desafios do país e orientem a construção de uma visão de futuro sobre onde o Brasil deve chegar.

Visões para o futuro do Brasil:

Resultados esperados se os objetivos definidos forem atingidos por meio da implementação das propostas descritas no Caderno.

Objetivos:

Objetivos nacionais a serem buscados para elevar o desempenho do país em cada tema do capítulo, delineando de forma prática quais transformações estruturais se pretende alcançar. Cada objetivo parte de uma breve contextualização do problema e descreve as estratégias centrais que devem guiar as políticas públicas e propostas para atingir resultados relevantes para o desenvolvimento nacional.

Propostas:

Conjunto de ações específicas e políticas públicas a serem executadas para alcançar os objetivos estabelecidos.

Princípios do NOVO

Liberdade individual e respeito ao próximo



Uma sociedade diversa como a do Brasil só pode viver em harmonia se os cidadãos tiverem o direito de conduzir sua vida e buscar a felicidade à sua maneira. Acreditamos na essência da liberdade individual em todas as dimensões, considerando o indivíduo responsável por suas escolhas. A liberdade é indissociável da responsabilidade de agir com integridade e respeito às leis, preservando a harmonia e a convivência pacífica.

Livre mercado e direito à propriedade



Defendemos o livre mercado e o respeito à propriedade privada com mínima intervenção do Estado na economia, facilitando a vida de quem trabalha e produz e estimulando o empreendedorismo, a inovação, a livre concorrência e a prosperidade no Brasil. A livre iniciativa é o verdadeiro agente de mudança, o caminho para a humanidade resolver problemas, satisfazer seus desejos e realizar todo o seu potencial.

Império da lei e democracia



Temos compromisso com o Estado Democrático de Direito, garantindo que todos sejam iguais perante a lei, independentemente de sua origem, cargo, posição social ou poder econômico, assegurando justiça e confiança para os brasileiros. A justiça imparcial, a segurança jurídica e a separação de poderes devem garantir que todos, mesmo os mais poderosos, estejam submetidos à lei.

Estado enxuto, eficiente e a serviço das pessoas



Os brasileiros não aguentam mais carregar em seus ombros um Estado inchado e ineficiente. É preciso reduzir a máquina pública e promover um intenso corte de gastos dos três Poderes, para que os governos possam focar no essencial: saúde, educação e segurança. Defendemos a descentralização do poder e maior autonomia das cidades e estados, para que os governos possam estar sempre a serviço da população, e não se perpetuando como um fim em si mesmo.

Combate à corrupção e aos privilégios



Defendemos o corte radical de regalias e mordomias concedidas a políticos, funcionários públicos, grupos de pressão e empresas com conexões com o poder, assim como a implementação de mecanismos de integridade, máxima transparência e profissionalismo na gestão pública. A democracia brasileira não pode se tornar uma ditadura de minorias organizadas que conquistam privilégios pagos pela maioria da população. As ações do Estado devem beneficiar todos e não somente aqueles que dominam o poder.

Oportunidades ao alcance de todos



A promoção de oportunidades é fundamental para uma cidadania plena, indo além da mera ausência de restrições estatais. Garantir acesso a direitos básicos, como educação, saúde e segurança, permite aos indivíduos exercer sua liberdade de forma completa e legítima, numa sociedade meritocrática e dinâmica. Acreditamos que o melhor programa social é o emprego, e o aumento de sua oferta se dá com um ambiente de plena segurança jurídica, econômica e fiscal.

Sumário

Agradecimentos	4	Saúde	173
Carta ao Leitor	5	Saúde Básica e Prevenção	177
Metodologia de Construção do Caderno	6	Atendimento Especializado e Alta Complexidade	182
Organização dos Capítulos	7	Formação e Atuação de Profissionais de Saúde	186
Princípios do NOVO	8	Regulação e Vigilância Sanitária	188
Sumário	10	Saúde Mental	193
Segurança Pública	13	Educação	197
Crime Organizado	16	Primeira Infância	200
Sistema Jurídico e Penal	20	Educação Básica	204
Reforço das Forças de Segurança	22	Educação Profissional e Tecnológica	215
Violência Contra Mulheres, Crianças e Idosos	28	Educação Superior	218
Desenvolvimento Econômico	33	Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações	223
Empreendedorismo	37	Pesquisa & Desenvolvimento (P&D)	226
Capital Humano	41	Inovação e Economia do Futuro	230
Integração Comercial	46	Telecomunicações	234
Segurança Jurídica	50	Infraestrutura	237
Turismo	52	Transporte Rodoviário	240
Finanças Públicas	57	Transporte Ferroviário	243
Política Econômica	61	Transporte Aquaviário	246
Dívida Pública	66	Transporte Aéreo	248
Sistema Tributário	69	Saneamento Básico	250
Seguridade Social	73	Atração de Investimentos em Infraestrutura	252
Privatizações	77	Agronegócio	259
Despesas com Pessoal	80	Produtividade e Inovação	261
Política Externa	83	Seguro e Crédito Rural	266
Estratégia Internacional	86	Logística e Armazenamento	267
Organismos Internacionais	88	Defesa da Propriedade Rural	270
América Latina e Mercosul	90	Defensivos Agrícolas	272
Relações com o Mundo	93	Exportações	274
Refugiados e Imigrantes	98	Pesca e Aquicultura	276
Gestão Pública e Eficiência no Governo	101	Minas e Energia	279
Gestão para Resultados	104	Energia Elétrica	282
Gestão de Pessoas	108	Transição Energética	285
Estrutura Organizacional do Estado	112	Mineração	288
Parcerias Público-Privadas	115	Óleo e Gás	292
Governo Digital	119	Meio Ambiente	295
Reforma Política e Institucional	123	Bioeconomia e Sustentabilidade	299
Combate ao Autoritarismo e Abuso de Poder	126	Conservação e Licenciamento Ambiental	301
Sistema e Financiamento Eleitoral	129	Resíduos Sólidos, Logística Reversa e Reciclagem	305
Sistema Político e Pacto Federativo	131	Adaptação e Resiliência Climática	308
Transparência, Fiscalização e Prevenção à Corrupção	135	Liberdades Individuais	311
Fiscalização e Prevenção à Corrupção	138	Liberdade de Expressão	314
Combate a Privilégios	142	Liberdade de Foro Privado	316
Transparência	146	Direito à Propriedade Privada	318
Desenvolvimento Social e Cidadania	151	Direito à Autodefesa	320
Programas de Transferência de Renda e Inclusão Produtiva	154	Liberdade para Trabalhar	322
Pessoas em Situação de Rua e Usuários de Drogas	158	Defesa e Segurança Nacional	325
Habitação	162	Forças Armadas	328
Proteção a Idosos e Pessoas com Deficiência	164	Inteligência	330
Esporte	166	Conclusão	333
Cultura	169	Sugestões e Comentários	334



Segurança Pública

A **segurança pública** segue sendo a principal preocupação dos brasileiros¹, e, ao observar os dados, constata-se que isso tem motivo. O Brasil chegou a contabilizar mais de um milhão de homicídios em um período de 20 anos, com números de violência que superam a guerra na Síria². Atualmente, são mais de 40 mil homicídios por ano no Brasil³. Considerando que cerca de 4.800 dos 5.571 municípios do país têm menos de 40 mil habitantes, mata-se a população de um município inteiro por ano no país. Em relação aos crimes patrimoniais, entre 2023 e 2024 foram registrados 937 mil roubos de celular (107 por hora), atingindo 1 em cada 10 brasileiros⁴, e os golpes por telefone e redes sociais vão se expandindo cada vez mais⁵.

Além disso, o Brasil caminha a passos largos para se tornar um narcoestado. São mais de 88 facções atuando hoje no país, e mais de 26% da população habita em áreas dominadas por facções e milícias⁶. A situação é tão calamitosa que é de conhecimento público que organizações criminosas já financiam a formação acadêmica de jovens para que se tornem juízes e passem a utilizar a justiça em favor do crime organizado⁷.

Enquanto as facções expandem seu controle sobre o Estado e espalham o medo pelo território nacional, a política criminal e o sistema Judiciário brasileiro se mostram pouco eficazes no combate ao crime, contribuindo para o aumento da sensação de insegurança nas ruas. As forças de segurança se esforçam para prover o policiamento ostensivo e capturar criminosos, mas as leis do país frequentemente permitem que os detidos retornem às ruas sem qualquer punição. É fundamental, portanto, eliminar o crime organizado e reformar o sistema criminal, prisional e policial, sob uma lógica de tolerância zero com o crime, para entregar segurança aos brasileiros, que querem trabalhar e viver em tranquilidade com suas famílias.

Para avançar essa agenda, serão abordadas propostas relacionadas às temáticas de **Crime Organizado, Sistema Jurídico e Penal, Reforço do Policiamento e Violência Contra a Mulher, Crianças e Idosos**.

¹<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2025/04/02/violencia-e-a-maior-preocupacao-dos-brasileiros-aponta-pesquisa-genialquaest.htm>

²<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-10/brasil-tem-mais-mortes-violentas-do-que-siria-em-guerra-mostra>

³<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/05/atlas-da-violencia-2025-registra-menor-taxa-de-homicidios-no-brasil-em-11-anos>

⁴https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/quase-10-dos-brasileiros-tiveram-celular-roubado-ou-furtado-em-um-ano-diz-datafolha/?utm_source=chatgpt.com

⁵<https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/02/12/crime-organizado-lucra-mais-com-combustivel-e-bebidas-do-que-com- trafico-de-cocaina-aponta-estudo.ghtml>

⁶<https://aglobo.globo.com/brasil/noticia/2025/08/22/territorio-do-crime-brasil-tem-26percent-da-populacao-vivendo-sob-regras-de-faccoes-maior-indice-na-america-latina.ghtml>

⁷<https://www.band.com.br/noticias/jornal-da-band/ultimas/pcc-investe-na-formacao-de-candidatos-de-concursos-para-juizes-e-promotores-16611725>

Papel dos entes:

Na segurança pública, o Governo Federal atua como coordenador nacional, definindo diretrizes gerais, integrando dados pelo Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e mantendo forças federais especializadas (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Força Nacional) para crimes de maior complexidade. Também gerencia sistemas de inteligência, articula cooperação internacional contra tráfico e contrabando, coordena o sistema penitenciário federal, financia ações estaduais via Fundo Nacional de Segurança Pública e propõe reformas legais, já que a legislação penal é de competência federal. Seu papel é definir padrões, integrar esforços e apoiar estados, garantindo previsibilidade e respeito às liberdades individuais.

Os estados têm o papel de transformar as diretrizes em ações concretas. Eles são responsáveis por gerir as Polícias Militar e Civil, definir estratégias de policiamento ostensivo e investigação, modernizar equipamentos, estruturar centros estaduais de inteligência e direcionar efetivos para áreas críticas. São os estados que administram o sistema prisional local, integram ações com municípios e com a União e têm a responsabilidade de entregar resultados claros para a população, como redução da criminalidade e proteção ao cidadão.

Os municípios atuam de forma complementar na segurança pública, voltados principalmente para a prevenção da violência e a proteção da comunidade. Cabe a eles planejar políticas locais de segurança, estruturar e gerenciar Guardas Municipais e investir em iluminação, urbanismo e monitoramento por câmeras.

Visões para o futuro do Brasil:

- **Assegurar que todo brasileiro possa circular nas ruas com segurança, sem medo de roubos ou violência.**
- Proteger a vida de todos, reduzindo os indicadores de homicídios a níveis de países seguros.
- Eliminar a presença de facções criminosas no território brasileiro.
- Garantir que criminosos perigosos permaneçam presos, impedindo o ciclo de prende-e-solta.
- Assegurar que o crime organizado não tenha fonte de financiamento no território nacional.
- Assegurar que a Justiça seja rápida e previsível, com julgamentos ocorrendo em tempo adequado.
- Garantir um sistema prisional capaz de punir, neutralizar e, se possível, ressocializar.
- Garantir que as polícias tenham autonomia, tecnologia e condições para proteger o cidadão com eficiência.
- Garantir que as vítimas de crimes recebam apoio imediato, digno e eficaz do Estado.
- Garantir que nenhuma mulher viva sob ameaça ou violência dentro de casa ou na rua.



Crime Organizado:

O Brasil vive hoje uma guerra não declarada contra as organizações criminosas, que atuam com capacidade militar, financeira e tecnológica superior à de muitos estados. Estudos apontam que 26% da população brasileira vivem sob o domínio territorial de alguma das 88 organizações criminosas que atuam no país.¹

O avanço dessas facções transformou o crime organizado em um dos maiores desafios à soberania nacional. Já não se trata apenas de uma questão de segurança pública, mas de uma ameaça direta à integridade do Estado brasileiro e ao futuro do país. As facções expandiram seus negócios, infiltrando-se em instituições públicas, lavando dinheiro em empresas legalmente constituídas e controlando comunidades inteiras, impondo suas próprias regras e sistemas de poder paralelo.

Enfrentar o crime organizado é, portanto, uma questão de defesa nacional e de viabilidade do Brasil enquanto nação no curto, médio e longo prazo. Isso requer uma ação coordenada, firme e integrada entre União, estados e municípios para restabelecer a autoridade do Estado e a paz social no território brasileiro.

Objetivo 1:

Endurecer as leis, desarticular as cadeias financeiras e neutralizar as atuação das lideranças nos presídios

É preciso que o Estado brasileiro encare o enfrentamento às organizações criminosas como uma guerra, o que requer ações em diversas frentes. Do ponto de vista legal, está claro que a legislação brasileira não pune nem limita de forma efetiva as facções, facilitando a soltura de criminosos. Pior ainda é o fato de que as facções têm presença no Legislativo e em órgãos públicos, formando profissionais para se infiltrarem no Estado e advogados para defendê-las². Além disso, as organizações criminosas já dominam há décadas os presídios brasileiros, que se tornaram escolas e quartéis-generais do crime. Estima-se que, no estado de São Paulo, 70% de todos os presos sejam associados ao Primeiro Comando da Capital (PCC).³

Além disso, o tráfico de drogas representa menos de 10% da receita das organizações criminosas.

¹<https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2025/08/22/territorio-do-crime-brasil-tem-26percent-da-populacao-vivendo-sob-regras-de-faccoes-maior-indice-na-america-latina.ghtml>

²<https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/pcc-forma-advogados-e-tenta-se-infiltrar-no-judiciario-e-no-ministerio-publico>

³https://www.estadao.com.br/brasil/novo-mapa-revela-pcc-cv-e-mais-70-faccoes-nos-presidios-veja-quem-atua-em-cada-estado/?srsltid=AfmBOorPUrzTwpc1vUruGe7yx3cuEBTXI89AuRivNLhk1rO_PKIoBRde

A maior parte, que ultrapassa R\$300 bilhões ao ano, vem de atividades como o roubo e revenda de celulares, crimes virtuais, comércio ilegal de combustíveis, bebidas e cigarros e da exploração ilegal de ouro¹. Ao mesmo tempo em que a criminalidade cresce nas ruas brasileiras, os golpes em meios digitais superaram a marca de 2 milhões de casos em 2024², tornando-se uma das principais fontes de receita das organizações criminosas, que possuem cada vez maior poder financeiro. Nesse contexto, a Operação Carbono Oculto, que atacou o braço financeiro do PCC através de fintechs que operavam na Faria Lima, centro financeiro do país, reforçou que o enfrentamento às facções deve se dar em múltiplas frentes: na legislação, nas ruas, nos sistemas e mecanismos de inteligência e dentro das prisões.

Propostas

- Criar um novo tipo penal equiparando o tratamento jurídico do crime de controle territorial ao do crime de terrorismo.
- Construir novos presídios de segurança máxima em território nacional, com padrão operacional semelhante ao CECOT de El Salvador, para isolar lideranças de facções, romper a comunicação com o crime organizado e garantir controle total do Estado sobre detentos de alta periculosidade.
- Aumentar penas, eliminar visitas íntimas, saidinha e dificultar a progressão de pena para faccionados.
- Incluir no crime de homicídio uma qualificadora para casos em que o crime é cometido a mando de uma organização criminosa, elevando o tempo de cumprimento de prisão em regime fechado.
- Revisar regras de uso da força por agentes de segurança em casos de legítima defesa, aumentando a segurança jurídica para policiais neutralizarem indivíduos armados.
- Eliminar o julgamento por meio de Tribunal do Júri para crimes de homicídio praticados por faccionados, dado que as organizações criminosas controlam os territórios e coagem a população.
- Conferir o mesmo tratamento dado a faccionados aos agentes públicos que coadunam com as facções, trabalhando diretamente ou facilitando suas ações no território nacional.
- Isolar faccionados de presos comuns nas prisões e levar lideranças para presídios de segurança máxima, limitando a comunicação entre membros de facções.
- Reforçar o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) e mecanismos de combate à lavagem de dinheiro, monitorando transações financeiras de empresas e organizações associadas às facções criminosas.
- Intensificar a fiscalização sobre intermediários que receptam e revendem celulares, computadores e fios de cobre, como foi feito com sucesso com os desmanches de veículos em São Paulo.¹

¹https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=4540805https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_

Objetivo 2:

Recuperar o controle do Estado sobre os territórios dominados por organizações criminosas

Boa parte do território de diversas capitais brasileiras está sob controle ou disputa armada de facções. Nessas localidades, as organizações criminosas obrigam os moradores das regiões dominadas a pagar taxas de proteção e a consumir produtos e serviços providos por eles, como gás de cozinha e internet, e forçam estabelecimentos locais a pagar taxas para manutenção das atividades comerciais. Em cidades como o Rio de Janeiro e Salvador, são implementadas táticas de guerrilha urbana, como o uso de barricadas, para impedir o livre fluxo de cidadãos e o acesso das forças de segurança aos locais controlados. E, no interior do Brasil, têm se fortalecido fenômenos como o novo cangaço, que leva terror a pequenas cidades, com operações de roubo a bancos usando armas de guerra e fazendo a população de refém.

O Estado Brasileiro precisa agir rapidamente para recuperar seu controle sobre essas regiões, sendo essa uma questão de garantia da ordem institucional do país e soberania nacional. O avanço das facções leva à perda de vidas, impactos econômicos graves, devastação ambiental e conflitos diplomáticos que descredibilizam o Brasil internacionalmente e colocam em risco nossas relações com parceiros internacionais fundamentais para nosso desenvolvimento socioeconômico. Isso envolve a condução de operações armadas, a manutenção de estruturas de pacificação e a oferta de oportunidades para desenvolvimento das famílias que, por omissão do Estado, vivem sob o arbítrio do crime.

Propostas

- Coordenar operações entre polícias estaduais, federal e Forças Armadas para retomar áreas dominadas por facções, prender criminosos e líderes, remover barricadas e apreender armas e drogas, inclusive com fornecimento de equipamentos, veículos blindados e inteligência.
- Manter forças de segurança no território retomado por meio da instalação de bases permanentes, assegurando presença contínua do Estado, consolidando a pacificação e impedindo o retorno do crime organizado às áreas recuperadas, de modo a permitir que a população retome uma vida normal.
- Priorizar a entrada imediata de serviços públicos como educação, saúde, saneamento e assistência social após a retomada do território.

Objetivo 3:

Assumir protagonismo regional no combate ao crime transnacional

Por sua grandeza territorial e econômica, que lhe dá força na agenda geopolítica da América do Sul, o Brasil tem a obrigação de assumir uma posição de liderança no enfrentamento regional ao crime organizado. Hoje, no Centro-Sul brasileiro, o crime organizado transformou a infraestrutura rodoviária próxima das fronteiras secas com Bolívia e Paraguai em rotas logísticas do contrabando e do tráfico internacional. O Porto de Santos, sozinho, já é responsável por grande parte da cocaína enviada da América do Sul à Europa¹. Na Bacia Amazônica, os rios foram tomados por facções, que usam as hidrovias nacionais como corredores de exportação de drogas². A perda do controle sobre a Amazônia tem ainda impactos ambientais, com o avanço de grileiros associados a facções invadindo e desmatando terras da Amazônia Legal. Dessa forma, é fundamental que o Brasil articule alianças e se coloque como liderança continental no enfrentamento ao crime que gera riscos à sua soberania nacional.

Propostas

- Coordenar ações com governos dos países vizinhos para impedir o fluxo de produtos contrabandeados e o uso do Brasil como rota do tráfico internacional, promovendo o compartilhamento de informações e a articulação de estratégias conjuntas.
- Intensificar fiscalização e operações com dados e tecnologia na Bacia Amazônica, fronteiras secas do Centro-Sul e nos portos e aeroportos brasileiros.

¹ <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2024/04/07/porto-de-santos-pcc-usa-navios-para-enviar-60percent-da-cocaina-trafficada-do-brasil-a-europa-calcula-mp.ghtml>

² <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2025/02/02/conheca-os-dez-rios-de-cocaina-usados-por-faccoes-criminosas-no-amazonas.ghtml>



Sistema Jurídico e Penal:

O brasileiro tem a percepção de que a lei não está ao lado do cidadão nem contribui para o enfrentamento à criminalidade no país. A quantidade de crimes praticados só é possível porque se instituiu no Brasil a lógica do “prende e solta”, em que bandidos capturados são liberados e retornam já no dia seguinte às ruas para cometer mais crimes. Hoje, cerca de 4 em cada 10 criminosos pegos pelas forças de segurança são liberados após a audiência de custódia¹. E o sistema brasileiro de justiça não só é ineficiente, como também é muito lento: frequentemente, casos de homicídio levam até 10 anos para chegar ao julgamento², e estima-se que cerca de 30% dos presos no Brasil sequer tenham sido julgados³.

A baixa punição, mesmo quando os criminosos são capturados, cria um ambiente de incentivo ao crime, fazendo com que viver na ilegalidade seja financeiramente interessante. Prova disso é o resultado de um estudo conduzido em cadeias do estado de São Paulo, que descobriu que o rendimento médio de um criminoso no estado é cerca de 13 vezes superior à renda média do povo brasileiro⁴. Não há liberdade e prosperidade sem ordem, e não há ordem onde o crime compensa. Portanto, garantir a ordem e a segurança pública é uma prioridade hoje no país.

Objetivo 1:

Revisar o Código Penal (CP), a Lei de Execução Penal (LEP), o Código de Processo Penal (CPP) e regras constitucionais que facilitem o crime

A legislação penal brasileira é uma das principais razões para o colapso da segurança pública. O Código Penal (CP) é desatualizado da realidade do crime brasileiro e desconectado de uma perspectiva moral de repúdio ao crime, prevendo penas brandas para crimes graves e múltiplas brechas para a impunidade. A Lei de Execução Penal funciona como um instrumento de fornecimento de benefícios automáticos, tornando o cumprimento das penas frágil. O Código de Processo Penal dificulta prisões e reduz a efetividade das condenações. E, por fim, interpretações constitucionais ainda têm sido usadas para privilegiar os criminosos em vez de a sociedade. É urgente corrigir todas essas falhas, garantindo que a lei esteja ao lado da justiça e da paz, facilitando o trabalho das polícias e mantendo os criminosos na cadeia e a sociedade protegida

¹<https://www.poder360.com.br/seguranca-publica/4-em-cada-10-presos-sao-soltos-apos-audiencia-de-custodia/>

²<https://oglobo.globo.com/blogs/minas-no-globo/post/2025/04/entrevista-a-causa-da-nossa-alta-taxa-de-homicidio-e-exatamente-a-impunidade-afirma-pesquisadora.ghtml>

³<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c0k4nmd3e2xo>

⁴<https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/33279/23563>

Propostas

- Endurecer as regras da audiência de custódia tornando automática a conversão da prisão em flagrante em preventiva sempre que o criminoso for preso mais de três vezes, determinando que o acusado responda às ações penais em custódia e evitando que criminosos sejam soltos rapidamente e pondo fim ao atual “prende-e-solta” no país.
- Aumentar a autonomia dos estados para definir suas regras de execução penal, de modo que cada unidade federativa estabeleça regras prisionais adequadas à sua realidade.
- Ampliar penas para crimes violentos e hediondos, como homicídio, latrocínio, pedofilia e estupro, aumentando os tempos mínimos e máximos de condenação.
- Garantir a execução da pena após condenação em segunda instância como padrão constitucional.
- Eliminar benefícios automáticos de progressão de pena, condicionando a progressão ao comportamento, ressarcimento dos danos causados à vítima e redução do risco do criminoso à sociedade.
- Garantir acesso a dados sobre monitoramento eletrônico de acusados ou condenados às forças de segurança, sem necessidade de ordem judicial, sendo a ruptura das tornozeleiras motivo de retorno imediato ao sistema prisional.
- Extinguir o auxílio-reclusão, benefício pago pelos cofres públicos a família de condenados durante o cumprimento da pena, que transfere recursos de trabalhadores e incentiva o cometimento de crimes.
- Extinguir as visitas íntimas nos presídios brasileiros.



Objetivo 2:

Fortalecer o sistema prisional e sua capacidade de restaurar danos à sociedade

O sistema prisional brasileiro enfrenta hoje um déficit de mais de 170 mil vagas¹, e grande parte dos presídios enfrenta limitações de capital humano, equipamento e infraestrutura. Esse cenário dificulta a sua capacidade de garantir a devida punição e restauração de danos cometidos pelos criminosos. Além disso, mais de 21% dos egressos do sistema prisional reincidem no primeiro ano em liberdade², e nota-se a intensificação da violência dos detentos e o fortalecimento do seu vínculo com organizações criminosas após o período de aprisionamento. Nesse sentido, é importante que o Estado reforce seus investimentos nos equipamentos prisionais e estructure sistemas de inserção laboral dos presos, reduzindo o custo que eles representam à sociedade e oferecendo um caminho fora do crime por meio do trabalho após o cumprimento da pena.

Propostas

- Criar um programa associado ao Programa de Parcerias para Investimentos (PPI) para apoiar os programas de parcerias dos estados a aumentar o número de presídios e vagas por meio de parcerias com o setor privado, evitando o uso do argumento de falta de vagas para realizar solturas em audiências de custódia e para acelerar a progressão de pena por superlotação.
- Avançar dentro dos governos estaduais programas de concessão da gestão dos presídios à iniciativa privada, com fiscalização do poder público, de modo a garantir eficiência administrativa e financeira das prisões.
- Estruturar programas de incentivo ao trabalho dentro dos presídios junto ao setor produtivo, associando-o às condicionantes de ressarcimento de danos causados às vítimas dos crimes para a progressão de pena.



¹<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-10/deficit-de-vagas-no-sistema-carcerario-do-brasil-passa-de-174-mil>

²<https://www.metropoles.com/distrito-federal/na-mira/sistema-penitenciario-21-dos-egressos-voltam-ao-crime-em-ate-1-ano>

Reforço das Forças de Segurança:

Para garantir a sensação de segurança nas ruas, a capacidade de capturar criminosos e reduzir os incentivos à criminalidade no Brasil, repensar o funcionamento das polícias brasileiras deve ser uma meta dos governos estaduais. O Brasil precisa enfrentar os problemas estruturais das polícias brasileiras, provocados por um modelo de policiamento que não oferece aos agentes de segurança as melhores condições para enfrentar o crime, tanto em termos de processos e sistemas quanto de eficiência e disponibilidade de capital humano. Entre os principais desafios estão a reformulação das carreiras policiais e a adoção do ciclo completo de polícia, ideias que têm sido apoiadas por cada vez mais policiais¹.

Além disso, considerando a intensidade e o nível de sofisticação das organizações criminosas e das atividades ilícitas no Brasil, não é aceitável que as ações de segurança pública se mantenham desarticuladas e baseadas em decisões isoladas. O enfrentamento ao crime exige um Estado capaz de agir com inteligência, eficiência e coordenação nacional. É essencial que o país apoie as forças de segurança com gestão orientada por dados e evidências científicas, modernizando a atuação policial e fortalecendo a cooperação entre União, estados e municípios. O uso de tecnologia, inteligência artificial e integração de informações deve ser visto como condição indispensável para que a segurança pública brasileira se torne mais preventiva, ágil e eficaz na proteção da vida e do cidadão.

Objetivo 1:

Estruturar as ações de segurança pública a nível nacional com base em dados

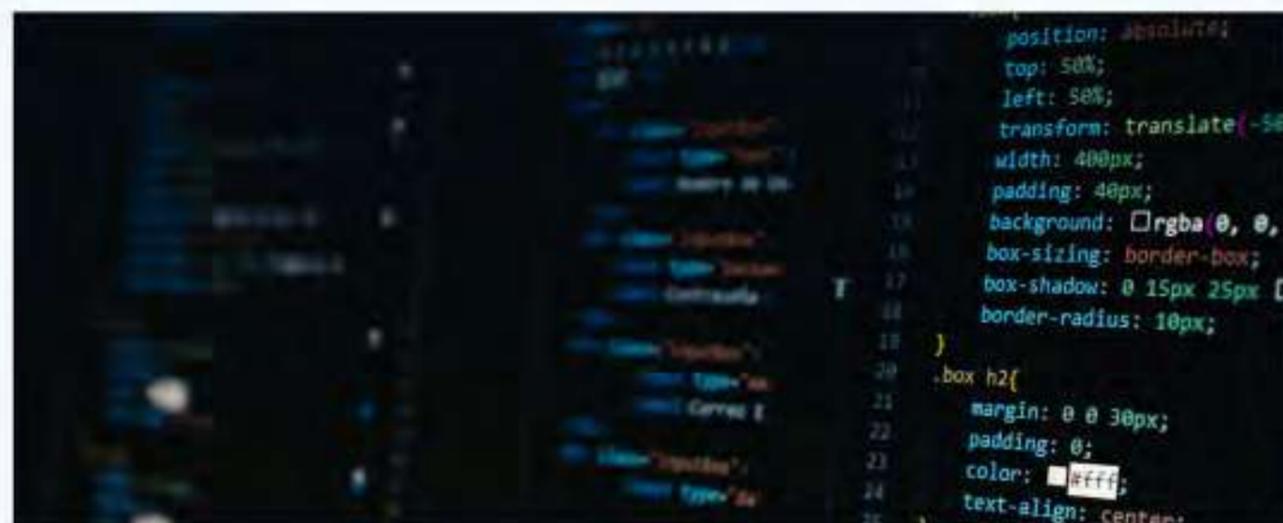
Em um país com a extensão territorial e a complexidade dos desafios da segurança no Brasil, é uma falha grave a falta de coordenação nacional das ações a partir de sistemas avançados de dados e inteligência em segurança pública. Não há um programa obrigatório de publicação das informações ou plataforma nacional de dados para conectar polícias, Ministérios Públicos, defensorias e o Judiciário. O resultado é a perda de informações valiosas, retrabalho e subnotificação.

¹<https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-militarizacao-cresce-nas-policias-aponta-pesquisa-252729870>

Além disso, as unidades de inteligência que existem nos estados brasileiros atuam de forma pouco integrada e alinhada às melhores práticas internacionais de uso de dados para a segurança pública. Cada estado brasileiro tem seus próprios sistemas e padrões de coleta, armazenamento e análise de dados, sem padronização ou integração de informações. Enquanto o crime organizado trabalha em rede, o Estado o faz isoladamente. Nesse cenário, as informações muitas vezes não chegam a quem está na linha de frente. Frequentemente, policiais têm dificuldade para acessar dados de outros estados e fazer cruzamentos de informações em tempo real para conduzir operações contra criminosos, não raramente tendo que recorrer a canais informais, como o WhatsApp, para pedir ajuda a colegas de outras informações. Por isso, para garantir a melhor atuação possível das corporações brasileiras, é necessário que a União estabeleça diretrizes e apoie os estados na estruturação dos seus sistemas de dados e unidades de inteligência.

Propostas

- Criar um centro nacional de dados de criminalidade, inspirado no modelo americano (National Crime Information Center), para facilitar o trabalho das forças de segurança na identificação de mandados de prisão, registros criminais, veículos e armas roubadas e pessoas desaparecidas.
- Estruturar órgãos que atuem como centros de coordenação que reúnem informações de diversas fontes para combater ameaças como terrorismo e crimes como os fusion centers americanos, com o objetivo de tornar os dados acessíveis e interoperáveis a todas as forças de segurança
- Padronizar a nível nacional os modelos de dados coletados entre as corporações e os diferentes estados e incentivá-los a seguir o mesmo padrão.



Objetivo 2:

Ampliar o uso de tecnologia, inteligência artificial e evidências científicas no enfrentamento ao crime

O Brasil precisa adotar de forma mais intensiva as boas práticas internacionais de uso de novas tecnologias para enfrentamento à criminalidade. Cada vez mais, polícias do mundo todo vêm utilizando inteligência artificial (IA) e sistemas de cruzamento de dados para fazer análise preditiva de crimes e aumentar a eficiência do policiamento, e o Brasil não pode ficar para trás. Além disso, é preciso aumentar o uso de evidências científicas em decisões estratégicas de segurança pública, incorporando análises de centros de pesquisa às decisões dos gestores públicos.

Também é fundamental que dados estejam acessíveis, para que o setor privado e o terceiro setor colaborem na melhoria da segurança. A sociedade civil deve ter espaço para colaborar, desenvolvendo políticas a nível local em conjunto com as forças de segurança, e empresas devem ser capazes de se conectar aos sistemas nacionais de segurança pública. Não aproveitar esse potencial instalado é um desperdício de recursos existentes na sociedade.

Propostas

- Incentivar o uso de reconhecimento facial nas câmeras das ruas para identificar criminosos procurados e fugitivos do sistema carcerário.
- Integrar os sistemas de segurança pública estaduais às universidades e aos centros de pesquisa, visando adaptar continuamente as práticas policiais às evidências empíricas.
- Buscar apoio de organizações da sociedade civil para desenvolver ações a nível local com as forças de segurança, usando seus estudos e projetos para aumentar a eficiência das políticas públicas.
- Integrar a iniciativa privada aos sistemas de segurança pública, permitindo que câmeras e sistemas internos de prédios corporativos e shoppings se conectem com bases de dados para identificar criminosos e fugitivos e disparar alarmes nos sistemas de segurança.

Objetivo 3:

Iniciar transição para o modelo de policiamento de ciclo completo para aumentar a eficiência e agilidade das investigações

O Brasil adota um modelo de “meia-polícia” sem paralelo com o mundo desenvolvido, no qual a corporação responsável pelo policiamento ostensivo e pela captura de criminosos nas ruas (Polícia Militar) é diferente da que realiza investigações (Polícia Civil). Por causa disso, os policiais militares precisam gastar centenas de horas de trabalho anualmente em deslocamentos para prestar depoimentos para a Polícia Civil. Nesse processo, até o início das atividades da Polícia Civil, é criado um vácuo operacional que dificulta a coleta de provas e impede a elucidação de crimes e o encaminhamento de casos ao Ministério Público. E como consequência, um número maior de criminosos segue impune, como se vê no fato de que apenas 1 em cada 3 homicídios é solucionado no Brasil¹. Reestruturar esse modelo em conjunto com as polícias, visando a adoção do ciclo completo, deve ser uma prioridade dentro de uma agenda de eficiência da segurança pública.

Propostas

- Avançar com o esforço de que a mesma corporação faça o policiamento ostensivo (prevenção e repressão imediata) e a elucidação de crimes (investigação).
- Em diálogo com as corporações, dividir sua área de atuação prioritária com base em critérios de distribuição geográfica, tamanho de efetivo, complexidade dos crimes e expertise dos profissionais.



¹<https://www.poder360.com.br/seguranca-publica/so-35-dos-homicidios-sao-solucionados-no-brasil-diz-estudo/>

Objetivo 4:

Modernizar o sistema de carreiras e de entrada nas polícias e aumentar sua capacidade operacional

O modelo de gestão de pessoas nas polícias brasileiras precisa passar por uma reestruturação para aumentar sua eficiência. Na Polícia Militar, a hierarquia militarizada que separa as carreiras dos praças das carreiras de oficiais desde o concurso impossibilita a progressão dos melhores praças, que mereceriam ocupar posições mais altas por sua competência e dedicação. Já nas Polícias Civil e Federal, a fragmentação entre carreiras que exigem nível superior não específico, como escrivães, papiloscopistas e agentes, somada à falta de mobilidade, dificulta a alocação dos profissionais nas posições onde suas habilidades e competências pessoais entregam melhores resultados à sociedade. Superar esse desafio é fundamental para gerar ganho de eficiência nas polícias brasileiras. As experiências recentes de entrada única nas carreiras com as Polícias Penais e Rodoviária Federal têm apresentado boas opções e devem ser implementadas em outras corporações.

Além disso, ainda dentro do modelo atual, um desafio é encontrar soluções para garantir que os policiais estejam nas ruas, realizando suas atividades finalísticas de proteção da sociedade, e não em escritórios fazendo tarefas burocráticas. Isso é um problema, na medida em que se estima um déficit de 180 mil PMs em todo o Brasil, tendo havido uma perda de mais de 30 mil policiais militares em uma década no país.¹

Propostas

- Modernizar os concursos públicos da União e dos estados visando selecionar profissionais de acordo com habilidades necessárias à atuação policial em cada corporação.
- Instituir um modelo de entrada única na Polícia Militar e entre cargos com formação superior não específica nas Polícias Civil e Federal, com crescimento na hierarquia de acordo com qualificação e desempenho.
- Estimular o uso de profissionais civis em funções administrativas dentro das polícias, para permitir que os agentes policiais se dediquem às atividades finalísticas das corporações.

¹<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/pms-do-brasil-perderam-30-mil-policiais-em-uma-decada>

Violência Contra Mulheres, Crianças e Idosos:

Em suas diferentes formas, a violência doméstica afeta milhões de pessoas anualmente no Brasil. Somente em relação à violência contra mulheres, o país registrou 1.4 mil feminicídios¹ e mais de 83 mil casos de estupro em 2024². Estima-se que, ao todo, 21,4 milhões de brasileiras tenham sofrido algum tipo de violência em 2024³, sendo 8,9 milhões vítimas de agressão física, sendo os parceiros ou ex-parceiros responsáveis por 70% das agressões⁴. Estudos indicam que jovens que presenciam a violência em casa não apenas sofrem com efeitos negativos em sua saúde, aprendizagem e em sua renda futura⁵, como também têm maior tendência a reproduzir o comportamento agressivo com suas futuras parceiras.⁴

Da mesma forma, a violência contra crianças e adolescentes condena milhões de jovens cidadãos a condições não adequadas de desenvolvimento pessoal, socioemocional e profissional. É responsabilidade do Estado proteger essas vidas, de modo que os jovens brasileiros tenham oportunidades de chegar à vida adulta e alcançar seu pleno potencial, vivendo uma vida plena em busca de seus objetivos.

Por fim, a violência contra idosos no Brasil afeta vidas que deveriam estar sendo amparadas e protegidas pelas famílias. Como as agressões ocorrem frequentemente no próprio ambiente doméstico e são praticadas por pessoas próximas, a denúncia se torna mais difícil, e as consequências vão além das lesões físicas, gerando isolamento social, perda de autonomia e, em situações extremas, a morte.

Enfrentar esse cenário de violência doméstica é mais do que proteger as vítimas: é quebrar um ciclo de violência e destruição de vidas. É, por conseguinte, um dever do Estado para com o futuro de toda a sociedade.

¹ <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/femicidio-quatro-mulheres-sao-assassinadas-por-dia-no-brasil/>

² <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil/brasil-tem-maior-numero-de-estupros-dos-ultimos-cinco-anos/>

³ <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil/brasil-tem-maior-numero-de-estupros-dos-ultimos-cinco-anos/>

⁴ <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2025/03/10/violencia-contra-mulheres-no-brasil-atinge-maior-patamar-desde-2017.htm>

⁵ <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/aer.20160763>

⁶ https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2017/11/violencia_domestica_geracoes_out_17.pdf

Objetivo 1:

Reduzir a subnotificação e reincidência de casos de violência contra a mulher

Para proteger a vida das mulheres, o poder público deve atuar para impedir a reincidência da violência de gênero e para construir um ambiente que não desestimule as mulheres de procurarem proteção nas delegacias após serem vítimas de violência. Mulheres em todo o país deixam de denunciar agressores por medo de não serem acolhidas e tratadas adequadamente, e muitos agressores voltam a praticar atos de violência, escalando o grau de agressividade. Esse cenário coloca em risco a vida de brasileiras, e é papel do Estado garantir um sistema de segurança pública que as proteja.

Propostas

- Expandir as delegacias da mulher, preferencialmente com profissionais femininas e atuação 24h por dia, e capacitar policiais para lidar com casos de violência de gênero.
- Apoiar os estados na estruturação de sistemas de dados para compreender o perfil de vitimização e os padrões de violência (ameaça, agressão física, abuso sexual), conectando as Secretarias de Saúde às Secretarias de Segurança Pública e delegacias.
- Oferecer apoio técnico à expansão das Patrulhas Maria da Penha e das Salas Lilás nas redes de segurança pública e de saúde dos estados e municípios.
- Monitorar agressores com tornozeleiras eletrônicas e obrigá-los a comparecer a sessões de acompanhamento para redução de comportamento violento.
- Endurecer penas e punir já nas primeiras agressões, para evitar escalada de violência.



Objetivo 2:

Criar um ambiente de proteção e apoio à reconstrução da vida de mulheres e crianças vítimas de violência

A violência doméstica é um problema social que não se restringe ao momento das agressões. Mulheres vítimas de violência frequentemente sofrem com os traumas por toda a vida. Em 2017, uma pesquisa da UFC estimou um impacto anual de R\$1 bilhão na economia brasileira provocado por consequência da violência doméstica¹. Diante disso, é essencial que o poder público estruture políticas de apoio e reinserção das vítimas em serviços públicos e no mercado de trabalho.

Propostas

- Instituir programas de apoio psicossocial contínuo a mulheres vítimas de violência e seus filhos.
- Promover a reinserção econômica das mulheres que foram excluídas do mercado de trabalho por parceiros violentos e abusivos, em parceria com secretarias de desenvolvimento econômico municipal e o SEBRAE para capacitar as vítimas.

Objetivo 3:

Combater o abandono e o abuso infantil

Segundo dados de 2022 do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Brasil registra cerca de oito abandonos de menores por dia², contribuindo para o dado de que cerca de 11 milhões de mulheres criam sozinhas seus filhos³. Ainda mais grave, o país registra por volta de 13 casos de abuso físico, psicológico ou sexual de menores por hora, chegando a mais de 115 mil vítimas em um ano⁴. Para garantir a dignidade das crianças brasileiras, é preciso que o Estado se mobilize para enfrentar esse tipo de violação.

¹https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2017/11/violencia_domestica_trabalho_ago_17.pdf

²<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/10/22/casos-abandono-de-criancas-e-adolescentes-brasil.htm>

³<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-08/no-brasil-11-milhoes-de-mulheres-criam-sozinhas-os-filhos>

⁴<https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/05/18/denuncias-de-abuso-e-exploracao-sexual-infantil-crescem-195percent-nos-ultimos-4-anos.ghtml>

Propostas

- Aumentar as penas para os crimes de abandono de incapaz, tornando-o hediondo, e violência sexual contra menores.
- Expandir a atuação dos Centros de Atendimento Integrado para Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência (CAICAVV), garantindo a capacitação dos profissionais e promovendo a busca ativa de jovens que necessitem de suporte.

Objetivo 4:

Endurecer o combate à violência contra idosos

Problemas relacionados à violência são especialmente danosos para os idosos. O número de denúncias de abandono de idosos cresceu 855% de 2022 para 2023¹, com mais de 19.000 ocorrências, e os casos de violência física também tiveram alta em 2024². É fundamental que o sistema de segurança pública seja capaz de responder com agilidade diante de casos de violência contra idosos e prepare ações preventivas para evitar reincidência.

Propostas

- Aumentar as penas para crimes de abandono e violência contra idosos.
- Estruturar dentro das polícias ações de monitoramento recorrente da segurança de idosos que já tenham passado por episódios de violência, aproveitando a experiência adquirida com a Patrulha Maria da Penha.
- Articular em conjunto com Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) que atuam em parceria com o poder público a transferência de idosos que são vítimas de violência em suas famílias.

¹<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/06/19/denuncias-de-abandono-de-idosos-crescem-855percent-em-2023-aponta-ministerio-dos-direitos-humanos.ghtml>

²<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-04/numero-de-denuncias-de-violencia-contra-idosos-cresce-em-2024>



Desenvolvimento Econômico

O **desenvolvimento econômico** é o motor que sustenta a prosperidade de uma nação. É dele que nascem o emprego, a renda e as oportunidades que permitem às pessoas viver com dignidade e ascender por mérito próprio. Quando a economia cresce de forma saudável, impulsionada pela produtividade e pela livre iniciativa, a renda das pessoas se eleva, a arrecadação permite ao Estado prestar serviços públicos de forma sustentável, e a vida de toda a sociedade melhora. Por isso, discutir desenvolvimento econômico é discutir o próprio futuro do Brasil e sua capacidade de gerar riqueza, competir no mundo e garantir qualidade de vida aos brasileiros.

Mas esse cenário de crescimento saudável está muito longe de ser alcançado no Brasil. A economia está paralisada em décadas de baixo crescimento econômico e baixa produtividade. De 1981 a 2021, a produtividade nacional cresceu apenas 0,6% ao ano — ritmo no qual o país levaria mais de um século para dobrar a riqueza produzida com o mesmo número de trabalhadores.¹

Tributos complexos, crédito caro, fechamento ao comércio internacional, insegurança jurídica, legislação trabalhista ultrapassada e infraestrutura precária fazem com que empreender no Brasil seja ainda mais difícil, pois os empreendedores precisam superar constantemente problemas com o governo ou custos com burocracia que não existem em outros lugares do mundo, em vez de gastar energia melhorando seus produtos e serviços ou aprimorando os modelos de gestão de seus negócios. O resultado é um país que trabalha muito, mas produz pouco, e onde os ganhos de eficiência são corroídos por um Estado caro, burocrático e ineficiente.

Por tudo isso, o Brasil continua sendo um país pobre, com PIB per capita menor que o da Argentina e México², ocupando apenas a 62ª posição entre 67 economias no ranking de competitividade do IMD³. Superar esse quadro exige um pacote de reformas microeconômicas, melhorando o ambiente de negócios competitivo e abrindo o Brasil ao mundo.

Para avançar essa agenda, serão abordadas propostas relacionadas às temáticas de **Empreendedorismo, Capital Humano, Integração Comercial, Segurança Jurídica e Turismo**.

¹ <https://blogdoibre.fgv.br/posts/o-que-sao-comissoes-de-produtividade>

² <https://noticias.uol.com.br/comprova/ultimas-noticias/2025/04/07/pib-per-capita-do-brasil-costuma-estar-atras-da-media-mundial.htm>

³ https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2023/setembro/mdic-define-oito-eixos-de-atuacao-para-reduzir-custo-brasil/resultados_cp_custo-brasil.pdf

Papel dos entes:

O Governo Federal é o responsável por formular e coordenar a política nacional de desenvolvimento econômico, com foco em reformas microeconômicas voltadas à produtividade e ao ambiente de negócios. Cabe-lhe reduzir burocracias, ampliar a concorrência, simplificar o sistema tributário, melhorar o acesso ao crédito e fortalecer a segurança jurídica. Também promove a qualificação do capital humano, incentiva inovação e tecnologia, amplia a integração comercial do país e coordena políticas de infraestrutura e energia que sustentam a competitividade nacional.

Os estados adaptam e executam essa agenda conforme suas realidades regionais, criando ambientes favoráveis ao investimento e à inovação. Devem aprimorar a regulação, fortalecer o ensino técnico e profissional, simplificar procedimentos burocráticos empresariais, apoiar polos industriais e tecnológicos e estruturar agências de fomento e bancos regionais para impulsionar o empreendedorismo.

Os municípios atuam na base do desenvolvimento local, facilitando a abertura e operação de negócios, oferecendo capacitação empreendedora e promovendo a formalização de micro e pequenas empresas. Também devem investir em infraestrutura urbana, transporte e serviços que melhorem a produtividade e a atração de investimentos. Seu papel é criar um ambiente econômico dinâmico, que gere emprego e renda na comunidade.



Visões para o futuro para o Brasil:

- Reduzir o Custo Brasil para que empreender, investir e gerar empregos seja mais fácil e competitivo em todos os setores.
- Aumentar a produtividade do trabalho no Brasil, garantindo que os brasileiros tenham acesso a salários mais altos e crescimento sustentado da renda.
- Ampliar a presença do Brasil no comércio mundial, abrindo novos mercados e levando produtos brasileiros a mais países, com mais oportunidades para empresas e trabalhadores.
- Firmar novos acordos comerciais estratégicos, especialmente com países da OCDE, para atrair investimentos, gerar empregos e fortalecer cadeias produtivas nacionais.
- Reduzir o custo do crédito no país, permitindo que famílias e empresas possam investir, crescer e consumir sem juros excessivos.
- Ampliar o acesso das pequenas e médias empresas ao crédito, dando condições para que empreendedores locais possam expandir seus negócios e gerar mais empregos.
- Reduzir a informalidade no trabalho, para que mais brasileiros tenham empregos estáveis, melhores salários e acesso a crédito e oportunidades de crescimento.
- Reduzir a carga tributária brasileira.
- Tornar o sistema tributário mais simples e previsível, reduzindo litígios e insegurança jurídica e permitindo que o empreendedor concentre seu tempo em produzir, e não em burocracias.



Empreendedorismo:

A primeira reforma essencial para o desenvolvimento do Brasil é tornar o ambiente de negócios mais simples, previsível e acessível. Abrir, operar ou encerrar uma empresa no país ainda é um desafio, e ter condições de financiar o próprio negócio é um privilégio para poucos. O Brasil possui um dos sistemas de crédito mais caros e restritivos do mundo, tendo uma das maiores taxas de juros e uma das maiores diferenças entre o que os bancos pagam e o que eles recebem com empréstimos — mais de doze vezes superior à média da OCDE¹. Isso é reflexo de distorções estruturais, como o excesso de crédito direcionado, a insegurança jurídica na recuperação de ativos, a baixa concorrência bancária e a escassez de garantias efetivas. Esse cenário sufoca os pequenos negócios e impede que empreendedores possam investir, inovar e gerar empregos.

Hoje, cerca de 40% das empresas sequer têm acesso ao crédito formal, e as que conseguem pagam caro por isso. 67% dos microempreendedores que tentaram crédito tiveram o pedido negado em 2025 e apenas 12% dos MEIs conseguiram o valor integral.² As empresas da OCDE gastam, em média, 74% menos com crédito que as brasileiras³. Outro ponto que agrava ainda mais a situação é o fato de que políticas de crédito subsidiado, conduzidas por bancos públicos, concentraram recursos em grandes grupos e setores politicamente favorecidos, sem ganhos reais de produtividade. A construção de um ambiente de negócios competitivo e transparente é condição indispensável para destravar o empreendedorismo brasileiro. Com estabilidade, leis mais claras e estímulo à eficiência, o país poderá ampliar a oferta de crédito, fortalecer a economia real e favorecer quem produz e gera empregos.



¹<https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/364bd551-aa07-4484-aa65-1ca1d73e7fb7/content>

²<https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/3cc8fb5b-4d68-4c89-9181-cab684591587/content>

³<https://custobrasil.org.br/financiar-o-negocio/>

Objetivo 1:

Facilitar a abertura, operação e o fechamento de empresas

É essencial simplificar regras, eliminar burocracias e dar previsibilidade a quem empreende. Abrir, operar ou encerrar uma empresa deve ser um processo rápido, digital e acessível, e não um desafio imposto pelo governo. Contudo, essa realidade no Brasil ainda está distante. Cerca de 1.400 municípios ainda não estão integrados à Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM), um sistema informatizado que integra os órgãos do governo federal, estadual e municipal para simplificar e agilizar a abertura, alteração e baixa de empresas no Brasil¹, o que impede que os empreendedores dessas localidades superem toda a burocracia de modo digital e integrado.

Outro dado preocupante é o fato de apenas em torno de 25% dos municípios brasileiros terem Leis de Liberdade Econômica próprias², uma legislação importante que reduz a burocracia para trabalhar e empreender ao definir que é dispensado alvará e outras licenças para atividades econômicas de baixo risco.

Um dos grandes prejudicados com esse ambiente de negócios são os micro e pequenos empreendedores, que embora representem 98,5% dos estabelecimentos brasileiros e respondam por cerca de 54% da renda gerada com o trabalho³, tem menos mecanismos para superar todas essas barreiras. É preciso, então, reduzir as burocracias e avançar com a digitalização e integração entre os diferentes níveis de governo para facilitar a vida de quem empreende e gera riqueza no Brasil.



¹<https://estatistica.redesim.gov.br/tempos-abertura>

²<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/cinco-anos-depois-so-25-dos-municipios-tem-leis-proprias-de-liberdade-economica/>

³https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RO/Anexos/Perfil%20das%20ME%20e%20EPP%20-%202004%202018.pdf?utm_

Propostas

- Avançar com a integração dos municípios brasileiros à REDESIM, buscando digitalizar, integrar e facilitar a abertura, movimentações societárias e fechamento de empresas no país.
- Incentivar que todos os estados e municípios regulamentem a Lei de Liberdade Econômica, aos moldes da Lei Federal, com a expansão do número de atividades econômicas de baixo risco dispensadas de licenças e alvarás.
- Estabelecer prazos máximos para a manifestação dos órgãos públicos, de modo que a ausência de resposta dentro do prazo fixado seja interpretada como autorização tácita, garantindo celeridade e previsibilidade administrativa.
- Fortalecer as redes de apoio aos micro e pequenos empreendedores, como as atividades de capacitação oferecidas pelo Sistema S.
- Atuar em conjunto com os municípios para que o planejamento urbano não seja um entrave ao desenvolvimento, simplificando as regras de construção no zoneamento urbano, nas leis de uso e ocupação do solo, no código de obras e de posturas e no plano diretor.
- Revisar as regras de fiscalização para que sejam mantidas apenas as estritamente necessárias à garantia da segurança e da saúde da população e garantir que a fiscalização seja orientativa e corretiva, voltada para adequação do empreendedor às regras, antes de qualquer atuação punitiva pelo governo.

Objetivo 2:

Reduzir o custo do crédito

O mercado de crédito brasileiro é fortemente impactado pela concentração bancária, insegurança jurídica e pela dificuldade de execução de contratos. Segundo dados do Banco Mundial, na Noruega, a taxa de dólar recuperado para cada dólar emprestado era de 92,9 centavos em 2021, enquanto no Brasil, esse valor era de 18,2 centavos por dólar¹. A ausência de um sistema moderno de garantias e a lentidão para encerrar os negócios elevam os riscos e os custos do crédito, restringindo o financiamento produtivo.

Para piorar a situação, o atual governo aumentou o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e agravou o custo do crédito no país. Por incidir sobre o valor total das operações financeiras, e não sobre a renda efetivamente gerada, o imposto eleva o spread bancário e encarece principalmente as linhas de crédito de curto prazo, essenciais para famílias, pequenos empreendedores e produtores.

¹<https://archive.doingbusiness.org/pt/data/exploreconomies/brazil#>

Além disso, a forte presença de crédito subsidiado pelo governo distorce o mercado, reduz a concorrência e concentra recursos em setores escolhidos politicamente, em vez de alocar capital para os empreendedores mais eficientes. Enquanto a taxa média de juros do era de 57,7% ao ano no crédito livre, no crédito direcionado era de 11,2% ano¹. Além do custo fiscal elevado, esse modelo enfraquece a política monetária: quanto maior o volume de crédito direcionado, menor o efeito das decisões do Banco Central sobre a economia. Isso leva à manutenção de juros mais altos e por mais tempo, encarecendo o crédito privado, desestimulando investimento e comprometendo a geração de emprego e renda.

Para resolver essa situação, o Estado deve atuar no fortalecimento do arcabouço legal e institucional, garantindo previsibilidade e celeridade às decisões judiciais e ampliando o acesso a mecanismos de proteção aos credores. Com um ambiente jurídico mais estável, o crédito se tornará mais acessível e barato, permitindo que empresas de todos os portes possam investir com segurança e contribuir para o crescimento do país.

Propostas

- Reduzir gradualmente o IOF, diminuindo a intervenção estatal sobre operações financeiras e alinhando o Brasil às práticas dos países desenvolvidos.
- Reduzir gradualmente os programas de crédito direcionado do Governo Federal e dos governos estaduais, substituindo-os por mecanismos de mercado que promovam concorrência entre instituições financeiras e ampliem o acesso a crédito
- Regulamentar o Cadastro Nacional de Garantias, de forma a criar regras claras para que todas as informações sobre bens usados como garantia — como carros, imóveis ou máquinas — fiquem registradas em um único sistema nacional. Isso facilita crédito, evita duplicidade de garantias e dá mais segurança para quem empresta e para quem toma empréstimo.
- Facilitar a recuperação de crédito com a execução extrajudicial, promovendo maior eficiência no sistema jurídico e redução de custos para empresas.
- Regulamentar as Instituições Gestoras de Garantias (IGGs), criando regras para empresas especializadas administrarem garantias de forma moderna, permitindo que um mesmo bem seja usado em mais de um empréstimo ao mesmo tempo, com diferentes credores, de forma segura e sem risco de duplicidade.
- Ampliar o acesso ao microcrédito produtivo orientado por meio de parcerias com instituições privadas e modelos sustentáveis de avaliação de risco.

¹<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-08/taxa-media-de-juros-fica-em-314-ao-ano-em-julho>

Capital Humano:

A segunda área de reformas se concentra na força de trabalho, o maior ativo de uma nação. O Brasil, porém, ainda não conseguiu transformar seu potencial humano em produtividade e prosperidade. Apesar do avanço da escolaridade nas últimas décadas, a mão de obra brasileira segue com baixa qualificação técnica e distante das exigências da economia moderna. O país forma graduados, mas não profissionais preparados para as demandas reais do setor produtivo. Em 2025, estima-se que o Brasil precisará qualificar cerca de 9,6 milhões de trabalhadores apenas para atender às necessidades da indústria e dos serviços¹. Hoje, mais da metade das empresas relatam dificuldade em contratar ou reter profissionais qualificados, índice que chega a 60,4% na construção civil.²

Esse déficit de capital humano é agravado por um ambiente regulatório e trabalhista que encarece a contratação e desestimula o investimento em pessoas. O resultado é um mercado fragmentado, com 40% de informalidade e baixa capacidade de geração de valor.³ Trabalhadores informais são, em média, quatro vezes menos produtivos que os formalizados, reflexo da falta de acesso a crédito, tecnologia e capacitação⁴. Além disso, a burocracia e o medo da judicialização fazem com que as empresas gastem mais tempo e recursos se defendendo de ações do que formando talentos. O Brasil registra quase 10 mil processos trabalhistas por milhão de habitantes, três vezes a média dos países da OCDE. É o retrato de um sistema que penaliza quem emprega e mina a previsibilidade nas relações de trabalho.⁵

Para aumentar a produtividade do trabalho no Brasil, é urgente aumentar a qualidade do capital humano, por meio de formação adequada, e melhorar as regras trabalhistas. Isso permitirá o avanço da competitividade da economia brasileira no mundo, elevar salários e reduzir a pobreza no país.

¹<https://valor.globo.com/brasil/g20-no-brasil/noticia/2024/08/29/escassez-de-mao-de-obra-qualificada-pressiona-setor-industrial.ghtml>

²<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/11/15/falta-mao-de-obra-seis-em-cada-dez-empresas-tem-dificuldade-para-contratar-ou-reter-profissionais.ghtml>

³<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2025/07/29/quase-40-milhoes-de-brasileiros-sao-trabalhadores-informais-economistas-apontam-caminhos-para-se-preparar-para-o-futuro.ghtml>

⁴<https://portalivre.fgv.br/sites/default/files/2020-03/cartaibre-1.pdf>

⁵<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/10/reforma-trabalhista-trouxe-economia-de-r-15-bilhoes-entre-2022-e-2024-diz-estudo.shtml>

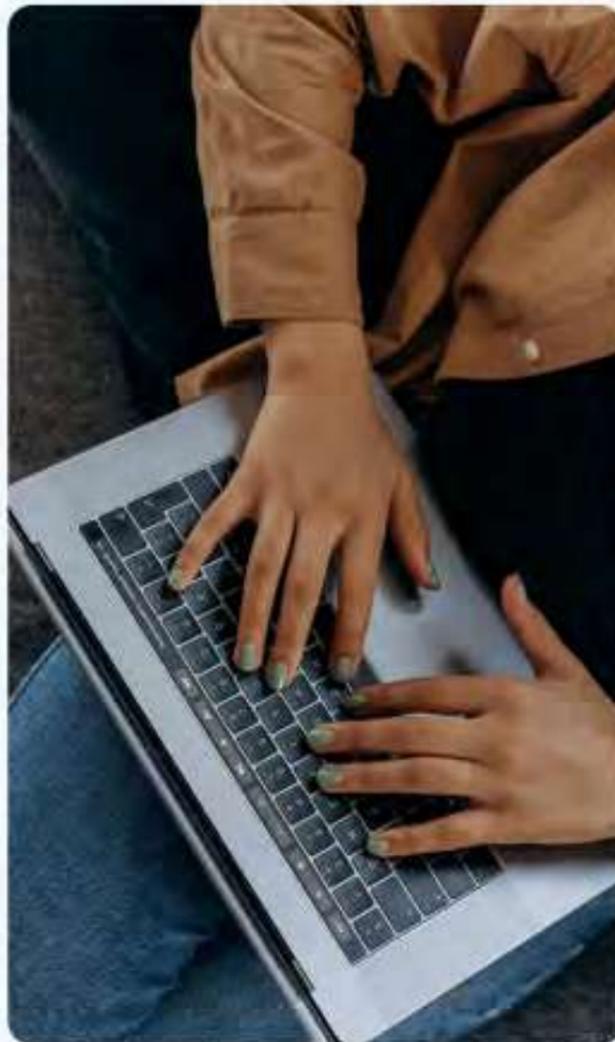
Objetivo 1:

Aumentar a capacitação da força de trabalho

O Estado deve apoiar a formação do capital humano do país e facilitar investimentos privados nessa frente, por meio de tecnologia e qualificação voltadas ao trabalho. Atualmente, a falta dessa integração entre ensino e mercado torna a entrada no mundo do trabalho ineficiente, pois as empresas se veem obrigadas a qualificar os profissionais após a contratação, elevando custos e reduzindo a produtividade geral do trabalho. Ao alinhar políticas de inovação, educação técnica e desenvolvimento empresarial, o Brasil poderá formar uma força de trabalho mais preparada, reduzir gargalos de qualificação e transformar ganhos de produtividade em crescimento econômico.

Propostas

- Desenvolver a qualificação profissional e gerencial com programas de capacitação técnica nas áreas onde há demanda por meio do ensino médio técnico-profissionalizante e do Sistema S, atrelando a parceria a metas de empregabilidade.
- Oferecer vagas gratuitas de cursos técnicos aos estudantes e egressos do Ensino Médio, aos moldes do programa Trilhas de Futuro, do Governo de Minas Gerais, para prepará-los para o mundo do trabalho.
- Criar um programa de voucher empresarial que permita a capacitação de um futuro funcionário ou a requalificação de um empregado da empresa, evitando a qualificação profissional em ocupações ou competências nas quais as empresas não possuem interesse em contratar.



Objetivo 2:

Flexibilizar as leis trabalhistas

As leis trabalhistas no Brasil, mesmo após a reforma de 2017, continuam rígidas, caras e desconectadas da realidade de milhões de brasileiros. O resultado é um mercado onde reina a informalidade estrutural: trabalhadores sem proteção, empresas com alto custo para contratar e um sistema que pune quem tenta seguir as regras. A combinação de encargos elevados, burocracia e pouca flexibilidade empurra trabalhadores e empregadores para acordos informais e reduz a competitividade do país.

O avanço das plataformas digitais mostrou que modelos mais flexíveis ampliam renda, criam oportunidades e atendem perfis diversos — de jovens a mães solo. O Estado deve garantir regras modernas que reconheçam a autonomia desse trabalho, preservem a liberdade de escolha e assegurem proteções essenciais sem impor vínculos forçados que destruam o próprio setor.

Ao reequilibrar incentivos, reduzir o custo do trabalho formal e simplificar a contratação, o país pode ampliar a inserção produtiva, incentivar a formalização e aumentar a arrecadação por meio de mais produtividade — não por mais impostos sobre o trabalhador.

Propostas

- Permitir jornadas parciais e flexíveis de trabalho, facilitando a inserção no mercado de grupos com menor disponibilidade de tempo, como trabalhadores de aplicativo, mães solo e estudantes.
- Manter a autonomia dos trabalhadores de aplicativos, garantindo sua flexibilidade de horários e liberdade de escolha das plataformas.
- Criar mecanismos de proteção previdenciária e seguro contra acidentes para esses trabalhadores, sem impor vínculo empregatício regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- Reduzir o custo do trabalhador imposto às empresas pela legislação trabalhista, incluindo a transformação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) nos moldes atuais.
- Rever o atual modelo de desoneração da folha de pagamentos, substituindo o critério de setores específicos e desoneração de todos os salários independente do valor, por um modelo de desoneração do primeiro salário mínimo da remuneração de todos os trabalhadores em todos os setores, buscando tornar mais barato contratar.
- Estruturar programas de formalização de micro e pequenos negócios junto a estados e municípios e avançar uma agenda de governo digital para reduzir burocracias na abertura de negócios para ampliar seu acesso a crédito, tecnologias e novos mercados.

Objetivo 3:

Reduzir a Judicialização e o Risco Trabalhista

A excessiva judicialização das relações de trabalho é um fator que desestimula contratações no Brasil. Embora a reforma de 2017 tenha representado um avanço, reduzindo custos e trazendo maior previsibilidade às relações trabalhistas, decisões recentes do STF e do TST vêm ampliando novamente a insegurança jurídica¹, resultando em um recorde de ações na Justiça do Trabalho – 1,87 milhão apenas no primeiro semestre de 2025.

A imprevisibilidade das decisões e a falta de uniformidade na interpretação das normas geram insegurança jurídica, elevam custos e transformam o Judiciário em um substituto indevido da negociação entre trabalhadores e empregadores. Essa distorção inibe acordos diretos e desvia o foco das empresas do investimento e da geração de empregos.

É essencial restabelecer a previsibilidade e o equilíbrio nas relações de trabalho, reforçando o princípio da autonomia das partes e a segurança das negociações coletivas. Com normas claras e decisões responsáveis, o Estado criará um ambiente jurídico estável e confiável, indispensável para o crescimento do emprego formal e o fortalecimento da economia.

Propostas

- Retomar a cobrança de custos processuais para trabalhadores que perderem ações judiciais trabalhistas, desestimulando litígios infundados.
- Articular com o Legislativo e o Judiciário um pacto pela segurança jurídica nas relações de trabalho, garantindo a prevalência das negociações entre empresas e funcionários.
- Reduzir a judicialização em temas como danos morais, periculosidade e terceirização, por meio de maior clareza normativa e uniformização jurisprudencial.
- Balizar as sentenças judiciais às regras da Declaração de Direitos de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019), reforçando o respeito à livre iniciativa e à autonomia das partes.
- Estabelecer que a elaboração de normas jurisprudenciais pela Justiça do Trabalho seja baseada em dados objetivos e evidências empíricas.
- Ampliar a participação de representantes de empregados e empregadores em processos administrativos e judiciais de revisão de normas e procedimentos fiscalizatórios.

¹<https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/decisao-do-stf-pode-estar-ligada-ao-aumento-de-processos-trabalhistas-entenda>

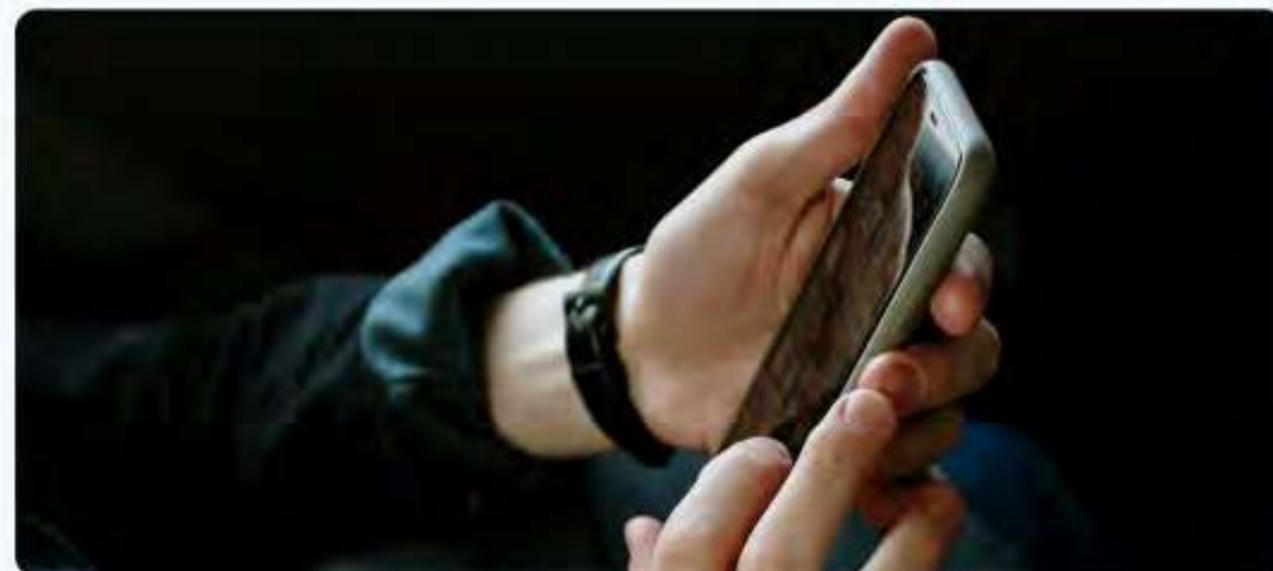
Objetivo 4:

Facilitar a validação de diplomas e a formalização de profissionais estrangeiros

Mesmo em um mundo de integração econômica cada vez mais intensa, o Brasil atrai menos imigrantes legais interessados em trabalhar e contribuir com o crescimento da economia brasileira do que poderia. Em grande parte, isso se deve à burocracia envolvida nos processos de reconhecimento e validação de diplomas e na obtenção de licenças de trabalho no país. Não faz sentido criar empecilhos para que profissionais altamente qualificados exerçam sua liberdade profissional no país. Por isso, é preciso avançar uma agenda de desburocratização da formalização de profissionais estrangeiros e de validação de diplomas, sem comprometer as exigências de formação.

Propostas

- Estabelecer em lei que a exigência para vistos de trabalho se limite ao reconhecimento de identificação e certidão de registro profissional legalizada em um consulado brasileiro no país de origem.
- Formalizar parcerias com universidades de reconhecimento internacional para que diplomas emitidos por elas passem a valer automaticamente no Brasil.
- Permitir a validação de diplomas estrangeiros por universidades privadas de excelência, acreditadas para realizar tal função.



Integração Comercial:

A integração comercial é uma das ações mais urgentes para o desenvolvimento do país. O Brasil continua isolado do comércio internacional e preso a um modelo de integração ultrapassado. Apesar de ser a nona maior economia do mundo, o país ocupa apenas a 22ª posição em exportações¹ e representa apenas 1,5% da corrente global de comércio². De 203 países, o Brasil tem a quinta menor proporção entre importações e seu PIB (15,7%).³

Enquanto economias dinâmicas diversificam mercados e reduzem barreiras, o Brasil, preso ao Mercosul, mantém tarifas médias altíssimas. Além disso, figura entre os países com mais barreiras não tarifárias, com 86,4% das nossas importações submetidas a alguma barreira⁴, o que encarece produtos, desestimula a inovação e reduz a competitividade da indústria nacional.

Outro problema é a fragmentação da governança do comércio exterior brasileiro. A ausência de coordenação entre ministérios, embaixadas e agências de promoção gera sobreposição de esforços, desperdício de recursos e falta de estratégia. O resultado é um sistema que exporta pouco, importa com dificuldade e carece de previsibilidade e coerência nas decisões.

O Brasil precisa modernizar sua política comercial, reduzir entraves e ampliar acordos que abram novos mercados. Inserir o país nas principais cadeias globais de valor é fundamental para gerar produtividade, atrair investimentos e garantir que nossos produtos cheguem mais competitivos ao mundo.



¹<https://oec.world/en/profile/country/bra>

²[https://www.fecomercio.com.br/noticia/recordes-da-balanca-comercial-em-2023-esconde-dilemas-estruturais-da-economia-brasileira#:~:text=Vale%20lembrar%2C%20antes%20de%20qualquer,PIB\)%2C%20segundo%20o%20Fundo%20Monet%C3%A1rio](https://www.fecomercio.com.br/noticia/recordes-da-balanca-comercial-em-2023-esconde-dilemas-estruturais-da-economia-brasileira#:~:text=Vale%20lembrar%2C%20antes%20de%20qualquer,PIB)%2C%20segundo%20o%20Fundo%20Monet%C3%A1rio)

³https://data.worldbank.org/indicator/NE.IMP.GNFS.ZS?most_recent_year_desc=false

⁴<https://www.poder360.com.br/poder-economia/brasil-e-o-4o-pais-com-mais-barreiras-nao-tarifarias-diz-estudo/>

Objetivo 1:

Reduzir barreiras tarifárias e não tarifárias

O sistema de comércio exterior brasileiro segue excessivamente fechado e marcado por entraves tanto internos quanto externos. Internamente, a elevada carga tributária, a burocracia aduaneira e a complexidade regulatória tornam as operações de importação e exportação lentas e custosas, reduzindo a competitividade das empresas nacionais. Externamente, o atual formato do Mercosul, concebido para ser uma união aduaneira e motor da integração econômica regional, acabou se transformando em um obstáculo à inserção internacional do Brasil. O bloco impõe uma Tarifa Externa Comum de cerca de 11,5%¹, mais que o dobro da média mundial, além de permitir centenas de exceções por produto, criando um emaranhado de regras e distorções que comprometem a previsibilidade e a eficiência comercial.

A combinação de uma estrutura interna ineficiente e amarras externas provocadas por arranjos institucionais ruins reduz a produtividade da economia do país, encarecendo os produtos aos brasileiros, dificultando a vida dos exportadores nacionais e limitando o acesso a novas tecnologias. Reduzir barreiras tarifárias e não tarifárias é condição essencial para reinserir o Brasil nas cadeias globais de valor, aproximando nossas regras das melhores práticas internacionais e ampliando o acesso a bens mais baratos, inovação e empregos de maior valor agregado.

Propostas

- Alinhar as tarifas de importação brasileiras (11% a 12%), pelo menos, à média dos países em desenvolvimento (5,5% a 6%), dando previsibilidade aos agentes econômicos.
- Acabar com a noção de Tarifa Externa Comum no Mercosul, permitindo que cada país defina as suas tarifas de importação de forma independente.
- Acabar com a dupla tributação (produtos taxados nacional e internacionalmente).
- Negociar acordos de convergência regulatória e reconhecimento mútuo de padrões (barreiras técnicas, sanitárias e fitossanitárias).
- Concluir o Portal Único de Comércio Exterior, simplificando procedimentos aduaneiros e reduzindo as despesas com despacho aduaneiro por parte das empresas.
- Desburocratizar o procedimento de armazenagem para exportação, extinguindo a exigência de armazenamento em recintos alfandegados
- Ampliar a cobertura do Operador Econômico Autorizado (programa da Receita que facilita o tracking e trânsito de cargas, reduzindo burocracia nas estações aduaneiras).

¹<https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/camex/estrategia-comercial/tarifas/tarifa-externa-comum/tarifa-externa-comum-1>

Objetivo 2:

Ampliar a rede de acordos comerciais

Ampliar e diversificar a rede de acordos é fundamental para transformar o comércio exterior em vetor de crescimento e inovação. Contudo, o formato atual do Mercosul também restringe a celebração de acordos bilaterais, exigindo que todos os países membros concordem com os acordos, impedindo que o Brasil se beneficie plenamente das oportunidades do comércio global.

O país precisa reposicionar sua política comercial em direção a resultados concretos, firmando tratados que ampliem a competitividade de nossas empresas e garantam previsibilidade aos investidores. Ao alinhar-se às boas práticas internacionais e reforçar sua adesão à OCDE, o Brasil poderá ocupar um papel mais ativo em fóruns multilaterais e acordos regionais, fortalecendo sua diplomacia econômica.



Propostas

- Negociar com Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia a transição do Mercosul para uma área de livre comércio, em vez de união aduaneira.
- Priorizar a adesão do Brasil à OCDE, implementando as reformas regulatórias, fiscais e de governança necessárias para atender aos padrões internacionais da organização.
- Efetivar o Acordo Mercosul-União Europeia e acordos com o Canadá.
- Aproximar o Brasil do mundo expandindo nossos mercados para novas fronteiras, como, por exemplo, por meio do CPTPP da Ásia-Pacífico (zona de livre comércio entre 12 países da região).
- Aumentar a participação do Brasil e engajar-se ativamente em organismos multilaterais de comércio (como OMC e Banco Mundial), priorizando agendas de abertura de mercado, segurança jurídica e inovação.
- Recuperar o grau de investimento das agências de rating de crédito.

Objetivo 3:

Modernizar a governança de comércio exterior

A falta de coordenação entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), o Itamaraty e a ApexBrasil compromete a eficiência da política comercial brasileira. Funções sobrepostas, ausência de estratégia de longo prazo e dispersão institucional limitam a capacidade de execução e o impacto das ações de promoção de exportações. Modernizar a governança do comércio exterior permitirá ao país consolidar um modelo integrado, com coordenação interministerial e planejamento estratégico. Assim, o Estado atuará como facilitador do comércio exterior, assegurando autonomia técnica e foco em resultados com um objetivo comum: tornar-se um país competitivo e protagonista no comércio global.

Propostas

- Transferir as funções estratégicas e operacionais de promoção comercial para o MDIC, mantendo o Itamaraty com foco em diplomacia e política externa e dando suporte à política comercial por meio de sua infraestrutura e capacidade institucional ao redor do mundo.
- Manter a ApexBrasil sob o guarda-chuva do MDIC, estruturando sua atuação estratégica a partir de um colegiado interministerial – MDIC, Ministério das Relações Exteriores (MRE) e Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) – e garantindo autonomia e continuidade na promoção comercial.
- Estruturar planos estratégicos de longo prazo entre ApexBrasil e Câmara de Comércio Exterior (Camex), com metas e prazos para acordos comerciais e aumento de exportações.
- Reforçar o papel do Itamaraty como articulador técnico da política comercial, integrando sua atuação ao ministério responsável por Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para alinhar diplomacia e estratégia econômica.



Segurança Jurídica:

O ambiente jurídico brasileiro é um dos principais entraves ao desenvolvimento econômico e à geração de empregos. A complexidade normativa, a morosidade dos tribunais e a falta de previsibilidade nas decisões judiciais aumentam o custo de operar no país e desestimulam investimentos produtivos. O sistema tributário, por exemplo, figura entre os mais litigiosos e incertos do mundo: o contencioso tributário nacional ultrapassa R\$ 5,4 trilhões — cerca de 75% do PIB —, e um processo leva em média quase 19 anos para ser concluído¹. Em comparação, em países da OCDE, esse número é de 0,28% do PIB². Essa realidade obriga empresas a alocarem recursos em disputas, em vez de investirem na produção e geração de empregos.

Superar esse quadro exige um sistema jurídico e regulatório baseado em previsibilidade, eficiência e respeito à autonomia das partes. Assim, o Brasil poderá reduzir o risco jurídico e criar um ambiente competitivo e estável para o crescimento econômico.

Objetivo 1:

Reforçar a previsibilidade e a eficiência do sistema jurídico e regulatório

A insegurança jurídica afeta diretamente a capacidade de planejamento das empresas e a atração de investimentos produtivos. A complexidade normativa e a fragmentação institucional, com sobreposição de competências e decisões contraditórias, comprometem a confiança e a previsibilidade do ambiente de negócios. É necessário garantir que as regras sejam claras e estáveis, sendo ainda aplicadas de forma uniforme. Nesse processo, a independência das agências reguladoras e a coordenação entre os órgãos de controle e fiscalização são fundamentais. Isso criará um ambiente de confiança mútua entre poder público e iniciativa privada, reduzindo o risco regulatório do país e atraindo investimentos com segurança jurídica.

Propostas

- Criar uma lei nacional que uniformize a competência e os procedimentos de elaboração, interpretação e aplicação de normas tributárias, com regras claras de governança e coordenação entre os órgãos responsáveis.
- Instituir uma Norma Geral do Processo Administrativo Tributário, padronizando funções, prazos e procedimentos em todos os níveis de governo, para reduzir divergências e ampliar a previsibilidade das decisões.

¹<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/05/sumario-contencioso-tributario.pdf>

²<https://repositorio-api.insper.edu.br/server/api/core/bitstreams/ac44b28d-85f9-432f-afd8-ff0de7cca343/content>

- Implantar protocolos normativos e interpretativos no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), promovendo a harmonização das decisões administrativas e a pacificação de controvérsias na interpretação da legislação tributária entre os estados.
- Fixar prazos máximos legais para decisões judiciais e administrativas, de forma a garantir previsibilidade e celeridade no julgamento de processos.

Objetivo 2:

Reduzir o contencioso e acelerar a resolução de conflitos

A justiça brasileira leva 911 dias a mais que os países da OCDE para tomar decisões em primeira instância¹. O volume de litígios fiscais e administrativos no Brasil é sintoma de um sistema disfuncional e caro, no qual milhares de processos de baixo valor seguem tramitando por décadas, sobrecarregando tribunais e prejudicando os negócios. O custo dessa morosidade recai sobre toda a sociedade, que perde oportunidades de desenvolvimento econômico.

Um sistema de justiça mais ágil e estável é condição indispensável para destravar o crescimento e restaurar a credibilidade do país. É preciso modernizar o processo tributário e administrativo, ampliando o uso de instrumentos alternativos e padronizando procedimentos em todos os níveis de governo.

Propostas

- Ampliar o uso de métodos alternativos de resolução de conflitos, como mediação, transação e arbitragem tributária, com base em experiências bem-sucedidas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Receita Federal e estados, para reduzir o estoque processual e estimular soluções negociadas.
- Integrar as instâncias administrativa e judicial, eliminando sobreposições e etapas duplicadas, com cooperação e compartilhamento de informações entre órgãos de julgamento e execução.
- Estabelecer critérios objetivos de ajuizamento seletivo nas execuções fiscais, priorizando processos com maior recuperabilidade do crédito e evitando ações cujo custo supere o valor cobrado.
- Rever a gratuidade irrestrita e criar custas processuais ou depósitos obrigatórios para recursos administrativos, desestimulando a litigância abusiva e o uso estratégico do contencioso fiscal.

¹<https://repositorio-api.insper.edu.br/server/api/core/bitstreams/ac44b28d-85f9-432f-afd8-ff0de7cca343/content>

Turismo:

O turismo brasileiro segue muito aquém do seu potencial. Apesar da imensa diversidade natural, cultural e gastronômica, o Brasil recebe apenas cerca de 6,7 milhões de turistas internacionais por ano¹, número irrisório quando comparado a países como México (45 milhões)² ou Tailândia (32 milhões apenas em Bangkok)³. O setor movimenta cerca de R\$207 bilhões, mas representa menos de 2% do PIB, muito abaixo do que seria possível diante da nossa vocação para o turismo.⁴

O país enfrenta uma combinação de gargalos que limitam o crescimento: infraestrutura deficiente, insegurança, baixa qualificação profissional voltada ao turismo e falta de coordenação entre políticas públicas. Além disso, quase metade dos nossos parques naturais — um dos principais ativos turísticos do país — permanece fechada ou sem controle de visitação, enquanto a sazonalidade e a má distribuição regional do turismo comprometem a geração de empregos e renda ao longo do ano. Com uma estratégia integrada, que valorize o potencial regional e reduza a sazonalidade, o Brasil pode transformar o turismo em vetor de desenvolvimento econômico, geração de empregos e valorização do nosso patrimônio natural e cultural.



¹<https://paineis.turismo.gov.br/extensions/observatorio/turistas.html>

²https://datatur.sectur.gob.mx/RAT/RAT-2024-12%28ES%29.pdf?utm_source=chatgpt.com

³<https://live.worldtourismforum.net/news/Catch-up-the-latest-news-in-tourism-industry/2024s-Most-Popular-Tourist-Destinations-Bangkok-Tops-the-List>

⁴<https://www.poder360.com.br/poder-economia/turismo-nacional-bate-recorde-com-faturamento-de-r-207-bi-em-2024>

Objetivo 1:

Concretizar o potencial turístico brasileiro

O turismo brasileiro sofre com o subaproveitamento de seus atrativos naturais e culturais e com a ausência de uma estratégia coordenada de promoção internacional. A baixa integração entre Embratur, estados e setor privado impede que o país se posicione globalmente como destino competitivo. Além disso, a falta de dados consolidados e de gestão eficaz de parques e equipamentos públicos limita o planejamento e a atração de investimentos.

Concretizar o potencial turístico do Brasil requer fortalecer a governança e o marketing internacional do setor, profissionalizar a gestão dos destinos e integrar o turismo à agenda de infraestrutura e concessões. Isso permitirá avançar o turismo, gerando empregos e desenvolvimento em todas as regiões do país.

Propostas

- Eliminar a exigência de vistos para turistas de países com baixo risco migratório, como Estados Unidos, Canadá e Austrália, restabelecendo a política de isenção.
- Articular a promoção internacional do Brasil da Embratur em conjunto com o setor privado, fortalecendo a presença em feiras, mídias e plataformas digitais globais, com metas de captação de turistas da América do Sul e países estratégicos.
- Estimular por meio de apoio técnico da Embratur o desenvolvimento de novas rotas temáticas (ex: futebol, gastronomia, festas religiosas) com pacotes turísticos integrando transporte, hospedagem e experiência local
- Melhorar a qualidade e frequência de atualização dos dados do Cadastur e do Observatório Nacional do Turismo, integrando informações entre estados para garantir boa fundamentação para políticas a partir de dados sobre emprego, renda, fluxo de turistas e movimentação financeira por região.
- Melhorar as análises do Mapa do Turismo Brasileiro e atuar como promotor e divulgador de eventos, festas e festivais que precisam de apoio inicial e têm potencial para crescer de forma sustentável, com exigência de planejamento, metas e prestação de contas.
- Articular as ações do MTur às iniciativas de melhoria da infraestrutura para garantir a segurança e a viabilidade de projetos de turismo em regiões com estradas degradadas.
- Avançar a agenda de concessão de parques nacionais e estaduais, tornando-os polos de turismo sustentável, com metas de visitação, conservação e geração de renda local e permitindo o controle público por meio de transparência.
- Melhorar a gestão de parques não concedidos, sob a gestão do ICMBio, garantindo sustentabilidade financeira, além de infraestrutura adequada e gestão de dados.

Objetivo 2:

Promover a adaptação para sazonalidade

O turismo brasileiro é marcado por fortes picos e períodos de ociosidade que comprometem a sustentabilidade dos negócios e a estabilidade do emprego. Cidades litorâneas, por exemplo, sofrem com sobrecarga de infraestrutura na alta temporada e ociosidade no restante do ano, enquanto destinos alternativos permanecem subexplorados. A política pública precisa reconhecer a sazonalidade como um desafio estrutural e estimular planejamento local baseado em dados e estratégias de diversificação de fluxo. Essa adaptação à sazonalidade trará segurança e previsibilidade de renda, transformando o turismo em uma atividade economicamente mais atrativa para brasileiros de todo o país.

Propostas

- Estruturar com os estados planos específicos para períodos de pico nos destinos mais demandados, a partir de dados históricos de fluxo turístico, a fim de antecipar gargalos de infraestrutura e orientar o dimensionamento da resposta dos serviços públicos locais.
- Condicionar o repasse de verbas do MTur a municípios turísticos à apresentação de planos de contingência bem estruturados, com metas, ações e responsáveis definidos

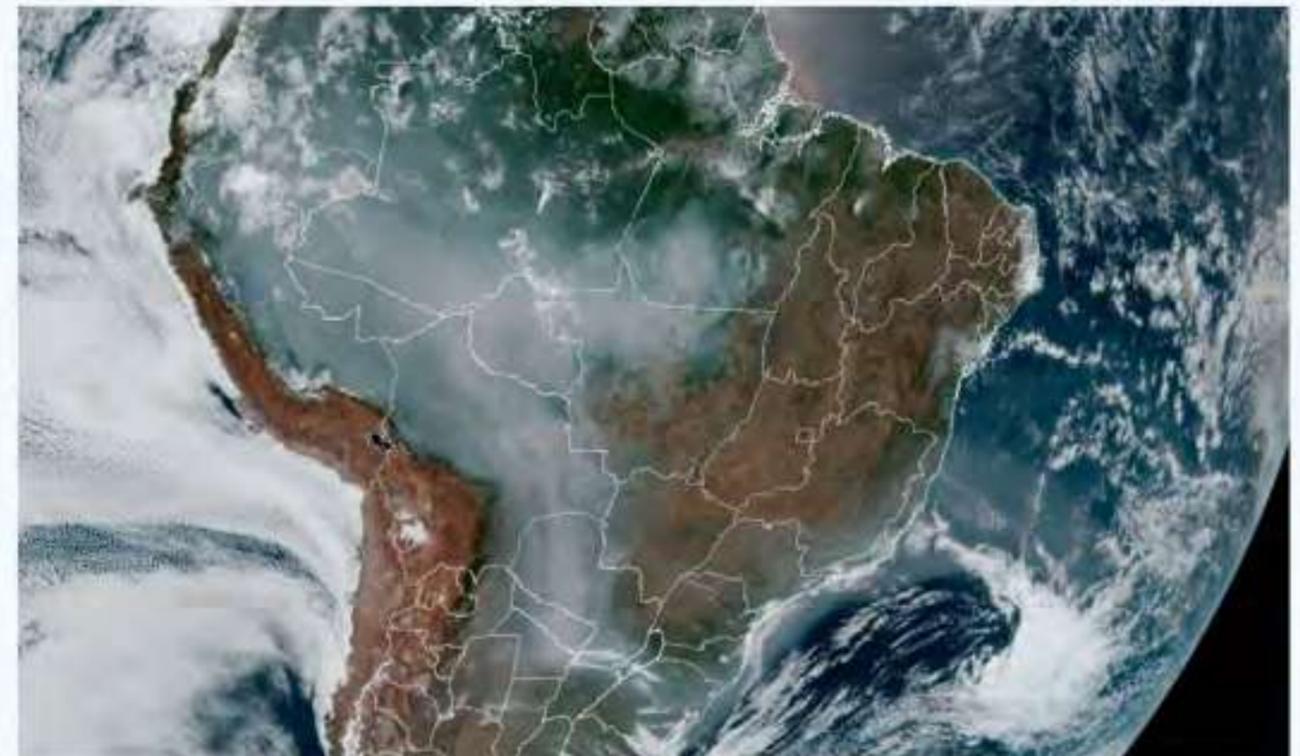
Objetivo 3:

Estruturar estratégias regionais de políticas para o turismo

O Brasil é um país continental, com realidades turísticas profundamente distintas. A ausência de uma política regionalizada leva à concentração de investimentos e à estagnação de destinos com alto potencial. Regiões como o Norte e o Centro-Oeste, ricas em natureza e cultura, seguem com baixa conectividade e pouca presença no turismo internacional. Estruturar estratégias regionais de turismo significa reconhecer as vocações locais e criar planos diferenciados para cada região — de sol e praia no Nordeste ao enoturismo no Sul, do ecoturismo amazônico e pantaneiro à cultura das cidades históricas e grandes capitais do Sudeste. O fortalecimento das políticas regionais permitirá descentralizar o desenvolvimento, gerar empregos no interior e ampliar o tempo de permanência dos turistas no país.

Propostas

- **Sudeste:** melhorar a mobilidade turística regional com investimento contínuo na manutenção e duplicação de rodovias que ligam capitais a destinos de fim de semana (praias, serras e cidades históricas), incentivando o turismo de proximidade.
- **Nordeste:** apoiar tecnicamente os municípios a planejar suas políticas de turismo, considerando diferenças as zonas litorâneas (sol e praia) dos polos interiores (agro, negócios e cultura), apoiando iniciativas como a de Petrolina, com promoção segmentada, infraestrutura e rotas regionais estruturadas para distribuir melhor o fluxo e ampliar o tempo de permanência dos turistas.
- **Centro-Oeste:** apoiar os municípios na divulgação de oportunidades do agroturismo e do ecoturismo, como experiências em fazendas, turismo rural e integração entre natureza e produção agrícola, promovendo destinos como Bonito, Pantanal e Chapada dos Veadeiros e melhorando a conectividade viária e aérea entre polos e zonas turísticas.
- **Sul:** consolidar o Sul como portal do turismo sul-americano, melhorando a infraestrutura de Foz do Iguaçu para explorar o município como hub de entrada para visitantes do Cone Sul e integrando rotas internacionais e regionais, com foco em gastronomia, enoturismo e eventos culturais em cidades como Gramado, Bento Gonçalves e Curitiba.
- **Norte:** promover internacionalmente a "experiência amazônica brasileira", garantindo segurança jurídica para a criação de resorts de selva, hospedagens autênticas e roteiros integrados, inspirando-se no modelo peruano, que integra a capital Lima e a cultura de Cusco e Macchu Pichu à Amazônia Peruana



A photograph of four coins in motion against a black background. The coins are captured in various stages of a fall or spin, creating a sense of dynamic movement. One coin is partially visible on the right edge, showing its intricate design. The others are in various orientations, some showing their heads and others their tails. The lighting highlights the metallic texture and the circular shape of the coins.

Finanças Públicas

Manter as contas públicas em ordem é a base para um Brasil vencedor. Quando o Estado gasta com responsabilidade e honra seus compromissos, o país ganha credibilidade, os juros caem, o investimento volta e o emprego aparece. Com a previsibilidade de que a economia não vai entrar em uma crise fiscal, o empreendedor investe e gera empregos, a moeda se fortalece e a renda da população como um todo cresce. Além disso, com as contas em dia podemos financiar o essencial – saúde, educação e segurança – e abrir espaço para um ciclo de crescimento sustentado, com mais oportunidades para todos.

Ocorre que essa está longe de ser a realidade do Brasil no momento. As contas públicas estão colapsando mais uma vez e a crise fiscal, traduzida em déficits elevados e tendência do endividamento do Estado, tornou-se o mais importante obstáculo para o crescimento econômico brasileiro. A Dívida Pública Federal ultrapassou R\$ 7,3 trilhões em 2024 e deve atingir mais de R\$ 8,5 trilhões até o fim de 2025¹, superando 90% do PIB². Nessa situação em que o governo gasta mais do que pode, só existem dois caminhos – e os dois são ruins. Ou ele aumenta impostos, deixando empresas menos competitivas e reduzindo empregos, ou imprime dinheiro, gerando inflação e corroendo o poder de compra das famílias, especialmente das mais pobres.

Esse desequilíbrio não é acaso. O arcabouço fiscal atual já nasceu permitindo a expansão de despesa e o governo empilha gastos fora do orçamento primário (como parte de precatórios e ações pontuais, por exemplo no combate a queimadas³), que continuam sendo pagos mas não entram no resultado anual. Isso aumenta a dívida, reduz a transparência e mina a confiança de quem quer investir no país. No último ano, o Brasil já gastou mais de R\$985 bilhões com juros da dívida pública⁴, quase duas vezes mais do que gastamos com toda nossa educação⁵. Para completar, o orçamento federal está engessado: cerca de 90% das despesas são obrigatórias e muitas são indexadas à inflação ou ao salário mínimo. Não sobra quase nada para decidir e investir.

É hora de ter coragem e assumir o desafio de reduzir o tamanho na máquina pública, cortar gastos desnecessários e fazer as reformas para reestruturar as prioridades do gasto público brasileiro na direção do crescimento econômico sustentável. Para avançar essa agenda, serão abordadas propostas relacionadas com as temáticas de **Política Econômica, Dívida Pública, Sistema Tributário, Seguridade Social, Privatizações e Despesas com Pessoal.**

¹<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-05/divida-publica-sobe-144-em-abril-e-supera-r-76-tri>

²<https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/11/09/endividamento-volta-a-subir-com-rombo-nas-contas-publicas-no-governo-lula-e-preocupa-analistas.ghtml>

³<https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/11/09/endividamento-volta-a-subir-com-rombo-nas-contas-publicas-no-governo-lula-e-preocupa-analistas.ghtml>

⁴<https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/11/09/endividamento-volta-a-subir-com-rombo-nas-contas-publicas-no-governo-lula-e-preocupa-analistas.ghtml>

⁵<https://anuario.todospelaeducacao.org.br/2025/capitulo-9-financiamento.html>

Papel dos entes:

Cabe ao Governo Federal planejar e normatizar o orçamento federal (PPA, LDO e LOA), arrecadar tributos e contribuições, gerir a dívida pública e definir a política de endividamento. Ele também edita normas gerais de contabilidade e execução orçamentária, controla o fluxo de caixa e a execução financeira conforme as metas da LDO e os limites da LRF. Além disso, transfere recursos constitucionais a estados e municípios (FPE e FPM), presta contas ao Congresso e ao TCU e mantém transparência ativa sobre receitas, despesas e resultados fiscais.

Aos estados cabe planejar e executar suas finanças de forma responsável, elaborando o PPA, a LDO e a LOA, arrecadando seus impostos e controlando gastos conforme a LRF. Devem gerir o endividamento dentro dos limites legais, repassar aos municípios as cotas de participação e prestar contas aos Tribunais de Contas e às Assembleias Legislativas. Também precisam garantir transparência nas receitas, despesas e contratos, assegurando equilíbrio fiscal e eficiência no uso dos recursos públicos estaduais.

Aos municípios cabe administrar suas próprias finanças com base na LRF, elaborando o PPA, a LDO e a LOA, arrecadando tributos e aplicando corretamente as transferências recebidas da União e dos estados. Devem controlar gastos com pessoal e endividamento, manter equilíbrio entre receita e despesa, prestar contas ao Tribunal de Contas e garantir transparência sobre receitas, despesas e licitações. Seu papel é assegurar a boa gestão fiscal, o uso eficiente dos recursos públicos e a sustentabilidade das contas municipais.



- Reduzir o custo do Estado como proporção do PIB, assegurando que os recursos públicos estejam nas mãos da população e em atividades que gerem emprego e renda.
- Cortar despesas obrigatórias e ineficientes, abrindo espaço no orçamento para reduzir impostos e investir em serviços eficientes para o cidadão.
- Gerar superávit primário, garantindo estabilidade fiscal ao país, juros mais baixos e um país confiável para quem produz e gera riqueza.
- Reduzir a dívida pública, para reduzir o custo que o Estado impõe ao cidadão brasileiro com o pagamento de juros.
- Privatizar empresas estatais, reduzindo o espaço para escândalos de corrupção e favorecimentos políticos e garantindo que haja maior eficiência no uso dos recursos públicos e competição na economia brasileira.
- Reduzir o déficit previdenciário, garantindo que o sistema seja sustentável e que quem já contribuiu a vida inteira esteja seguro, sem punir quem trabalha.
- Tornar a folha do setor público mais enxuta, assegurando que o dinheiro dos impostos seja usado em benefício da sociedade, e não apenas da máquina estatal.



Política Econômica:

O Brasil vive um desequilíbrio provocado por um Estado que tenta assumir tudo e ignora princípios básicos de macroeconomia. As variáveis centrais — PIB, inflação, câmbio, juros e desemprego — estão conectadas e exigem responsabilidade fiscal do governo. O Banco Central (BC) cumpre seu papel ao subir juros para conter a inflação, mas parte do problema é que o governo faz o contrário: amplia gastos, aumenta o déficit e empurra a dívida para cima. Isso reduz a confiança do mercado na capacidade do governo de pagar suas dívidas e desorganiza expectativas, tornando a economia mais instável e o ambiente de negócios mais arriscado. A condução da economia hoje no Brasil é como dirigir um carro com um pé no acelerador e outro no freio.

E tudo isso custa caro. Em 2024, cada 1% de alta na taxa Selic significou R\$ 55 bilhões a mais por ano na dívida pública¹, tirando recursos que poderiam ir para saúde, educação e segurança. Esse desequilíbrio, no passado, já levou o Brasil a uma das piores crises da nossa história, em 2015 e 2016, quando a inflação passou de 10% ao ano e mais de 14 milhões de brasileiros perderam o emprego. Infelizmente, os sinais voltam a se repetir. A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026 já alerta que, mantido o ritmo atual, o governo federal poderá ficar sem dinheiro até para pagar salários e contas básicas em 2027.²

A saída é simples na direção e dura na execução: o Estado precisa encolher, focar no essencial e deixar a economia funcionar. O governo deve garantir regras claras e deixar o mercado, via concorrência e preços, alocar os recursos da melhor forma. O alicerce é o tripé macroeconômico: metas de inflação, responsabilidade fiscal e câmbio flutuante. Quando o Estado gasta com eficiência, respeita limites e dá previsibilidade, os juros caem, o investimento sobe e o emprego aparece. Estabilidade não é um detalhe técnico: é o ponto de partida para qualquer política pública funcionar e para o Brasil voltar a prosperar.

¹<https://veja.abril.com.br/economia/impacto-da-alta-da-selic-sobre-a-divida-publica-cresceu-20-em-um-ano/>

²<https://valor.globo.com/politica/noticia/2025/02/09/maquina-federal-pode-parar-em-2027-sem-ajuste-fiscal-mais-aprofundado-aponta-estudo.ghtml>

Objetivo 1: Reduzir o peso do Estado na economia

A economia deve operar guiada pelos princípios do livre mercado, onde preços, investimentos e inovação surgem das decisões descentralizadas de milhões de indivíduos — e não de ordens do Estado. O liberalismo econômico, aplicado de forma consistente, foi a política pública que mais tirou pessoas da pobreza na história, justamente por criar prosperidade sustentável baseada em liberdade, inovação e responsabilidade individual.

No entanto, o Brasil historicamente falha ao tratar a melhor alocação dos recursos e a estabilidade de preços como um valor secundário, permitindo que pressões políticas sobre o gasto público destruam a produtividade, eficiência e confiança na economia.

O Brasil precisa de uma política econômica que proteja o livre mercado e preserve as bases da prosperidade.

Propostas

- Limitar a atuação estatal na economia, permitindo que a alocação de recursos seja guiada pelos agentes econômicos da forma mais eficiente possível.
- Ser, sempre que possível, contrário ao aumento de impostos e buscar corrigir o desequilíbrio fiscal preferencialmente sempre pela redução do gasto e não pelo aumento de impostos, evitando requerer maior esforço da população enquanto o Governo não faz seu papel de agir de forma mais eficiente.
- Aplicar uma disciplina fiscal rigorosa com o gasto público, com um controle contínuo das despesas obrigatórias, reformas para conter o crescimento automático do gasto e busca constante de superávit primário.

Objetivo 2: Alinhar a política fiscal e a monetária na busca do controle pela inflação

É preciso restabelecer o diálogo entre política fiscal e monetária, garantindo coerência entre os instrumentos de controle da inflação e de estímulo ao crescimento. Política fiscal e política monetária têm de remar para o mesmo lado do combate à inflação.

Ambas devem atuar de forma complementar no combate à inflação — seja por meio dos juros definidos pelo Banco Central, seja pela credibilidade fiscal do governo, que exige equilíbrio das contas, corte de desperdícios, revisão de despesas obrigatórias e fim das manobras que empurram gastos para fora do orçamento.

Nesse contexto, torna-se essencial adotar o tripé macroeconômico, baseado no câmbio flutuante — em que o valor da moeda é determinado pelo mercado —, na meta de inflação — voltada a garantir estabilidade de preços — e no superávit primário — que significa gastar menos do que se arrecada para preservar o equilíbrio fiscal.

Quando há convergência de objetivos, com disciplina nos gastos, metas críveis e transparência, o país recupera a credibilidade, reduz o prêmio de risco e estimula o investimento produtivo. O equilíbrio entre as duas políticas é condição essencial para estabilidade de longo prazo e crescimento sustentável.

Propostas

- Recuperar o tripé macroeconômico, composto por câmbio flutuante, meta de inflação e superávit primário, como meta central da política econômica.
- Ampliar as responsabilidades do IFI (Instituição Fiscal Independente), nos moldes do Congressional Budget Office dos EUA, responsável por auditar projeções fiscais, calcular o impacto orçamentário de propostas do Congresso e atestar a credibilidade das metas fiscais, além de transformar suas análises em públicas e vinculantes: sempre que o IFI emitisse alerta de risco fiscal, isso acionaria automaticamente mecanismos de controle, como convocação obrigatória do ministro da Fazenda ou abertura de comissões de investigação, garantindo que a política fiscal deixe de depender de vontade política e passe a seguir regras estáveis, transparentes e imunes a pressões.
- Publicar relatórios trimestrais de consistência entre política fiscal e monetária, avaliando impactos cruzados sobre inflação, dívida e crescimento, de modo a garantir transparência e previsibilidade ao mercado.



Objetivo 3:

Ampliar a autonomia do Banco Central

A autonomia do BC é um pilar da credibilidade econômica de um país. No entanto, nos últimos anos, o Brasil tem visto tentativas reiteradas de interferência política nas decisões da autoridade monetária, enfraquecendo sua capacidade de manter a inflação sob controle e de ancorar expectativas. Essa instabilidade institucional eleva o risco-país, encarece o crédito e inibe investimentos.

Reforçar a autonomia do BC é garantir que suas decisões sejam técnicas, transparentes e guiadas pelo compromisso com a estabilidade da moeda e a previsibilidade macroeconômica.

Um BC independente, com mandatos fixos e foco em metas claras, reduz a incerteza, preserva o valor da moeda e protege os brasileiros da corrosão inflacionária causada por governos que tratam o dinheiro público como ferramenta política.

Propostas

- Realizar indicações técnicas para os quadros de diretoria do BC, dando suporte à institucionalização de longo prazo dessa prática no país.
- Garantir autonomia orçamentária e administrativa plena ao Banco Central, com execução financeira direta e limite de interferência política em nomeações técnicas.
- Incentivar o desenvolvimento de uma estratégia de comunicação com a sociedade que explique com clareza o papel técnico e fundamental do BC na economia, promovendo a legitimação institucional do seu trabalho.
- Apoiar a Agenda BC# de modernização do sistema financeiro nacional, baseada em educação financeira, inclusão do acesso da população a serviços financeiros, transparência e competitividade com novos serviços, como aconteceu com o PIX.



Objetivo 4:

Implementar o orçamento Base Zero

Para construir uma política econômica que seja crível e respeitada, o Brasil precisa parar de planejar seus gastos públicos de forma automática, repetindo ano após ano as mesmas despesas, mesmo quando elas já não fazem sentido. Esse modelo tradicional parte do orçamento anterior e apenas corrige valores, sem questionar se o dinheiro está sendo bem usado. O resultado é um Estado que gasta muito, entrega pouco e não sabe onde cortar. Essa prática compromete a credibilidade fiscal e impede o país de reagir a mudanças econômicas e sociais, perpetuando ineficiências e desperdícios.

Para recuperar a estabilidade e a confiança na economia, é fundamental que o planejamento orçamentário se baseie em resultados, e não em inércia. O Orçamento Base Zero (OBZ) traz exatamente essa mudança de mentalidade. Ele exige que cada gasto seja justificado do zero, com base em dados, evidências e impacto real para o cidadão. A metodologia foi implementada com sucesso em Minas Gerais durante o governo do NOVO, tornando-se referência em gestão pública responsável e transparente.

Propostas

- Implementar o programa Orçamento Base Zero em todos os ministérios, exigindo que todos os programas e despesas sejam reavaliados do zero, com base em evidências, relevância e resultados.
- Incentivar estados e municípios a adotar o OBZ, oferecendo suporte técnico e disseminando as boas práticas de gestão.
- Bonificar programas e políticas que demonstrem impactos relevantes para sociedade em revisões periódicas de eficiência.



Dívida Pública:

A primeira etapa para recuperar a estabilidade do país e deixar a economia prosperar é tratar da dívida pública. O pagamento de juros já consome mais de R\$950 bilhões por ano, comprometendo o espaço fiscal para investimentos e pressionando a taxa de juros. Além disso, o crescimento descontrolado da dívida pública eleva a incerteza para quem compra títulos do Tesouro sobre a capacidade do governo de honrar a dívida, exigindo maior prêmio de risco pago pelos títulos. Sem um ajuste fiscal, o resultado é um ciclo vicioso de crescimento dos juros, endividamento e aumento das taxas dos títulos.

O Brasil precisa recuperar a confiança de investidores e cidadãos na gestão de suas contas públicas. Isso exige disciplina fiscal, revisão de despesas obrigatórias e modernização da estrutura da dívida, garantindo previsibilidade, estabilidade e sustentabilidade para o crescimento econômico de longo prazo.

Objetivo 1:

Recuperar a credibilidade e a estabilidade fiscal do Brasil

O Brasil perdeu a confiança de investidores e agências de risco por conta de déficits recorrentes e da constante flexibilização das regras fiscais. Essa perda de credibilidade eleva o prêmio de risco, encarece o crédito e alimenta o ciclo de endividamento e juros altos. A reconstrução da estabilidade fiscal passa por uma política clara de controle de gastos e metas transparentes de resultado primário e nominal.

Além disso, o Brasil voltou a adotar medidas parafiscais (medidas que criam despesas primárias por fora do arcabouço fiscal, ficando fora do resultado primário) para maquiar as contas públicas, escondendo o endividamento e os déficits do governo, uma estratégia semelhante à que levou o país à maior crise de sua história no governo Dilma¹. O próprio TCU apontou riscos relevantes em medidas parafiscais como repasses bilionários à Caixa, BNDES e programas como Pé-de-Meia e Minha Casa Minha Vida por fora do Orçamento.²

É necessário restaurar o compromisso com a responsabilidade fiscal como valor de Estado, e não como conveniência de governo. A credibilidade será reconquistada com previsibilidade e coerência entre o discurso e a prática, sinalizando ao mercado e à sociedade que o Brasil voltará a respeitar seus limites orçamentários e a priorizar o equilíbrio das contas públicas.

¹<https://braziljournal.com/opiniao-os-gastos-parafiscais-estao-acelerando-e-o-pl-1-725-e-um-cavalo-de-troia/>

²<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/tcu-chama-equipe-economica-para-apontar-risco-em-medidas-parafiscais/>

Propostas

- Retomar o teto de gastos, englobando todas as despesas, impactando também as despesas obrigatórias e aumentando a credibilidade do arcabouço fiscal.
- Seguir metas para estabilização da relação dívida/PIB, mantendo superávits primários que permitam o pagamento da dívida e uma trajetória contínua de resultados primários positivos.
- Controlar o aumento vegetativo dos gastos obrigatórios, desvinculando-os do salário-mínimo e da inflação quando fizer sentido.
- Encerrar todas as medidas parafiscais para trazer seriedade e previsibilidade ao orçamento público.
- Fortalecer a imagem do Brasil como país confiável para pagar suas dívidas e atrair investimentos internacionais, com o objetivo de recuperar o grau de investimento nas agências de crédito.

Objetivo 2:

Aumentar o rigor com estados e municípios no reajuste das contas

Enquanto a União conta com o arcabouço fiscal para limitar os gastos, estados e municípios seguem apenas a Lei de Responsabilidade Fiscal. A combinação de transferências volumosas com baixa responsabilização cria um risco moral, em que parte dos entes expande folhas acima dos limites, contando que a União ou o contribuinte local absorvam o descontrole nas contas públicas.

O Brasil precisa de uma governança federativa baseada em incentivos alinhados. Financiamentos, auxílios e transferências devem refletir o comportamento fiscal dos entes, recompensando o ajuste e penalizando o descumprimento da lei. Com regras previsíveis e aplicação uniforme, será possível restaurar a capacidade de investimento local e elevar a qualidade do gasto público.



Propostas

- Revisar pisos salariais nacionais que imponham custos a estados e municípios sem fonte de custeio, exigindo compensação explícita da União ou, quando não for possível reverter pisos já criados, esses valores devem ser corrigidos apenas pela inflação.
- Tornar indicadores de performance fiscal, como o CAPAG e o CAUC mais rigorosos, ativando gatilhos a partir de notas baixas em sequência, bloqueando transferências voluntárias da União a estados e municípios e de estados a municípios.
- Acabar com as promoções automáticas e gratificações adicionais por tempo de serviço, aliviando o custo da folha
- Incentivar consórcios intermunicipais para compartilhar serviços administrativos e reduzir custo fixo de pessoal.

Objetivo 3:

Aprimorar a estrutura da dívida pública brasileira

A dívida brasileira apresenta um perfil caro e arriscado: metade está indexada à Selic¹, o que amplia a vulnerabilidade às oscilações da taxa básica de juros e eleva o custo do Tesouro. Essa estrutura compromete a sustentabilidade de longo prazo, pois concentra vencimentos de curto prazo e amplia a exposição fiscal a choques econômicos.

O país precisa reformular o perfil da dívida, buscando alongar prazos, diversificar indexadores e reduzir a dependência de títulos pós-fixados. Um portfólio mais equilibrado, com maior peso de papéis prefixados e atrelados à inflação, trará estabilidade, previsibilidade das despesas e menor custo para o contribuinte, fortalecendo a confiança no Tesouro Nacional e no conjunto da política econômica.

Propostas

- Reduzir o custo da dívida, transmitindo ao mercado a consistência da política econômica com o objetivo de baixar estruturalmente a taxa básica de juros.
- Melhorar o perfil da dívida: alongar os prazos médios de vencimento e aumentar a participação de títulos prefixados e indexados à inflação, diminuindo a dependência de papéis pós-fixados (Selic).

¹<https://www.infomoney.com.br/economia/por-que-divida-publica-cada-vez-mais-atrelada-a-selic-preocupa-o-mercado/>

Sistema Tributário:

Décadas apostando que “mais gasto público gera crescimento” nos trouxeram a uma carga tributária acima de 32% do PIB, no mesmo nível de países de primeiro mundo¹, mas entregando serviços de terceiro mundo. Essa alta tributação, combinada à enorme burocracia e à instabilidade regulatória, afeta diretamente o crescimento econômico e a competitividade do país. Desde 1988, mais de 460 mil normas tributárias foram editadas, impondo um custo médio de 1.500 horas anuais às empresas apenas para cumprir suas obrigações fiscais — quase dez vezes o padrão da OCDE².

Além de ineficiente, o sistema é injusto. A tributação recai fortemente sobre o consumo, penalizando os mais pobres, e as distorções no IRPJ e a multiplicidade de regimes especiais distorcem a concorrência, estimulam a informalidade e desincentivam o aumento de produtividade. Por fim, os inúmeros gastos tributários da União incentivam setores e empresas ineficientes, gerando mais distorções e complexidade ao sistema.

A Reforma Tributária, se não for bem implementada e acompanhada de outras medidas complementares que estimulem o investimento, a formalização e a geração de empregos, dificilmente alcançará o objetivo de recuperar a segurança jurídica e aprimorar a estrutura tributária do país.

Objetivo 1:

Reduzir impostos

A carga tributária brasileira é a mais alta do mundo entre países emergentes³. O excesso de impostos sobre o consumo reduz o poder de compra das famílias e o potencial produtivo das empresas. Nenhuma economia emergente com carga tributária tão elevada conseguiu sustentar um crescimento consistente. A manutenção desse modelo — caro, ineficiente e desalinhado aos padrões internacionais — continuará impondo ao Brasil custos que travam o investimento, comprimem o poder de compra e limitam o desenvolvimento econômico de longo prazo.

Para equilibrar o sistema, é fundamental deslocar gradualmente a tributação para a renda e o patrimônio, corrigir a tabela do IRPF e assegurar previsibilidade nas regras fiscais. Um modelo mais progressivo, simples e estável ampliará a justiça tributária e restabelecerá a confiança de contribuintes e investidores.

¹<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2025/marco/carga-tributaria-bruta-do-governo-geral-atingiu-32-32-do-pib-em-2024-mostra-boletim-do-tesouro>

²<https://custobrasil.org.br/>

³<https://ourworldindata.org/grapher/tax-revenues-as-a-share-of-gdp-unu-wider?tab=line&time=1996..2022&country=BRA-CHN-IDN-MEX-CHL-COL-VNM-PER-ECU-PRY-ARG-ZAF>

Propostas

- Diminuir a carga tributária total, com disciplina nos gastos e geração de receitas alternativas via privatizações, venda de imóveis públicos e concessões.
- Priorizar a redução de impostos sobre consumo para aliviar pressão sobre os mais pobres.

Objetivo 2:

Assegurar a implementação eficaz da Reforma Tributária

A aprovação da Emenda Constitucional 132/2023 representou um avanço importante na simplificação tributária, mas sua implementação exigirá coordenação técnica e responsabilidade política. Sem uma regulamentação bem executada, há risco de o novo modelo, baseado no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e na Contribuição Sobre Bens Serviços (CBS), reproduzir a complexidade atual, com múltiplas alíquotas e disputas entre entes federados.

A transição deve ser transparente, gradual e acompanhada por um comitê gestor técnico e independente, com regras claras de compensação entre estados e municípios. Um sistema de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) moderno e estável tem potencial de aumentar a produtividade, reduzir custos e impulsionar a competitividade do Brasil no cenário global.

Propostas

- Monitorar a implementação prática da regulamentação da Reforma Tributária (Lei Complementar 214/2025) e ajustar sistemas e procedimentos, evitando multiplicidade de alíquotas e avaliando periodicamente a calibragem da alíquota-referência para garantir a trava constitucional de carga neutra.
- Garantir a implementação eficaz da transição gradual do novo sistema tributário sobre o consumo (2027-2032), regulamentando critérios transparentes de compensação financeira para estados e municípios.
- Promover a digitalização completa dos processos fiscais, integrando Nota Fiscal Eletrônica, escrituração digital e o portal único para reduzir custos de conformidade, automatizar a distribuição de receitas e fortalecer o combate à evasão.

- Instituir mecanismos de suporte técnico ao Comitê Gestor do IBS, constituindo um núcleo técnico permanente, composto por servidores de carreira responsáveis por conduzir o trabalho operacional do Comitê e elaborar análises técnicas, enquanto o Conselho Superior atua como uma instância decisória colegiada.
- Garantir transparência integral das decisões do Comitê Gestor do IBS, com publicização de atas e participação consultiva da sociedade civil.

Objetivo 3:

Racionalizar o Imposto de Renda, eliminando distorções

O atual modelo de tributação empresarial é fragmentado e desigual criando incentivos para a pejetização e para a fragmentação artificial de empresas, distorcendo a competição e reduzindo a produtividade. Além disso, a sobreposição entre Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aumenta a complexidade e os custos de conformidade, afastando investimentos e reduzindo a segurança jurídica.

O Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) também precisa ser corrigido. Hoje, múltiplas declarações, regras inconsistentes e deduções distorcidas tornam o sistema injusto e caro de cumprir. Atualizar automaticamente a tabela pela inflação e simplificar o preenchimento devolve a previsibilidade ao contribuinte, reduz o peso sobre a renda do trabalho e torna o sistema mais transparente e racional.

É preciso unificar regras, simplificar a tributação e garantir neutralidade entre regimes. Um IRPJ racional e coerente estimula o crescimento das empresas produtivas, melhora o ambiente de negócios e reduz a litigiosidade, permitindo que o sistema tributário deixe de ser um obstáculo ao desenvolvimento econômico.

Propostas

- Estabelecer a atualização automática da tabela do IRPF ano a ano pela inflação do ano anterior.
- Fundir a CSLL ao IRPJ, criando um imposto único sobre lucros com regras mais simples e claras para reduzir os custos de conformidade e incertezas envolvendo sobreposições.
- Reestruturar os impostos diretos, em especial o IRPJ, simplificando o sistema, reduzindo burocracias e obrigações acessórias, e garantindo mais transparência e segurança na aplicação das regras.

Objetivo 4:

Reduzir todos os regimes especiais da União

Os regimes especiais de tributação — gastos tributários, benefícios fiscais ou renúncias tributárias — funcionam na prática como despesas públicas disfarçadas e precisam ser tratados com o mesmo rigor, transparência e controle das demais rubricas orçamentárias. O volume de benefícios fiscais e renúncias tributárias no Brasil já supera 5% do PIB, corroendo a arrecadação, distorcendo a concorrência e restringindo o espaço fiscal para investimentos essenciais. Grande parte desses incentivos beneficia grupos organizados e setores politicamente influentes, em vez de promover ganhos estruturais de produtividade. Esses privilégios criam um ambiente econômico em que empresas ineficientes são mantidas artificialmente vivas, reduzindo a competitividade das cadeias produtivas nacionais e afastando o país das cadeias globais de valor.

Reverter esse quadro exige clareza e disciplina técnica. Reduzir regimes especiais e renúncias é essencial para abrir espaço à queda das alíquotas gerais — quando todos pagam, todos pagam menos. Ao cortar distorções e recuperar a neutralidade do sistema, o país consegue dialíquotas, ampliar a concorrência e criar um ambiente que recompensa produção, inovação e eficiência, não privilégios.

Propostas

- Criar um calendário de convergência para eliminação gradual de subsídios ineficientes, com metas anuais de redução percentual da renúncia fiscal total da União, compatíveis com a trajetória de redução da dívida e com a nova disciplina fiscal
- Coibir e atuar de forma contrária a criação de qualquer novo regime especial de tributação.
- Incluir os gastos tributários no ciclo orçamentário federal, com previsão explícita na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no Plano Plurianual (PPA), garantindo que as renúncias fiscais sejam tratadas como despesa pública e submetidas ao mesmo rigor de monitoramento, avaliação e contingenciamento das demais despesas.
- Publicar anualmente o Relatório de Transparência Tributária, consolidando todos os incentivos em vigor, beneficiários, custos estimados e resultados apurados, de modo a permitir controle social e acompanhamento parlamentar sobre a efetividade de cada gasto tributário.

Seguridade Social:

O sistema brasileiro de seguridade social não fecha a conta e perdeu coerência. Mesmo após a reforma da Previdência de 2019, ainda há exceções e regras especiais que permitem aposentadorias mais rápidas para determinados grupos, obrigando o restante da população a trabalhar mais, contribuir por mais tempo e receber menos. O resultado é um rombo anual alto, acima de R\$400 bilhões¹. Gastamos mais com previdência (em % do PIB) que a média da OCDE e mantemos uma taxa de reposição elevada, o que empurra a conta para o contribuinte de hoje e pressiona as finanças públicas.

Nos benefícios sociais, o quadro também preocupa. Cerca de 94 milhões de pessoas estão no CadÚnico e, em 12 estados, há mais beneficiários do Bolsa Família do que trabalhadores com carteira assinada². O problema central é a focalização ineficaz: com os critérios atuais, seriam necessários R\$76 bilhões ao ano para erradicar a pobreza, mas o orçamento de 2025 prevê R\$167 bilhões — mais que o dobro do necessário se o foco fosse perfeito.³

As sobreposições agravam a ineficiência. Quase 43% dos beneficiários do Bolsa Família recebem mais de um benefício. E cerca de 6 milhões de pessoas que recebem o abono salarial (24% do total) também recebem salário-família — dois programas com objetivo semelhante de apoiar a empregabilidade. Isso dispersa recursos, reduz transparência e enfraquece o efeito de cada real gasto.⁴

Essa trajetória é insustentável, pois aumenta a dependência, desestimula o trabalho formal e consome espaço do orçamento para saúde, educação e segurança. O Brasil deve proteger os vulneráveis, mas com responsabilidade e regras simples e harmonizadas entre regimes. É preciso focar em quem precisa, combater fraudes e gerar incentivos ao emprego e à poupança previdenciária. Só assim vamos garantir proteção a quem precisa no presente, sem comprometer os brasileiros no futuro.

¹ https://sites.tcu.gov.br/fatos-fiscais/deficit_da_previdencia_social.html

² <https://www.poder360.com.br/poder-economia/12-estados-tem-mais-bolsa-familia-do-que-empregados-com-carteira/>

³ <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/laura-machado/2025/01/programas-sociais-sao-generosos-mas-devem-ser-mais-eficientes.shtml>

⁴ <https://sites.tcu.gov.br/relatorio-de-politicas/2021/beneficios.html>

Objetivo 1:

Melhorar a sustentabilidade do sistema previdenciário nacional

O Estado deve realinhar parâmetros de elegibilidade previdenciária e contribuição à realidade demográfica, harmonizar regras entre entes e fortalecer a previsibilidade intertemporal. Isso significa aproximar regimes, reduzir brechas que expandem despesas e ancorar expectativas com um arcabouço de ajustes paramétricos críveis. Sustentabilidade aqui não é só fiscal: é proteger o direito do trabalhador presente e futuro a um sistema que pague em dia, sem transferir a conta para quem não nasceu ainda.

Propostas

- Criar mecanismos de reajuste da idade mínima para aposentadoria baseado na expectativa de vida da população e sustentabilidade do sistema previdenciário.
- Implementar via PEC a uniformização dos regimes de previdência de estados e municípios, inclusive os que possuem Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), às regras do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), garantindo as mesmas condições de aposentadoria da União e eliminando distorções e riscos orçamentários causados por regimes próprios.
- Avançar o ensino de educação financeira no país, conectando a educação pública a iniciativas públicas já existentes, como o programa Aprender Valor, do Banco Central.

Objetivo 2:

Melhorar a focalização dos programas sociais

A falta de foco dos programas sociais têm impedido que o combate efetivo à pobreza. O Abono Salarial é um exemplo: serão R\$30 bilhões em 2025 gastos com o programa, e em virtude do seu desenho, que não considera renda familiar ou o número de dependentes, acaba por atender menos de 10% de beneficiários pobres.¹

O mesmo ocorre com a proteção ao desemprego. O país gastará R\$ 57,2 bilhões com seguro-desemprego em 2025², enquanto destina apenas R\$ 23 bilhões a políticas ativas de emprego (qualificação e recolocação) — cinco vezes menos que a média da OCDE³. O resultado é que da forma como está implementado hoje, essa política não tem conseguido aumentar a empregabilidade. Há ainda sobreposição: a possibilidade de sacar o FGTS cumpre função semelhante, encarecendo o sistema sem melhorar os resultados.

¹ <https://sites.tcu.gov.br/relatorio-de-politicas/2021/beneficios.html>

² <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Junho/conselho-da-fat-propoe-orcamento-de-118-5-bilhoes-para-o-fundo-em-2025#:~:text=Codefat Conselho%20do%20FAT%20prop%C3%B5e%20o%C3%A7amento%20de%20118%2C%205,para%20o%20Fundo%20em%202025&text=O%20o%C3%A7amento%20prop%C3%B5e%20o%20pagamento%20do%20Abono%20Salarial.>

³ <https://documents1.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/pdf/121480-REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf>

Para avançar, é preciso redesenhar o sistema de programas de transferência de renda com focalização eficiente, que reduza desperdícios e amplie o impacto da proteção social com o objetivo de realmente tirar pessoas da vulnerabilidade e facilitar o retorno ao trabalho. Abaixo, tratamos de propostas para melhoria da focalização dos benefícios sociais sob a ótica da eficiência dos gastos. Para entender mais sobre o desenho proposto para as políticas de transferência de renda, leia o capítulo de Desenvolvimento Social e Cidadania.

Propostas

- Criar uma Lei de Responsabilidade Social, unificando os critérios que definem quem é o público alvo das políticas de transferência de renda no Brasil e garantindo que apenas esse sejam os beneficiários de todos os programas sociais do país, para centralizar os esforços do Estado brasileiro na superação intergeracional da pobreza desse conjunto de brasileiros.
- Unificar o FGTS e o seguro-desemprego em uma proteção única com conta vinculada até 6 salários (saque apenas na demissão); ao atingir o saldo, o FGTS passa a complementar salário e o seguro se extingue.
- Instituir mecanismos na Lei de Responsabilidade Social que vinculem o orçamento público a metas de redução da pobreza, com base em avaliações de impacto realizadas pela Secretaria de Avaliação e Monitoramento (SMA)

Objetivo 3:

Realizar uma reforma da previdência rural e dos militares

O agro e as Forças Armadas são fundamentais para o país, produzindo, gerando empregos e garantindo a soberania nacional. Contudo, as regras especiais de previdência nesses dois grupos criam distorções caras e injustas. No meio rural, a conta não fecha: em 2022, a arrecadação cobriu só 6% das despesas, enquanto, na área urbana, esse valor foi de 83%¹. Além disso, a idade mínima é 5 anos menor para homens e 7 anos menor para mulheres do campo, algo raro na região (apenas Brasil, México e Equador mantêm diferenciação)². O agro responde por 12,4% da ocupação, mas apenas 1,5% da receita previdenciária e de FGTS. E o volume de benefícios por idade, que chegou a 6,8 milhões em 2022, supera a população rural idosa estimada em 5,3 milhões, o que indica sobreposição de pagamentos e concessões fora do público-alvo.³

¹ https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2024-01/td11-a-reforma-previdenciaria-que-faltou-a-revisao-das-regras-de-aposentadoria-rural_2.pdf

² https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2024-01/td11-a-reforma-previdenciaria-que-faltou-a-revisao-das-regras-de-aposentadoria-rural_2.pdf

³ https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2024-01/td11-a-reforma-previdenciaria-que-faltou-a-revisao-das-regras-de-aposentadoria-rural_2.pdf

Propostas

- Reduzir gradualmente a diferença no tempo de contribuição entre a aposentadoria urbana e rural para quem está no mercado de trabalho e eliminar a diferença no tempo de contribuição urbana e rural para quem passar a contribuir futuramente.
- Elevar a idade mínima para a reserva remunerada dos militares para 60 anos, equilibrando o regime diferenciado com a sustentabilidade do sistema previdenciário.
- Garantir o fim da aposentadoria integral em todas as categorias, passando a adotar a média salarial, como já ocorre no serviço público federal civil, também revisando as pensões especiais existentes.

Objetivo 4:

Zerar as fraudes em programas sociais

As fraudes em programas sociais são um grande problema para o orçamento público federal. No último ano, foram identificadas mais de 4 milhões de irregularidades no Bolsa Família e no Benefício de Prestação Continuada (BPC) — de CPFs falsos a benefícios pagos a falecidos e pessoas com renda elevada. O impacto é gigantesco: a cada 1 milhão de fraudes no BPC, o prejuízo é de R\$17 bilhões; no Bolsa Família, R\$8,4 bilhões.¹

E o problema não se restringe apenas ao BPC e ao Bolsa Família. Entre 2018 e 2022, o TCU apontou mais de 380 mil pagamentos de seguro-desemprego com suspeitas de irregularidades — inclusive a quem foi demitido por justa causa —, somando mais de R\$1 bilhão². E já há indícios de que no Programa Pé-de-Meia, criado em 2024, há cidades onde o número de beneficiários supera o de alunos matriculados.³ Para corrigir a rota, é preciso estabelecer regras simples e claras de elegibilidade, revisando-as periodicamente. Isso libera espaço fiscal, direciona recursos a quem precisa e reforça a legitimidade da seguridade social.

¹ <https://www.infomoney.com.br/politica/governo-cancelou-41-milhoes-de-beneficios-por-fraude-em-cadunico-e-bolsa-familia/>

² https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/*/?KEY%253AACORDAO-COMPLETO-2560658/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0

³ <https://www.gazetadopovo.com.br/república/ao-menos-tres-cidades-tem-mais-pessoas-recebendo-valores-da-pe-de-meia-do-que-alunos-matriculados/>

Propostas

- Estabelecer cotas de cadastro por município com base na estimativa local de pobreza, revisadas periodicamente.
- Conectar o CadÚnico às bases da Receita Federal, registros trabalhistas e dados de consumo de energia e telefonia, garantindo que todos os tipos de rendimento sejam considerados no cálculo da renda.
- Ampliar transparência e digitalização, com interoperabilidade entre estados e trilhas de auditoria, e aplicar multas a fraudes comprovadas, seguindo modelos municipais já em uso.
- Implantar auditoria contínua de sobreposições entre benefícios, com bloqueio automático de irregularidades.

Privatizações:

O Estado brasileiro ainda mantém um parque amplo e diverso de empresas, com presença direta e indireta em centenas de sociedades e forte capacidade de interferência em companhias privadas por meio de fundos de pensão e do BNDESPar.

Esse arranjo abriu espaço para déficits recorrentes nas estatais, má alocação de capital e uso político de conselhos, com impactos fiscais e perda de valor para o país. Em 2024, as estatais registraram o pior resultado da série, após período de superávits, e os fundos de pensão voltaram a acumular perdas bilionárias e denúncias de ingerência. A consequência é dupla: o contribuinte arca com riscos que não deveria, e a economia opera com menos investimento produtivo, eficiência e competitividade do que poderia.

A direção correta é reduzir o papel empresarial do Estado, preservar seu papel regulatório e de fiscalização e gerar valor via privatizações, com governança robusta e transparência. Ao focar em ativos com maior risco e potencial de geração de receita, e ao estancar a captura político-partidária em estatais e participações cruzadas, o Brasil pode reforçar a disciplina fiscal, atrair capital privado e elevar eficiência e qualidade de serviços.

Objetivo 1:

Ampliar as privatizações

É preciso privatizar empresas públicas e reduzir a presença empresarial do Estado, acelerando a entrada de capital e tecnologia nos negócios. O Estado precisa se concentrar no que lhe é próprio: regular, fiscalizar e garantir competição e proteção ao consumidor. Isso permitirá que o governo tenha maior disciplina fiscal, que o cidadão tenha acesso a melhores serviços e que toda a economia brasileira desfrute de um ambiente de negócios mais funcional, justo e dinâmico.

Propostas

- Revisar a Lei do Programa Nacional de Desestatizações conferindo maior celeridade e segurança jurídica aos processos de desinvestimento, desestatização e alienação de ativos do Estado.
- Iniciar o programa de privatizações pelas maiores estatais, como Petrobras e Correios, avançando gradualmente para outras empresas e fundos públicos.

Objetivo 2:

Retomar a agenda de governança e monitoramento dos gastos das estatais e intervenções do Estado em empresas privadas

A intervenção do Governo Federal no setor privado por meio de estatais também é um problema. Avaliando a participação do governo em ativos privados, observa-se que apenas os fundos de pensão de Caixa, Petrobras, Correios e Banco do Brasil somam mais de R\$480 bilhões em investimentos, e o BNDESPar, braço de investimentos do BNDES, mais R\$82,5 bilhões.

Parte desses recursos é aplicada em ações de empresas privadas. Desde 2023, o governo voltou a usar esses ativos para indicar nomes para os conselhos de administração, favorecendo aliados e controlando a sua gestão. Um caso que ganhou repercussão envolveu a Tupy, empresa de metalurgia avaliada em mais de R\$2 bilhões, em que foram indicados pelo governo dois ministros de estado sem formação ou experiência no setor para o Conselho de Administração, interferindo em decisões de uma empresa privada.¹

Enquanto o Estado brasileiro mantiver empresas públicas, é preciso manter governança e monitoramento rigorosos, com transparência de ativos, resultados e nomeações técnicas, limitando ingerência política. Assim, o Estado reduz conflitos de interesse, casos de corrupção e mau uso de recursos dos fundos de pensão.

¹<https://www.poder360.com.br/governo/lula-coloca-anielle-franco-e-carlos-lupi-em-conselho-de-metalurgica/>

Propostas

- Refazer o mapeamento de todas as empresas nas quais o governo possui participação, mantendo atualizado um inventário de ativos e passivos de todas as estatais, seus fundos de pensão e dos investimentos do BNDESPar, com divulgação ampla à sociedade.
- Mapear todos os gastos com pessoal, planos de saúde e outras despesas das estatais, indicando nos relatórios os custos, permitindo auditorias regulares.
- Mapear todas as participações cruzadas de fundos das estatais em organizações privadas e proibir a indicação de figuras políticas para assentos em conselhos de gestão.

Objetivo 3:

Ampliar a venda de imóveis ociosos da União

A União possui centenas de milhares de terrenos e edificações espalhados pelos municípios brasileiros. E parte desse patrimônio permanece inutilizada ou subutilizada, inclusive em áreas de alto valor. Essa contradição expõe um Estado que convive com enormes déficits de infraestrutura, mas mantém imóveis parados — custando dinheiro e deixando de gerar receita.

Segundo dados oficiais, dos cerca de 780 mil imóveis federais¹, muitos estão reconhecidamente vagos, com potencial de arrecadação superior a R\$ 30 bilhões². Em estudo recente, o TCU identificou oportunidade imediata de venda de pelo menos 2.487 imóveis vagos e 342 invadidos, além de várias cessões mal fiscalizadas.³

Ainda assim, a venda desses imóveis no atual governo praticamente estagnou: os leilões da União arrecadaram apenas R\$5,7 milhões em 2024, uma queda de 88,5% em relação a 2023 e de 98% frente a 2022, quando foram vendidas 113 unidades. Em 2024, só nove imóveis foram vendidos.⁴

Dado o custo social e fiscal de manter esse estoque imobiliário parado, é dever do Estado promover seu uso eficiente e, quando o imóvel não tem função pública clara, realizar sua venda de forma célere, transparente e profissional.

¹https://qlik-publico.paineis.gov.br/extensions/transparencia-ativa/transparencia-ativa.html?spu_tab=1

²<https://www.poder360.com.br/governo/governo-federal-quer-arrecadar-r-30-bilhoes-com-venda-de-imoveis-em-3-anos/>

³<https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/gestao-do-patrimonio-imobiliario-federal-gerido-pela-spu-e-ineficiente-diz-tcu>

⁴<https://istoedinheiro.com.br/venda-de-imoveis-da-uniao-trava-com-lula-e-em-2-anos-rendem-85-menos-que-em-2022>

Propostas

- Definir em lei que imóveis desocupados ou subutilizados não atendem ao interesse público e devem ser vendidos.
- Implementar um planejamento anual de imóveis a serem vendidos, com metas de arrecadação e cronograma obrigatório de leilões.
- Realizar um recadastramento nacional dos imóveis da União para mapear de forma atualizada os imóveis desocupados, subutilizados e doações irregulares, revogando cessões e doações em que haja descumprimento das obrigações.
- Limitar a permissão de uso de imóveis da União a prazos curtos, com finalidade específica e definida por contrato, reduzindo insegurança jurídica e ocupações permanentes travestidas de cessão.
- Permitir que o imóvel seja vendido mesmo havendo benfeitorias a indenizar, com o comprador assumindo esse custo — agilizando as vendas.

Despesas com pessoal:

A folha de pessoal cresceu sem entregar serviço à altura e passou a engolir o orçamento. Em 2023, os salários do setor público já somavam 8,9% do PIB e, entre 1995 e 2022, o número de servidores dobrou, em especial nos municípios, que saltou 220,5%.

Nos três níveis de governo, reajustes automáticos, progressões por tempo e penduricalhos empurram a despesa para cima, independentemente do desempenho. O contraste é gritante: um servidor federal recebe em média R\$11,5 mil, enquanto a renda média do trabalhador gira pouco acima de R\$3 mil; no Judiciário, a média supera R\$15 mil.

Reverter esse quadro exige que União, estados e municípios estruturam seus gastos com foco em desempenho, acabando com incentivos à captura dos recursos públicos. Racionalizar a folha é condição para abrir espaço fiscal, retomar investimentos e elevar a qualidade dos serviços ao cidadão.

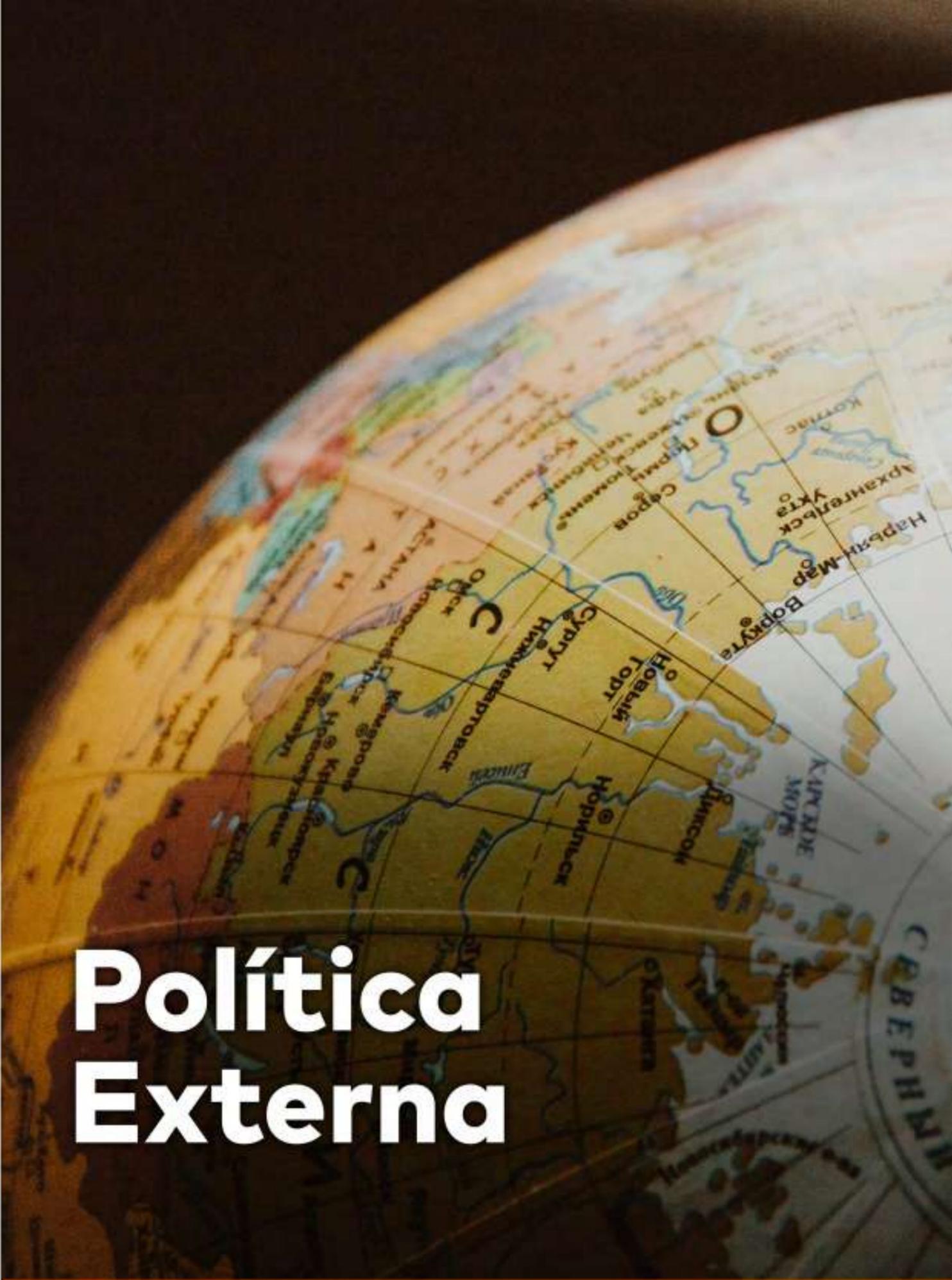
Objetivo 1: Reduzir gastos com pessoal

É necessário substituir a lógica de progressões automáticas por uma gestão remuneratória baseada em desempenho e responsabilidade fiscal. O crescimento real da folha deve estar condicionado à produtividade, ao cumprimento de metas e à capacidade orçamentária. O Estado precisa comportar as remunerações dentro dos limites de despesas, reduzir assimetrias entre poderes e vincular ganhos salariais a resultados mensuráveis.

Propostas

- Instituir um gatilho fiscal de alcance nacional que, em caso de déficit nas contas públicas, determine automaticamente a suspensão de reajustes salariais, novas contratações e progressões funcionais no serviço público.
- Reduzir o quadro de servidores públicos por meio da digitalização de processos, permitindo o enxugamento do quadro sem prejuízo à qualidade dos serviços públicos.
- Estruturar programas de desligamento voluntário e redução negociada de jornada com corte proporcional de remuneração, quando necessário e viável.





Política Externa

A política externa de um país desempenha um papel crucial na promoção dos interesses nacionais e do fortalecimento de sua posição no cenário global. Por meio de uma diplomacia estratégica, um país pode ampliar suas relações comerciais, colaborar com a preservação da paz e da ordem internacional, promover seus valores e garantir sua influência e relevância nas decisões regionais e globais.

Nos últimos anos, no entanto, a diplomacia brasileira tem se afastado de sua histórica postura de defesa do interesse nacional e de sua posição equilibrada nas relações internacionais. Tradicionalmente, o Itamaraty buscava ser pragmático, preservando a independência do Brasil nas interações com as grandes potências globais. Mas a atual gestão tem adotado uma política externa que prioriza a visão partidária, ideológica e militante do governo, alinhando o Brasil aos regimes autoritários e governos de esquerda, prejudicando a imagem do país como um ator relevante e confiável.

É fundamental, portanto, que o Brasil retome sua trajetória diplomática de respeito à democracia, à liberdade e ao seu papel de potência confiável, alinhando-se a países de economias de mercado e defendendo seus interesses nacionais de forma mais estratégica.

Para avançar essa agenda, serão abordadas propostas relacionadas às temáticas de **Estratégia Internacional, Organismos Internacionais, América Latina e Mercosul, Relações com o Mundo e Refugiados e Imigrantes.**



Papel dos entes:

O Governo Federal tem competência exclusiva para conduzir a política externa do país. Cabe-lhe representar o Brasil perante outros Estados e organismos internacionais, negociar acordos e tratados, definir tarifas e diretrizes de comércio exterior, coordenar a diplomacia econômica e a participação do país em blocos como Mercosul e BRICS. Ele também decide temas de defesa, soberania e relações internacionais de alto nível e é responsável por promover exportações, atrair investimentos, proteger cidadãos brasileiros no exterior e estruturar toda a orientação estratégica e institucional sobre guerra, paz, cooperação e integração internacional.

Os estados não possuem autonomia para formular política externa, mas podem atuar de forma complementar, apoiando ações do Governo Federal no âmbito local. Podem promover missões comerciais, buscar parcerias culturais, tecnológicas e educacionais, atrair investimentos e apoiar a internacionalização de empresas locais. No entanto, essas iniciativas não podem contrariar a política externa federal nem envolver compromissos típicos de soberania, como tratados internacionais, tarifas ou defesa.

Os municípios não têm poder para atuar em termos de política externa, mas podem firmar parcerias técnicas, culturais e educacionais com cidades estrangeiras, participar de redes internacionais de gestão urbana e buscar cooperação para inovação, meio ambiente e desenvolvimento local. Essas iniciativas não podem envolver temas de soberania e devem sempre respeitar as diretrizes definidas pela União.

Visões para o futuro do Brasil:

- Aumentar o número de acordos comerciais
- Reduzir o protecionismo econômico
- Elevar a participação do Brasil no comércio mundial
- Tornar o Brasil um mediador relevante em crises globais
- Colocar o Brasil entre as nações com maior soft power
- Aumentar o número de blocos e organismos multilaterais de que o Brasil é membro.
- Tornar o Brasil um dos principais destinos de investimento estrangeiro do mundo
- Liderar a agenda global de clima, bioeconomia e transição energética
- Fortalecer a cooperação internacional contra crime organizado, terrorismo e ciberataques

Estratégia Internacional:

Nos últimos anos, o mundo passou por uma reconfiguração do poder político, econômico e militar, o que impõe ao Brasil o desafio de se reposicionar geopoliticamente. A guerra comercial entre as duas maiores potências do globo, as crises de refugiados e o crescente protecionismo econômico têm enfraquecido a eficácia de fóruns internacionais, como a ONU, pressionando os países a se ajustarem a um mundo cada vez mais dividido.

Nesse contexto, ao se alinhar mais fortemente com qualquer uma das grandes potências, o Brasil limita suas relações e parcerias com outros países. Nos BRICS, o Brasil utilizou sua presidência em 2025 para servir aos interesses geopolíticos da China, de deslocamento do centro de poder do Ocidente para o Oriente. Isso tem enfraquecido o papel do Brasil nas relações com os Estados Unidos, criando a impressão de que estamos mais alinhados com a China do que com nossos parceiros históricos.

Diante disso, a diplomacia brasileira, que sempre se pautou pela moderação, previsibilidade e defesa dos direitos humanos, precisa restabelecer sua postura pragmática e equilibrada. Isso inclui se distanciar da zona de influência chinesa e abrir novos mercados, para reduzir a dependência de poucos parceiros comerciais. Também é importante recuperar a tradição de relações não excludentes e de uma política externa desconectada de interesses partidários. Além disso, o Brasil deve retomar sua liderança na América Latina, fortalecendo os interesses regionais em um mundo cada vez mais polarizado.

Somente com essa abordagem, reforçando os valores de liberdade política e ampliando as relações comerciais com diversas nações, a diplomacia brasileira poderá agir efetivamente em favor dos interesses nacionais.



Objetivo 1:

Recuperar o prestígio e a coerência da diplomacia brasileira

O Brasil é uma nação que por tradição defende os valores ocidentais, em especial o livre mercado e a democracia. Assim, é preciso deixar claro que os ataques de grupos terroristas, como o ocorrido em Israel e a invasão de países democráticos e livres, caso da Ucrânia e da ameaça constante que sofre Taiwan, vão contra os princípios fundamentais dos brasileiros.

Diante disso, é necessário ajustar a relação com potências estrangeiras com as quais o Brasil não deve se alinhar, como os governos autoritários da Rússia e da China. O Brasil precisa voltar a ser uma voz que defende a estabilização de conflitos regionais por meio da diplomacia, a redução da escalada nuclear no mundo, o respeito à democracia, a abertura de mercados e a rejeição do uso da política comercial como arma geopolítica, bem como a defesa de garantias de direitos fundamentais por todos os governos do mundo.

Propostas

- Reconstruir e reforçar alianças com democracias liberais e economias de mercado, rechaçar regimes autoritários e violações de direitos humanos e recuperar a liderança regional do Brasil na defesa da estabilidade, da paz e da cooperação internacional.
- Estabelecer critérios técnicos e transparentes para a escolha de representantes diplomáticos, evitando indicações exclusivamente políticas, com viés ideológico ou partidário.

Objetivo 2:

Reorientar a política externa como instrumento de promoção dos interesses nacionais

É preciso reforçar a posição estratégica do Brasil no comércio internacional, evidenciando sua relevância para a segurança alimentar do mundo, seu papel fundamental na proteção do meio ambiente, sua tradição pacífica e aberta ao mundo. A política externa brasileira deve ser responsável por promover a atração de investimentos e ampliar os destinos dos produtos brasileiros, com um olhar pragmático em relação aos objetivos nacionais, desvincilhando-se dos arranjos políticos conjunturais.

Propostas

- Priorizar a celebração de acordos de livre comércio e de investimentos com países e blocos que ampliem o acesso do Brasil a tecnologia, inovação e novos mercados.
- Ampliar a presença do Brasil em fóruns multilaterais econômicos, defendendo a redução de barreiras comerciais e a modernização das regras de comércio internacional.
- Fortalecer a imagem do Brasil como destino confiável para investimento estrangeiro por meio de colaboração entre o Itamaraty e a Apex.

Organismos Internacionais:

A presença em fóruns como o BRICS, dominado por potências de perfil autoritário, tem comprometido a imagem do país junto a democracias consolidadas e reduzido a confiança internacional nas instituições brasileiras. Ao mesmo tempo, a postura submissa em discussões de fóruns e organizações associadas às Nações Unidas limita a capacidade do Brasil de influenciar políticas globais que impactam diretamente seu desenvolvimento.

O país precisa reposicionar sua diplomacia para priorizar a participação ativa em organismos que defendem o Estado de Direito, o livre comércio e a cooperação internacional, formando alianças com democracias de economia aberta, como a OCDE.



Objetivo 1:

Priorizar a participação em organismos que promovem a cooperação internacional e a preservação de ideais democráticos

O BRICS, inicialmente criado para promover a cooperação entre economias emergentes, transformou-se em um fórum político dominado pelos interesses geopolíticos de China e Rússia, distanciando-se de sua proposta original de fomento econômico. Embora os países do bloco representem cerca de 40% do PIB mundial¹, a participação brasileira tem trazido retorno desproporcional. Em uma década de existência²: o Brasil investiu US\$2 bilhões para ingressar no Banco do BRICS, mas recebeu apenas US\$6,4 bilhões em empréstimos. Esse valor é irrisório: como comparação o BNDES movimentou US\$20 bilhões apenas em 2023³

Ainda mais grave que os resultados econômicos limitados é o papel que o Brasil assumiu dentro do BRICS como principal porta-voz da agenda de revisão da ordem financeira internacional, com a substituição do dólar como moeda de referência do comércio global. Essa postura associou o país às ambições geopolíticas de China e Rússia, afastando-o das democracias liberais e levando ao aumento das tarifas impostas pelos Estados Unidos, nosso segundo maior parceiro comercial. Por isso, o Brasil deve conduzir uma saída estratégica do BRICS.

Propostas

- Retirar o Brasil do BRICS de forma diplomática, preservando pragmaticamente as relações comerciais com todos os países do bloco e recusando qualquer direcionamento que comprometa valores constitucionais e democráticos.
- Ingressar na OCDE, conduzindo as reformas institucionais e econômicas necessárias para a adesão ao bloco.

¹<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202505/pib-do-brics-segue-superior-a-media-mundial-e-representa-40-da-economia>

²https://brics.br/en/news/climate-financing-is-the-focus-of-the-brics-bank?utm_source=chatgpt.com

³https://www.bndes.gov.br/hotsites/Relatorio_Anual_2023

Objetivo 2:

Reposicionar o Brasil na ONU e em fóruns multilaterais com independência na defesa dos interesses nacionais

Recuperar o protagonismo diplomático exige clareza de valores e coerência entre o discurso e a prática. O Brasil deve adotar uma postura digna e previsível na ONU, alinhando-se às democracias liberais e se opondo a agendas promovidas por regimes autoritários, com firmeza para denunciar violações de princípios defendidos pela Constituição Federal. É necessário recuperar a tradição de voto independente e técnico, guiado pelo interesse nacional, para que o Brasil volte a ser respeitado como um ator que coopera para a prosperidade global sem se submeter a pressões ideológicas.

Propostas

- Atuar de forma crítica e independente nas votações da ONU, condenando violações de direitos humanos, apoiando a solução pacífica de conflitos e evitando adesões automáticas a resoluções que contrariem o bem-estar e a prosperidade da população brasileira.
- Fortalecer a participação técnica do Brasil em organismos especializados da ONU, como a Organização Mundial de Saúde (OMS), Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), priorizando pautas ligadas ao desenvolvimento do país.
- Alinhar-se com a União Europeia e outros blocos e países que estejam dispostos a fortalecer a atuação de órgãos multilaterais, como a OMC.

América Latina e Mercosul:

O Brasil ocupa quase metade do território da América Latina, além de possuir cerca de um terço do PIB e da população da região. Sendo assim, é esperado que o Brasil trate como prioridade estratégica o cumprimento de seu papel de liderança geopolítica na América Latina. Nos últimos anos, porém, o governo se mostrou complacente diante do colapso humanitário venezuelano e a onda migratória por ele provocada, ignorou instabilidades políticas regionais e abandonou a liderança sobre o Mercosul, desperdiçando oportunidades de ganhos econômicos e sociais para o país.

Na América Latina, a exemplo do que já havia sido feito com Hugo Chávez¹, o ditador Nicolás Maduro² foi tratado como um aliado político, figuras condenadas por corrupção na Argentina³ e no Peru⁴ foram defendidas publicamente e houve visitas oficiais do presidente a Cuba.⁵

Hoje, o cenário político latino-americano se reconfigura com a ascensão de governos de orientação liberal e pró-mercado em países como Argentina, Bolívia e Paraguai. Esse novo ambiente cria uma oportunidade única para o Brasil liderar uma agenda de integração baseada em democracia, economia aberta e segurança regional.

Objetivo 1:

Reformular a atuação do Brasil no Mercosul

O Brasil não pode abrir mão da sua posição de liderança no Mercosul. Reformular a posição brasileira significa restaurar o propósito original do bloco como plataforma de cooperação e liberdade econômica. A revitalização do bloco deve abranger a desburocratização de suas estruturas, de modo a promover a integração comercial entre os países membros e o mundo e a estabilidade institucional e democrática na América do Sul.

Propostas

- Negociar com Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia a transição do Mercosul de união aduaneira para uma zona de livre comércio, sem exceções tarifárias ou obrigatoriedade de negociação de acordos em bloco.
- Assumir posição de liderança no Mercosul e combater a influência da agenda da esquerda bolivariana, fazendo o bloco ser um instrumento de desenvolvimento econômico.

¹ https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2005/02/050214_julachavezdtro

² <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/lula-recebe-o-presidente-da-venezuela-nicolas-maduro-no-palacio-do-planalto/>

³ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/07/03/lula-pede-liberdade-para-cristina-kirchner-apos-visitar-ex-presidente-condenada-par-corrupcao.ghtml>

⁴ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/04/16/itamaraty-confirma-que-brasil-concedeu-asilo-politico-a-nadine-heredia-ex-primeira-dama-do-peru.ghtml>

⁵ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2008/10/31/interna_politica%2C45262/lula-visita-fidel-castro-antes-de-retornar-ao-brasil.shtml

Objetivo 2:

Endurecer posturas e intensificar ações do Brasil em relação às ditaduras

Infelizmente, a América Latina convive há anos com diversos governos autoritários, que muitas vezes recebem apoio do governo brasileiro. A ditadura de Nicolás Maduro provocou uma grave crise humanitária na Venezuela, marcada pelo colapso da economia e das instituições. O país já foi o quarto mais rico do mundo¹, mas perdeu 62,5% do PIB em 10 anos com a ditadura de Maduro², de modo que em 2021, cerca de 95% da população estava na pobreza³. Organismos internacionais calculam que há cerca de 2 mil presos políticos na Venezuela, submetidos a condições insalubres e de tortura⁴. Estima-se que 7,7 milhões de venezuelanos tenham deixado o país na última década⁵ por conta da pobreza e violência. Desses, mais de 500 mil vieram para o Brasil, entrando principalmente por Pacaraima (RR) de forma desordenada e causando instabilidades sociais em Roraima.

A captura de Nicolás Maduro pelo governo dos Estados Unidos, que passa a interferir diretamente na administração do país, abre espaço para a reconstrução de um ambiente de liberdade e desenvolvimento na Venezuela. Trata-se, porém, de um desfecho que poderia ter sido evitado caso, ao longo das últimas décadas, tivesse havido no continente uma articulação mais eficaz de oposição à escalada autoritária da ditadura venezuelana, que foi sustentada pelo apoio de governos de esquerda latino-americanos. O novo cenário, embora promissor, também gera incertezas e exige do Brasil uma postura cautelosa e estratégica, voltada à retomada da democracia, do controle dos venezuelanos sobre o próprio país e da realização de eleições livres.

Também é grave o fato de que o governo brasileiro continua apoiando as ditaduras latino-americanas, inclusive na produção de alimentos, como em Cuba⁶. Houve também manifestação do chefe de Estado brasileiro se orgulhando de ter participado do aniversário da Revolução na Nicarágua, governada pelo ditador Daniel Ortega.

O Brasil deve assumir uma posição inequívoca contra o autoritarismo na América Latina, liderando a articulação de sanções e ações conjuntas com democracias regionais e organismos internacionais visando enfraquecer os regimes ditatoriais e promover a recuperação dos direitos civis dos nossos vizinhos.

¹<https://www.infomoney.com.br/colunistas/felippe-hermes/de-quarto-pais-mais-rico-do-mundo-a-ruina-as-licoes-da-venezuela/>

²<https://www.poder360.com.br/poder-economia/sob-maduro-pib-da-venezuela-encolhe-625-em-10-anos/>

³<https://brasil.elpais.com/internacional/2021-09-29/945-dos-venezuelanos-vivem-na-pobreza.html>

⁴<https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/caio-junqueira/internacional/organizacoes-apontam-quase-dois-mil-presos-politicos-na-venezuela/>

⁵<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c8xl4rp2eplo>

⁶<https://www.metropoles.com/colunas/igor-gadelha/ministro-diz-que-lula-quer-ir-a-cuba-ainda-neste-ano>

Propostas

- Acabar com qualquer apoio e endosso aos regimes ditatoriais e autoritários da América Latina.
- Assumir uma posição clara de defesa de uma transição democrática na Venezuela, com acompanhamento internacional do processo político, preservação de direitos humanos e exigência de garantias para eleições livres, transparentes e conduzidas por autoridades venezuelanas legítimas, além da libertação dos presos e perseguidos pelo regime de Maduro
- Mobilizar o Itamaraty para liderar uma articulação regional sul-americana voltada à reconstrução institucional da Venezuela, coordenando esforços diplomáticos para apoiar a estabilização do país e garantir que a transição não resulte na instauração de um novo regime autoritário ou em uma tutela externa permanente, mas na restituição plena da soberania ao povo venezuelano após mais de duas décadas de regimes autoritários e antidemocráticos.
- Posicionar o Brasil como liderança na solução da questão venezuelana perante democracias ocidentais e organismos internacionais, como ONU e Agência da ONU para Refugiados (Acnur).

Relações com o Mundo:

Por fim, é necessário abrir novos mercados, reduzir a dependência dos poucos parceiros comerciais existentes e ampliar as relações e negociações com o resto do mundo. Em relação aos Estados Unidos e à União Europeia, parceiros essenciais em comércio, inovação e governança, o Brasil precisa reconstruir a confiança e retomar negociações que ampliem o intercâmbio comercial e científico, como o acordo Mercosul–União Europeia. Ao mesmo tempo, é preciso manter relações pragmáticas com a China, sem dependência ou associação política com olhar atento e estratégico a riscos institucionais. Também é estratégico fortalecer a presença brasileira na Ásia-Pacífico, no Oriente Médio e na África, regiões em rápida expansão econômica e com grande potencial de cooperação em diversas frentes.

A retomada do protagonismo internacional brasileiro exige diplomacia técnica e coerente, capaz de transformar parcerias em instrumentos de desenvolvimento.

Objetivo 1:

Manter e expandir a relação comercial e institucional com os Estados Unidos, sem associação político-ideológica

Os Estados Unidos são a economia mais importante do mundo e o segundo maior parceiro comercial do Brasil, respondendo em 2024 por cerca de 12% das exportações brasileiras e 15,5%¹ das importações. O Brasil é um dos poucos países que mantêm déficit comercial com os EUA, e a política econômica protecionista americana, marcada por aumento de tarifas e instabilidade nas relações multilaterais, tem gerado insegurança para as cadeias produtivas nacionais que dependem do mercado norte-americano.

Além disso, o alinhamento ideológico do atual governo a ditaduras socialistas que confrontam os Estados Unidos fragilizou as relações entre os países, dificultando oportunidades de cooperação em outros setores, como pesquisa e tecnologia. Com uma diplomacia pragmática, que priorize o diálogo junto à burocracia de Washington e a aproximação com democracias abertas ao mercado, o Brasil pode consolidar-se como parceiro confiável dos EUA, melhorar as condições de comércio entre os dois países e abrir portas para colaborações benéficas à população brasileira.

Propostas

- Negociar melhores alíquotas de exportação com os EUA, reduzindo as taxas aplicadas a produtos americanos em um processo de abertura comercial.
- Atrair recursos de empresas americanas de tecnologia e IA para o Brasil, explorando a oferta de energia limpa e água abundante para a instalação de data centers no país.
- Fomentar a cooperação acadêmica e de desenvolvimento de tecnologias com universidades norte-americanas em setores nos quais o Brasil possui vantagens competitivas, como o agronegócio e a sustentabilidade.
- Mobilizar o Itamaraty para amenizar a imagem negativa que está sendo passada nos Estados Unidos sobre o Brasil, posicionando uma imagem de liderança na consolidação de valores democráticos na América do Sul.

¹<https://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>

Objetivo 2:

Ampliar comércio com a China de forma pragmática, sem associação político-ideológica, e diversificar as cadeias comerciais

A China é hoje o principal parceiro comercial do Brasil, respondendo por cerca de 28% das exportações e 24% das importações em 2024¹, sobretudo de produtos primários como soja, petróleo e minério de ferro. Essa concentração evidencia a dependência de um único mercado e uma economia exportadora baseada em commodities de baixo valor agregado. Ao mesmo tempo, cresce a presença chinesa em setores estratégicos – como energia, transporte e infraestrutura – o que exige atenção para evitar uma dependência excessiva e assimetrias de poder no longo prazo.

O Brasil deve manter uma relação estratégica com a China, priorizando resultados econômicos e preservando sua autonomia.

Propostas

- Construir estratégias de diversificação de investimentos e negócios na região da China, abrindo portas com outras nações asiáticas para reduzir riscos no caso de conflitos globais envolvendo o país.
- Remover entraves para as cadeias produtivas nacionais se aproximarem dos países latino-americanos para reduzir riscos logísticos e geopolíticos.
- Mapear setores nos quais o Brasil possui vantagens competitivas e criar programas de cooperação acadêmica e tecnológica com a China para atração de investimentos.
- Atrair recursos de empresas e fundos chineses interessados em expandir obras e projetos de infraestrutura no continente sul-americano.
- Em conjunto com o Itamaraty, universidades e órgãos de comércio exterior, avançar com programas de formação de sinólogos e especialistas em culturas e governos asiáticos para capacitar empresas e o Estado brasileiro na construção de relações comerciais.

¹<https://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>

Objetivo 3:

Aproximar o Brasil da União Europeia em termos de governança, diplomacia e intercâmbio acadêmico

A Europa é um parceira estratégica do Brasil e referência global na defesa do multilateralismo, da democracia e da sustentabilidade. O continente abriga economias centrais para o comércio exterior brasileiro, especialmente a União Europeia, (UE), que em 2024 respondeu por cerca de 14% das exportações e 18% das importações nacionais¹.

Diante da guerra comercial entre China e Estados Unidos, a UE busca novos parceiros e cadeias logísticas e de suprimentos, abrindo oportunidades para o Brasil. Nas últimas décadas, porém, o Brasil negligenciou a cooperação com a Europa e priorizou alianças ideológicas na América do Sul, o que travou o acordo Mercosul-UE e afastou o país de acordos de cooperação. A retomada dessa agenda é fundamental para modernizar a economia brasileira e reafirmar o compromisso do país com as democracias liberais ocidentais.

Reaproximar-se da Europa significa recuperar credibilidade internacional e explorar novas oportunidades em comércio, inovação e educação, permitindo ao Brasil adotar boas práticas de governança, atrair investimentos e se consolidar como nação respeitada no cenário internacional.

Propostas

- Assumir uma postura mais proativa dentro do Mercosul para acelerar o processo de finalização das exigências pendentes para assinatura e ratificação do acordo Mercosul-União Europeia.
- Concluindo a entrada na OCDE, buscar linhas de crédito disponíveis dentro do bloco que hoje estão fechadas ao Brasil e podem acelerar o desenvolvimento da infraestrutura brasileira.
- Usar o Itamaraty e a Apex para integrar o Brasil nas novas cadeias de suprimentos da UE no contexto de guerra tarifária.
- Expandir foros de diálogo com órgãos associados à Comissão Europeia para assimilar melhores práticas de gestão pública.
- Conectar as universidades e pesquisadores brasileiros aos centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico da Europa.

¹<https://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>

Objetivo 4:

Ampliar a integração econômica brasileira em cadeias produtivas da Ásia-Pacífico

A ampliação da presença brasileira na Ásia-Pacífico é decisiva para diversificar parcerias e reduzir a dependência de mercados tradicionais. A região abriga potências tecnológicas como Japão e Coreia do Sul, a Índia, que possui o maior mercado consumidor do mundo e teve o maior crescimento de PIB no mundo em 2024¹, e a Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean), no Sudeste Asiático, que já importa mais do Brasil que o Mercosul² e cujos países-membros registaram crescimentos frequentes acima de 5% ao ano na última década³.

Ainda assim, a inserção brasileira na região permanece limitada à exportação de commodities e excessivamente dependente da China. É necessário adotar diplomacia comercial proativa, buscando acordos de livre comércio, diversificando exportações e posicionando o país em cadeias de inovação.

Propostas

- Usar o Itamaraty e a Apex para integrar o Brasil nas novas cadeias de suprimentos da Ásia no contexto de guerra tarifária.
- Investir em educação e capacitação de quadros técnicos capazes de compreender e operar no ambiente industrial asiático, dominando seus idiomas, culturas de negócios e estratégias comerciais.
- Liderar o Mercosul na construção de acordos de livre comércio com a Índia e a Asean para aproveitar seu crescimento econômico e populacional e sua abertura a parcerias comerciais.
- Expandir relações com centros de pesquisa e universidades japoneses, sul-coreanas e israelenses para construir programas de cooperação tecnológica e intercâmbio acadêmico em setores de alta tecnologia.
- Usar o acordo Mercosul-Singapura para aprofundar as relações do Brasil com o país e avançar com o ganho de produtividade da economia brasileira, inspirando-se no modelo de crescimento de Singapura.

¹ <https://exame.com/mundo/os-paises-que-mais-cresceram-em-2024-e-a-posicao-do-brasil>

² <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/sudeste-asiatico-ultrapassa-mercosul-como-destino-das-exportacoes-brasileiras/>

³ <https://databank.worldbank.org/asean-gdp-gr-annual-0/id/46303a24>

Objetivo 5:

Expandir a influência econômica, cultural e diplomática do Brasil no Oriente Médio e na África

No Oriente Médio, uma região com alto poder de consumo, o Brasil é fornecedor relevante de commodities e proteínas halal (produzidas conforme normas islâmicas) e kosher (produzidas conforme normas judaicas) e pode fortalecer suas exportações na região. Outra grande oportunidade está na estruturação de cooperações tecnológicas com Israel, que se encontra na vanguarda da inovação e do desenvolvimento tecnológico. Ainda, é fundamental que a complacência da diplomacia com grupos terroristas como o Hamas seja eliminada, posicionando o Brasil como um agente favorável à paz e à democracia no Oriente Médio.

Já a África desponta como uma das últimas grandes fronteiras de crescimento global, impulsionada pelo crescimento demográfico, urbanização acelerada e forte atração de investimentos em infraestrutura e energia, especialmente da China. Apesar de seu capital simbólico e da boa receptividade cultural, o Brasil mantém presença econômica e diplomática limitada no continente, perdendo espaço para outras potências emergentes. Reforçar laços econômicos, educacionais e culturais é essencial para diversificar parcerias, ampliar exportações e fortalecer o soft power brasileiro, posicionando o país como parceiro estratégico no desenvolvimento institucional africano.

Propostas

- Condenar violações de direitos humanos e alinhamentos a grupos terroristas de países do Oriente Médio e manter postura cautelosa em relação aos regimes autoritários da região, fundamentando as relações em objetivos econômicos e comerciais.
- Ampliar e diversificar as exportações de carne halal e kosher, fortalecendo parcerias com Israel e países árabes e apoiando frigoríficos brasileiros a obter certificações reconhecidas internacionalmente.
- Mobilizar a burocracia do Itamaraty para estruturar estratégias de apoio ao setor produtivo brasileiro na integração comercial na África, priorizando nações com ambiente institucional estável e marcos regulatórios previsíveis.
- Aprofundar a cooperação técnica e educacional com países africanos em áreas nas quais o Brasil possui know-how, como agricultura tropical e biotecnologia, promovendo intercâmbios acadêmicos e capacitação profissional.
- Fortalecer a diplomacia cultural e o poder de influência na África, ampliando iniciativas de cooperação com países de língua portuguesa como instrumentos de aproximação e reputação internacional.

Refugiados e Imigrantes:

Em um mundo cada vez mais integrado, o fluxo de pessoas entre países se torna um elemento relevante para as relações internacionais e o planejamento da política externa. Por se tratar de um país historicamente pacífico, multicultural e com uma sociedade aberta a diferentes culturas, o Brasil é um destino buscado por milhares de refugiados anualmente. E sendo uma nação que defende a preservação de direitos humanos, a democracia e a liberdade, é importante encontrar soluções para o desafio de lidar com pessoas que não podem voltar a seus países de origem, por estarem sob risco iminente de morte e de violação de direitos fundamentais, sem comprometer a segurança nacional.

Além disso, embora o país tenha tradição de acolhimento, imigrantes e refugiados que chegam ao Brasil ainda enfrentam barreiras significativas, como burocracia, demora na obtenção de documentos, dificuldades de integração social e falta de políticas coordenadas de acolhimento, o que torna o processo de entrada e adaptação mais hostil do que deveria. Como parte do compromisso com a liberdade humana e o direito ao fluxo de pessoas, o Brasil deve aprimorar suas regras e políticas de tratamento de refugiados e imigrantes.

Objetivo 1:

Aprimorar o tratamento a refugiados e imigrantes no Brasil, sem comprometer a segurança do país

Em 2024, o Brasil contabilizava mais de 156 mil pessoas reconhecidas como refugiadas, tendo recebido mais de 454 mil solicitações de reconhecimento da condição de refúgio em 10 anos¹. Cerca de metade desse total é composta por venezuelanos que, desde 2018, fugindo do colapso humanitário provocado pela ditadura de Nicolás Maduro, entraram em massa no país, principalmente pela fronteira com Roraima. Essa migração intensa passou a pressionar os serviços públicos e a gerar instabilidade social no estado.

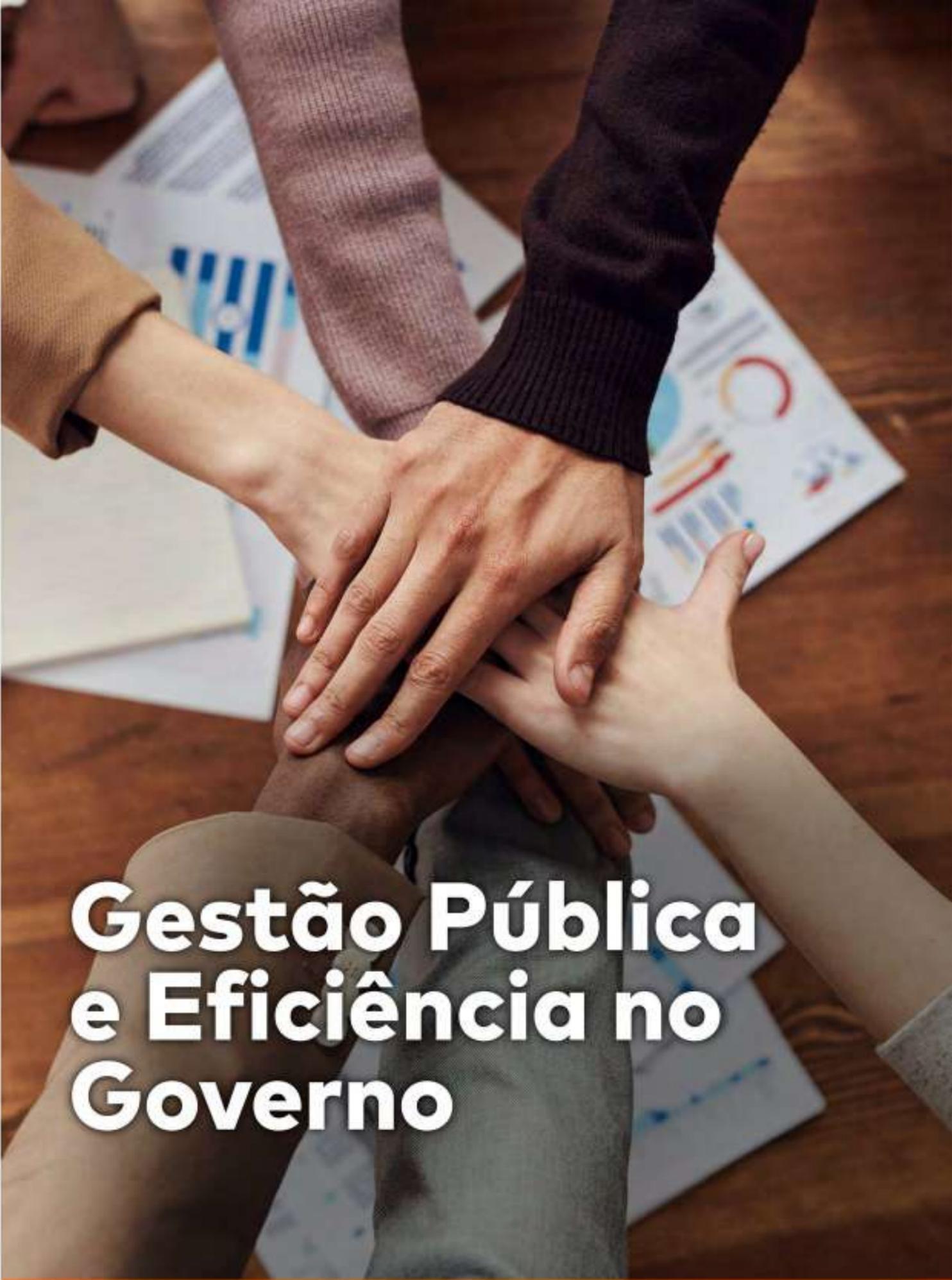
Além disso, continuamente pessoas fogem de seus países com destino ao Brasil, mas ficam retidas em condições inadequadas em aeroportos brasileiros. Por isso, é fundamental que o Estado brasileiro enfrente a burocracia na análise de pedidos de refúgio, garantindo a proteção do país e a inclusão definitiva de refugiados na sociedade brasileira.

Propostas

- Aumentar a agilidade e efetividade das análises dos pedidos de status de refúgio no país, concedendo documentação adequada aos refugiados e, em casos que gerem risco ao Brasil, realizando rapidamente a extradição às nações de origem.
- Articular com o setor produtivo e o terceiro setor iniciativas de ensino de Português e inclusão produtiva para que refugiados legalizados sejam devidamente incluídos à sociedade brasileira e possam trabalhar.



¹<https://www.acnur.org/br/dados-refugiados-no-brasil-e-no-mundo>

A photograph showing the hands of several people of different ethnicities and ages stacked together in a circle on a wooden table. In the background, there are papers with various charts and graphs, including bar charts and pie charts, suggesting a business or professional meeting. The lighting is warm and focused on the hands.

Gestão Pública e Eficiência no Governo

O governo deve ser enxuto, eficiente e atuar prioritariamente na garantia da lei e da ordem e na defesa do território nacional, seja por meio das forças de segurança ou das Forças Armadas, seja por meio de um Judiciário independente. Além disso, deve criar condições institucionais para que todos os cidadãos a serviços de saúde e educação de qualidade e a uma infraestrutura adequada.

O governo brasileiro, entretanto, tornou-se grande e ineficiente. Mesmo sem entregar saúde, segurança e educação de qualidade, se intromete em diversas outras áreas, como a produção de preservativos ou a produção de sangue em laboratório, atividades que não deveriam ser de responsabilidade do governo, mas sim do setor privado, onde a eficiência e inovação são mais presentes.

Por isso, o país precisa de um novo modelo de gestão pública, que reduza o tamanho do governo, crie incentivos para que ele seja eficiente e melhore a qualidade dos serviços públicos prestados.

Para avançar essa agenda, serão abordadas propostas relacionadas às temáticas de Gestão para **Resultados, Gestão de Pessoas, Estrutura Organizacional, Parcerias Público-Privadas e Governo Digital.**

Papel dos entes:

O Governo Federal define normas gerais de gestão pública, planejamento, concursos, contratações e processo administrativo, além de poder propor reformas constitucionais que modernizem carreiras, vínculos e avaliação de desempenho. Ele também coordena o planejamento nacional por meio de instrumentos como o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), estabelece diretrizes de gestão por resultados, padroniza sistemas de governo digital, como o Gov.br, e administra seus próprios servidores, carreiras e estruturas organizacionais. Seu papel é criar regras, orientar padrões e impulsionar a eficiência dos serviços públicos e transparência.

Os estados têm autonomia para organizar sua própria gestão pública, definindo estruturas administrativas, carreiras, concursos, sistemas de avaliação e planejamento estratégico estadual. Eles adaptam normas gerais da União às realidades locais, gerem seus servidores e podem implementar modelos de gestão por desempenho, governo digital, racionalização administrativa e PPPs em nível estadual. Seu papel é transformar diretrizes nacionais em práticas concretas de eficiência e modernização dentro de seu território.

Os municípios aplicam as regras gerais de gestão estabelecidas pela União e pelos estados, organizam suas próprias estruturas administrativas e gerem seus servidores, carreiras e concursos. Cabe-lhes implementar práticas básicas de planejamento, metas e avaliação, modernizar serviços por meio do governo digital, melhorar processos internos e garantir transparência local. Seu papel é assegurar que a máquina municipal funcione de forma simples, com eficiência e foco em resultados para o cidadão.

Visões para o futuro do Brasil:

- Garantir que todos os serviços públicos entreguem a melhor qualidade para o cidadão brasileiro.
- Construir um Estado eficiente no qual os recursos públicos sejam aplicados de acordo com as prioridades.
- Aumentar a meritocracia dos modelos de remuneração e progressão de carreira.
- Elevar a produtividade do serviço público.
- Construir processos de seleção e capacitação modernos e dinâmicos, adaptados à realidade local.
- Privatizar as empresas estatais garantindo o Estado apenas nas áreas essenciais como Segurança, Saúde e Educação.

Gestão para Resultados:

A gestão pública brasileira, geralmente, não é capaz de incentivar à busca de resultados concretos por parte do governo. A falta de uma cultura de planejamento estratégico, que engloba a definição de metas claras e finalísticas para os órgãos e servidores, provoca uma desconexão entre as tarefas cotidianas dos funcionários públicos e a busca por excelência dos serviços oferecidos à sociedade. Sem essa etapa estratégica da gestão de desempenho, também não há como distinguir objetivamente os servidores com alto padrão de entregas, que, portanto, deixam de ser recompensados pelo seu bom trabalho.

A falta de um modelo de gestão que premia resultados concretos e transformadores gera baixa qualidade da prestação de serviços públicos, o que afeta a confiança dos brasileiros no governo. Não por outra razão 94% dos brasileiros apoiam a implementação da gestão por desempenho no serviço público, com funcionários avaliados constantemente e recompensados ou responsabilizados de acordo com suas entregas.¹

Para mudar esse cenário, é preciso consolidar uma cultura de gestão para desempenho, na qual cada órgão e servidor saiba aonde quer chegar, tenha metas mensuráveis, seja avaliado por entregas concretas à sociedade e tenha os desdobramentos da sua carreira condicionados à sua performance.

Objetivo 1:

Aprimorar o planejamento e a pactuação de metas institucionais no governo

O primeiro passo deve ser a implementação de um modelo de gestão que conecte planejamento, execução e avaliação em torno de metas claras e mensuráveis. Atualmente o Plano Plurianual (PPA) é o principal instrumento de planejamento do país, acompanhado de planejamentos setoriais esparsos, e não tem sido utilizado como guia efetivo para a gestão da atuação estatal. Essa ausência de foco gera dispersão de esforços, falta de priorização e pouca transparência sobre o que o Estado realmente entrega à sociedade.

¹ <https://movimentopessoasafrente.org.br/7-em-cada-10-brasileiros-acreditam-que-a-profissionalizacao-do-servico-publico-contribui-para-o-combate-a-corrupcao-e-otimiza-a-qualidade-aponta-pesquisa-datafolha-inedita/>

Para superar essa falha e tornar o planejamento mais eficaz, é necessário criar um planejamento único de longo prazo para o país e para os estados, desdobrando desse plano os objetivos de médio prazo, inscritos nos PPAs, que devem prever indicadores e métricas e serem alcançadas, e a partir deles é que deve ser planejada a atuação de cada órgão e entidade, o que pode ser potencializado por meio de instrumentos de pactuação de desempenho, como as metas institucionais e os Contratos de Gestão.

Um exemplo que caminha nessa direção é o Programa Contrato de Gestão, implementado pelo governo de Mato Grosso do Sul, por meio do qual são firmados acordos anuais entre o governador e os secretários estaduais e que prevê benefícios às secretarias que atingirem seus objetivos.

Propostas

- Criar um planejamento de longo prazo para o setor público em todas suas esferas..
- Desdobrar dos objetivos de longo prazo os planejamentos de médio prazo, como o PPA, e de curto prazo, como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- Estruturar nos órgãos do Governo Federal e Estadual um sistema de planejamento e avaliação a partir do PPA com indicadores e metas objetivas e finalísticas, que meçam efetivamente a qualidade do serviço público final.
- Instituir contratos de desempenho nas administrações públicas federal e estaduais, nos moldes do programa Contrato de Gestão.
- Estruturar portais de dados abertos sobre desempenho dos órgãos públicos e integrar pesquisas de satisfação dos usuários dos serviços nas métricas institucionais.



Objetivo 2:

Aprimorar as avaliações de desempenho dos servidores

A partir do aprimoramento dos instrumentos de planejamento e gestão institucional, é preciso olhar para os mecanismos que orientam a atuação dos servidores, desdobrando das metas institucionais as metas individuais de cada um deles.

Na sequência é preciso unificar as avaliações de desempenho realizadas no estágio probatório, nos ciclos de gestão, nas bonificações e nos processos de progressão e promoção de carreira, tornando-as parte de um sistema integrado e coerente. Hoje, as avaliações são burocráticas, fragmentadas e incentivam os gestores a darem nota máxima para todos os servidores públicos, sendo pouco utilizadas para orientar decisões de carreira, tratadas como mera formalidade administrativa.

O novo modelo deve transformar a avaliação em um verdadeiro instrumento de desenvolvimento contínuo dos servidores, com Planos de Desenvolvimento Individual (PDIs) e consequências práticas tanto para os gestores públicos quanto para os próprios servidores, especialmente na progressão de carreira.

Propostas

- Partindo dos indicadores e metas institucionais, montar painéis de metas individuais para os servidores que garantam que todos estejam engajados na entrega de resultados que impactam a qualidade do serviço público final.
- Regulamentar a avaliação de desempenho no setor público e instituir um ciclo anual de metas, com acompanhamento contínuo e avaliações periódicas que tragam a possibilidade de desligamento após baixo desempenho reiterado.
- Fazer a integração da avaliação de desempenho com a gestão de pessoas, estabelecendo progressões condicionadas à boa performance e implementando curva forçada de desempenho para promoções e progressões, de modo a evitar avanços na carreira apenas por tempo de serviço ou pelo simples cumprimento de critérios burocráticos
- Aprimorar a avaliação do estágio probatório para que seja efetiva e baseada na capacidade do servidor de atingir os resultados planejados.
- Estruturar modelos de bônus variável por desempenho vinculado a metas institucionais, combinando incentivos financeiros, prêmios não financeiros e reconhecimento simbólico para sustentar a meritocracia, como é feito na OCDE.¹

¹<https://movimentopessoasafrente.org.br/acoes-e-aprendizados-de-paises-da-ocde-na-gestao-de-desempenho-no->

- Estabelecer a necessidade de construção de um PDI para servidores de baixo desempenho, com metas de capacitação.
- Fortalecer as corregedorias, monitorando a frequência e produtividade dos servidores e notificações de ouvidorias dos órgãos públicos.



Objetivo 3:

Melhorar a estruturação e o aprimoramento contínuo das políticas do país

Para consolidar uma cultura de desempenho no governo, é necessário que, assim como a atuação institucional e dos servidores, as políticas públicas sejam avaliadas periodicamente, garantindo a manutenção apenas daquelas nas quais os resultados atingidos sejam adequados à sua finalidade e seu custo-benefício seja demonstrado.

Propostas

- Exigir a realização de avaliações ex-ante e ex-post de todas as políticas públicas federais e estaduais e condicionar a manutenção das políticas após determinado prazo à verificação de impacto positivo.
- Estabelecer a obrigatoriedade da produção de dados e indicadores adequados para monitorar o desempenho de todas as políticas do governo.
- Implementar, nos ministérios e nas secretarias estaduais, o modelo da Metodologia de Avaliação Padronizada de Políticas Públicas (MAPP), desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que permite a criação de um ciclo permanente de avaliações rápidas, monitoramento, transparência e melhoria contínua na gestão pública.
- Utilizar os Contratos de Desempenho dentro do setor público para pactuar metas para órgãos e entidades do governo.

Gestão de Pessoas:

O modelo de gestão de pessoas no governo brasileiro é ultrapassado, há excesso de carreiras e tabelas salariais, lideranças despreparadas e processos de contratação que não avaliam as competências exigidas pelo serviço público.

Experiências bem-sucedidas como a reforma administrativa do Rio Grande do Sul e da gestão do NOVO em Minas Gerais, com o Transforma Minas, que seleciona líderes públicos por mérito e critérios técnicos, comprovam que é possível profissionalizar o serviço público com eficiência e transparência, formando uma nova geração de servidores preparados para gerir pessoas, políticas e resultados.

Objetivo 1:

Racionalizar carreiras e remuneração do funcionalismo público

O sistema de carreiras do Governo Federal é excessivamente fragmentado, com regras salariais e de progressão e promoção desiguais entre servidores com funções similares. A título de exemplo, a União possui mais de 300 tabelas salariais específicas, enquanto em países como os Estados Unidos há apenas uma tabela salarial adaptada para 47 regiões. Essa excessiva divisão impede a mobilidade da força de trabalho entre as pastas do governo, gera sobreposição de funções e distorções remuneratórias.

Além disso, as carreiras são achatadas, com salários iniciais muito acima do mercado, mas com pouco espaço de crescimento ao longo da carreira. Ainda assim, o salário médio no setor público é 72% maior do que no setor privado.¹

E, por fim, o aumento de remuneração ao longo da carreira pouco ou nada tem a ver com a assunção de funções mais complexas ou de maior responsabilidade, sendo comum na administração pública, que um servidor com mais tempo de casa receba salários mais altos em funções de analista do que gestores públicos mais jovens. Isso desestimula a ocupação de cargos complexos e de liderança e gestão e faz com que talentos do setor público não se desenvolvam.

O Brasil precisa redesenhar essa arquitetura de cargos e remuneração buscando reduzir e simplificar o número de carreiras. Um modelo mais claro e alinhado às melhores práticas mundiais permitirá criar um governo mais dinâmico e com mais oportunidades para os bons servidores.

¹<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/11/dados-do-censo-mostram-que-salario-medio-no-setor-publico-e-72-maior-que-na-esfera-privada.shtml>

Propostas

- Unificar cargos equivalentes, fazendo com que os servidores sejam do Estado brasileiro, e não de um órgão, ministério ou secretaria específica.
- Reestruturar as carreiras de modo a alongá-las, prevendo mais etapas de promoção e progressão entre o ingresso e o topo da carreira.
- Reestruturar a remuneração no serviço público de modo que seja orientada pela complexidade das funções exercidas e pelo nível de responsabilidade atribuído a cada servidor, bonificando os servidores que ocuparem posições de liderança e gestão ou assumirem funções de especialidades mais complexas.

Objetivo 2:

Modernizar os vínculos e formas de trabalho no setor público

A modernização dos vínculos de trabalho com o setor público é essencial para adequar a administração pública às demandas de uma sociedade contemporânea e dinâmica. A estrutura do funcionalismo atual é predominantemente formada por servidores estatutários com estabilidade ampla e a possibilidade de contratos temporários são limitados a alguns poucos casos e por curto período de tempo. Isso engessa o quadro de pessoal e compromete a capacidade de resposta do governo a desafios imediatos ou mudanças demográficas e econômicas.

Para superar essas restrições, é necessário repensar o regime jurídico dos servidores e instituir novas modalidades de vínculo, adaptadas às diferentes necessidades dos gestores públicos e dos serviços prestados pelo Estado. Modelos como a contratação por tempo determinado por mais tempo e para diferentes atividades, como projetos específicos do governo, ou mesmo o vínculo por tempo indeterminado sem estabilidade ampla podem ajudar a solucionar esse problema.

Propostas

- Flexibilizar a composição da força de trabalho do setor público, criando novos vínculos, como a contratação por tempo determinado, por tempo indeterminado e definindo os cargos típicos de estado.
- Enquanto não há flexibilização dos vínculos, revisar as regras de contratação de temporários na administração pública, ampliando os prazos de vigência desses contratos, uniformizando as regras dessa contratação aos direitos trabalhistas básicos, e vinculando possível porta de entrada a oportunidades em cargos efetivos.
- Regulamentar a extinção de carreiras e demissão por obsolescência da função, de maneira impessoal e técnica, vedando seu uso para perseguições políticas ou semelhantes.

Objetivo 3:

Atrair, reter e qualificar talentos no setor público

Atualmente, os concursos medem prioritariamente o conhecimento dos participantes, forçando as pessoas que desejam ingressar no serviço público a decorar conteúdos exigidos nas provas, mas que pouco ou nada têm de aplicação prática no seu dia a dia na função. Com isso, o governo seleciona pessoas inteligentes, mas que muitas vezes não possuem as competências comportamentais e as habilidades específicas necessárias para o melhor desempenho em seus cargos. Ademais, depois de ingressarem, muitos servidores enfrentam carreiras pouco atrativas, com oportunidades escassas de desenvolvimento e reconhecimento, o que dificulta a retenção e o aprimoramento contínuo dos talentos no setor público.

Esse modelo de concurso público está distante das melhores práticas internacionais, com processos de ingresso no serviço público que evoluíram para modelos que valorizam competências práticas, experiências anteriores e o perfil comportamental dos candidatos. Estados Unidos, Reino Unido e Portugal combinam análise de currículo, entrevistas e testes psicológicos para identificar quem tem as habilidades necessárias para entregar resultados concretos. Ao permanecer preso a um sistema de provas conteudistas e desconectadas do trabalho real, o Brasil afasta profissionais com vocação e dificulta a retenção de talentos comprometidos com o serviço público.

Propostas

- Modernizar o Concurso Nacional Unificado (CNU) e demais concursos, instituindo provas de competências e habilidades, além do teste de conhecimentos, inclusive com cursos ou programas de formação quando fizer sentido.
- Exigir capacitação técnica e preferencialmente realizar processo de pré-seleção em cargos de direção de livre nomeação, profissionalizando as chefias e fazendo formação de líderes com avaliação periódica.
- Flexibilizar ingresso com contratações temporárias para projetos estratégicos e um portal interno de vagas, seguindo experiências como a do programa Fast Stream do Reino Unido, que tiveram sucesso ao selecionar jovens talentos com avaliações situacionais, dinâmicas de grupo e entrevistas comportamentais¹

¹<https://movimentopessoasafrente.org.br/acoes-e-aprendizados-de-paises-da-ocde-na-gestao-de-desempenho-no->

Objetivo 4:

Revisar licenças, afastamentos e benefícios do funcionalismo público, eliminando privilégios e distorções

Por fim, é necessário que haja uma melhor equiparação entre os regimes de trabalho dos servidores públicos e os trabalhadores da iniciativa privada. Hoje, o funcionalismo é marcado por privilégios que os demais trabalhadores não têm, como aposentadoria antecipada como forma de sanção, férias superiores a 30 dias, quinquênios, triênios, licenças prêmio, licenças para concorrer a eleições e licenças de capacitação. Até mesmo o direito de greve, constitucionalmente assegurado no Brasil, quando exercido por servidores públicos, gera diferentes consequências, pois estão protegidos pela estabilidade. O prejudicado é sempre o pagador de impostos, que fica sem acesso aos serviços.

Propostas

- Regulamentar as verbas indenizatórias que podem ser pagas acima do teto constitucional do funcionalismo, e garantir que a remuneração de nenhum profissional do setor público possa ser superior ao teto constitucional, de modo a eliminar supersalários.
- Vedar férias superiores a 30 dias, licença prêmio, quinquênio, triênio e afins para servidores atuais e futuros.
- Vedar licença remunerada para disputar eleições e aposentadoria antecipada como forma de sanção.
- Regulamentar a greve no serviço público, de modo a evitar abusos.
- Prever a demissão de todo servidor público em cumprimento definitivo de pena e a extinção do auxílio-reclusão para servidores públicos.



Estrutura Organizacional do Estado:

O atual governo aumentou a máquina pública de 23 para 38 ministérios. Esse é o maior número da América Latina, à frente de países como Argentina¹ e Chile² e até mesmo da Venezuela. Também muito à cima de nações ricas, como os Estados Unidos³ e o Reino Unido⁴. Essa fragmentação excessiva gera custos desnecessários à sociedade, sobrepõe funções e reduz a eficiência e agilidade da máquina pública. Na administração indireta, a ausência de coordenação e de critérios técnicos para a criação e manutenção de órgãos e entidades públicas, aprofunda esse problema.

Olhando para os estados, fica claro que é possível trabalhar de forma mais enxuta. Em média, cada estado possui cerca de 24 secretarias. Há, no entanto, uma grande disparidade: o Maranhão e o Piauí se destacam com 41 e 40 secretarias, respectivamente, enquanto Minas Gerais e Mato Grosso do Sul possuem apenas 14 secretarias cada⁵.

Seguindo o exemplo do governo do NOVO em Minas Gerais, o Brasil precisa construir uma nova arquitetura estatal, mais leve, eficiente, integrada e transparente, voltada para o desenvolvimento nacional e a entrega de serviços públicos de qualidade.

Objetivo 1:

Reduzir o tamanho do governo

É preciso enxugar e integrar a estrutura da administração direta, reduzindo ministérios e secretarias, e fortalecendo o núcleo estratégico do governo. Uma administração mais enxuta, alinhada a padrões internacionais, permite maior coordenação interministerial, decisões mais ágeis e melhor uso do corpo técnico já existente.

Propostas

- Reduzir o número de ministérios, secretarias e órgãos de segundo e terceiro escalão para aumentar a agilidade nas decisões, eliminando sobreposição de atribuições.

¹ <https://www.argentina.gob.ar/organismos>

² <https://www.gob.cl/cuentapublica2022/ministeriosyregiones/>

³ <https://www.whitehouse.gov/government/executive-branch>

⁴ <https://www.gov.uk/government/organisations>

⁵ <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/03/06/secretarias-estaduais-incham-46-em-4-anos.ghtml>

Objetivo 2:

Racionalizar a estrutura da administração indireta do Estado

O Brasil deve modernizar a estrutura e o modelo de gestão da administração indireta para manter os entes apenas quando há ganho de eficiência e de governança, reintegrar à administração direta as atividades que sejam de interesse nacional e repassar à iniciativa privada, por meio de convênios ou Parcerias Público-Privadas (PPPs), operações que sejam mais eficientes se feitas por um ente privado. As entidades que não representem ganho de governança, não sejam de interesse nacional e tampouco tenham operações que possam ser repassadas à iniciativa privada devem ser consideradas obsoletas, seu patrimônio deve ser leilado e elas devem ser encerradas.

Propostas

- Identificar onde há sobreposição de atribuições nos órgãos da administração indireta e eliminar redundâncias, eventualmente encerrando os entes obsoletos.
- Manter órgãos da administração indireta na prestação dos serviços públicos apenas se não houver possibilidade ou ganho de eficiência em caso de prestação privada.
- Implantar prazo de validade para todas as empresas estatais e todos os entes da administração indireta, vinculados a finalidade da sua criação, reavaliando periodicamente seus resultados e decidindo mantê-las ou deixar que sejam encerradas.
- Estabelecer a obrigatoriedade de metas de desempenho, indicadores e limite orçamentário atrelado para todo novo ente da administração indireta.



Objetivo 3:

Reduzir a participação do governo na economia

O governo deve deixar as atividades econômicas com a iniciativa privada; se for participar ativamente da economia, deve se limitar apenas àquilo em que há evidente interesse estratégico, optando sempre por fazer isso por meio de regulação eficiente, PPPs e, apenas em casos excepcionais, estatais. Nesses casos, as estatais remanescentes precisam operar sob regras de mercado, com máxima transparência e rigorosa responsabilização de seus administradores.

Hoje, muitas empresas estatais se tornaram focos de aparelhamento político, ineficiência e desperdício de recursos, mantendo reservas de mercado e competindo de forma desleal com o setor privado, de maneira que afastam investimentos. Mesmo com a Lei das Estatais, falta responsabilização efetiva por má gestão. Além de reduzir o tamanho do Estado, é preciso fortalecer a governança das estatais enquanto existirem, de modo a atrair investimentos privados e garantir um ambiente econômico mais dinâmico e produtivo.

Propostas

- Eliminar da Constituição Federal a previsão de "interesse coletivo" como justificativa para criação de empresas estatais, de modo que novas estatais sejam criadas apenas em casos excepcionalíssimos.
- Estabelecer em lei a responsabilização dos administradores responsáveis pelas empresas estatais caso elas fiquem deficitárias.
- Aperfeiçoar as regras de transparência das empresas estatais incluindo a periodicidade de publicização e o detalhamento das informações de remuneração dos diretores, ativos da empresa, quadro de sócios e investidores e os investimentos realizados.



Parcerias Público-Privadas:

É preciso que o Estado brasileiro trabalhe junto com o setor privado. Sempre que uma empresa ou organização conseguir prestar um serviço público com mais qualidade e menor custo, o governo deve permitir que ela faça isso. Essa é uma prática comum nas maiores economias do mundo e ajuda a modernizar a administração pública.

O papel do governo é criar as regras, fiscalizar e garantir o investimento necessário. Já a execução do serviço, como construir, operar e manter obras e equipamentos, pode ser feita por quem sabe fazer melhor: empresas privadas e organizações da sociedade. Isso é sinônimo de serviço funcionando, sem desperdício de dinheiro.

No Brasil, esse modelo já dá resultado. As Parcerias Público-Privadas (PPPs) melhoraram estradas, transporte, água e esgoto, iluminação pública e até a gestão de parques. Minas Gerais tem se destacado como exemplo de sucesso na implementação de PPPs, com projetos como a revitalização do Minascentro e a concessão da Rodoviária de Belo Horizonte, que geraram benefícios como aumento na geração de empregos, economia para o estado e melhorias nos serviços à população.

Outra inovação importante foi o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), que normatizou a prestação de serviços por meio de organizações sem fins lucrativos e abriu espaço para novos modelos de contratualização, especialmente em serviços com impacto social mais próximo da população, como educação, saúde, assistência social e cultura. A partir desse instrumento, o Governo de Minas Gerais, sob gestão do NOVO, estruturou um dos programas educacionais mais inovadores do país, o Projeto Somar, no qual escolas estaduais podem ser administradas por OSCs para melhorar a educação oferecida aos jovens mineiros.

Objetivo 1:

Fortalecer a capacidade institucional dos governos e dar continuidade à agenda de realização de concessões e PPPs

Mesmo com os avanços das concessões e PPPs, o Brasil ainda poderia ter mais projetos em setores de infraestrutura e em serviços públicos essenciais, como hospitais e escolas.

Além do desafio de baratear esses projetos, ainda existe insegurança sobre o que pode ou não ser implementado por meio dessas parcerias e muitos órgãos públicos, em especial nos estados e municípios, não têm pessoal preparado para planejar, contratar e acompanhar esses projetos. Por isso, experiências que funcionam bem ficam restritas a poucos lugares, sem chegar ao resto do país.

Para mudar tal cenário, o Brasil precisa organizar melhor o planejamento, treinar os profissionais do governo, simplificar as regras e espalhar as boas práticas que já deram certo.

Propostas

- Ampliar o uso de concessões e PPPs em todos os setores da administração pública, priorizando projetos que gerem impacto direto na qualidade dos serviços e na vida da população.
- Permitir expressamente por lei que o governo faça parcerias com o setor privado em serviços de educação e saúde para gestão e operação de hospitais, postos de saúde e escolas.
- Fortalecer o papel do BNDES como estruturador de PPPs, ampliando sua capacidade para atender estados e municípios na estruturação de concessões e PPPs.
- Promover a troca de experiências e a padronização de boas práticas na modelagem e gestão de PPPs entre União, estados e municípios.
- Desenvolver programas de capacitação in loco e/ou políticas de mentoria com estados e municípios, ensinando como cada tipo de parceria pode ajudar a solucionar os problemas públicos que eles enfrentam e criando um portal com cases de sucesso no país.
- Avançar uma agenda com os órgãos de controle para forçar entes subnacionais a seguirem regras de transparência – e puni-los em caso de não conformidade.

Objetivo 2:

Modernizar as Leis de Concessão e PPPs

A Lei nº 8.789/1995 e a Lei nº 11.079/2004 representaram grande avanço na institucionalização das concessões comuns, patrocinadas e administrativas como solução de atração de investimento e desestatização de setores da economia no Brasil. Contudo, é preciso manter o esforço contínuo de aprimoramento das regras que regem as parcerias público-privadas visando permitir que o Poder Público e o setor privado encontrem soluções mais adequadas em cada caso para garantir a viabilidade econômico-financeira dos projetos.

Assim, por valorizar a delegação de serviços públicos à iniciativa privada, é preciso modernizar a legislação para dar segurança jurídica, reduzir custos, ampliar o uso de investimento privado e permitir projetos mais aderentes às necessidades dos estados e municípios.

Propostas

- Permitir que diferentes setores ou serviços sejam integrados em uma mesma concessão.
- Autorizar a inclusão de obras vinculadas a serviços públicos não prestados pela concessionária dentro do escopo contratual, quando fizerem sentido para a viabilidade do projeto.
- Criar mecanismo de reequilíbrio econômico-financeiro cautelar, garantindo continuidade do serviço público enquanto a análise definitiva ocorre.
- Permitir a cobrança de tarifa para serviços indivisíveis, quando tecnicamente justificável.
- Autorizar aportes públicos também em concessões comuns, ampliando alternativas de estruturação financeira dos projetos.
- Facilitar a transferência de controle societário da concessionária, aumentando a capacidade de atração de investimentos, o dinamismo do mercado e facilitando recuperações de projetos em crise.

Objetivo 1:

Modernizar a Lei que regula as parcerias com o terceiro setor e ampliar seu uso por entes subnacionais

O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) representou um avanço importante ao trazer regras mais claras para as parcerias entre o Poder Público e o terceiro setor, mas ainda faltam mecanismos efetivos de monitoramento de resultados e remuneração das organizações sociais atrelada a resultados concretos. Frequentemente, os planos de trabalho são genéricos, sem metas objetivas ou indicadores de resultado, e as informações sobre execução e prestação de contas permanecem dispersas ou pouco acessíveis.



Propostas

- Permitir a instituição remuneração variável por desempenho das organizações parceiras em relação a metas estipuladas no plano de trabalho dos contratos.
- Incentivar mais municípios a regulamentar o MROSC para melhorar a capacidade de prestação de serviços públicos com segurança jurídica nas contratualizações.
- Criar novo tipo de contrato público por meio do qual uma entidade privada sem fins lucrativos se compromete a atingir determinadas metas de interesse social e seu pagamento pelo poder público depende do atingimento destes objetivos, avançando com o que já foi proposto no Projeto de Lei do Senado nº 338/2018.

Governo Digital:

A transformação digital é um eixo estratégico da modernização do Estado e uma das áreas em que o Brasil mais avançou na última década. O país é hoje referência internacional em governo digital, impulsionado pelo sucesso do gov.br, plataforma que reúne milhares de serviços acessados por mais de 150 milhões de cidadãos. Essa infraestrutura constitui o alicerce de um sistema público menos burocrático, que oferece serviços mais ágeis, personalizados e eficientes.

No último ano, o Conecta GOV.BR também passou a ser utilizado por 10 estados brasileiros, gerando mais de R\$ 6,6 bilhões em economia desde 2020¹ e possibilitando a troca de informações automáticas e seguras entre os sistemas federais e estaduais. Em Rondônia, o programa tem sido utilizado pela Procuradoria-Geral do Estado para a otimização e efetividade do processo de cobrança tributária da administração local. O órgão faz uso dos dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural para a execução das políticas institucionais relacionadas à cobrança da dívida ativa do ente.²

A expansão desse modelo de modernização do Estado deve ser prioridade e exige mão de obra qualificada e maior capacidade institucional. Consolidar um ecossistema digital público eficiente, transparente e acessível é essencial para garantir que todos os brasileiros, em qualquer região, tenham acesso a serviços de qualidade.



¹https://www.gov.br/governodigital/pt-br/noticias/compartilhamento-de-dados-entre-sistemas-governamentais-gera-economia-de-r-3-21-bilhoes-em-2024?utm_source=chatgpt.com

²https://www.gov.br/governodigital/pt-br/noticias/compartilhamento-de-dados-entre-sistemas-governamentais-gera-economia-de-r-3-21-bilhoes-em-2024?utm_source=chatgpt.com



Objetivo 1:

Expandir a consolidação de estratégias de governo digital nos diferentes níveis de governo, aumentando a capacidade institucional da União, estados e municípios.

Apesar dos avanços em nível federal, muitos estados e municípios ainda enfrentam restrições técnicas e orçamentárias para implementar suas próprias estratégias de governo digital. A falta de padronização de sistemas e de integração entre bases de dados públicas impede que informações circulem de forma eficiente e segura.

Assim, é preciso atuar para fortalecer a capacidade institucional dos entes federados, promovendo a coordenação e interoperabilidade de dados entre União, estados e municípios, com estruturas técnicas permanentes de apoio à transformação digital e mecanismos de cooperação e troca de conhecimento.

Propostas

- Utilizar um órgão centralizado como ponto focal para avanço das estratégias e ações de digitalização de serviços nos governos estaduais e municipais e para integrar ações interministeriais.
- Implementar nas secretarias estaduais uma parceria com o Conecta GOV.BR para avanço das estratégias e ações de digitalização de serviços.
- Padronizar e consolidar dados relevantes para políticas municipais, estaduais e federais em repositórios de dados, a fim de permitir que cruzamentos de informação entre diferentes áreas e níveis do Poder Público sejam feitos, viabilizando análises de dados e estratégias de gestão pública eficientes.
- Estimular a formação de consórcios intermunicipais para trazer ganho de escala e viabilidade econômica para ações de governo digital, como o Consórcio CIGA, que reúne todos os municípios de Santa Catarina.
- Aproximar o Governo Federal de organismos internacionais que possuem expertise em governo digital, como o BID, a OCDE e o Banco Mundial, para facilitar a construção de estratégias estaduais de melhoria dos serviços públicos por meio de digitalização e capacitação das burocracias locais.

Objetivo 2:

Melhorar a prestação de serviços públicos por meios digitais e explorar oportunidades em parceria com o setor privado.

Muitos serviços públicos ainda poderiam ser oferecidos de forma menos burocrática e custosa à sociedade por meios digitais, aproximando o Estado do cidadão e reduzindo desigualdades no acesso. Em regiões periféricas e com escassez de serviços, especialmente, a modernização desses serviços representa um passo decisivo para eliminar deslocamentos desnecessários e garantir dignidade no atendimento.

Além disso, a administração pública brasileira ainda não explora plenamente o potencial da IA para melhorar a gestão, reduzir custos e elevar a qualidade dos serviços. Faltam competências técnicas, integração de dados e cultura de uso de ferramentas digitais nas rotinas administrativas. Um Estado capaz de empregar de forma inteligente ferramentas que estão na fronteira do desenvolvimento tecnológico se torna mais eficiente a quem interessa: o cidadão.

Propostas

- Estruturar mecanismos de incentivo à modernização das máquinas públicas em estados e municípios, visando a oferta de serviços digitais imprescindíveis para a dignidade da população, como a matrícula de crianças em escolas.
- Fomentar um ecossistema de inovação em governo digital, por meio de programas como o Seed, do Governo de Minas Gerais, conectando GovTechs, centros de pesquisa e incubadoras de startups para acelerar a digitalização de serviços públicos e gerar soluções e serviços mais eficientes para o cidadão.
- Capacitar gestores públicos para usar ferramentas de IA existentes.
- Criar bibliotecas públicas de comandos de IA para tarefas recorrentes no serviço público
- Estimular o desenvolvimento colaborativo de soluções com IA para reduzir custos e aumentar eficiência, compartilhando boas práticas entre ministérios.



A large Brazilian flag is shown waving on a tall pole against a sky with scattered white clouds. The flag's green, yellow, and blue colors are prominent. The pole is dark and extends from the bottom right towards the top right of the frame.

Reforma Política e Institucional

Os **Poderes da República** deveriam atuar para servir ao cidadão, preservando as suas liberdades e garantindo que o sistema político seja, de fato, uma representação da sociedade.

Nos últimos anos, entretanto, o brasileiro testemunhou o desarranjo institucional do país. Os freios e contrapesos que dão sustentação e estabilidade à democracia foram fragilizados pelo avanço das ações dos membros dos Poderes sobre papéis que cabem a outros Poderes, segundo a Constituição Federal. Essa desarmonia institucional é consequência de disputas de poder possibilitadas por falhas em estruturas da nossa República que, somadas à cultura patrimonialista do Estado brasileiro, de uso da máquina e da coisa pública para obter benefício privado, permitem a captura do Estado pelas elites políticas e da burocracia estatal.

Essa patologia do Estado ainda é reforçada por um sistema político e eleitoral que se desenvolveu para proteger seus próprios membros, distanciando-se da sociedade e da necessidade de prestar contas ao cidadão comum. É urgente, portanto, repensar as estruturas de poder da nossa República, garantindo a clara separação entre Executivo, Legislativo e Judiciário e fazendo com que a política se aproxime ao máximo da sociedade, sendo submetida a ela. Dessa forma, será possível criar um ambiente institucional e democrático no qual as liberdades individuais sejam preservadas, o dinheiro do pagador de impostos seja respeitado e a máquina pública sirva ao brasileiro.

Para avançar essa agenda, serão abordadas propostas relacionadas às temáticas de **Combate ao Autoritarismo, Sistema e Financiamento Eleitoral e Sistema Político e Pacto Federativo**.



Papel dos entes:

O Governo Federal concentra praticamente toda a responsabilidade pela reforma política e institucional: é ele quem pode propor e aprovar mudanças no sistema eleitoral, nas regras de financiamento de campanhas, no funcionamento dos partidos, na organização dos Poderes e no pacto federativo. Cabe ao Governo Federal propor alterações na Constituição, coordenar debates nacionais, definir normas sobre eleições e controle público, propor reorganizações em instituições como STF, TSE, Congresso e Ministério Público e promover reformas que ampliem representatividade, transparência e equilíbrio entre os Poderes.

Os estados não têm competência para propor reformas políticas nacionais ou modificar regras eleitorais. Cabe a eles apenas aplicar, em âmbito estadual, as normas definidas pela União e ajustar sua própria organização administrativa e legislativa conforme essas mudanças.

Os municípios não têm competência para fazer reformas políticas nacionais ou alterar regras eleitorais. Seu papel é garantir que a gestão municipal funcione com eficiência, participação social e mecanismos básicos de controle e prestação de contas.

Visões para o futuro do Brasil:

- Recuperar a confiança dos brasileiros nas instituições democráticas, garantindo um Estado de Direito guiado pela Constituição e que atue para servir ao cidadão, não ao próprio Estado.
- Reaproximar o eleitor de seus representantes, tornando o voto um instrumento de cobrança real e fortalecendo a responsabilidade política de quem exerce mandato.
- Reduzir a fragmentação partidária e o fisiologismo no Congresso, assegurando mais estabilidade, coerência programática e eficiência na aprovação de políticas públicas.
- Extinguir as decisões monocráticas em tribunais superiores, garantindo maior segurança jurídica nas decisões que afetam milhões de brasileiros.
- Limitar o uso político das emendas parlamentares, devolvendo racionalidade e planejamento ao orçamento público e reduzindo a barganha que corrói a eficiência do Estado.
- Eliminar o fundo eleitoral e reduzir progressivamente o fundo partidário, acabando com o financiamento compulsório da política e garantindo que o dinheiro do contribuinte fique onde importa: no seu bolso e na prestação de serviços públicos de qualidade.

Combate ao Autoritarismo e Abuso de Poder:

Na última década, o Judiciário ganhou protagonismo em relação aos demais Poderes, adentrando em questões políticas sensíveis à nação. Observa-se com preocupação a recorrência de decisões ativistas pelo STF, cujo papel fundamental deveria ser o de defender a prevalência do texto constitucional, garantindo segurança jurídica, previsibilidade e harmonia social no país. Recentemente, entretanto, a Suprema Corte do país tem avançado sobre temas que deveriam ser deliberados pelo Congresso Nacional por meio de ações de controle de constitucionalidade. Dessa forma, os freios e contrapesos criados para impedir que o Judiciário avance sobre outros Poderes e indivíduos e converta seu papel em tirania vêm sendo perdidos, e cidadãos estão sendo rotineiramente perseguidos, muitas vezes sem oportunidade de defesa, vendo-se reféns de um sistema cada vez mais autoritário, que tem degradado as liberdades individuais no país.

Além disso, a censura a veículos de comunicação e manifestações políticas de brasileiros vem crescendo, com o apoio de grupos da esquerda que se veem beneficiados pelo silenciamento de opositores políticos em disputas políticas e eleitorais. Até mesmo deputados e senadores, que deveriam gozar de imunidade parlamentar para expor seus posicionamentos como representantes do povo, vêm sendo perseguidos pela justiça. Se a ordem institucional que sustenta as liberdades fundamentais da sociedade está abalada, deve-se combater o autoritarismo e restabelecer a normalidade democrática, garantindo a liberdade de expressão e a proteção do Estado Democrático de Direito.

Objetivo 1:

Reduzir abusos de autoridade dentro do sistema de justiça

Nos últimos anos, o Judiciário brasileiro, especialmente o STF, expandiu seu poder de atuação, indo além de suas atribuições constitucionais. O exemplo mais recente é o julgamento dos atos do 8 de janeiro de 2023, em que o STF condenou cidadãos que cometeram atos de vandalismo a penas mais severas que as de assassinos e estupradores. Essa escalada de autoritarismo do STF se dá em um contexto no qual a Suprema Corte atua em um ambiente de baixa responsabilização por suas decisões, pois o Senado, que é o órgão responsável por responsabilizar os ministros do STF em casos de crime de responsabilidade, é refém de da atuação política da Corte, uma vez que os senadores também são julgados pelo STF o que cria um incentivo à inação diante de ações abusivas dos ministros.

Propostas

- Garantir que matérias penais ou de grande relevância constitucional sejam sempre apreciadas pelo colegiado, evitando excessiva concentração de poder em um único ministro.
- Restringir o foro privilegiado apenas aos chefes dos Poderes Executivo e Legislativo durante o exercício do mandato, eliminando o privilégio estendido a milhares de autoridades.
- Revisar a Lei de Crimes Contra o Estado Democrático de Direito, corrigindo dispositivos vagos ou passíveis de interpretação abusiva, que possam ser utilizados para criminalizar manifestações políticas legítimas.
- Combater o abuso de autoridade no Judiciário, assegurando indicações técnicas, idôneas e independentes para novas vagas no Supremo Tribunal Federal e para a Procuradoria-Geral da República, a Advocacia-Geral da União e a Direção-Geral da Polícia Federal.
- Estabelecer mandatos fixos e não renováveis para ministros do Supremo Tribunal Federal, assegurando renovação periódica, previsibilidade e redução da influência política nas nomeações.
- Ampliar os instrumentos legais que garantam ao Poder Legislativo o direito de solicitar informações e fiscalizar as atividades não jurisdicionais do Judiciário e do Ministério Público, fortalecendo a transparência e o equilíbrio entre os Poderes.



Objetivo 2:

Blindar a atuação política do Judiciário em processos eleitorais

Desde 2019 o Brasil convive com casos de censura a veículos de imprensa, especialmente entre organizações que criticam e expõem abusos do Judiciário e de grupos da elite política do país. Esse movimento vem se intensificando desde a primeira grande censura, quando o STF censurou uma reportagem da revista *Crusoe* que denunciava a presença de membros da Corte na lista de propinas da Odebrecht.

Houve também a derrubada de perfis, especialmente da direita, e de redes sociais inteiras, como o X, que foi impedido de operar no Brasil por 39 dias durante as eleições de 2024, além da plataforma Rumble, que desde fevereiro de 2025 está bloqueada no país.

Os atos de censura ganham cada vez mais força durante períodos eleitorais. Em 2022, a justiça determinou a proibição de determinadas críticas direcionadas aos candidatos à presidência, sob a justificativa de coibir a disseminação de informações falsas e ofensivas, em um claro abuso de poder que restringiu indevidamente a liberdade de expressão no debate político, com potenciais efeitos sobre os resultados eleitorais.

Propostas

- Defender de forma intransigente a liberdade de expressão, reforçando na Constituição Federal as garantias contra censura e perseguição política e assegurando ambiente plural de opinião e crítica.
- Combater a suspensão da operação de plataformas digitais no país, autorizando sua atividade mesmo sem representante legal residindo no Brasil, exigindo contudo, que exista uma sede da empresa registrada em um endereço fiscal brasileiro, como é feito em países como a Estônia com o e-Residência.
- Estabelecer vedação à participação de ministros do STF na composição do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), assegurando maior independência entre as instâncias do Judiciário e prevenindo conflitos de competência.
- Revisar as prerrogativas e competências do TSE, de modo a reforçar a separação entre as funções normativas e julgadoras da Corte sobre processos eleitorais, evitando concentrações de poder e potenciais abusos.

Sistema e Financiamento Eleitoral:

O sistema eleitoral brasileiro é estruturado para ajudar a manter a elite política no poder e distante do povo, sem representar verdadeiramente os eleitores ou se responsabilizar por suas ações. Esse cenário se torna mais injusto diante do alto custo dos processos eleitorais no país, nos quais os recursos públicos são apropriados sem pudor pelos grupos que estão no poder e usados por caciques partidários que buscam manter a máquina sob seu controle.

Para piorar, o Brasil não permite candidaturas independentes de partidos políticos, o que dificulta a renovação e o surgimento de novas lideranças realmente conectadas com os desejos da população. Nem mesmo o movimento de renovação gerado pela entrada das redes sociais no jogo político, que trouxe novos nomes e permitiu a ascensão de figuras sem histórico político, foi capaz de tornar o Estado uma tradução mais próxima da sociedade brasileira, e as políticas públicas, traduções de seus anseios.

Diante disso, é fundamental revisar todo o modelo eleitoral brasileiro, com o objetivo de aumentar a qualidade da representação da sociedade na política, elevar a responsabilização dos políticos por seus atos e reduzir o gasto de dinheiro do cidadão com as eleições.

Objetivo 1:

Reformar o sistema eleitoral brasileiro

O modelo proporcional com listas abertas favorece a fragmentação partidária, distanciando os eleitos dos eleitores e dificultando a responsabilização dos representantes. A própria representatividade sob esse modelo é falha, devido ao mecanismo no qual os "puxadores de voto" elegem representantes que os eleitores desconhecem, devido ao quociente eleitoral. Isso torna o Congresso ainda mais pulverizado, com dezenas de partidos sem ideologia, além de dificultar a formação de maiorias estáveis e promover um ambiente de negociações fisiológicas.

O sistema distrital misto, que combina a representação territorial direta com a proporcionalidade partidária, permite que parte dos deputados se eleja por distritos geográficos, aproximando o representante da comunidade e criando um vínculo mais claro de prestação de contas e transparência, sem abrir mão da representatividade de partidos e grupos menores. A sua adoção, em conjunto com ações que reduzam a dependência dos candidatos em relação aos políticos e aumentem a responsabilização dos representantes, tem potencial para elevar enormemente a qualidade da democracia brasileira.

Propostas

- Promover a substituição do atual modelo proporcional de lista aberta por um sistema distrital misto com 2 votos, um para a eleição majoritária do representante do distrito e um na eleição proporcional de lista aberta para representação de ideias no parlamento, assim combinando representatividade territorial, sem manipulação do desenho dos distritos, e equilíbrio partidário.
- Extinguir a possibilidade de reeleição para cargos majoritários, a fim de reduzir o uso da máquina pública em campanhas e fortalecer a alternância de poder.
- Autorizar candidaturas independentes em todas as esferas eleitorais, garantindo liberdade de escolha ao eleitor e incentivo à renovação política.
- Instituir o recall eleitoral, para que eleitores revoguem o mandato de representantes que descumprirem seus deveres ou perderem a confiança pública, mediante coleta de assinaturas e nova votação popular, reforçando a responsabilidade e a transparência dos eleitos.

Objetivo 2:

Reformar o sistema de financiamento partidário e eleitoral brasileiro

O financiamento da política no Brasil é uma máquina de transferir recursos do cidadão para as elites que mandam no país. Para as eleições de 2026, o Fundo Eleitoral terá o valor de R\$4,9 bilhões¹. Em vez de fortalecer a democracia, ele funciona como uma proteção da velha política, sufocando a renovação e a competição saudável. O "Fundão" concentra poder nas mãos das cúpulas partidárias, que distribuem os recursos com critérios opacos, favorecendo, de modo geral, os já eleitos e as lideranças do partido. Além disso, o Fundo Partidário transfere mais de R\$1 bilhão do brasileiro para alimentar estruturas partidárias todos os anos. Em 2025, o valor aprovado foi de R\$1,36 bilhão². Em vez de buscar apoio social, entregar resultados para manter suas bases ou mobilizar filiados e apoiadores, os partidos se tornaram dependentes do dinheiro público, preocupados apenas em sugar mais recursos da sociedade.

Propostas

- Extinguir o Fundo Partidário e o Fundo Eleitoral, substituindo-os por um modelo de financiamento privado de campanhas, com doações permitidas por pessoas físicas e jurídicas, havendo critérios rígidos de transparência, rastreabilidade e limites proporcionais à receita das empresas
- Enquanto o Fundo Eleitoral existir, prever ampla divulgação dos seus critérios de distribuição, exigindo publicação por parte dos partidos em suas páginas oficiais e nas suas redes sociais.

¹<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/entenda-aumento-do-fundo-eleitoral-em-2026/>

²<https://www.infomoney.com.br/politica/congresso-aumenta-caixa-do-pl-em-r-23-mi-e-do-pt-em-r-18-mi-com-derrubada-de-veto/>

Sistema Político e Pacto Federativo:

Desde as manifestações de 2013, percebe-se que o sistema político brasileiro enfrenta dificuldades estruturais para promover a representação da sociedade no governo e avançar as pautas que emanam das ruas e são discutidas nos processos eleitorais. Os poderes da República têm, cada vez mais, ultrapassado suas atribuições, em um movimento que contribui para o desequilíbrio de forças e dos sistemas de freios e contrapesos do Estado. E diante da disputa por protagonismo político e controle dos recursos públicos entre Executivo, Legislativo e Judiciário, a qualidade dos serviços públicos oferecidos ao cidadão e o respeito aos pilares da democracia brasileira se tornam a menor das prioridades.

Contribui para esse problema o pacto federativo brasileiro, que, em vez de tratar os estados como entes independentes e próximos dos cidadãos, restringiu ao máximo seu campo de ação, sua representatividade política e sua autonomia e acesso a recursos públicos. Para que a sociedade seja realmente representada no sistema político e federativo brasileiro, preservando os pilares republicanos e democráticos, é preciso repensar suas estruturas, enfrentando problemas criados e intensificados ao longo das últimas décadas.

Objetivo 1:

Reformar o sistema político brasileiro

O presidencialismo de coalizão brasileiro vem dando sinais de fragilidade há mais de uma década, com a perda de poder do Executivo Federal e o fortalecimento do Congresso, que captura o orçamento e a máquina pública para avançar as pautas nacionais. Nesse modelo, diante da intensa fragmentação partidária no país, surge a necessidade do Executivo de formar alianças multipartidárias para avançar sua agenda programática, que é contaminada pela tradição patrimonialista de sequestro do Estado por interesses privados.

Percebe-se, portanto, que o sistema presidencialista dificulta a substituição de governos fracos e sem apoio no Congresso, travando o avanço de pautas fundamentais. Isso é ainda mais grave diante da multiplicidade de partidos fisiológicos, sem clareza programática, que torna as alianças multipartidárias do presidencialismo de coalizão brasileiro frágeis.

Propostas

- Realizar a transição do sistema político brasileiro do presidencialismo para o parlamentarismo.

Objetivo 2:

Reforçar os freios e contrapesos institucionais no âmbito do Judiciário e conter o ativismo judicial

O governo atual vem se mostrando incapaz de avançar muitas de suas próprias pautas pela via institucional, com a promoção de debates na sociedade civil e a aprovação de projetos no Congresso Nacional, mesmo com a distribuição de emendas e cargos. Com isso, aproveitando-se do fortalecimento do ativismo e autoritarismo do Judiciário, o governo tem judicializado seus projetos, buscando fazer sua implementação e governar por meio de decisões judiciais.

Diante disso, o STF tomou decisões em linha com o atual governo em nove em cada 10 processos julgados entre 2023 e 2024¹, muitas vezes agindo de formas que fogem à previsão constitucional, como ao validar o aumento do IOF por decreto presidencial, sem aprovação do Congresso². Essa patologia institucional, além de invalidar o arranjo democrático do país, promove a exposição pública de ministros do STF, ampliando a transformação do Judiciário em um agente político. Com isso, atores que deveriam trabalhar única e exclusivamente pela observância do texto constitucional no país ganham uma posição indevida e danosa à estabilidade do sistema político nacional, que favorece a institucionalização de uma cultura de ativismo judicial no Brasil.

Propostas

- Reduzir o rol de legitimados a propor ações diretas de constitucionalidade, equiparando o Brasil aos demais países democráticos do mundo, evitando a excessiva judicialização da política por parte das minorias parlamentares, bem como buscar desconstitucionalizar matérias, de modo a reduzir a competência do Supremo Tribunal Federal sobre decisões discricionárias do Executivo ou políticas do Legislativo.
- Proibir a indicação ao Supremo Tribunal Federal de pessoas que tenham ocupado cargos políticos, de primeiro escalão em governos ou de direção partidária em um período prévio, para reforçar a independência institucional da Corte.
- Estabelecer um código de conduta para ministros do STF, com regras claras sobre os limites de suas manifestações públicas, como entrevistas e participações em eventos de natureza política, garantindo a imparcialidade e a sobriedade da Suprema Corte.

¹ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2025/03/stf-decidiu-em-linha-com-governo-lula-em-9-de-cada-10-acoes-constitucionais.shtml>

² <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-restabelece-parcialmente-decreto-que-eleva-aliquotas-do-iof/>

Objetivo 3:

Revisar o Pacto Federativo brasileiro

O federalismo brasileiro produziu um sistema em que o poder e o dinheiro se concentram em Brasília, limitando a autonomia de estados e municípios em agendas fundamentais para o cidadão e as administrações locais. Além disso, o pacto federativo brasileiro estabeleceu uma distribuição de cadeiras na Câmara dos Deputados que sub-representa os estados mais populosos e amplia o peso político de estados menos populosos, comprometendo a legitimidade da representação no sistema político brasileiro.

Em nível municipal, isso também gera uma dependência crônica de repasses da União e dos estados, prejudicando a autonomia financeira dos municípios e criando uma cultura de clientelismo, irresponsabilidade fiscal local e baixa renovação política. Diante de mais de 5 mil municípios no país, sendo a maioria deles financeira e administrativamente inviáveis e dependentes de Brasília e dos governos estaduais, nem mesmo o cidadão tem consciência real sobre quem deve cobrar pelos serviços públicos ruins.

Propostas

- Implementar um programa de reestruturação administrativa que preveja a fusão ou extinção progressiva de municípios sem viabilidade financeira e administrativa, garantindo racionalização do gasto público e maior eficiência na prestação de serviços.
- Redefinir a distribuição de receitas e competências entre União e estados, assegurando maior autonomia fiscal e administrativa, com responsabilidade e transparência na gestão dos recursos.
- Reduzir sobreposição de atribuições e políticas entre entes da federação e rever mecanismos de transferências constitucionais e voluntárias, para diminuir a dependência de repasses da União e estimular a arrecadação própria e a eficiência da gestão local.
- Rever a distribuição de vagas na Câmara dos Deputados com base apenas em critérios populacionais atualizados, garantindo proporcionalidade entre eleitores e representantes e restabelecendo o equilíbrio político entre as unidades da Federação dentro do pacto federativo brasileiro.

Objetivo 4:

Reformar o sistema de emendas ao orçamento, aumentando eficiência do gasto

O Legislativo brasileiro adquiriu um poder maior que o desejado por meio do mecanismo das emendas parlamentares, um modelo de emenda ao orçamento público que gera efeitos negativos na qualidade das políticas públicas¹ e no funcionamento do Parlamento brasileiro. As emendas impõem risco ao processo eleitoral por sua capacidade de influenciar os resultados e favorecer localidades onde parlamentares têm mais votos, força e interesse político², sem a devida qualidade do gasto público e reduzindo a competitividade eleitoral no país³. A interferência do Legislativo brasileiro no orçamento é muito maior que a dos países da OCDE, onde os congressistas têm menos poder para alterá-lo. Nessas nações, eventuais inclusões de despesas atingem apenas uma parcela ínfima das verbas discricionárias, sem comprometer a proposta original do Executivo.⁴

A proposta de orçamento para 2026 enviada ao Congresso previu R\$40,8 bilhões destinados a emendas parlamentares impositivas. O valor inclui emendas individuais e de bancadas estaduais. Com a inclusão de emendas de comissão, o valor pode crescer para R\$52,9 bilhões.⁵ Tal montante corrói grande parte do orçamento discricionário da União, e a mesma lógica já cresce aceleradamente entre os estados⁶.

Propostas

- Congelar o valor das emendas parlamentares, garantindo que ao longo dos anos, com o aumento da arrecadação e do PIB, a super representação delas no orçamento discricionário da União seja diluída..
- Propor uma lista de programas e políticas públicas habilitadas a receber emendas parlamentares, de modo que os parlamentares elejam suas prioridades dentro das prioridades do Executivo previamente pactuada entre com o Legislativo e acabar com as "emendas Pix" enviadas de forma desvinculada e diretamente ao caixa único dos municípios, que acabam por financiar despesas correntes.
- Estruturar sistemas de transparência rígida na destinação de emendas parlamentares e monitoramento no uso dos recursos.

¹<https://www.scielo.br/j/csp/a/9ZCwyxLFP6pCVz4krScFcmB/>

²<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0304387815000577>

³<https://repositorio.insper.edu.br/entities/publication/d3415397-16a6-498b-9f60-2e62f067049e/full>

⁴<https://repositorio.insper.edu.br/entities/publication/bfd34354-650a-41fe-8481-f317d9d474bf>

⁵<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-08/orcamento-de-2026-reserva-r-408-bi-para-emendas-parlamentares>

⁶<https://transparenciainternacional.org.br/posts/estados-seguem-congresso-nacional-e-emendas-aos-orcamentos-estaduais-representam-r-95-bilhoes/>



Transparência, Fiscalização e Prevenção à Corrupção



Países que mantêm elevados padrões de transparência, integridade pública e controle efetivo da corrupção apresentam, de forma consistente, maior crescimento econômico, melhor provisão de serviços e maior capacidade de atrair investimentos. Quando o Estado opera com regras claras, fiscalização independente e total responsabilização de agentes públicos, reduz-se o desperdício de recursos, a eficiência das políticas públicas é melhorada e se aumenta a confiança de investidores e cidadãos.

No Brasil, no entanto, a corrupção se espalhou como um programa de Estado, se tornando a pedra fundamental de uma gestão pública cujo objetivo é a construção de uma hegemonia política e a apropriação da maior quantidade possível de recursos públicos. Os escândalos se multiplicaram, o nível de complexidade dos esquemas foi aprofundado, e a corrupção, que sempre existiu no país, tornou-se transnacional, construindo redes criminosas que alcançaram diversos governos do nosso continente. Os esquemas de corrupção se infiltraram em todos os níveis e áreas dos governos, muitas vezes subvertendo pilares da democracia por meio da compra de parlamentares.

Da mesma forma, a captura dos recursos públicos e do Estado para atender a interesses privados, fortalecendo uma casta da elite que se beneficia de privilégios imorais conquistados, aprofundou-se. Do Executivo ao Judiciário, passando pelo Legislativo e o Ministério Público, nota-se a complacência com luxos e remunerações indevidas, que são blindados entre si pelos diferentes grupos que buscam ter, eles próprios, uma fatia do orçamento público.

Esse cenário de imoralidade requer um compromisso permanente de aprimoramento das iniciativas do próprio Estado de se fiscalizar e adotar mecanismos de transparência e controle de suas atividades. Assim, a corrupção será punida, os privilégios das castas que exploram o dinheiro dos trabalhadores brasileiros serão eliminados e o Poder Público será obrigado a atuar conforme normas éticas, garantindo total transparência de suas ações.

Para avançar essa agenda, serão abordadas propostas relacionadas às temáticas de **Fiscalização e Prevenção à Corrupção, Combate a Privilégios e Transparência.**

Papel dos entes:

O Governo Federal define marcos legais, coordena políticas nacionais e fortalece a capacidade institucional de prevenção e repressão à corrupção, com foco em integridade pública, transparência e responsabilização. Cabe-lhe revisar e propor aprimoramentos nas normas de improbidade e compliance, promover medidas para reduzir privilégios remuneratórios e assegurar o uso ético de recursos e bens públicos (viagens, diárias, veículos e eventos). No âmbito do Executivo, deve gerir e regulamentar a aplicação da Lei Anticorrupção e da Lei de Acesso à Informação, exigir programas de integridade em licitações e contratos, e coordenar a atuação da Controladoria-Geral da União (CGU). Compete-lhe ainda apoiar o Ministério Público Federal e a Polícia Federal em investigações, garantir transparência ativa por meio de portais e bases abertas, e estimular o controle social e a concorrência justa no setor público.

Os estados implementam e detalham essa agenda no território, priorizando eficiência administrativa, disciplina fiscal e cooperação federativa. Devem assegurar o cumprimento do teto remuneratório constitucional, editar normas sobre o uso de veículos, diárias e gastos oficiais, e adaptar as diretrizes nacionais em planos estaduais de integridade e combate à corrupção. Compete ao Executivo estadual estruturar e fortalecer as controladorias-gerais, apoiar os ministérios públicos e as polícias na apuração de ilícitos e atender tempestivamente às recomendações dos tribunais de contas. Na área de contratações, cabe implantar sistemas de análise de risco e cruzamento de dados fiscais, exigir programas de compliance de fornecedores e manter ouvidorias e canais de denúncia acessíveis. É essencial garantir portais de transparência atualizados e auditorias baseadas em risco, assegurando à sociedade meios efetivos de acompanhamento da gestão pública.

Os municípios têm papel fundamental na execução local da política de transparência e prevenção à corrupção. Devem aplicar as normas federais e estaduais de acesso à informação, manter portais de transparência atualizados, publicar dados sobre receitas, despesas, licitações e contratos, e estruturar unidades de controle interno e ouvidorias municipais. Também lhes cabe cooperar com tribunais de contas e ministérios públicos, apurar denúncias de irregularidades e adotar práticas básicas de integridade e governança compatíveis com sua estrutura. Sua responsabilidade é assegurar a correta aplicação dos recursos públicos, promover a ética na gestão e garantir que o cidadão possa fiscalizar, de forma contínua e acessível, o uso do dinheiro público local.

Visões para o futuro do Brasil:

- Acabar com os privilégios na remuneração de servidores públicos.
- Reduzir despesas de representação no Governo Federal.
- Zerar escândalos de corrupção no Governo Federal.
- Aumentar o número de informações e dados públicos disponibilizados.

Fiscalização e Prevenção à Corrupção:

A corrupção sistêmica é marca da cultura política brasileira, sendo poucos os governos que não foram maculados com casos nas últimas décadas. Não à toa, o Brasil está na 107ª posição, entre 180 países, no Índice de Percepção da Corrupção, da Transparência Internacional, atrás de países como Cuba, Vietnã, Etiópia e Zâmbia¹. E no Rule of Law Index, o Brasil figura na penúltima posição, entre 142 países, na categoria que avalia se os agentes públicos do Poder Legislativo utilizam o cargo público para obtenção de vantagens pessoais².

Em grande parte, isso se deve à baixa qualidade dos mecanismos de fiscalização e controle, que têm a função de monitorar irregularidades em todos os níveis de governo e nos três Poderes e garantir a conformidade. A corrupção generalizada e a disfuncionalidade dos órgãos de fiscalização e controle facilitam a permanência dos mesmos grupos no poder, capturando instituições e recursos da população e utilizando-os em processos eleitorais. Por isso, para o Brasil se desenvolver com integridade e respeito ao cidadão, é preciso retomar uma agenda de tolerância zero com a corrupção e empoderamento dos órgãos de fiscalização e controle.

¹<https://transparenciainternacional.org.br/ipc/>

²<https://worldjusticeproject.org/rule-of-law-index/country/2024/Brazil/Absence%20of%20Corruption>

Objetivo 1:

Fortalecer mecanismos de controle e conformidade dentro da administração pública

Os mecanismos de controle e conformidade no Brasil ainda apresentam deficiências estruturais que comprometem sua efetividade e independência. A influência política excessiva sobre órgãos de fiscalização limita sua autonomia e enfraquece a aplicação técnica e imparcial das regras de integridade. Além disso, a fragmentação institucional e a falta de profissionalização reduzem a capacidade de auditoria e de prevenção de irregularidades. Muitos desses órgãos carecem de recursos e transparência, tornando-se vulneráveis a pressões externas e à perda de credibilidade.

Um exemplo emblemático é a Operação Quinto do Ouro, que revelou um esquema de propinas no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ). Conselheiros receberam pagamentos ilícitos para ignorar desvios bilionários praticados por um grupo liderado pelo ex-governador Sérgio Cabral.

Casos como esse demonstram que, sem uma cultura sólida de integridade e planejamento, o país continuará incapaz de garantir o uso responsável dos recursos públicos e a responsabilização de quem comete irregularidades¹.

Propostas

- Combater o nepotismo, com a vedação constitucional à indicação de familiares de políticos para cargos em órgãos de controle, como Tribunais de Contas, gabinetes ligados do Judiciário, empresas contratadas por dispensa ou inexigibilidade de licitação e funções sensíveis da administração pública.
- Aumentar a governança e independência dos órgãos de controle, extinguindo nomeações políticas para conselheiros e substituindo-as por concurso público ou promoção entre servidores de carreira.
- Garantir a divulgação das remunerações de todos os servidores públicos, independente do Poder ou ente da federação a que estão vinculados.
- Aprimorar e fortalecer os mecanismos de governança já previstos em lei para empresas estatais, seus fundos de pensão, fundações e demais entidades da administração indireta, assegurando conselhos de administração efetivamente independentes, critérios técnicos rigorosos para nomeações, auditorias externas com rotatividade entre empresas e transparência ativa padronizada e acessível em dados financeiros e operacionais.

¹<https://www.stj.jus.br/sites/portaip/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/26042023-Julgamento-de-conselheiro-do-TCE-RJ-acusado-de-corrupcao-passiva-vai-continuar-no-STJ.aspx?utm>

- Aprimorar planejamento e compliance (conformidade com regras e padrões) para reduzir gastos emergenciais previsíveis e controlar despesas com viagens, diárias e benefícios, com transparência e auditoria contínua.
- Aumentar a integração de controles interno e externo da União, estados e municípios, com compartilhamento de dados e ações coordenadas entre controladorias, corregedorias, MPs e Tribunais de Contas.

Objetivo 2:

Fortalecer órgãos de combate à corrupção e endurecer as investigações e punições

A Operação Lava-Jato trouxe aos brasileiros a esperança de que a impunidade com a corrupção chegaria ao fim. Foram revelados sucessivos escândalos com o dinheiro dos brasileiros. Empresários, políticos e lobistas foram condenados, e bilhões de reais, devolvidos aos cofres públicos. Nesse período, a sociedade civil e os próprios órgãos de fiscalização avançaram agendas importantes de combate à corrupção dentro do debate público e do Estado.

Nos últimos anos, contudo, o Brasil testemunhou um desmonte dos órgãos e mecanismos de combate à corrupção. Exemplos disso são a desarticulação da Lava-Jato, a realização de indicações políticas na Polícia Federal e no Ministério Público Federal e a transferência do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Ministério da Justiça para o Banco Central. Uma consequência disso foi o retorno da proliferação de escândalos, como o esquema de fraudes bilionárias no INSS, com participação de sindicatos ligados ao Partido dos Trabalhadores e conhecimento do próprio governo acerca dos desvios de recursos de aposentados e pensionistas¹. Por isso, para enfrentar adequadamente a corrupção, é preciso fortalecer e apoiar os órgãos que conduzem investigações e endurecer punições.

¹<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2025/10/09/sindicato-onde-irmao-de-lula-e-vice-presidente-tambem-e-alvo-de-buscas-da-pf-na-nova-fase-da-operacao-contras-fraudes-no-inss.ghtml>

Propostas

- Aumentar penas para crimes de corrupção e exigir a reparação dos danos causados ao erário como condição para a progressão de regime e o livramento condicional.
- Reativar e fortalecer órgãos de investigação, como o Coaf e Polícia Federal, assegurando sua autonomia técnica, proteção institucional e integração eficiente, como pilares de uma política permanente de tolerância zero com a corrupção.
- Aumentar a assertividade da fiscalização com base em critérios de riscos, utilizando dados para direcionar auditorias, e selecionar intencionalmente municípios e transferências mais propensos a desvios, fortalecendo de forma técnica e estratégica os mecanismos de controle.
- Fortalecer e facilitar as investigações de improbidade administrativa por enriquecimento ilícito, tornando mais ágil a restituição ao erário dos valores em caso de abuso com recursos públicos, sem fragilizar iniciativas de inovação na administração pública.

Objetivo 3:

Construir um ambiente propício a uma cultura anticorrupção na sociedade

A corrupção tem um impacto sobre toda a percepção da população acerca da moral, dos valores que norteiam a vida em sociedade e do que é certo e errado na comunidade, impactando até mesmo a segurança pública. Um estudo recente realizado na Itália, um país com histórico de casos de corrupção, revelou que após a divulgação de escândalos locais, a probabilidade de roubos em supermercados aumentou em 16%, devido à redução da autopercepção de culpa por agir de forma desonesta.¹

Além disso, a falta de regulação do lobby no país gera um ambiente de baixa transparência, permitindo que interesses privados influenciem decisões públicas sem controle adequado. Essa lacuna normativa amplia o risco de corrupção, improbidade e captura do Estado, já que abre espaço para práticas informais que favorecem grupos específicos em detrimento do restante da sociedade.

Diante disso, é fundamental construir uma cultura cívica de moralidade e rejeição à corrupção na sociedade.

¹<https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/app.20210446>

Propostas

- Regulamentar e dar transparência à atividade de lobby, estabelecendo regras claras de interação entre agentes públicos e interesses privados, com registro obrigatório de reuniões e audiências, e ampliar a transparência de agendas dos chefes do executivo de todos os entes e agentes públicos de alto nível, visando reduzir a captura do Estado por interesses privados
- Ampliar a proteção a denunciantes de corrupção (whistleblowers), assegurando anonimato, incentivos e proteção legal contra retaliações.
- Incluir nos currículos escolares temas ligados à ética pública, cidadania e uso dos recursos coletivos, formando uma cultura de intolerância à corrupção desde a infância.

Combate a Privilégios:

O povo tem a percepção de que o Estado brasileiro trabalha para beneficiar os políticos e uma pequena elite que vive à custa da população. Cada vez mais, o cidadão é forçado a financiar luxos das elites da máquina pública, sustentando privilégios de pessoas que já estão, muitas vezes, entre o 1% de maior renda no país. A apropriação de parte do orçamento público por grupos de pressão e pela alta casta do funcionalismo por meio de privilégios é uma das grandes marcas do Estado brasileiro e do nosso atraso enquanto nação.

Essa distorção na forma como os recursos públicos são usados, concentrando-se em pequenos grupos que rondam o poder, têm efeitos tanto na qualidade dos serviços, que têm seu orçamento limitado, quanto na qualidade de vida dos brasileiros que realmente produzem e movimentam a economia, mas veem seu dinheiro ser capturado pela elite da burocracia.

A tradição de mau uso dos recursos públicos não é, contudo, um fardo que o brasileiro deva ser obrigado a carregar. A nível estadual, nos últimos anos, sob a gestão do NOVO, Minas Gerais viveu exatamente o oposto. O governador Romeu Zema doou o seu salário, transformou o palácio que servia de residência oficial do governo em um parque público, vendeu as aeronaves do governo e reduziu o número de secretarias de 21 para 14, exigindo o mesmo respeito com o dinheiro público por parte de seus secretários.

Zema eliminou dezenas de milhares de cargos obsoletos e para visitar as cidades mineiras, deu preferência a viagens simples, de carro, sem grandes comitivas. Nas agendas internacionais que cumpriu para atrair cerca de R\$500 bilhões em investimentos para Minas Gerais, usou voos comerciais e ficou em hotéis sem luxo, dando o exemplo do que deve ser feito a nível nacional.

Se a máquina pública brasileira historicamente tem em suas raízes a captura dos recursos públicos por interesses privados, é urgente defender os brasileiros comuns, que hoje são forçados a sustentar os privilégios de pequenos grupos.

Objetivo 1:

Eliminar privilégios na remuneração de políticos e da elite do funcionalismo público

Os setores onde há maior concentração de privilégios remuneratórios são o Judiciário e o Ministério Público. O Brasil tem a segunda Justiça mais cara do mundo, consumindo 1,3% do PIB por ano¹. Apesar de já receberem bônus salariais, categorias do setor ainda defendem supersalários acima do teto de R\$46.366,19, que custam R\$10,5 bilhões anuais aos cofres públicos². Também é recorrente a tentativa de restabelecer privilégios como o quinquênio, com impacto estimado em R\$5,2 bilhões anuais, segundo o Instituto Fiscal Independente³. Essas categorias ainda gozam de 60 dias de férias por ano e quando cometem irregularidades, a punição máxima que pode ser aplicada é a aposentadoria compulsória, tendo o descanso remunerado como uma premiação por eventuais ilicitudes.

Nos tribunais estaduais, a distorção remuneratória alcançou níveis insustentáveis. Em 2025, a média salarial de magistrados ultrapassou R\$85 mil mensais, chegando a R\$145 mil em estados como São Paulo – valores muito acima do teto constitucional do serviço público⁴. Há casos em que um juiz estadual recebeu apenas em um mês R\$678 mil⁵. Nenhum tribunal estadual opera hoje com remuneração média dentro dos limites legais. Essa realidade escancara o descontrole dos gastos com o Judiciário nos estados, que têm se transformado em castas autônomas, imunes a qualquer parâmetro de eficiência, meritocracia ou responsabilidade fiscal.

¹ <https://www.poder360.com.br/poder-justica/justica-no-brasil-consome-13-do-pib-a-2a-mais-cara-do-mundo/>

² <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/07/01/supersalarios-de-juizes-acima-do-teto-custam-r-105-bilhoes-por-ano-aponta-pesquisa.ghtml>

³ https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2024/05/10/nt_55_9mai2024.pdf

⁴ <https://www.poder360.com.br/poder-justica/salarios-de-juizes-avancam-e-16-estados-tem-alta-acima-da-inflacao/>

⁵ <https://www.eusoulivres.org/ids>

Além disso, no Legislativo, os deputados federais recebem mais de R\$46 mil por mês, valor 21,2 vezes maior do que a renda média da população brasileira. Em comparação, na Argentina, os congressistas recebem 4,5x a mais do que a média da população, e nos Estados Unidos essa proporção é de 3,4x.¹ Além disso, os parlamentares têm direito a uma cota mensal que varia de R\$41 mil até R\$51 mil para custear as despesas das suas atividades, incluindo gastos com passagens aéreas, alimentação, aluguel de carro e combustível.² Também têm direito a auxílio-moradia, previdência especial e R\$133 mil por mês em verba de gabinete para pagar salários de até 25 assessores distribuídos entre Brasília e seus estados.³ Por fim, soma-se a tudo isso o uso político de cargos como moeda de troca, o que beneficia uma casta já privilegiada da elite política e do funcionalismo público e enfraquece a gestão pública.

Propostas

- Acabar com os supersalários, regulamentando as verbas indenizatórias que podem ser pagas acima do limite remuneratório previsto na Constituição Federal para o funcionalismo: o salário de um Ministro do Supremo Tribunal Federal, que é de R\$46.366,19.
- Aplicar o limite remuneratório a todos os profissionais do setor público, incluindo conselheiros de administração de empresas estatais.
- Reduzir férias e licenças especiais, limitando férias de membros do Judiciário e do Ministério Público a 30 dias anuais e extinguir auxílios e licenças não previstos no setor privado.
- Acabar com a possibilidade de aposentadoria compulsória como punição no serviço público, substituindo-a pela demissão ou, no caso de penalidade aplicada após a aposentadoria do servidor, a substituição da aposentadoria paritária e integral, se for o caso, pela aposentadoria do Regime Geral de Previdência do INSS.
- Reduzir o valor da verba de gabinete disponível para parlamentares contratarem assessores.
- Reduzir o valor e os bens e serviços que podem ser pagos com cotas parlamentares e acabar com a previdência especial para ex-parlamentares, onde existir, e o direito a auxílio-moradia.

¹<https://www.eusoulivres.org/ids>

²<https://www2.camara.leg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/guia-para-jornalistas/cota-parlamentar>

³<https://www.camara.leg.br/transparencia/gastos-parlamentares?ano=2024>

Objetivo 2:

Moralizar os gastos administrativos e despesas de representação nos Poderes

É fundamental enfrentar privilégios em despesas administrativas luxuosas e de representação para moralizar o Estado brasileiro. No alto escalão do Governo Federal, a Presidência da República tem gastos luxuosos, como os mais de R\$50 milhões em viagens internacionais, sendo R\$47 milhões apenas em hospedagens¹, ou os R\$55 milhões de reais gastos no cartão corporativo, estando 99,5% desses gastos sob sigilo.²

Nos governos estaduais, tanto governadores como deputados promovem esse descontrole. Em 2019, os governadores, secretários e demais autoridades dos Executivos locais gastaram R\$2,6 milhões diariamente com deslocamentos, pernoites e demais despesas. Somente no Distrito Federal, na média, os gastos foram de R\$43,4 mil diariamente³. Os deputados da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) gastaram em 2023 um total de R\$ 31,7 milhões em despesas de gabinete, que incluem itens como transporte, alimentação, material gráfico e hospedagem, valor que supera até mesmo o orçamento de secretarias, como a pasta de Políticas para Mulher, cuja dotação é de R\$ 24,2 milhões em 2024..⁴

No Judiciário, recentemente o NOVO conseguiu barrar a construção de uma sala VIP exclusiva para os 27 ministros do Tribunal Superior do Trabalho no Aeroporto de Brasília, com o custo de R\$1,5 milhão. A justificativa oficial para a obra era de evitar brasileiros comuns, chamados abertamente de “pessoas inconvenientes”⁵. E no STF, ministros fazem gastos milionários para participar de eventos na Europa e escondem informações sobre uso de aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) para viajar pelo Brasil⁶. Em 2019, a Corte abriu uma licitação de mais de R\$1 milhão para comprar lagostas, bacalhau, vitela, cordeiro e vinhos, que deveriam, expressamente, ter vencido premiações internacionais.⁷

¹<https://oglobo.globo.com/blogs/malu-gaspar/post/2025/06/viagens-de-lula-ao-exterior-ja-custaram-mais-de-r-50-milhoes.ghtml>

²<https://veja.abril.com.br/politica/exclusivo-presidencia-gastou-mais-de-r-55-milhoes-com-cartao-corporativo-desde-a-posse/>

³<https://www.metropoles.com/brasil/governos-estaduais-gastaram-por-dia-r-26-milhoes-com-diarias-em-2019>

⁴https://matra.org.br/deputados-estaduais-de-sp-gastaram-r-317-milhoes-em-2023-o-maior-valor-desde-2017/?utm_source=chatgpt.com

⁵<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2025/08/tribunal-superior-do-trabalho-constroi-sala-vip-em-aeroporto-por-r-15-mi-e-preve-regalias.shtml>

⁶<https://www.poder360.com.br/poder-governo/stf-omite-dados-sobre-uso-de-avioes-da-fab-por-ministros/>

⁷<https://veja.abril.com.br/politica/stf-faz-licitacao-de-r-11-milhao-para-comprar-lagostas-e-vinhos/>

Propostas

- Revogar sigilos injustificados e tornar públicos todos os gastos passados e futuros da Presidência e demais órgãos federais.
- Racionalizar despesas de representação, limitando gastos em viagens nacionais e internacionais e proibindo o uso de carros, aviões oficiais e cartões corporativos para fins privados.
- Proibir despesas com mobílias, reformas e manutenção de residências oficiais sem processo de licitação e controle externo.
- Proibir despesas com refeições e itens de luxo por parte do Executivo, Legislativo e Judiciário.

Transparência:

A obrigatoriedade de transparência no Brasil nem sempre se traduz em acesso à informação. As razões são muitas: incapacidade de localizar dados, falta de organização das informações do Poder Público, burocracia e complexidade dos portais de transparência, falta de padronização entre portais e bases de dados entre a União e governos estaduais e municipais e, frequentemente, a má intenção de grupos que não querem que a sociedade se mantenha informada sobre o que a máquina pública tem feito com seu dinheiro.

Esse cenário é imoral e facilita desvios de recursos e o uso de Estado para fins que não apenas não beneficiam a sociedade, mas prejudicam. A capacidade de fiscalização e enfrentamento à corrupção e à captura do Estado por interesses ilícitos e imorais depende de um sistema de transparência eficiente, pronto para fornecer informações aos órgãos de fiscalização e controle e também à imprensa e ao terceiro setor, que têm um papel fundamental no controle.

Apenas com vigilância contínua e pressão social pela retomada da credibilidade do Poder Público é que será possível reverter esse cenário. Foi exatamente isso que a gestão do NOVO fez em Minas Gerais, com Romeu Zema. Desde o primeiro dia, buscou-se ampliar a transparência pública, o que garantiu o selo Diamante no Radar da Transparência Pública, elaborado pela Associação dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) em 2024. A gestão de Zema ainda buscou garantir que as indicações para os cargos de liderança e gestão respeitassem padrões de qualificação técnica. Com isso, o governo passou a ser um espaço de construção de políticas para o favorecimento da população, e não de benefício a aliados políticos, seguindo a lógica predominante na política nacional.

Objetivo 1:

Modernizar a legislação nacional sobre transparência

A legislação sobre transparência no Brasil é incompleta, permitindo que certas informações não sejam disponibilizadas ou simplesmente não exigindo de forma rigorosa o fornecimento de dados relevantes para a sociedade. Apesar das obrigações impostas pela Lei de Acesso à Informação (LAI), diversos grupos do setor público se blindam de obrigações usando brechas na lei para não fornecer informações. Diversos órgãos têm feito exigências abusivas, como envio de documentos pessoais dos solicitantes de informações, para liberar os dados, e a Lei Geral de Proteção de Dados, criada para proteger dados em relações privadas, vem sendo usada para restringir o acesso a dados públicos.

Como consequência desse tipo de comportamento, cerca de 8% dos pedidos via LAI (quase 20 mil pedidos) foram negados nos dois primeiros anos de governo Lula.¹ Em 2023, mais de 120 mil informações do governo federal com prazo de sigilo expirado permaneceram inacessíveis, e práticas semelhantes são replicadas em outros Poderes e esferas federativas.² Além disso, tribunais estaduais pagaram ao menos R\$4,5 bilhões acima do teto constitucional em 2023, número que pode ser maior devido à subnotificação e ausência de contracheques em 1/3 dos tribunais, com dados incompletos e inconsistentes enviados ao CNJ.³

Outro problema se dá com entidades privadas sem fins lucrativos que recebem recursos do governo por meio do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), que estão sujeitas a obrigações mínimas de transparência, dificultando o controle social sobre o uso desses repasses. Além disso, faltam dados sobre contratações de empresas e funcionários terceirizados, o que facilita desvios, e faltam obrigações de publicização de informações sobre agendas de agentes públicos, possibilitando o avanço de relações ímprobas com pessoas e organizações que desejam avançar suas agendas e interesses pessoais à custa dos recursos da população.

¹<https://www.poder360.com.br/poder-governo/lula-supera-bolsonara-e-rejeita-mais-pedidos-de-acesso-a-informacao/>

²https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br/entendimentos-e-estudos-sobre-a-lai/copy_of_parecerfinalsobreacessoainformao_cgu_fev2023.pdf

³<https://www.transparencia.org.br/downloads/publicacoes/tjespagaramaomenos45biacimadotetoem2023.pdf>

Propostas

- Alterar a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) para deixar explícito que a proteção de dados pessoais não pode ser usada para restringir o acesso a informações de interesse público, como dados sobre agentes públicos, contratos, convênios e uso de recursos públicos.
- Ampliar as informações que obrigatoriamente precisam ser divulgadas pela União, estados e municípios para englobar também notas fiscais de gastos públicos e a ocupação e uso de imóveis.
- Ampliar a lista de informações que Organizações da Sociedade Civil devem divulgar de forma ativa quando recebem recursos públicos via MROSC, incluindo dados sobre programas, projetos, ações, obras e atividades custeadas com recursos da administração pública, bem como metas, indicadores e resultados alcançados.
- Incluir todos os fundos públicos nas exigências de transparência atualmente aplicáveis apenas ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), assegurando a divulgação padronizada de receitas, despesas e execução orçamentária.
- Revisar a LAI para permitir a realização de solicitações em anonimato, bem como evitar demandas abusivas para que informações sejam passadas, assim como o uso genérico das justificativas de "segurança pessoal" ou "segurança nacional" como base para negar o acesso a dados públicos, exigindo fundamentação concreta e vedando a classificação de informações que envolvem o uso de recursos públicos ou o desempenho de funções públicas.
- Estabelecer em lei a obrigatoriedade de indicação de nome, cargo ou função e matrícula do agente público responsável pela produção das informações fornecidas ao cidadão por meio de transparência passiva.
- Aprimorar a transparência passiva, eliminando demandas abusivas por parte dos estados e municípios para que as informações sejam passadas e impedir que órgãos públicos exijam documentos dos cidadãos para fornecer informações como salários de servidores públicos.



Objetivo 2:

Melhorar as ferramentas de transparência dos governos

Por ter recursos e concentrar capital humano qualificado, os entes federativos precisam garantir que todos os seus ministérios, secretarias e órgãos da administração direta e indireta sejam capazes de fazer a transparência ativa de maneira adequada. Além disso, a União deve se responsabilizar por dar o apoio necessário aos governos estaduais e municipais em suas ações de transparência. Muitos entes federativos, especialmente municípios, sequer regulamentaram a Lei de Acesso à Informação (LAI) e enfrentam limitações técnicas e de pessoal. Segundo estudo do Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci) e do Banco Mundial, apenas 3% dos municípios têm capacidade para garantir transparência de alta qualidade.¹

Propostas

- Fazer o compartilhamento de tecnologias e boas práticas de transparência entre órgãos do Executivo Federal e aperfeiçoar mecanismos de transparência pública, garantindo acesso simplificado a dados de contratos, licitações e execução orçamentária em plataformas abertas e interoperáveis.
- Estabelecer um padrão nacional de divulgação de informações públicas, com a criação de um dicionário de dados e padrões que facilite o acesso, a comparação e a análise integrada dos dados da União, estados e municípios por qualquer cidadão ou órgão de controle.
- Auxiliar municípios a regulamentarem a Lei de Acesso à Informação (LAI) com diretrizes objetivas e aplicáveis à realidade local, acompanhadas de investimento em capacitação técnica e suporte contínuo para que os entes subnacionais possam implementar sistemas de transparência de forma efetiva.



¹<https://conaci.org.br/noticias/novo-estudo-do-conaci-e-banco-mundial-avalia-capacidade-de-os-municipios-promoverem-transparencia-e-combate-a-corrupcao/>



Desenvolvimento Social e Cidadania

Nenhum brasileiro deve permanecer preso à pobreza por falta de acesso para suprir necessidades básicas. É essencial, por conseguinte, que sejam desenvolvidas políticas sociais eficazes, concebidas de forma a oferecer não apenas assistência imediata, mas também incentivos claros para que cada pessoa possa construir, de maneira sustentável, seu próprio caminho rumo à prosperidade.

Uma sociedade livre e próspera se constrói também por meio da cidadania, com acesso à cultura e ao esporte. O Estado deve valorizar essas áreas não como instrumentos de propaganda, mas como plataformas de desenvolvimento humano, inclusão social e geração de oportunidades. Com boa gestão e transparência no uso de recursos, é possível fortalecer o acesso ao esporte de base e à produção cultural, preservando o patrimônio histórico e cultural e oferecendo chances de mobilidade social. O Brasil deve estruturar políticas sociais eficientes, bem focalizadas e orientadas a resultados, que não deixem nenhum brasileiro para trás.

Para avançar essa agenda, serão abordadas propostas relacionadas às temáticas de **Programas de Transferência de Renda e Inclusão Produtiva, Pessoas em situação de rua e usuários de drogas, Habitação, Políticas para Idosos, Esporte e Cultura.**

Papel dos entes:

O Governo Federal define as diretrizes nacionais e os instrumentos de financiamento das políticas de desenvolvimento social. Ele formula programas de transferência de renda, mantém e opera bases e sistemas nacionais de gestão, como o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), onde estão identificadas as famílias de baixa renda de todo o Brasil, monitora resultados, combate fraudes e presta assistência técnica e recursos a estados e municípios. Além disso, articula políticas de cidadania, como programas de inclusão, apoio a pessoas com deficiência e idosos, e regula mecanismos de cooperação com o setor privado e ONGs para ampliar a oferta de serviços sociais.

Os estados atuam como articuladores e operadores regionais, sendo responsáveis por traduzir e adaptar as diretrizes federais às realidades locais, financiar e executar programas complementares, coordenar políticas entre municípios e fortalecer a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em âmbito regional. Cabe aos estados organizar serviços de média complexidade social, como centros de referência, realizar ações de proteção em larga escala, promover políticas de emprego e inclusão produtiva estaduais, além de fiscalizar e cofinanciar programas quando necessário.

Os municípios são a ponta de execução e o contato direto com a população, sendo responsáveis por gerenciar os Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centros-POP), estruturas de atendimento da população vulnerável no país, fazer o cadastro e a atualização do CadÚnico, operacionalizar o pagamento e a condicionalidade de benefícios, oferecer atendimento social cotidiano (acolhimento e proteção a famílias e vítimas de violência) e articular serviços locais de inclusão produtiva, esporte e cultura comunitária. Também conduzem políticas de promoção da cidadania, adaptam programas estaduais e nacionais às demandas locais e coordenam a rede de serviços básicos para apoiar trajetórias de saída da pobreza.

Visões para o futuro do Brasil:

- Reduzir ao máximo o número de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, trazendo maior dignidade e esperança de um futuro próspero à população.
- Reduzir o tempo médio de permanência das famílias em programas de transferência de renda, garantindo que elas tenham autonomia e capacidade de buscar oportunidades com geração própria de renda.
- Reduzir ao máximo o número de pessoas em situação de rua, dando acolhimento adequado e ampliando o número de pessoas reinseridas social e profissionalmente.
- Eliminar o déficit habitacional no Brasil, aumentando o número de famílias com moradia regularizada em áreas urbanizadas.
- Aumentar a proporção de escolas públicas com infraestrutura e programas esportivos adequados, para que as crianças tenham melhores hábitos de saúde e oportunidades de desenvolvimento social por meio do esporte.
- Aumentar parcerias com organizações privadas e do terceiro setor que desejam apoiar o setor da cultura, protegendo o patrimônio histórico e cultural brasileiro por meio de gestão eficiente.



Programas de Transferência de Renda e Inclusão Produtiva

Cerca de 60 milhões de brasileiros vivem em condição de pobreza, incluindo mais de 9 milhões em extrema pobreza¹. Muitas famílias permanecem dependentes de transferências sem acesso a empregos formais e a serviços públicos ajustados às suas necessidades, o que impede a geração de renda própria e a mobilidade social.

Nesse contexto, os programas de transferência de renda são instrumentos legítimos de proteção social, mas, no Brasil, sua função original de mitigar a pobreza extrema e permitir transição para autonomia econômica foi distorcida. Em vez de temporários e focalizados, os benefícios, mal direcionados, se tornaram ferramentas de perpetuação da pobreza.

Cerca de 40% das famílias permanecem no Bolsa Família por mais de sete anos², e o número de beneficiários já supera o de trabalhadores formais em 12 estados³. A falta de integração com políticas de qualificação, emprego e empreendedorismo mantém milhões de pessoas dependentes de um repasse mensal que, embora essencial, não muda estruturalmente suas perspectivas.

Modelos internacionais que combinam diagnóstico personalizado dos problemas familiares ao acompanhamento e capacitação demonstram melhores resultados na transição à autonomia, indicando o caminho para o Brasil reduzir a dependência de programas sociais. Dessa forma, o auxílio passará a ser uma plataforma de ascensão econômica e inclusão social de longo prazo.

¹<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/42043-em-2023-pobreza-no-pais-cai-ao-menor-nivel-desde-2012>

²https://www.worldbank.org/pt/news/opinion/2023/04/06/beneficiarios-do-bolsa-familia-sao-preguicosos?utm_source=chatgpt.com

³<https://www.poder360.com.br/poder-economia/12-estados-tem-mais-bolsa-familia-do-que-empregados-com-carteira/>

Objetivo 1:

Perseguir o fim da pobreza no Brasil por meio da reestruturação dos programas sociais e da facilitação do acesso ao emprego

O Brasil ainda trata a pobreza de forma fragmentada. Existem dezenas de programas, cada um com regras próprias, cadastros desconectados e pouca coordenação entre saúde, educação, assistência social e emprego. Esse arranjo burocrático consome muitos recursos, mas entrega pouco: as famílias recebem benefícios, porém continuam sem apoio real para desenvolver suas capacidades, acessar trabalho ou romper ciclos de vulnerabilidade.

Os CRAS, principais portas de entrada da assistência social e são fundamentais na compreensão do por que cada família é pobre — falta de escolaridade, ausência de rede de apoio, violência doméstica, desemprego, endividamento, saúde mental, entre outros —, pois o Estado não deveria oferecer respostas padronizadas, que não atacam as causas dos problemas caso a caso.

Alguns estados já mostraram que existe caminho para isso. Programas como o SuperAção, em São Paulo, e o Nossa Gente Paraná, no Paraná, formularam políticas sociais robustas, completas e multidimensionais — combinando renda, capacitação, saúde, apoio psicossocial, empregabilidade, acompanhamento familiar e metas claras. Esses programas organizam todas as ações de apoio às famílias em situação de vulnerabilidade em torno de um plano de desenvolvimento, com acompanhamento frequente e foco na autonomia das famílias. O Brasil pode e deve seguir essa linha, criando um modelo nacional capaz de integrar políticas, reduzir burocracia e oferecer às famílias um caminho verdadeiro para sair da pobreza.

Superar a pobreza exige abandonar o modelo assistencialista e substituí-lo por uma estratégia que desenvolva capacidades, gere oportunidades e premie o esforço. O Bolsa Família precisa ser preservado como rede de proteção, mas inserido em um sistema que conecte renda, aprendizagem, trabalho e serviços públicos que funcionem no ritmo da vida das pessoas.

Propostas

- Reestruturar os esforços do governo na superação da pobreza oferecendo um programa de apoio a cada família em situação de vulnerabilidade em que será desenvolvido um Plano de Desenvolvimento Social familiar integrando ações de capacitação, inclusão no mercado de trabalho, incremento de renda, acesso à moradia e acesso a outros serviços e programas sociais a partir de diagnósticos individualizados que consideram as competências, interesses e trajetórias de cada pessoa.
- Unificar os programas de transferência de renda federais em um único Bolsa Família robusto, focalizando o benefício em quem realmente precisa.
- Criar adicionais ao benefício do Bolsa Família para o atingimento das metas do Plano de Desenvolvimento Social, participando de cursos profissionalizantes e entrevistas de emprego previstas, por exemplo.
- Estender o horário de funcionamento de unidades básicas de saúde (UBS), escolas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e CRAS, para que cidadãos pobres possam usufruir de saúde, educação e programas de apoio sem conflito com sua jornada de trabalho.
- Rever o atual modelo de desoneração da folha de pagamentos, substituindo o critério de setores específicos e desoneração de todos os salários independente do valor, por um modelo de desoneração do primeiro salário mínimo da remuneração de todos os trabalhadores em todos os setores, buscando tornar mais barato contratar.
- Flexibilizar regras trabalhistas para permitir jornadas de trabalho parciais, com foco em ampliar oportunidades para mães solo, principais beneficiárias do Bolsa Família.
- Unificar os programas de microcrédito para criar um programa de apoio à inclusão produtiva, fortalecendo os micro e pequenos empreendedores, que são os responsáveis pela maior parte dos empregos no país, oferecendo um apoio na ponta.
- Executar campanhas de comunicação nacional explicando a Regra de Proteção e prazos de manutenção do benefício do Bolsa Família.



Objetivo 2:

Melhorar a medição de dados nos cadastros e combater as fraudes

Mais do que reestruturar o modelo do Bolsa Família, é preciso mudar seu sistema e combater suas fraudes. O modelo brasileiro de transferência de renda é desordenado, com programas que não conversam entre si em uma estratégia de desenvolvimento social e não geram incentivos à autonomia dos indivíduos. Falta confiança na precisão e capacidade de atualização do CadÚnico, a base de dados que sustenta as políticas sociais brasileiras, o que gera distorções na distribuição dos recursos.

Além disso, o modelo de elegibilidade baseado apenas na renda declarada não captura vulnerabilidades reais, como nível de escolaridade, acesso à moradia ou condições de saúde, incentivando fraudes e fragmentação artificial das famílias.

Reestruturar o sistema de cadastramento é essencial para que as transferências cumpram sua função redistributiva com justiça e eficiência.

Propostas

- Unificar os critérios de pobreza no Brasil para políticas públicas de assistência social, definindo quem é o público-alvo dos programas sociais e garantindo que os esforços do Estado serão voltados para tirar essas pessoas da pobreza de forma definitiva.
- Aumentar a qualidade do CadÚnico, integrando fontes alternativas de informação para evitar fraudes e duplicidade de benefícios e captando a realidade da população pobre e informal por meio de fontes de dados alternativas, como consumo de energia e uso de celular pré-pago, para indicar sinais reais de vulnerabilidade.
- Adotar um modelo de concessão de benefícios por meio de uma análise de renda per capita, com o valor variando de acordo com o número correto de membros da família, para evitar o incentivo atual de divisão das famílias no CadÚnico em famílias unipessoais para receber mais recursos.
- Estruturar nacionalmente um Índice de Pobreza Multidimensional, como feito pelo Governo de Minas Gerais, para orientar as transferências de recursos da forma mais adequada para cada caso e avaliar impactos das políticas redistributivas, ajustando-as conforme as especificidades regionais.

Pessoas em situação de rua e usuários de drogas

O Brasil enfrenta um crescimento alarmante da população em situação de rua, que alcançou mais de 335 mil pessoas em março de 2025¹ — um aumento de quase 15 vezes em pouco mais de uma década, considerando as 22,9 mil pessoas registradas em 2013². Esse avanço reflete uma combinação complexa de fatores estruturais e conjunturais, entre eles os impactos prolongados da pandemia de COVID-19, o agravamento de problemas socioeconômicos, a falta de acesso à moradia digna e a fragilidade das redes familiares e de proteção social.

Atualmente, 81% das pessoas em situação de rua vivem em extrema pobreza, com renda mensal inferior a R\$109, e mais da metade não concluiu o ensino fundamental, o que limita severamente suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho³. A presença dessa população já se estende a 42% dos municípios brasileiros, demonstrando que o fenômeno não se restringe mais a grandes centros urbanos.⁴

Diante desse quadro, é evidente que o enfrentamento da situação de rua exige políticas públicas bem coordenadas, que respeitem os direitos dessas pessoas, mas também não ignorem o direito de toda a sociedade de viver em cidades seguras, sem lixo e barracas espalhadas pelas ruas.

Objetivo 1: Coibir o uso de espaços públicos como moradia irregular

Os dados do Cadastro Único apontam que a população que vive nas ruas no Brasil cresceu 142% desde a pandemia⁵, e dados de 2023 indicavam que aproximadamente metade desse público se concentrava em apenas 10 cidades brasileiras⁶. O crescimento acelerado chama a atenção, mas também revela um problema estrutural nas políticas de enfrentamento a esse problema: a falta de capacidade institucional para mapear os brasileiros que estão nas ruas e coordenar políticas que são, por natureza, intersetoriais. Além disso, o poder público ainda não se aprofundou em discussões sobre o uso indevido do espaço público por parte dessas pessoas.

¹ <https://oglobo.globo.com/economia/especial/populacao-em-situacao-de-rua-cresce-142percent-desde-a-pandemia-e-ja-chega-a-350-mil-no-brasil.ghtml>

² <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-04/mais-de-335-mil-pessoas-vivem-em-situacao-de-rua-no-brasil>

³ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-04/mais-de-335-mil-pessoas-vivem-em-situacao-de-rua-no-brasil>

⁴ <https://experience.arcgis.com/experience/6a0303b2b17f482ab550dd024019f6f5/page/PSR---Quantas-s%C3%A3o%3F>

⁵ <https://oglobo.globo.com/economia/especial/populacao-em-situacao-de-rua-cresce-142percent-desde-a-pandemia-e-ja-chega-a-350-mil-no-brasil.ghtml>

⁶ <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/dez-cidades-concentram-metade-dos-moradores-de-rua-do-pais-veja-quais/>

O fato de que esses indivíduos vivem vidas duras não pode servir como desculpa para ignorar os problemas causados aos demais cidadãos pela multidão de pessoas vivendo nas ruas das grandes cidades brasileiras.

Um exemplo promissor vem de Santa Catarina. Inspirado em cidades como Chapecó, que praticamente zerou o número de pessoas em situação de rua, o estado criou o Cadastro Estadual de Pessoas em Situação de Rua, integrado ao CadÚnico. Esse sistema permite planejar e monitorar políticas de acolhimento, reinserção social e atendimento, utilizando dados biométricos, georreferenciamento e reconhecimento facial. A iniciativa, conduzida pela Secretaria de Segurança Pública, também abre espaço para que os municípios participem com apoio técnico e financeiro do Estado, fortalecendo a coordenação e a efetividade das ações sociais.

Assim, é possível chegar em soluções que respeitem os direitos dessas pessoas, mas também não ignorem o direito de toda a sociedade de viver em cidades seguras, sem consumo de drogas e lixo e barracas espalhadas pelas ruas.

Propostas

- Reformular a Política Nacional para a População em Situação de Rua a partir da premissa de que é proibida a instalação e manutenção de barracas ou moradias irregulares em espaços públicos e que é prerrogativa do poder público, respeitando a integridade, propriedade e dignidade das pessoas em situação de rua, manter a ordem e a paz nos ambientes.
- Apoiar os municípios a remover as barracas e moradias irregulares instaladas em espaços públicos, direcionando as pessoas em situação de rua que quiserem, com seus pertences, para abrigos, Centros POP, CREAS ou centros de saúde para que passem a ser atendidas pelos demais programas sociais.
- Estruturar uma metodologia clara e unificada nacionalmente de cadastramento da população em situação de rua no Brasil, de modo a garantir clareza sobre os desafios e o escopo das políticas a serem implementadas.
- Fortalecer abrigos, Centros Pop (apoio diurno com higiene, alimentação e encaminhamentos) e o Consultório na Rua (equipes multidisciplinares que atendem diretamente nas ruas), garantindo acolhimento e encaminhamento de cada pessoa às políticas específicas de que necessita.

Objetivo 2:

Dar suporte às prefeituras para a instituição de programas de aluguel social (Housing First) para pessoas e famílias que estão na rua por dificuldades financeiras

Para as pessoas que estão nas ruas por problemas financeiros, o modelo de aluguel social conhecido como Moradia Primeiro (Housing First) funciona como uma abordagem inovadora, oferecendo acesso imediato a uma moradia permanente e individualizada como ponto de partida para a recuperação e inclusão social. Em Curitiba (PR) e Porto Alegre (RS), ainda que em pequena escala, os projetos de Housing First mostraram resultados concretos: moradores em situação de rua receberam moradia estável, acompanhamento social e apoio à reinserção, resultando em menos internações, redução no uso de drogas e maior autonomia. Dessa forma, é possível garantir maior dignidade aos indivíduos e conectá-los a serviços públicos de assistência social e outras áreas, integrando-as novamente à sociedade e preparando-as para a entrada no mercado de trabalho, a fim de retomar sua autonomia.

Propostas

- Ampliar projetos-piloto de Housing First, como já tem sido feito em Porto Alegre e Curitiba, adaptados ao contexto nacional, com moradias temporárias, avaliando sua efetividade e ajustando o modelo conforme os resultados.
- Associar a moradia temporária a ações de acolhimento dos Centro POP e Consultórios na Rua e iniciativas de inclusão produtiva do Governo Federal, de forma que, ao conquistar autonomia financeira, a residência seja liberada para outra pessoa morar e se desenvolver.
- Em última instância, caso a pessoa tenha nascido em outras regiões do país e não tenha interesse em colaborar com as iniciativas de ressocialização na cidade onde está, avaliar a possibilidade de deslocá-la até sua cidade de origem, para que os serviços públicos de ressocialização se deem em um novo contexto, conectado às origens da pessoa e permitam a retomada dos seus laços familiares.

Objetivo 3:

Instituir política de apoio a estados e municípios para promover a internação involuntária de pessoas que estão na rua devido à dependência de drogas ou álcool

Dezenas de milhares de brasileiros estão vivendo nas ruas do Brasil, sob condições degradantes, por conta do vício em álcool e drogas ilícitas¹. Frequentemente sem condição de tomar decisões por conta própria e colocando outros cidadãos e a si em risco em razão do vício, essas pessoas precisam passar por tratamentos visando sua reabilitação. Contudo, com a reforma psiquiátrica, houve a restrição ao financiamento público para novos hospitais psiquiátricos, em razão de seu histórico de tratamentos pouco transparentes e violações de direitos. Embora a política previsse a expansão de serviços comunitários, como os CAPS, sua implementação deixou lacunas de atendimento em diversas regiões e para diferentes tipos de demanda, especialmente nos casos relacionados à dependência química. Esse cenário contribuiu para a expansão das comunidades terapêuticas, que passaram a ocupar parte desse espaço

É preciso formular um programa que direcione pessoas que estão vivendo nas ruas sob o vício de álcool e drogas para equipamentos de reabilitação, com a devida autorização das famílias e equipes médicas e uma fiscalização adequada dos serviços prestados.

Propostas

- Estruturar ações no âmbito da saúde para identificar, com base em avaliação médica e diálogo com as famílias, os casos em que a dependência de álcool e drogas mantém pessoas nas ruas, garantindo a internação involuntária nos termos da legislação federal e assegurando o acompanhamento necessário para sua reabilitação.
- Formalizar parcerias com comunidades terapêuticas e centros de reabilitação de adictos para realizar o acolhimento dessas pessoas.
- Instituir mecanismos de acreditação das comunidades terapêuticas e dos centros de reabilitação, garantindo instrumentos contínuos de fiscalização da qualidade dos tratamentos realizados, de modo a assegurar a eficiência dos serviços e evitar violações de direitos individuais.

¹<https://doi.org/10.1590/0102-311X00037517>

Habitação

O Brasil enfrenta um déficit habitacional de aproximadamente 5,9 milhões de moradias¹, somado a milhões de famílias vivendo em condições inadequadas, sem saneamento, infraestrutura básica ou acesso a serviços públicos. Esse quadro resulta, em grande parte, de decisões ineficientes do poder público — em todos os níveis — que dificultam a expansão da oferta imobiliária e falham em garantir suporte real às famílias mais vulneráveis.

Ao restringir o funcionamento natural do mercado, o Estado acaba elevando custos e impedindo a redução do déficit. Além disso, programas habitacionais como o Minha Casa, Minha Vida ou os programas estaduais e municipais de habitação social, em virtude de critérios de seleção de projetos que poderiam ser melhorados, as vezes acabam por limitar a integração dos beneficiários aos centros urbanos, promovendo a construção dos condomínios em regiões afastadas de outros equipamentos públicos.

Objetivo 1:

Promover o uso inteligente do solo urbano para ampliar a oferta de moradia em áreas centrais já estruturadas e garantir o direito de propriedade por meio da regularização fundiária

O adensamento urbano brasileiro segue uma lógica disfuncional: áreas centrais, com infraestrutura pronta, mantêm restrições de uso, enquanto a expansão periférica continua sendo o caminho mais barato para novos empreendimentos. Essa dinâmica agrava a segregação espacial, encarece o transporte público e multiplica o custo de provisão de serviços básicos, com impactos no acesso à moradia e aumento da complexidade na oferta de serviços públicos por parte de todos os entes da federação. Reverter esse padrão exige usar o solo urbano de forma mais eficiente, com políticas que incentivem a densificação de regiões melhor servidas de infraestrutura, reduzindo deslocamentos e revitalizando os centros urbanos.

¹<https://www.camara.leg.br/noticias/1164400-pesquisa-aponta-que-o-deficit-habitacional-brasileiro-esta-em-59-milhoes-de-unidades/#:~:text=C%C3%A2mara%20dos%20Deputados-,Pesquisa%20aponta%20que%20o%20d%C3%A9ficit%20habitacional%20brasileiro,5%2C9%20milh%C3%B5es%20de%20unidades&text=Os%20%C3%BAltimos%20dados%20apurados%20pela,foi%20de%206%2C2%20milh%C3%B5es.>

Propostas

- Incentivar que municípios com déficit habitacional relevante revejam o Plano Diretor de forma a identificar restrições de zoneamento que impossibilitem o adensamento urbano em áreas centrais.
- Estruturar um programa de apoio técnico aos municípios em iniciativas de regularização imobiliária, visando realizar a entrega de títulos de propriedade a famílias que vivem em residências em local seguro, mas ainda não regularizadas por excesso de burocracia.
- Articular ações para que municípios revoguem limites artificiais de potencial construtivo, recuos frontais e laterais obrigatórios, vagas de garagem obrigatórias e coeficiente de aproveitamento, especialmente em áreas centrais bem servidas de infraestrutura.
- Articular ações para estimular municípios a flexibilizar regras de retrofit (requalificação de prédios já existentes) e permitir empreendimentos de uso misto (moradia, comércio e serviços).

Objetivo 2:

Melhorar o desenho do Minha Casa, Minha Vida e compartilhar responsabilidades pelos programas federais de moradia com estados e municípios

O Minha Casa, Minha Vida prioriza a quantidade de unidades entregues, com pouca atenção à qualidade das moradias¹ e à integração urbana. A busca por terrenos baratos nas periferias ampliou as ocupações descoladas da malha urbana, elevando custo de transporte e afastando as famílias de empregos e serviços públicos. Além disso, 70% do déficit habitacional está concentrado na faixa de renda mais baixa, enquanto apenas 40% dos financiamentos do programa são direcionados a ela.²

Para garantir sustentabilidade e qualidade urbana, é necessário integrar as políticas federais às capacidades e responsabilidades locais, com estados e municípios assumindo compromissos concretos de planejamento e oferta de serviços básicos nas áreas contempladas, de forma que o investimento em habitação se traduza em desenvolvimento social real.

¹<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2017/08/minha-casa-minha-vida-56-4-dos-imoveis-avaliados-apresentam-defeitos-na-construcao>

²<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15840-especialistas-debatem-em-oficina-desafios-para-reduzir-deficit-habitacional-no-brasil>

Para mudar o cenário, um bom exemplo é o programa Casa Paulista, do Governo de São Paulo, que priorizou subsídios habitacionais para famílias com renda de até três salários-mínimos. O modelo combina aporte estadual com recursos privados e federais, permitindo maior alavancagem financeira e execução ágil dos empreendimentos, com foco em parcerias com prefeituras e construtoras para ampliar a oferta de moradias de baixo custo.

Propostas

- Limitar o tamanho dos empreendimentos aprovados no Minha Casa, Minha Vida, permitindo que sejam construídas unidades em áreas mais centrais, e dar preferência a projetos de menor porte, em áreas já urbanizadas e com infraestrutura instalada.
- Exigir de estados e municípios a comprovação de capacidade de oferecer serviços básicos de saúde, educação e transporte público em áreas que recebam investimentos do Minha Casa, Minha Vida.

Proteção a Idosos e Pessoas com Deficiência

A tendência mundial de envelhecimento da população terá grandes impactos futuros no Brasil, exigindo atenção do Poder Público para novas necessidades das políticas públicas. Se em 1960, em média, a expectativa de vida do brasileiro era de menos de 53 anos¹, em 2023 esse valor é de mais de 76 anos², e a proporção de idosos no Brasil já ultrapassa os 15%. É fundamental, portanto, que o Estado brasileiro tenha visões de curto prazo, para lidar com os desafios atuais e proteger os idosos de hoje, mas também consiga pensar em longo prazo.

Ao mesmo tempo, é indispensável que o país avance em políticas específicas para pessoas com deficiência, garantindo que barreiras físicas, tecnológicas e sociais não limitem seu potencial. Esse grupo enfrenta desafios próprios, que exigem ações continuadas de inclusão, autonomia e acesso a oportunidades, tanto no cuidado cotidiano quanto na plena participação econômica e social.

¹<https://pp.nexojornal.com.br/dados/2024/10/01/expectativa-de-vida-brasil-2024-grafico>

²<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41984-em-2023-expectativa-de-vida-chega-aos-76-4-anos-e-supera-patamar-pre-pandemia>

Objetivo 1:

Aprimorar políticas de acolhimento de idosos e ampliar o planejamento de políticas em longo prazo

O Brasil tem cerca de 160 mil idosos vivendo em asilos ou instituições de longa permanência para idosos (ILPIs)¹, e muitas dessas instituições recebem apoio e financiamento público, exigindo que o Estado tenha capacidade de fiscalização da qualidade dos serviços prestados. Da mesma forma, a maior propensão a problemas de saúde nesse grupo, inclusive doenças silenciosas e que não são tratadas adequadamente entre idosos, como a depressão, faz com que ações de prevenção e inclusão social sejam relevantes para garantir a cidadania e o envelhecimento saudável.

Propostas

- Condicionar repasses de programas federais ou estaduais de apoio a ILPIs à adesão a procedimentos de fiscalização e treinamentos de suas equipes, para garantir tratamento digno aos idosos residentes desses equipamentos.
- Avançar uma agenda de planejamento de longo prazo para as políticas nacionais, considerando o envelhecimento da população brasileira e as mudanças que precisarão ser implementadas em ações de todos os ministérios com uma nova estrutura da pirâmide etária brasileira.

Objetivo 2:

Aprimorar serviços públicos voltados a PCD e integrar os cidadãos ao mercado de trabalho

O Brasil deve ser capaz de oferecer serviços públicos de qualidade e oportunidades para todos os cidadãos, independentemente de suas limitações. Nesse sentido, é importante que políticas voltadas aos cerca de 14,4 milhões de brasileiros com deficiência² que compreendam suas necessidades específicas e os incluam na sociedade.

É importante desenvolver soluções específicas para cada tipo de deficiência, como limitações de locomoção, audição, visão, entre outras, tendo o setor privado como aliado. Além disso, para garantir maior autonomia e dignidade desses brasileiros, o poder público deve auxiliar na sua entrada no mercado de trabalho.

¹<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-09/brasil-tem-160-mil-pessoas-vivendo-em-asilos-e-14-mil-em-orfanatos>

²<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2025/maio/pela-primeira-vez-ibge-divulga-dados-sobre-pessoas-com-deficiencia-no-brasil>

Propostas

- Conectar serviços e equipamentos públicos a empresas de tecnologia e inovação que desenvolvem soluções de acessibilidade.
- Articular a provisão de cursos e linhas de treinamento com organizações de capacitação profissional privadas e do Sistema S específicas para pessoas com deficiência, fazendo a conexão dos indivíduos com o mercado de trabalho.
- Conectar o setor público a centros de pesquisa para apoiar estudos e a produção de dados sobre políticas para pessoas com deficiência, ampliando a base técnica para políticas públicas.

Esporte

O esporte brasileiro sofre com a ausência de uma política de Estado capaz de orientar o uso eficiente dos recursos públicos e promover resultados sociais concretos, ficando dependente de ciclos e interesses políticos. Em 2024, 74% da verba do Ministério do Esporte veio de emendas parlamentares¹, sem qualquer critério adequado de qualidade do gasto ou diretrizes claras sobre prioridades de investimento. Programas como o Bolsa Atleta e a Lei de Incentivo ao Esporte movimentam centenas de milhões de reais por ano, mas carecem de avaliação de impacto do uso dos recursos, resultando em baixo retorno à sociedade.

O Brasil precisa de uma política nacional que trate o esporte como instrumento de desenvolvimento humano, especialmente para jovens de baixa renda. A prática esportiva é uma das formas mais eficientes de fortalecer disciplina, foco, autoestima e motivação — habilidades que ampliam oportunidades e reduzem exposição a contextos de vulnerabilidade, violência e evasão escolar. Ao mesmo tempo, o setor pode gerar emprego, dinamizar economias locais e atrair investimento privado, desde que haja boa gestão e ambiente regulatório simples.

O esporte deve ser entendido como meio para formar cidadãos e transformar realidades, conectando educação, saúde, empreendedorismo e inclusão produtiva. Não é um fim isolado — é uma política social poderosa quando usada com critério, foco e responsabilidade.

¹<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2025/01/emendas-avancam-sobre-orcamento-e-consomem-ate-74-da-verba-dos-ministerios.shtml>

Objetivo 1:

Estruturar uma política de esporte de longo prazo para o Brasil

A ausência de um planejamento nacional de longo prazo impede a articulação entre políticas de educação, saúde e desenvolvimento social, e mantém o setor preso à lógica de programas isolados e sem continuidade. Enquanto o Brasil se destaca internacionalmente pela sua influência esportiva — ocupando o primeiro lugar global em soft power no esporte e diversão¹ — internamente o setor opera sem coordenação estratégica. Cerca de 66% das escolas públicas não possuem quadras esportivas², e 40% da população adulta é insuficientemente ativa, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³. Dessa forma, o potencial do esporte para gerar benefícios em saúde, educação, segurança e integração social é subaproveitado.

O Estado deve assumir o papel de articulador estratégico, garantindo que o esporte seja um vetor de transformação social. O foco deve ser criar uma cultura esportiva orientada ao bem-estar e ao desenvolvimento social.

Propostas

- Consolidar uma visão do esporte no Brasil como um meio para alcançar objetivos sociais desejados, articulando as políticas de esporte com ministérios como a Saúde, Educação, Turismo e Relações Exteriores.
- Dar prioridade em repasses da Lei de Incentivo ao Esporte a projetos de esporte não profissional e acesso ao esporte, visando a geração de impacto social, com melhorias em indicadores de educação, saúde e segurança.
- Criar parcerias entre escolas, organizações sociais e setor privado para ofertar programas esportivos voltados ao desenvolvimento de disciplina, foco, permanência escolar e prevenção à violência, com metas e avaliação de impacto.
- Estabelecer o setor privado como motor do esporte de alto rendimento nas diretrizes das políticas de esporte, reduzindo as vinculações da Lei das Loterias e de apostas esportivas ao esporte profissional.

¹<https://brandfinance.com/press-releases/o-brasil-esta-fora-do-top-30-do-soft-power-31a-nacao-mais-influente-de-acordo-com-a-brand-finance>

²<https://analitico.qedu.org.br/>

³<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-11/ibge-403-dos-adultos-sao-considerados-sedentarios-no-brasil>

Objetivo 2:

Melhorar a gestão do esporte no Brasil, garantindo bom uso de recursos e liderança privada

A má gestão das confederações esportivas e o uso pouco transparente de recursos públicos minam a credibilidade e o potencial econômico do esporte nacional. Grande parte dos fundos é distribuída sem critérios claros de desempenho, governança ou contrapartida social, perpetuando a dependência de subsídios estatais e afastando investidores privados. É necessário consolidar um modelo de gestão das entidades esportivas baseado em desempenho e transparência, com monitoramento de resultados e incentivos alinhados à boa governança.

Propostas

- Direcionar os recursos da Lei de Incentivo ao Esporte a partir de diretrizes e metas prioritárias consolidadas na visão de política nacional para o esporte, criando sistemas de monitoramento e mapeamento dos projetos com estados e municípios.
- Condicionar repasses de recursos às confederações esportivas ao atingimento de metas relacionadas à gestão, governança e transparência, além de contrapartidas sociais e de acesso ao esporte, buscando profissionalizar a gestão para melhorar a qualidade dos produtos esportivos nacionais e atrair investimentos privados para promover autonomia do setor.
- Priorizar a distribuição dos recursos do Bolsa Atleta para programas de base e massificação das modalidades esportivas, ampliando o funil de talentos no mercado esportivo.



Cultura

A cultura é uma expressão da liberdade individual e da identidade coletiva de um país, mas também é um motor de desenvolvimento social quando articulada com educação e economia criativa. Em vez de tratar a cultura apenas como preservação simbólica ou como política de subsídios, o Brasil precisa usá-la para ampliar oportunidades, formar capital humano e gerar inclusão produtiva – especialmente entre jovens e populações vulneráveis.

Hoje, a política cultural brasileira sofre com a captura ideológica, falta de profissionalização e ausência de uma estratégia integrada. A negligência com o patrimônio – como evidenciado pelo incêndio do Museu Nacional – convive com mecanismos de financiamento ineficientes, pouca coordenação com as escolas e limitada capacidade de transformar talentos culturais em atividade econômica sustentável.

Uma política cultural moderna deve proteger o patrimônio, garantir liberdade de criação e ampliar o acesso da população às artes, conectando museus, centros culturais e produtores locais à educação básica e profissionalizante. Ao mesmo tempo, deve estimular a economia criativa como vetor de geração de renda, inovação e empreendedorismo, criando parcerias sólidas com a sociedade civil e o setor privado. Feita de forma responsável e aberta, a cultura deixa de ser um setor dependente do Estado e passa a ser um instrumento de desenvolvimento humano, social e econômico.

Objetivo 1:

Tratar a cultura como economia criativa e vetor de desenvolvimento

A cultura não deve ser vista apenas como política assistencial ou atividade subsidiada, mas como parte da economia do entretenimento, capaz de gerar emprego, renda, turismo, inovação e pertencimento comunitário. Um ambiente regulatório simples, com menos barreiras e mais segurança jurídica, permite que artistas, produtores, empresas e investidores privados assumam protagonismo, reduzindo a dependência de verba pública e ampliando a diversidade de oferta cultural.

Propostas

- Tratar cinema, música, teatro, games e eventos como indústrias da economia criativa, promovendo integração com turismo, tecnologia e desenvolvimento urbano (rotas culturais, festivais, polos criativos)
- Criar um ambiente simples e competitivo para empreendedores criativos — facilitando abertura de negócios, reduzindo burocracia para eventos e produções artísticas.
- Desburocratizar e simplificar os procedimentos de acesso às políticas culturais e adequá-los às realidades dos agentes culturais.
- Incentivar programas no estilo do Fábricas de Cultura do Governo do Estado de São Paulo, que utiliza parcerias com o terceiro setor e leva cursos ligados à música, teatro, dança, circo, audiovisual e linguagens tecnológicas para escolas e áreas de maior vulnerabilidade juvenil e social.
- Oferecer junto ao Sistema S capacitação em gestão, marketing, finanças e direitos autorais para artistas e produtores, fortalecendo autonomia em relação a subsídios e aproximando o setor das lógicas de negócios sustentáveis.

Objetivo 2:

Incentivar parcerias com o setor privado e estímulo a endowments na cultura

O Brasil ainda carece de uma cultura de filantropia e de mecanismos duradouros de sustentabilidade para suas instituições culturais. Enquanto países como os Estados Unidos utilizam endowments — fundos patrimoniais cujo dinheiro é investido e cujos rendimentos financiam museus, bibliotecas e centros culturais ano após ano — e modelos híbridos de gestão que garantem autonomia e planejamento de longo prazo, o setor cultural brasileiro permanece dependente do orçamento público. Fortalecer parcerias com o setor privado e estimular esses fundos patrimoniais é essencial para dar estabilidade e eficiência à política cultural. Essa mudança amplia a diversidade de fontes, profissionaliza a administração cultural e consolida a cultura como parte ativa da vida nacional.



Propostas

- Redirecionar parte das renúncias fiscais para criar e fortalecer endowments dedicados à preservação do patrimônio histórico e cultural., com a lógica de que esses fundos só recebessem recursos públicos se também captassem uma parcela mínima de doações privadas — funcionando como um “matching” que multiplica o dinheiro investido e atrai mais doadores para manter museus, arquivos e centros culturais de forma sustentável no longo prazo.
- Expandir o uso de Organizações Sociais na execução de políticas culturais, transformando museus e fundações em OSs para promover agilidade e eficiência administrativa, nos moldes do Museu da Língua Portuguesa e Museu do Futebol.
- Incentivar a integração da formação artística e experiências culturais no currículo escolar da rede pública, incluindo visitas a museus, projetos de música, teatro e leitura para fortalecer o vínculo dos jovens com a cultura e ampliar seu público.
- Abrir espaço para coproduções internacionais, plataformas privadas e fundos privados de investimento, reduzindo distorções e dependência de recursos estatais.

Objetivo 3:

Racionalizar mecanismos de incentivo à cultura

O sistema brasileiro de fomento à cultura é ineficiente e não contribui para o desenvolvimento da cultura como instrumento de preservação do patrimônio histórico-cultural e fortalecimento do setor. Leis como a Rouanet concentram renúncias fiscais em grandes produtores, enquanto mecanismos emergenciais como as Leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo criaram dependência orçamentária sem avaliação do gasto. Ainda, o mecanismo da meia-entrada distorce o mercado sem favorecer o acesso à cultura às classes D e E.

É preciso simplificar e integrar mecanismos de financiamento, com transparência, para que o Estado possa coordenar melhor os recursos e sustentar políticas permanentes, e não atender a demandas episódicas ou privilégios de grandes organizações ou artistas. Além disso, é preciso aprimorar a governança de órgãos como Fundo Nacional de Artes (Funarte), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e Fundação Palmares, que foram capturados por interesses políticos e desconsideram as prioridades regionais de investimento em cultura.

Propostas

- Substituir a Lei Rouanet por um programa de incentivo a projetos com maior relevância na preservação do patrimônio histórico e cultural nacional, com melhores regras de fiscalização e prestação de contas e estabelecendo tetos de captação para grandes artistas e produtores, cujos espetáculos, shows e filmes podem se financiar por meio de bilheteria e investidores privados.
- Melhorar a governança dos organismos nacionais de cultura como FUNARTE, IPHAN, IBRAM e Fundação Palmares, garantindo decisões baseadas em resultado e nas necessidades regionais.



Saúde

O acesso a **serviços de saúde** é uma premissa básica para a garantia da cidadania e da dignidade, e nenhum brasileiro deveria sofrer por falta de atendimento. De forma mais profunda, os governos devem ter um compromisso com a oferta de serviços de saúde de qualidade, entendendo-os como essenciais para o desenvolvimento social e econômico do país. No entanto, três em cada quatro brasileiros dependem exclusivamente do Sistema Único de Saúde (SUS)¹, que há décadas enfrenta críticas quanto à qualidade dos serviços prestados.

Essas reclamações são justificadas: faltam unidades de saúde, leitos, equipamentos e medicamentos, e a má gestão do sistema como um todo contribui para a formação de intermináveis filas de consultas, exames e cirurgias. Um sistema eficiente salva vidas, reduz afastamentos do trabalho e aumenta a produtividade dos profissionais, criando um ciclo virtuoso em que cidadãos mais saudáveis contribuem mais ativamente para a economia e para a prosperidade de suas famílias e comunidades. O acesso rápido e eficiente diminui desigualdades, previne doenças graves e reduz custos futuros, permitindo que recursos públicos sejam direcionados a outras áreas essenciais para o progresso do país.

Para aprimorar as políticas de saúde no Brasil, é fundamental compreender que, embora a manutenção de um sistema universal seja custosa, simplesmente aumentar os gastos públicos pode até aliviar emergências pontuais, mas não solucionará os problemas estruturais do país. O orçamento anual da saúde já ultrapassa R\$ 230 bilhões², e uma parcela significativa desses recursos é mal utilizada. A gestão tripartite do SUS, que envolve União, estados e municípios, é ineficiente e pouco articulada, carecendo de planejamento e de incentivos à adoção de boas práticas na administração e na aplicação dos recursos financeiros e humanos. Enfrentar os problemas crônicos da saúde brasileira exige, portanto, o aprimoramento da gestão do sistema nacional como um todo, bem como a revisão das regras que impactam o funcionamento dos setores público e privado na saúde.

Para avançar essa agenda, serão abordadas propostas relacionadas às temáticas de **Saúde Básica e Prevenção, Atendimento Especializado e Alta Complexidade, Formação e Atuação de Profissionais da Saúde, Regulação e Vigilância Sanitária e Saúde Mental**.

Papel dos Entes:

O Governo Federal exerce funções normativas, coordenadoras e redistributivas no SUS, respeitando a autonomia de estados e municípios. Ele define diretrizes nacionais, coordena campanhas como vacinação, regula a incorporação de medicamentos e tecnologias e financia programas estruturantes, como a Estratégia Saúde da Família, o SAMU 192 e a Farmácia Popular. Também realiza transferências automáticas via Fundos de Saúde, sustenta instituições como Fiocruz, Inca, Inco e hospitais universitários federais e regula o setor privado por meio da Anvisa e da ANS. Além disso, o Governo Federal deve cumprir o piso de investimento de 15% da Receita Corrente Líquida em saúde e executar emendas impositivas, assegurando transparência e previsibilidade no financiamento.

Os estados atuam como articuladores regionais da rede, com ênfase em eficiência e cooperação federativa. Eles mantêm e coordenam a média e alta complexidade (hospitais gerais e especializados, UTIs, oncologia, cardiologia, transplantes), estruturam Redes de Atenção à Saúde e promovem o uso compartilhado de serviços entre municípios. Cabe-lhes coordenar e apoiar tecnicamente as ações regionais do SUS, incluindo vigilância epidemiológica e sanitária, apoio a municípios de menor porte e articulação de consórcios intermunicipais. Também podem manter hospitais universitários e institutos de pesquisa estaduais, de acordo com sua estrutura e prioridades de política pública.

Os municípios são a ponta do SUS, responsáveis pela maior parte da atenção primária. Eles gerem as Unidades Básicas de Saúde (UBS), implantam e mantêm equipes da Estratégia Saúde da Família, organizam vacinação, pré-natal, atenção a crianças e idosos, e programas locais de promoção da saúde. Também coordenam a atenção secundária local (prontos-socorros e ambulatórios municipais), fazem vigilância sanitária e controle de vetores no território, administram os recursos do Fundo Municipal de Saúde e organizam o fluxo de encaminhamento para hospitais estaduais ou federais. Na prática, os municípios executam o dia a dia do cuidado, respondem rapidamente a problemas locais e dependem de apoio técnico e financiamento da União e dos estados para serviços mais complexos.

¹ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2025-09/sus-76-da-populacao-tem-atendimento-direto-gratuito-de-saude>

² <https://ieps.org.br/orcamento-do-sus-cresceu-30-nos-ultimos-3-anos-quase-metade-da-expansao-foi-apropriada-por-emendas-parlamentares/>

Visões para o futuro do Brasil:

- Aumentar a cobertura nacional da Estratégia Saúde da Família, garantindo que todo brasileiro tenha acesso à atenção primária à saúde.
- Assegurar que a cobertura vacinal da população fique acima das metas da OMS, protegendo o maior número possível de brasileiros.
- Reduzir a mortalidade materna e infantil, colocando o Brasil nos mesmos patamares de países desenvolvidos.
- Eliminar o número de internações por causas que poderiam ter sido identificadas e tratadas na atenção primária.
- Aumentar a disponibilidade de leitos de UTI para o SUS em colaboração com setor privado, oferecendo acesso a tratamento adequado à população.
- Reduzir o tempo de espera dos brasileiros em filas para atendimentos, exames e cirurgias.



Saúde Básica e Prevenção

Ainda que muitas discussões sobre a qualidade da saúde pública no Brasil girem em torno da construção de mais hospitais e serviços de atendimento de alta complexidade, a literatura científica recomenda que sistemas de saúde se concentrem na saúde básica¹, também conhecida como “atenção primária à saúde”, que abrange cuidados básicos, prevenção e acompanhamento contínuo. Essa etapa do tratamento em saúde é a porta de entrada do SUS e permite antecipar e evitar o agravamento de doenças infecciosas, crônicas e degenerativas, reduzindo internações na alta complexidade, que geram maior perda de vidas e ainda são mais caras.

A consolidação da atenção primária como eixo do sistema público brasileiro exige uma mudança estrutural: o país precisa reorganizar seu modelo de financiamento, nortear a atuação das equipes que sustentam o cuidado diário da população a partir de uma estratégia clara de saúde e modernizar sua gestão, tornando-a mais inteligente e orientada por dados. Mais do que apenas ampliar o acesso, o desafio é garantir qualidade e eficiência. Um sistema de saúde centrado na atenção primária consegue proteger o cidadão antes da doença, cuidando de sua saúde com responsabilidade no uso dos recursos públicos.

Objetivo 1:

Qualificar o gasto da saúde no Brasil, tendo a atenção primária como prioridade

Ao longo das últimas décadas, o Brasil observou maior investimento no sistema de saúde, proporcionalmente, em unidades de atendimento especializado (consultas, exames e pequenas cirurgias) e alta complexidade² (tratamentos e procedimentos de maior custo e com maior uso de tecnologia, como cirurgias complexas) enquanto a atenção primária permaneceu subfinanciada e com expansão insuficiente. Além disso, muitos recursos da atenção primária à saúde foram desperdiçados, como se observou na implementação do Mais Médicos. O programa gastou mais de R\$13 bilhões entre 2013 e 2017, sendo R\$7 bilhões apenas para pagar os médicos cubanos³, com baixo impacto nas regiões focalizadas pela política⁴.

¹<https://agendamaisus.org.br/evidencias/>

²<https://agendamaisus.org.br/evidencias/>

³<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2018/02/21/mais-medicos-gastou-mais-de-7-bilhoes-de-reais-para-a-contratacao-de-medicos-estrangeiros-aponta-cas>

⁴<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S027795362401013X?via%3Dihub>

É fundamental, portanto, que o Brasil qualifique o seu gasto na saúde pública, garantindo que a atenção primária seja eficiente e expanda sua cobertura em todo o território nacional. Nesse processo, é preciso buscar soluções para o seu financiamento. Apesar de o sistema de saúde ter uma gestão tripartite (União, estados e municípios), em 2024, os municípios arcaram com 67% das despesas desse nível de atenção à saúde¹, sobrecarregando as prefeituras, que frequentemente já estão sobrecarregadas e sem orçamento disponível, e reduzindo o acesso da população².

Propostas

- Avançar com a agenda de focalização do esforço da saúde pública na atenção primária à saúde, buscando corrigir ineficiências nos gastos públicos e evitar o agravamento de doenças que demandam atendimentos mais complexos.
- Priorizar investimentos em infraestrutura de unidades básicas de saúde em municípios de alta prioridade, que têm baixa cobertura de serviços de atenção primária e alta taxa de vulnerabilidade socioeconômica.
- Condicionar repasses de recursos federais a resultados-chave em saúde, incentivando que estados sigam o mesmo procedimento com repasses para municípios.
- Ampliar consórcios intermunicipais de saúde para otimizar processos de compra e reduzir custos.



¹https://cnm.org.br/storage/biblioteca/2025/Estudos_Tecnicos/202506_ET_Novo_Modelo_Federal_Financiamento_APS.pdf?t=1750433273

²https://cnm.org.br/storage/biblioteca/2024/Estudos_tecnicos/202408_ET_SAU_Atualizacao_da_crise_de_saude_nos_Municipios.pdf

Objetivo 2:

Fortalecer a Estratégia Saúde da Família (ESF) como carro-chefe da atenção primária

De todos os programas e políticas de atenção primária do país, o mais eficiente é a Estratégia Saúde da Família (ESF). O programa é voltado à prevenção e ao cuidado contínuo da saúde da população, por meio de equipes multiprofissionais (médicos, enfermeiros, técnicos e agentes comunitários) que atuam em territórios específicos acompanhando um número de famílias e garantindo vínculo e monitoramento ao longo do tempo. Apesar de ser intensiva em capital humano, ela não é cara, quando comparada aos custos futuros da falta de prevenção à saúde. Ocorre que, a ESF ainda atende apenas 65,7% da população brasileira (2023), alcançando integralmente apenas 46% dos municípios¹. São 72 milhões de brasileiros sem cobertura pela ESF². Essa defasagem tem um enorme impacto na qualidade de vida e na proteção das famílias brasileiras. Estima-se que com atendimento adequado na atenção primária à saúde, 3 milhões de internações preveníveis poderiam ser evitadas anualmente no Brasil.³

Outro problema é que, atualmente, os agentes comunitários de saúde ainda executam muitas tarefas administrativas, que poderiam ser substituídas por ferramentas digitais, e estão desconectados de outras frentes de atuação dos serviços públicos, como educação e assistência social. Por todos esses motivos, o foco do Governo Federal deve ser o fortalecimento da ESF, valorizando as equipes e aumentando a sua eficiência.

Propostas

- Revisar o modelo de financiamento da ESF, condicionando repasses de apoio aos municípios à adoção de boas práticas de gestão do programa e alcance de metas.
- Estruturar a atuação dos agentes comunitários de saúde sob modelos de gestão informatizados, com planejamento das visitas domiciliares, processos claros para as atividades e avaliação da qualidade dos atendimentos.
- Concentrar os agentes comunitários de saúde em funções que somente eles podem realizar, como visitas domiciliares, identificação de problemas de saneamento e higiene e acompanhamento de gestantes e crianças nos territórios, destinando tarefas administrativas ao pessoal de apoio.
- Converter equipes de outros modelos de atenção primária à saúde em equipes da ESF, o que aumentaria a eficiência e poderia gerar ainda uma economia anual de quase R\$300 milhões de reais⁴.

¹<https://relatorioaps.saude.gov.br/cobertura/ab>

²<https://ieps.org.br/estudo-institucional-08/>

³<https://biblioteca.observatoriosaudepublica.com.br/blog/atencao-primaria-a-saude>

⁴<https://ieps.org.br/estudo-institucional-08/>

Objetivo 3:

Modernizar e aumentar a eficiência da atenção primária à saúde com infraestrutura, tecnologia e gestão baseada em dados.

A atenção primária no Brasil enfrenta um desafio central: transformar a digitalização em um sistema de inteligência em saúde. Embora cerca de 95% das UBSs possuam prontuário eletrônico, apenas 6% estão integradas à Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS)¹, limitando o uso estratégico das informações para planejamento, prevenção e gestão eficiente. Além disso, a baixa capacitação digital também limita o potencial da atenção primária. Em 2024, apenas 23% dos profissionais haviam recebido alguma formação no uso de IA e análise de dados em saúde ou padronização de nomenclaturas². Essa lacuna de qualificação dificulta a adoção efetiva de ferramentas como prontuário eletrônico, telessaúde, regulação inteligente e gestão de risco em tempo real, restringindo o potencial de ferramentas digitais para apoiar decisões clínicas, monitorar pacientes crônicos e prevenir surtos epidemiológicos.

A falta de infraestrutura e uso de dados para orientar o trabalho das equipes de saúde ainda impõe um custo elevado ao Brasil. Sem informações precisas, o acompanhamento do histórico de doenças e a distribuição de recursos financeiros e humanos se torna ineficiente, dificultando o planejamento de ações, o monitoramento de pacientes crônicos e a antecipação do Poder Público a surtos epidemiológicos. Um relatório do Banco Mundial de 2017 estimou que a integração entre atenção primária, média e alta complexidade poderia gerar ganhos de cerca de R\$ 7,7 bilhões, o equivalente a 0,12% do PIB brasileiro daquele ano³. Uma boa infraestrutura de dados em saúde permitiria, por exemplo, corrigir uma trajetória perigosa: o Brasil, que já foi referência mundial de sucesso em campanhas de vacinação, tem observado queda na cobertura vacinal para diversas doenças, ficando abaixo das metas da Organização Mundial da Saúde (OMS)⁴.

¹ https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/4_relatorio_monitoramento_saude_digital.pdf

² https://cetic.br/media/analises/tic_saude_principais_resultados_2024.pdf

³ <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2022/04/1363113/jbes-especialportugues-86-95.pdf>

⁴ https://cnm.org.br/storage/biblioteca/2024/Estudos_tecnicos/202407_ET_SAU_Avaliacao_coberturas_vacinais_municipios_crianças_cinco_anos.pdf

Propostas

- Ampliar a integração das UBS à RNDS, de modo que todas as unidades enviem dados de forma padronizada e contínua, considerando esse resultado dentro de uma estrutura de condicionamento de repasses financeiros a estados e municípios.
- Investir em conectividade e capacitação técnica para estados e municípios gerenciarem dados de saúde e adotarem efetivamente o Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC), via e-SUS APS, ou sistemas facilmente integrados, garantindo a interoperabilidade e participação ativa na RNDS.
- Estruturar programas de capacitação digital em saúde de abrangência nacional, com a União, estados e municípios, com foco em análise de dados para apoio a decisões clínicas e uso do prontuário eletrônico.
- Investir em infraestrutura e capacitação voltada a oferecer atendimento por telemedicina, garantindo alcance de populações em regiões afastadas ou com impedimentos à locomoção até unidades de saúde.
- Buscar elevar a cobertura vacinal da população por meio do mapeamento da vacinação no Brasil com uso de sistemas informatizados em conjunto com os agentes comunitários da ESF.



Atendimento Especializado e Alta Complexidade

A capacidade do Estado brasileiro de fornecer atendimento médico especializado e de alta complexidade é fundamental para a proteção da vida de milhões de pessoas que dependem dos serviços de saúde. O Brasil, porém, ainda não conseguiu organizar sua rede de média e alta complexidade como um sistema articulado. A fragmentação entre municípios, estados e União faz com que o acesso a cirurgias, exames especializados e atendimentos hospitalares dependa mais da localização da cidade onde o cidadão mora e da influência política local do que das necessidades da população.

Para que essa rede funcione de forma eficiente, municípios, estados e a União precisam estar em um sistema coordenado, capaz de planejar fluxos e distribuir responsabilidades, entendendo que a capacidade de gestão das filas a partir do grau de prioridade dos atendimentos deve nortear o planejamento do Estado. Dentro desse sistema, é importante articular mecanismos de governança, garantir boa gestão financeira e contar com o envolvimento do setor privado, que possui infraestrutura e capital humano capazes de colaborar para solucionar os problemas da saúde pública.

Objetivo 1:

Reestruturar a governança e a gestão regional do SUS para aumentar eficiência e acesso

A regionalização da saúde no Brasil, embora prevista no Decreto n. 7.508/2011, é ineficaz, com Regiões de Saúde que muitas vezes existem apenas formalmente, sem coordenação efetiva entre municípios ou organismos de gestão e governança, com autonomia para definir estratégias, prioridades e destinação dos recursos. Com isso, os municípios frequentemente competem pela instalação de equipamentos e serviços de saúde de média e alta complexidade, mesmo sem capacidade técnica ou financeira para mantê-los e sem que isso faça sentido para a saúde como um todo da região na qual o município está. Essa ineficiência resulta na sobreoferta de serviços em algumas áreas e ausência completa em outras, comprometendo a universalização do SUS.

A falta de integração entre os níveis de atenção também leva à duplicidade de exames e procedimentos, atrasos no atendimento e desperdício de recursos. Muitos hospitais e ambulatórios não estão conectados entre si por sistemas informatizados, o que obriga pacientes a transportarem resultados impressos entre unidades e impede o acompanhamento integral do histórico clínico. Essa desorganização afeta diretamente a gestão regional das filas de espera, a capacidade de planejamento e o ganho de escala e eficiência nos gastos públicos, prejudicando a eficiência do SUS. Diante desses fatos, para que o sistema de saúde brasileiro seja, de fato, um sistema, com municípios e regiões integrados, e possa reduzir as filas e cuidar dos brasileiros, é urgente constituir estruturas de governança regionais para a saúde.

Propostas

- Reformar o modelo de governança das regiões de saúde do SUS, estabelecendo autonomia financeira e administrativa, com coordenação técnica por meio das Comissões Intergestores Regionais (CIR) para realizar a distribuição dos níveis de atenção em fluxos coordenados.
- Dentro das regiões de saúde, estabelecer a atenção primária à saúde como base da articulação entre municípios, alocando unidades de atenção secundária e alta complexidade em municípios com maior escala, capacidade de gestão e localização estratégica para suprir as necessidades da região.
- Estabelecer plataformas regionais de gestão das filas, integrando unidades públicas e contratadas e adotando regras de referência e protocolos que definam quando encaminhar o paciente para outro nível de cuidado e quando trazê-lo de volta, de acordo com prioridade clínica dentro da rede.
- Em regiões remotas, ampliar o uso da telemedicina como ferramenta para viabilizar a articulação entre níveis de atenção e permitir o acesso a consultas com especialistas, aumentando a resolutividade dos casos.
- Profissionalizar a gestão dos hospitais estaduais públicos por meio de seleção técnica de dirigentes e estruturação de sistemas de metas de desempenho e avaliações periódicas de resultados.
- Fortalecer auditoria estadual para evitar fraudes e desperdícios nos hospitais da rede própria e nos serviços contratados.
- Estruturar dentro da rede de saúde própria programas estaduais de teleconsulta e tele-UTI para apoiar hospitais de menor porte e aumentar a resolutividade de casos complexos em regiões remotas.

Objetivo 2:

Expandir o uso de serviços privados contratados no SUS e aprimorar sua regulação

Grande parte da rede hospitalar e dos serviços de média e alta complexidade no Brasil é composta por instituições privadas contratadas pelo SUS, incluindo hospitais filantrópicos e Santas Casas. Mas, a falta de governança compartilhada, a ausência de protocolos padronizados e a baixa transparência nos contratos reduzem a eficiência do sistema. Falta integração entre o público e o privado, tanto na regulação de serviços quanto no compartilhamento de informações clínicas, o que dificulta a eficiência do cuidado dos pacientes e o uso racional dos recursos.

Além disso, muitos pacientes chegam diretamente aos hospitais, ambulatórios e prontos-socorros, sem passar antes pela atenção primária, que deveria ser a porta de entrada do SUS, responsável por avaliar e encaminhar cada caso. Essa desorganização sobrecarrega os serviços especializados e de alta complexidade, aumentando custos e tempos de espera. Um relatório do Banco Mundial de 2017 estimou que a integração da atenção primária à média e alta complexidade poderia gerar ganhos de cerca de R\$7,7 bilhões, o equivalente a 0,12% do PIB brasileiro daquele ano¹.

Propostas

- Sempre que possível, priorizar a expansão dos atendimentos de média e alta complexidade em parceria com a rede privada instalada nos municípios brasileiros.
- Reestruturar o modelo de prestação de serviços no SUS por meio de redes integradas de atenção à saúde que unam prestadores públicos e privados sob protocolos clínicos padronizados, formalizando estruturas de governança compartilhada entre gestores públicos e contratados, com atribuições claras e mecanismos de avaliação contínua.
- Estabelecer contratos com modelos de pagamento baseados em desempenho e resultados dos serviços, e não apenas quantidade de procedimentos ou atendimentos realizados, assegurando que os fluxos de atendimento sejam coordenados pela atenção primária à saúde.
- Aprimorar a integração operacional entre o SUS e as operadoras privadas de saúde, com sistemas que permitam o rastreamento de atendimentos e procedimentos realizados, garantindo o ressarcimento automático ao SUS em casos de uso indevido e evitando duplicidades de gasto e sobreposição de serviços.
- Criar um sistema de OpenHealth (Saúde Aberta), um padrão único e interoperável, com garantia de privacidade, para permitir que dados de saúde sejam facilmente compartilhados pelos pacientes e transportados entre serviços, sistemas e usuários, públicos ou privados.

¹<https://docs.bvsalud.org/biblioref/2022/04/1363113/jbes-especialportugues-86-95.pdf>

Objetivo 3:

Garantir sustentabilidade financeira e previsibilidade no financiamento dos serviços de atendimento especializado e alta complexidade

Considerando os altos custos dos atendimentos especializados e de alta complexidade, a sustentabilidade financeira é hoje um dos maiores desafios do SUS. Mesmo após a aprovação da Lei nº 14.820/2024, a tabela de remuneração permanece profundamente defasada. Essa distorção desestimula profissionais, ameaça a continuidade de hospitais filantrópicos e Santas Casas¹ e compromete programas estratégicos, como o Programa Nacional de Redução de Filas e o Previne Brasil.²

Outro fator que agrava o problema é o uso ineficiente dos recursos oriundos de emendas parlamentares. Pela Constituição, 50% do valor das emendas individuais deve ser destinado obrigatoriamente à saúde. Na prática, porém, esses recursos costumam ser aplicados segundo critérios políticos, não técnicos ou baseados no tamanho da população atendida. Assim, parte do dinheiro público é direcionado a obras e equipamentos desconectados do planejamento regional, gerando desperdício e perpetuando gargalos locais. Pesquisas indicam ainda que o recebimento dessas emendas pode levar municípios a reduzirem seus próprios gastos em saúde³, substituindo investimentos estruturantes por recursos de emendas de natureza essencialmente política.

Propostas

- Revisar periodicamente os valores da Tabela SUS, com base em critérios técnicos, vinculada a indicadores de custo e inflação médica para assegurar a viabilidade do atendimento de profissionais e permitir a sustentabilidade de hospitais filantrópicos e Santas Casas.
- Avançar uma cultura de gestão e avaliação de resultados em saúde baseada em dados (e-SUS, DataSUS e SISAB) para adaptar e aprimorar serviços de acordo com as necessidades reais da população de cada região.
- Revisar o modelo de alocação das emendas parlamentares em saúde, vinculando-as a planos regionais e indicadores de eficiência.
- Garantir previsibilidade orçamentária plurianual para o financiamento da média e alta complexidade dentro das regiões de saúde, fortalecendo a capacidade de planejamento dos sistemas prestadores de serviço geralmente alocados aos estados e municípios.

¹<https://www.jota.info/saude/com-tabela-sus-ultrapassada-setor-busca-novo-modelo-para-remunerar-filantronicos>

²https://cnm.org.br/storage/biblioteca/2024/Estudos_tecnicos/202408_ET_SAU_Atualizacao_da_crise_de_saude_nos_Municipios.pdf

³<https://doi.org/10.1590/0102-311XPT007323>

Formação e Atuação de Profissionais de Saúde

A qualidade de um sistema de saúde depende das pessoas que operacionalizam os serviços no dia a dia. Formar e desenvolver esses profissionais é um desafio estratégico para o futuro do país, pois envolve não apenas ampliar a oferta de mão de obra, mas repensar a forma como o Brasil capacita e gerencia quem trabalha pela saúde da população em todo o território nacional. Nesse sentido, o Brasil enfrenta desafios estruturais que vão desde a escassez e má distribuição de profissionais em diversas regiões até preocupações com a baixa qualidade das formações.

Nos próximos anos, o país precisa construir uma nova agenda para o capital humano em saúde, unindo inovação, eficiência e valorização das carreiras públicas. Isso significa promover uma formação mais alinhada às necessidades reais do sistema, incorporar práticas modernas de trabalho entre as equipes de saúde e garantir condições que atraiam e retenham talentos em todas as regiões. Isso permitirá a estruturação de um sistema de saúde mais robusto, capaz de se adaptar aos desafios da saúde pública.

Objetivo 1:

Modernizar o escopo de trabalho dos profissionais da saúde e a atratividade das carreiras na saúde pública

O Brasil enfrenta um enorme desafio para oferecer serviços de saúde pública com qualidade e rapidez em todo o território nacional. Um primeiro entrave é a falta de profissionais, que atinge especialmente o Norte e o Nordeste do Brasil¹, onde faltam incentivos à permanência de profissionais altamente qualificados e à atração de trabalhadores de outras localidades.

Outro problema é a rigidez no escopo de trabalho dos profissionais da saúde, criada por uma regulação que ignora possibilidades de compartilhamento e redistribuição de tarefas entre médicos, enfermeiros e outros profissionais. Esse modelo mais flexível, com as chamadas práticas de task sharing e task shifting na atenção primária, é adotado em diversos países desenvolvidos, como Estados Unidos, Canadá e Reino Unido, e permite a realização de exames simples, prescrição de alguns medicamentos e realização de certos diagnósticos e encaminhamentos por parte de enfermeiros e técnicos capacitados. Dessa forma, é possível a ampliação da cobertura médica com segurança. Contudo, isso não é permitido no Brasil.

¹https://www.fm.usp.br/fmusp/conteudo/estudo_demografico_FMUSP_AMB.pdf

Propostas

- Permitir que enfermeiros e outros profissionais da saúde com a devida formação na área e devidamente capacitados realizem procedimentos simples e de baixo risco na atenção primária (task shifting e task sharing), ampliando o acesso da população aos cuidados básicos de saúde.
- Reformar o currículo das formações de nível técnico e superior em saúde e estruturar cursos de formação continuada para garantir a adequação da capacitação do capital humano às novas divisões de atribuição com a instituição de uma regulamentação de task shifting e task sharing.
- Aprimorar a qualidade dos equipamentos públicos de saúde em regiões com déficit de profissionais, especialmente em unidades de saúde básica, para garantir maior atratividade da atuação profissional nessas localidades.

Objetivo 2:

Elevar a qualidade da formação em saúde no Ensino Superior e assegurar qualidade do capital humano em longo prazo

A expansão acelerada de cursos da área da saúde na última década foi importante para suprir o déficit de profissionais no país. No entanto, é essencial assegurar controle de qualidade e infraestrutura prática adequada, para não comprometer a formação dos profissionais nem a segurança dos pacientes. Embora o Enade não seja a melhor régua para avaliar a prática clínica, seus resultados justificam preocupações com lacunas de conhecimento, reforçando a necessidade de elevar o padrão das formações¹. Além disso, a recente proibição de cursos em saúde na modalidade a distância, tratada como solução para reduzir formações ruins, também não enfrenta o problema central da qualidade do ensino.

Outro desafio presente em todo o mundo, é assegurar a qualidade dos profissionais ao longo do tempo. O Brasil carece de uma política nacional de avaliação de egressos e verificação periódica de competências, como já adotam países da OCDE. O Revalida, que avalia diplomas estrangeiros, mostra consistentemente que mais de 50% dos candidatos não atingem critérios mínimos de competência clínica e teórica², o que levanta preocupações sobre a manutenção da qualidade também entre profissionais formados no país.

¹https://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2023/medicina.pdf

²<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoia0GQ3MjVjYzItOTMyOC00YzNjLTgwMTUtZTQyZmQ1MDdiYzY1IiwidCI6IjZjczODk3LWw4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>

Propostas

- Aumentar a fiscalização dos cursos públicos e privados da área da saúde, para garantir o atingimento de padrões mínimos de qualidade na formação dos profissionais.
- Aperfeiçoar a autorização de cursos na área da saúde, exigindo convênios robustos e de longa duração com hospitais-escola ou serviços de saúde que garantam volume real de prática, e fortalecer a supervisão prévia do MEC para impedir que cursos iniciem sem infraestrutura adequada.
- Conectar os cursos da área da saúde nas universidades públicas brasileiras às melhores referências internacionais, alinhando currículo e práticas pedagógicas e de gestão.
- Incluir processos formativos voltados às necessidades da atenção primária do sistema público de saúde, tendo a Estratégia Saúde da Família como programa prioritário desse nível do sistema, na formação das universidades públicas.
- Reformular a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) em conjunto com a iniciativa privada e articular entes subnacionais na formação continuada de profissionais da saúde, havendo reavaliações periódicas para assegurar a qualidade dos atendimentos médicos.

Regulação e Vigilância Sanitária

O sistema de regulação e vigilância sanitária é essencial para garantir a segurança da saúde da população, a qualidade e oferta dos planos de saúde e o acesso da população a medicamentos e vacinas de boa qualidade. Dessa forma, o sistema possibilita o desenvolvimento econômico e a inovação na área da saúde, com impacto direto na competitividade do país. No Brasil, contudo, desafios persistentes comprometem a agilidade e a qualidade das decisões regulatórias, impactando negativamente todo o setor da saúde.

Em relação aos planos de saúde, é essencial que o poder público encontre um equilíbrio entre liberdade para o funcionamento do mercado, com possibilidade de inovação e entrada de novos competidores, e a adequação da regulação às melhores práticas internacionais, evitando a captura da regulação por agentes privados interessados em influenciar as regras do setor em detrimento da qualidade do serviço prestado.

Ao mesmo tempo, na vigilância sanitária, o Governo Federal precisa repensar sua regulação com foco em eficiência, autonomia técnica, integridade das ações de fiscalização e integração entre as etapas de registro, precificação e incorporação de medicamentos e vacinas. Seguindo esses princípios, será possível facilitar a inovação e a pesquisa clínica, para que o Brasil acompanhe o avanço científico global, e enfrentar os problemas que reduzem o acesso da população a melhores medicamentos, aumentam custos públicos e limitam o potencial de pesquisa e, conseqüentemente, da indústria farmacêutica nacional.

Objetivo 1:

Modernizar a regulação sanitária e a governança da Anvisa

O Brasil precisa que a regulação no setor farmacêutico seja norteadada por uma governança profissional e com foco em resultados, garantindo celeridade das decisões sem comprometer o rigor técnico. Hoje, o sistema regulatório brasileiro enfrenta desafios significativos de eficiência. A Anvisa, embora dotada de um corpo técnico de alto nível, não consegue analisar todas as demandas com agilidade em razão das regras regulatórias atuais para registro de medicamentos e vacinas. Esse cenário, distante das boas práticas internacionais, prejudica a entrada de novas tecnologias no país e a atuação do setor farmacêutico. Além disso, a nomeação política em cargos técnicos da Anvisa tem enfraquecido a autonomia e a credibilidade das ações da instituição, sendo necessária uma transformação na sua gestão.

Propostas

- Respeitar as boas práticas de realização de indicações técnicas para as diretorias da ANVISA, garantindo autonomia e capacidade técnica da agência para conduzir a regulação do setor.
- Expandir o processo acelerado de registro da ANVISA, aplicando os critérios de fast track já existentes para medicamentos oncológicos e doenças raras a novas áreas da saúde, e estabelecendo metas de prazo e transparência para a aprovação de medicamentos e vacinas.
- Aprimorar o modelo de confiança regulatória da Anvisa, consolidando mais rapidamente acordos de reconhecimento mútuo com agências internacionais de referência, como FDA (Estados Unidos), EMA (União Europeia) e PMDA (Japão), para garantir a oferta de novos medicamentos e vacinas à população.

Objetivo 2:

Reestruturar a política de precificação e incorporação de medicamentos

É preciso adotar uma visão integrada de regulação de precificação e incorporação de medicamentos que viabilize a inovação na indústria farmacêutica brasileira e permita aos brasileiros ter acesso a produtos com agilidade. A precificação de medicamentos no Brasil ignora os custos associados à inovação, ao desenvolvimento tecnológico e à diversificação de formulações. O atual modelo de precificação da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) é rígido e descolado da dinâmica do setor farmacêutico global, o que desestimula o investimento em novos produtos.

Ao mesmo tempo, há uma desconexão entre os processos de registro, definição de preço e incorporação ao SUS, criando redundâncias e atrasos. Essa lentidão leva à falta de acesso da população a novos medicamentos e inovações. Além disso, o Ministério da Saúde frequentemente não cumpre o prazo legal de disponibilização após a aprovação, gerando judicializações que oneram o sistema e agravam desigualdades. Outro problema que precisa ser pacificado, é o custo de decisões judiciais sobre fornecimento de medicamentos. Na União, a despesa chegou a R\$3,2 bilhões em 2024, com o número de casos relacionados à saúde pública na primeira instância do Judiciário saltando de 78.836 em 2020 para 162.046 em 2024. E nos estados, esse gasto chega a cerca de 33% das despesas totais com remédios¹.

Propostas

- Rever o modelo de precificação da CMED, de modo a reconhecer e valorizar a inovação no desenvolvimento de medicamentos.
- Integrar os processos de precificação e incorporação de novos medicamentos e vacinas em uma única etapa, aproximando o modelo brasileiro de experiências internacionais mais ágeis.
- Garantir o cumprimento do prazo legal de 180 dias para o Ministério da Saúde disponibilizar medicamentos aprovados para incorporação, trazendo previsibilidade de acesso aos pacientes.
- Avançar na definição de critérios claros, racionais e específicos para decisões judiciais sobre a concessão de medicamentos.

¹<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15830-judicializacao-corresponde-a-quase-33-dos-gastos-em-medicamentos-de-estados-brasileiros>

Objetivo 3:

Apoiar iniciativas de P&D e inovação em medicamentos e vacinas

O Brasil precisa criar um ecossistema que favoreça a inovação na saúde. Hoje, o ambiente de pesquisa em saúde no país sofre com excesso de burocracia e baixo incentivo à inovação. Estudos clínicos e projetos de desenvolvimento são travados nos trâmites ético-regulatórios, o que reduz nossa competitividade frente a mercados globais. A falta de previsibilidade e a lentidão nos processos desestimulam a atração de investimentos privados e parcerias internacionais. Além disso, o Brasil não aproveita plenamente seu potencial científico e genético. A diversidade da população nacional poderia posicionar o país como polo de referência em medicina de precisão. O Estado deveria, portanto, retirar barreiras que impedem o setor privado e centros de pesquisa de contribuir para a inovação e o desenvolvimento da indústria de saúde no país.

Propostas

- Reduzir barreiras que impedem a aceleração dos processos de pesquisa clínica e de aprovação regulatória, reduzindo os atrasos que fazem com que estudos no Brasil comecem quando já estão em fase final em outros países.
- Reduzir burocracias à inovação incremental em medicamentos genéricos, reconhecendo que esses produtos exigem alto investimento em P&D e contribuem para reduzir custos no sistema de saúde.
- Retirar barreiras em pesquisas em medicina de precisão com base na diversidade genética da população brasileira, valorizando esse patrimônio como ativo científico nacional e assegurando padrões éticos, soberania sobre dados genéticos e benefícios diretos à saúde da população.

Objetivo 4:

Aumentar eficiência da fiscalização em vigilância sanitária

A capacidade de fiscalização da vigilância sanitária precisa ser mais eficiente, alinhada a boas práticas internacionais e comprometida com a segurança do cidadão e o respeito à iniciativa privada. Hoje, frequentemente, a fiscalização se concentra em procedimentos burocráticos punitivos, em vez de priorizar o risco sanitário e a prevenção, o que abre espaço para a arbitrariedade de fiscais que exploram pequenos empreendedores. Uma atuação mais técnica ampliará a confiança dos cidadãos e do setor produtivo, garantindo a segurança sanitária da população.

Propostas

- Adotar modelos de fiscalização baseados em risco sanitário, priorizando atividades com maior potencial de dano à saúde e substituindo abordagens punitivas por ações preventivas e corretivas.
- Garantir previsibilidade e transparência nas ações de fiscalização, com padronização de critérios, capacitação técnica dos fiscais e mecanismos que valorizem a atuação orientada a resultados à sociedade.
- Implementar mecanismos anticorrupção na fiscalização sanitária, com canais anônimos de denúncia, registro das inspeções por meio de câmeras corporais, auditoria externa periódica e sanções a fiscais que adotam práticas extorsivas.

Objetivo 5:

Modernizar e ampliar o acesso da população a planos de saúde

A saúde suplementar no Brasil enfrenta desafios com a escalada dos custos, que pressiona empresas e cidadãos e tem reduzido a cobertura e a qualidade dos planos. O ambiente regulatório limita a inovação com regras da ANS que restringem franquias e coparticipações e impõem tetos de reajuste, especialmente nos planos individuais, tornando sua oferta inviável. Com isso, as operadoras migraram o foco para planos coletivos empresariais, atuando sobretudo como intermediárias financeiras entre clientes e serviços privados, sem foco na gestão de saúde dos beneficiários.

Num país com sistema público universal, planos mais restritos deveriam coexistir com o SUS, sem deixar a população desassistida. Também é essencial ampliar a flexibilidade regulatória para experimentação e mensuração de resultados de modelos inovadores de saúde suplementar. Isso ampliaria o acesso e a escolha, inclusive por produtos alternativos, como o cartão de desconto, já usado por cerca de 60 milhões de pessoas¹. Por fim, também é preciso repensar o escopo da cobertura: o Brasil é exceção ao excluir a assistência farmacêutica, cobrindo cirurgias caras, mas não medicamentos de uso contínuo e baixo custo. Isso reduz o acesso e gera desperdício, dado que exames e diagnósticos perdem valor quando o tratamento prescrito é inacessível.

¹<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2025/11/com-60-mi-de-usuarios-cartoes-de-desconto-devem-ser-regulados-pela-ans-decide-stj.shtml>

Propostas

- Flexibilizar o marco regulatório, permitindo modelos diferenciados de planos, com variações de cobertura, segmentação de serviços e mecanismos de compartilhamento de custos ajustáveis.
- Permitir a inclusão opcional da cobertura farmacêutica nos planos de saúde como modalidade adicional ou como parte dos planos-referência.
- Garantir segurança jurídica e regulação eficiente para a operação de modelos de cuidado em que o pagamento depende dos resultados de saúde do paciente, como o capitation e o Value-Based Care, nos quais o prestador recebe um valor fixo por pessoa e assume a responsabilidade pelo cuidado integral, em vez de ser remunerado por cada procedimento.

Saúde Mental

A saúde mental tornou-se um dos maiores desafios sociais e econômicos do século, especialmente após a pandemia de Covid-19, afetando a qualidade de vida de milhões de brasileiros, as relações sociais e até a economia, com efeitos globais na produtividade dos trabalhadores que podem chegar a US\$16 trilhões entre 2010 e 2030, segundo o Fórum Econômico Mundial¹. O Ministério da Saúde relata que aproximadamente 1 a cada 6 brasileiros têm episódios de depressão durante a vida². Enfrentar esse cenário requer uma mudança estrutural, investindo em prevenção, cuidado contínuo e integração com políticas de diferentes setores.

Objetivo 1:

Fortalecer a rede de atenção psicossocial

O enfrentamento aos problemas de saúde mental precisa se dar de forma integrada, englobando profissionais de diferentes setores, com uma coordenação entre a saúde e a assistência social para garantir a eficiência dos atendimentos. A nível de sistema, a Rede de Atenção Psicossocial (Raps) não articula ações entre União, estados e municípios, e a falta de coordenação entre seus diferentes componentes, como os CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), Creas (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), Caps (Centro de Atenção Psicossocial) e Caps AD (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas), reduz a capacidade de resposta aos casos e sobrecarrega os serviços especializado.

¹<https://institutocactus.org.br/impacto-da-saude-mental-no-desenvolvimento-socioeconomico>

²<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/d/depressao>

Além disso, a nível dos serviços públicos, profissionais como professores e policiais não recebem treinamento adequado para identificar ou lidar com sintomas de transtornos de saúde mental ou vício em drogas. Combater esses problemas é necessário para enfrentar o sofrimento de milhões de brasileiros.

Propostas

- Capacitar e articular os profissionais dos Cras, Creas, Caps e Caps AD para atuar com problemas de saúde mental e apoiar as escolas e famílias das pessoas acometidas pelos transtornos.
- Criar mecanismos de cofinanciamento estável da Raps entre União, estados e municípios, garantindo isonomia de investimento entre os diferentes componentes da rede.
- Implementar centros regionais integrados de atenção à saúde mental juvenil, inspirados no modelo australiano headspace, com foco em jovens de 12 a 25 anos, integrando saúde, educação, apoio familiar e empregabilidade.
- Capacitar professores, psicólogos escolares, policiais e demais agentes públicos em triagem, acolhimento, prevenção do suicídio, identificação de risco, acolhimento e primeiros cuidados.
- Incorporar discussões sobre saúde mental no currículo escolar, com orientação aos professores em relação a como tratar o tema.
- Criar plataforma de comunicação acessível para crianças e adolescentes, com atendimento psicológico gratuito e sigiloso.

Objetivo 2:

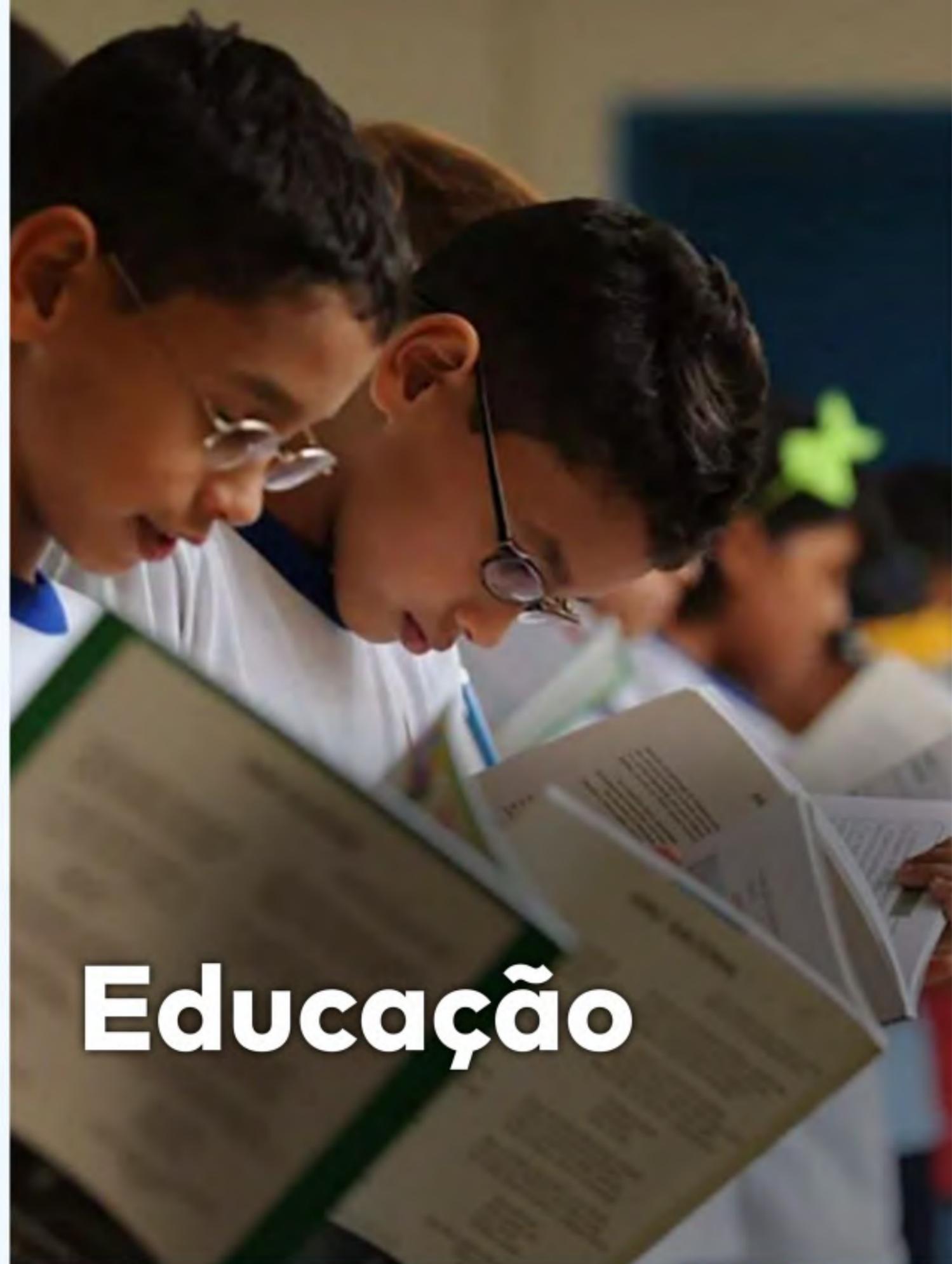
Aumentar a capacitação de profissionais para lidar com desafios de saúde mental na atenção primária

Não é econômica nem operacionalmente viável formar e distribuir centenas de milhares de profissionais específicos da área da saúde mental em todo o Brasil. Por isso, o país precisa seguir a estratégia que vem sendo adotada no mundo todo, reforçando a saúde mental na atenção primária. Isso requer formar profissionais não especializados, como enfermeiros e agentes comunitários, para triagem e acompanhamento inicial. Promover esse task-shifting (redistribuição de tarefas) requer mudanças na formação universitária, residência e treinamento de atuação sob protocolos claros. Além disso, é fundamental que os mecanismos de financiamento da saúde incluam a qualidade do atendimento à saúde mental como um critério de envio de recursos, criando incentivos ao atendimento adequado à população.

Propostas

- Incorporar a saúde mental de forma estruturada nos currículos médicos, de enfermagem e de técnicos em saúde.
- Incluir dados de saúde mental nos prontuários eletrônicos, com o objetivo de capturar informações importantes para diagnósticos de saúde mental.
- Criar indicadores nacionais e incentivos financeiros para acolhimento de saúde mental na atenção primária, a fim de equilibrar a prioridade em relação a temas da saúde física que já recebem financiamento específico (como pré-natal e diabetes).





Educação

A **educação** é uma das áreas mais fundamentais para o desenvolvimento de qualquer nação. Ela é o alicerce que possibilita a formação de cidadãos capazes de contribuir ativamente para a sociedade e a economia. Além disso, uma educação de qualidade é a principal ferramenta para a saída da pobreza, permitindo que indivíduos de diferentes origens possam alcançar seus objetivos e sonhar com uma vida melhor.

Ocorre que o Brasil ainda enfrenta sérios desafios educacionais, comprometendo o futuro de várias gerações. Na Educação Infantil, há lacunas significativas tanto no acesso quanto na qualidade da estrutura pedagógica, prejudicando o pleno desenvolvimento das crianças, especialmente nas fases iniciais do aprendizado. A Educação Básica, apesar do avanço no acesso, ainda sofre com a falta de uma cultura focada na aprendizagem efetiva, resultando em alunos com grandes dificuldades em disciplinas essenciais como Português e Matemática. Além disso, a educação técnica-profissionalizante, fundamental para a preparação de jovens para o mercado de trabalho, segue com falta de oferta. O Ensino Superior precisa passar por uma reestruturação ampla, que garanta mecanismos mais eficientes de financiamento, gestão e consiga trazer melhores resultados na preparação dos jovens para o mercado de trabalho e na produção de ciência e tecnologia de ponta no país.

O brasileiro deseja e merece viver em um país onde há oportunidades ao alcance de todos, no qual seja possível se desenvolver e enriquecer por meio do seu próprio trabalho, com uma educação cidadã e empreendedora, que, principalmente, forme pessoas livres para escolher seu futuro.

Para avançar essa agenda, serão abordadas propostas relacionadas às temáticas de **Primeira Infância, Educação Básica, Educação Profissional e Tecnológica, e Educação Superior.**



Papel dos Entes:

A Constituição Federal prevê que as etapas da educação deveriam, idealmente, estar distribuídas entre os entes federativos. Enquanto os municípios seriam os responsáveis pela Educação Infantil e pelo Ensino Fundamental, os estados estariam responsáveis pelo Ensino Médio e a União, pelo ensino superior e pela coordenação do sistema educacional do país, apoiando estados e municípios em suas tarefas, enquanto os estados, por sua vez, apoiam seus próprios municípios.

Assim, cabe à União a gestão das universidades e institutos federais e a coordenação de políticas e órgãos nacionais de educação, como o Plano Nacional de Educação (PNE), o Conselho Nacional de Educação (CNE) e os sistemas de avaliação de todas as etapas educacionais, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade). A União também apoia os estados e municípios em áreas como alfabetização, formação de professores e gestão escolar, além de distribuir recursos para a educação por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e outros programas específicos.

Já os estados são responsáveis principalmente pelo Ensino Médio, podendo oferecer também o Ensino Fundamental, gerenciando as redes de escolas estaduais. Além disso, podem estruturar sistemas de avaliação locais, prestar assistência aos municípios e gerenciar a oferta de escolas técnicas, universidades estaduais e centros de pesquisa.

Visões para o futuro do Brasil:

- Garantir acesso à creche a todas as famílias que quiserem e universalizar a pré-escola.
- Garantir alfabetização na idade certa a todas as crianças.
- Combater efetivamente o número de alunos com distorção idade-série e a evasão escolar.
- Atingir os índices adequados de aprendizagem nos Ensinos Fundamental e Médio.
- Atingir os índices de ensino técnico-profissionalizante dos países desenvolvidos.
- Garantir um ensino superior acessível a todos, financeiramente sustentável e, que produza profissionais qualificados para o mercado de trabalho.
- Elevar a qualidade das universidades brasileiras, aumentando sua produção científica, internacionalização e inserção em redes globais de pesquisa.

Primeira Infância

Estudos acadêmicos apontam há décadas que a educação infantil é a fase mais importante para o desenvolvimento cognitivo e socioemocional dos indivíduos e que falhas no processo formativo nesse período têm o maior custo de todos para a recuperação futura da aprendizagem. Estima-se que cada R\$1,00 investido na primeira infância gere um retorno médio de R\$7 a longo prazo, pois a melhor qualidade na aprendizagem gera maior inserção no mercado de trabalho e diminuição de custos com assistência social e combate à criminalidade¹.

Ainda assim, o Brasil não superou o desafio do acesso a educação infantil: apenas 41% das crianças de 0 a 3 anos frequentam creches, e 9 em cada 10 municípios têm filas de espera². Na pré-escola, 12% das crianças de 4 e 5 anos ainda estão fora da escola.³

Além da baixa cobertura, há sérios desafios de qualidade e gestão da educação infantil. Falta no país uma política institucionalizada para que os professores utilizem de forma intencional técnicas baseadas em evidências científicas na formação das crianças.

Isso significa garantir acesso à creche e à pré-escola de qualidade, formar educadores para aplicar práticas educacionais comprovadas e integrar políticas de saúde, assistência social e segurança para que cada criança, independentemente de sua origem, tenha condições de desenvolver todo o seu potencial.



¹<https://heckmanequation.org/>

²<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2024/08/27/632-mil-criancas-estao-na-fila-por-creche-no-brasil-segundo-levantamento.ghtml>

³<https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/dados/brasil/>

Objetivo 1:

Ampliar a oferta de vagas em creches e pré-escolas

A baixa cobertura de creches no Brasil é um dos principais fatores de desigualdade educacional e social. Cerca de 2,3 milhões de crianças de até 3 anos, em grande parte de famílias pobres, estão fora de creches por falta de acesso¹. Essa carência também afeta a autonomia econômica das famílias, sobretudo das mulheres, que muitas vezes não conseguem ingressar ou se manter no mercado de trabalho por não conseguirem vagas para seus filhos na rede de ensino.

É necessário ampliar o acesso à educação infantil por meio de parcerias com o setor privado, respeitando critérios de qualidade e eficiência. Também é importante aprimorar os sistemas de gestão das filas de espera, pois apenas 20% das cidades têm sistemas unificados de gestão de vagas, sendo frequente o controle por meio de arquivos físicos, sem qualquer priorização das crianças com maior necessidade.

Propostas

- Ampliar a construção e gestão de creches em parceria com o setor privado, por meio de Parcerias Público-Privadas (PPPs) e vouchers, em localidades onde houver estimativa de demanda de creche no longo prazo e ausência de oferta de vagas no setor privado.
- Auxiliar municípios a implementarem sistemas informatizados de gestão das filas das creches nas Secretarias Municipais de Educação, priorizando repasses às redes que implementarem o serviço.
- Focalizar os investimentos de programas federais e estaduais, como Proinfância e Brasil Carinhoso, nos municípios com maior demanda por creches e pré-escolas e nos quais não seja possível firmar convênios com a rede privada ou estruturar PPPs.



¹<https://anuario.todospelaeducacao.org.br/2025>

Objetivo 2:

Melhorar a qualidade da Educação Infantil

Além de assegurar vaga para todas as crianças que precisam, é fundamental elevar a qualidade da educação infantil. Muitas creches e pré-escolas operam com infraestrutura precária, práticas pedagógicas insuficientes para o desenvolvimento neurocognitivo adequado e sem monitoramento contínuo da aprendizagem das crianças. A falta de formação adequada atinge 36% dos professores da educação infantil¹. A ausência de indicadores de desempenho e de transparência sobre os resultados impede a formulação de políticas eficazes e o aprimoramento da gestão da educação voltada à primeira infância.

É fundamental que a educação infantil brasileira estabeleça padrões claros e mensuráveis de infraestrutura, formação docente e práticas pedagógicas. Estados e municípios devem ser estimulados a monitorar resultados e compartilhar dados, promovendo o aprendizado contínuo e a melhoria das práticas educacionais. O uso de evidências e de tecnologias de gestão permitirá que a política pública evolua com base em resultados concretos e mensuráveis.

Propostas

- Desenvolver ferramentas de avaliação de qualidade da educação infantil focadas na qualidade das práticas pedagógicas, das instalações das escolas e da capacitação dos professores.
- Apoiar os municípios na implementação adequada dos currículos de educação infantil, garantindo os estímulos e aprendizagem esperados para esta etapa para todos os bebês e crianças.
- Ofertar programas federais ou estaduais ou incentivar municípios a criarem programas complementares de formação de educadores para atuar dentro de diretrizes pedagógicas para a primeira infância fundamentadas em evidências científicas, que criam estímulos eficazes ao desenvolvimento das crianças.

¹<https://anuario.todospelaeducacao.org.br/2025/capitulo-6-professores.html>

Objetivo 3:

Coordenar as políticas para a primeira infância de forma transversal, alinhando-as a práticas fundamentadas em evidências científicas

O desenvolvimento infantil não depende apenas da escola. Fatores como nutrição, saúde mental, ambiente familiar e condições socioeconômicas influenciam diretamente o desenvolvimento cognitivo e socioemocional das crianças. No Brasil, onde mais de 8 milhões de crianças vivem em situação de pobreza, políticas fragmentadas e falta de coordenação entre ministérios e esferas de governo reduzem a eficácia das ações voltadas à primeira infância.

É essencial adotar uma abordagem integrada e intersetorial, que articule políticas de educação, saúde, assistência social e segurança pública, garantindo continuidade e acompanhamento desde o pré-natal até a entrada na escola. Essa transversalidade permitirá identificar atrasos de desenvolvimento, fortalecer vínculos familiares e assegurar que cada criança tenha um início de vida saudável, seguro e propício ao aprendizado.

Propostas

- Centralizar a coordenação de ministérios e secretarias estaduais (Saúde, Educação, Assistência Social e Segurança Pública) para a elaboração e o monitoramento de políticas públicas de primeira infância, garantindo a continuidade dos programas de forma integrada e contínua, desde o pré-natal até o ingresso escolar.
- Garantir que, no âmbito da educação, as creches e pré-escolas forneçam os estímulos cognitivos e socioemocionais adequados ao desenvolvimento das crianças de 0 a 5 anos.
- Por meio de agentes comunitários de saúde, garantir a checagem de marcos de desenvolvimento e vacinação, prover atenção psicológica com intervenções rápidas em saúde mental infantil, e incentivar o aleitamento materno até os 6 meses.
- Dentro da segurança pública, monitorar casos de abuso e violência doméstica que levem a hospitalizações ou perdas precoces na primeira infância, para reduzir o risco de transtornos mentais, doenças crônicas e o comprometimento cognitivo.
- Capacitar profissionais da assistência social a fim de promover a participação ativa das famílias no desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças.

Educação Básica

A educação básica é o coração do sistema educacional brasileiro. Ela reúne etapas decisivas nas quais se formam as bases cognitivas, socioemocionais e cidadãs dos alunos. Todo o debate deste eixo parte de um princípio simples: políticas, programas e estruturas só fazem sentido se tiverem como objetivo central melhorar a aprendizagem dos alunos ao longo de toda essa trajetória.

Apesar disso, a educação básica raramente foi tratada como prioridade real pela nossa classe política. Quando o tema é trazido à tona, o viés é normalmente corporativista ou ideológico, ao invés de colocar no centro da discussão a questão principal: o aprendizado dos alunos. Soma-se a isso o debate raso da necessidade constante de mais recursos para a área, que frequentemente domina o ambiente político e impede a avaliação crítica e necessária quanto a atual efetividade da aplicação dos investimentos na educação.

Somente quando entendermos que a educação brasileira precisa ser tratada a partir de evidências científicas, tendo a melhoria dos resultados educacionais dos alunos como norte, é que conseguiremos reverter esse quadro no país.

Objetivo 1:

Fortalecer as políticas de alfabetização e aprendizagem

Apenas 13,3% dos alunos têm aprendizagem adequada de Português e Matemática ao fim do ensino fundamental e somente 4,5% dos alunos ao fim do ensino médio¹. Esses números são refletidos nos resultados do Brasil em exames internacionais, como o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), em que o país recorrentemente se posiciona entre os 25% de pior resultado, com desempenho muito aquém do desejado em Matemática, Leitura e Ciências.

A alfabetização, que é a base de toda a trajetória escolar, também vai mal: 4 em cada 10 alunos do 2º ano do ensino fundamental ainda não são alfabetizados². Estima-se que 17% dos brasileiros com ensino médio sejam analfabetos funcionais; entre aqueles com ensino superior, 12% são analfabetos funcionais, e metade não tem domínio pleno da Língua Portuguesa³.

¹<https://anuario.todospelaeducacao.org.br/capitulo-2-ef-anos-iniciais.html>

²<https://anuario.todospelaeducacao.org.br/capitulo-2-ef-anos-iniciais.html>

³<https://alfabetismofuncional.org.br/alfabetismo-no-brasil/>

Esse quadro mostra que o Brasil ainda não conseguiu organizar sua política educacional em torno do que realmente importa: a aprendizagem do aluno. Faltam políticas consistentes, baseadas em evidências, e sobra dispersão com disputas ideológicas em sala de aula, materiais didáticos de baixa qualidade e conteúdos que muitas vezes se afastam das competências essenciais de leitura, escrita, matemática e Ciências.

Superar essa realidade exige uma atuação coordenada entre União, estados e municípios, com metas claras de aprendizagem, revisão criteriosa de materiais didáticos e programas pedagógicos, foco em formação de professores e tempo de aula bem aproveitado. É preciso garantir que a escola seja um ambiente protegido de usos partidários, com pluralidade de ideias, respeito às famílias e centralidade no aprendizado do aluno, premiando redes e escolas que avançam e difundem as boas práticas pelo país.

Propostas

- Estabelecer objetivos claros de aprendizagem na alfabetização para os alunos de todo o país e condicionar repasses à implementação de boas práticas e atingimento de metas com base no Indicador Criança Alfabetizada.
- Revisar e aprimorar continuamente o material didático, com base em evidências e em um currículo com sequência clara de aprendizado, priorizando habilidades fundamentais e coibindo conteúdos de viés ideológico ou partidário nas escolas.
- Aprimorar o uso pedagógico dos resultados das avaliações, oferecendo formação e suporte técnico às redes para transformar os dados do Indicador Criança Alfabetizada (ICA), SAEB e de outras avaliações em estratégias concretas de ensino e recuperação da aprendizagem.
- Incentivar, por meio das Secretarias Estaduais de Educação, que os municípios implementem programas de recuperação da aprendizagem focados no acompanhamento individualizado das dificuldades de cada estudante, utilizando de forma estratégica os profissionais já existentes na rede.
- Ampliar a qualidade dos dados educacionais, promovendo parcerias técnicas com universidades e o terceiro setor, para apoiar pesquisas e iniciativas de inovação na alfabetização baseadas em evidências.

Objetivo 2:

Ampliar a oferta de ensino integral

Apesar das evidências robustas que demonstram o potencial transformador da educação integral, que amplia a jornada escolar para ao menos sete horas diárias ou 35 horas semanais, o Brasil ainda apresenta sérias deficiências nessa política. Atualmente, somente 17,6% das matrículas totais no ensino fundamental e 22,6% no ensino médio são nessa modalidade¹. Isso contrasta com o fato de que, em todas as etapas do ensino básico, alunos matriculados em escolas integrais apresentam desempenho superior aos das escolas regulares, com notas mais altas no SAEB.

Esses resultados são particularmente significativos no ensino médio, aumentando em 17 p.p. a chance de os alunos ingressarem no ensino superior.. Além disso, os estudantes formados em escolas integrais têm um salário médio mensal 18% superior aos seus pares do ensino médio regular.²

É imprescindível, portanto, ampliar a oferta de educação integral no Brasil, não apenas de carga horária, mas de modelo pedagógico visando formação integral, promovendo uma atualização do sistema educacional do país para alinhá-lo às melhores práticas de ensino.

Propostas

- Expandir a oferta de matrículas em escolas integrais, com ênfase no Ensino Médio, onde os benefícios desse modelo são mais evidentes, fortalecendo o Programa Ensino Médio em Tempo Integral.
- Aumentar o fator de ponderação no FUNDEB para ensino integral, garantindo recursos necessários para a expansão de matrículas.
- Capacitar, com apoio do terceiro setor, professores e gestores escolares para as novas práticas e diretrizes da educação integral, colocando o estudante e seu projeto de vida como centrais no projeto pedagógico, promovendo protagonismo juvenil, e trabalhando componentes como laboratórios de ciência, línguas, educação financeira, tutorias entre estudante e professor e habilidades do mundo do trabalho.
- Otimizar a rede escolar — ajustando localização das escolas, tamanho das unidades, séries oferecidas, distribuição de alunos por turma e alocação de professores — para reduzir desperdícios e liberar orçamento para ampliar o ensino integral.
- Definir critérios mínimos de qualidade pedagógica e infraestrutura para as escolas integrais, assegurando que a ampliação do tempo de permanência seja efetiva e benéfica para os alunos.

¹<https://anuario.todospelaeducacao.org.br/2025/capitulo-3-ef-anos-finais.html>

²<https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/conteudo-multimidia/detalhe/educacao-integral-tempo-qualidade-desafios-e-oportunidades>

Objetivo 3:

Melhorar a qualidade da gestão escolar

As redes de ensino sofrem com a má gestão escolar - atividade multitarefas que compreende desde a articulação com a secretaria de educação até a gestão dos recursos das escolas e sua liderança pedagógica. Por isso, ela se torna um dos fatores mais importantes para bons resultados educacionais. Mas a baixa capacitação dada aos gestores escolares, a falta de critérios técnicos para a posição de direção de escolas e políticas educacionais que priorizam processos burocráticos ao invés do alcance de resultados concretos de aprendizagem geram um vácuo administrativo. Um dado alarmante é o fato de que um terço dos gestores no Brasil são escolhidos exclusivamente por indicação política, sem qualquer tipo de avaliação do indicado.¹

Diretores escolares com capacidade de aprimorar a gestão pedagógica de suas escolas e orientar adequadamente o trabalho de seus professores são um dos elementos mais importantes para o aprimoramento da aprendizagem. Por isso, é necessário avançar uma agenda de fortalecimento da gestão escolar, de modo que escolas e redes operem com maior eficiência e compromisso com o futuro dos estudantes.

Propostas

- Aprimorar os processos de seleção, formação e promoção de gestores escolares, adotando critérios técnicos e meritocráticos como a apresentação de plano de gestão, histórico docente, análise de casos e simulações de situações reais, além da exigência de certificação em gestão escolar para diretores e vice-diretores.
- Ofertar cursos de formação pré-serviço por meio das secretarias estaduais de educação, utilizando o desempenho dos participantes nessas formações como parte dos processos de seleção.
- Implementar sistemas de apoio à gestão escolar, usando tecnologia para auxiliar em prestações de contas, gestão financeira da escola e gestão de pessoas.
- Adotar sistemas de avaliação de desempenho para diretores e vice-diretores, com base em indicadores de aprendizado dos alunos, gestão pedagógica e administrativa, e bonificação aos melhores profissionais.

¹<https://anuario.todospelaeducacao.org.br/2025/capitulo-7-gestao-escolar.html>

Objetivo 4: Ampliar a qualificação dos professores

O professor é o principal fator de impacto na aprendizagem dos alunos. Estudos mostram que a qualidade do professor impacta em 60% o aprendizado dos estudantes¹. Porém, o sistema educacional brasileiro não gerencia a carreira desses profissionais de maneira adequada. Além disso, eles carecem de formação contínua, que garanta a capacitação necessária para desempenharem seu papel.² A maioria dos formandos em licenciatura não realiza nem o mínimo exigido para estágio obrigatório.³

Programas como o Bolsa Estágio Formação Docente, do Espírito Santo, são exemplos que podem ajudar a mudar essa realidade. Ele oferece estágios remunerados a estudantes de licenciatura residentes no estado. O objetivo é integrar teoria e prática docente, complementando a formação inicial dos futuros professores. A política ajudou o estado a se tornar o primeiro colocado do Brasil no indicador de aprendizado do ensino médio do IDEB em 2023.

Outro exemplo é o estado do Ceará, que adotou, desde 2009, uma maior cooperação entre secretarias estaduais e municipais de ensino, além de um modelo de concurso em quatro etapas para professores, incluindo prova prática e capacitação profissional. A prova prática avalia habilidades de raciocínio e aplicação, com aulas presenciais gravadas e temas sorteados 48 horas antes.

O formato busca valorizar a competência docente para além da memorização. A valorização docente deve ser pautada por desempenho e mérito. O Estado precisa atuar para reestruturar as carreiras, promover formação continuada de qualidade e recompensar o bom trabalho em sala de aula. Esse alinhamento de incentivos é essencial para transformar o professor em protagonista da mudança educacional e elevar o padrão de ensino nas escolas públicas brasileiras.



¹ <https://www.institutopeninsula.org.br/qualidade-do-professor-impacta-60-o-aprendizado-dos-alunos-revela-estudo-inedito-do-instituto-peninsula/>

² <https://anuario.todospelaeducacao.org.br/2025/capitulo-6-professores.html>

³ <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/majoria-dos-formandos-em-licenciatura-nao-realiza-minimo-exigido-para-estagio-obrigatorio/>

Propostas

- Incentivar a reformulação de carreiras, com promoções associadas não apenas ao tempo de serviço, mas principalmente aos resultados de seus estudantes em termos de aprendizagem, à assiduidade dos professores em sala de aula e aos programas de formação continuada.
- Aprimorar os processos de seleção de professores, para que contemplem a avaliação de competências relacionadas à prática pedagógica, com aulas demonstrativas.
- Apoiar estados e municípios na elaboração de melhores programas de formação continuada, seguindo boas práticas internacionais de formação e avaliação docente.
- Garantir a plena execução do estágio supervisionado obrigatório, com mínimo de 400 horas curriculares, criando parcerias entre instituições de ensino superior e escolas, dando oportunidade para que os estudantes de licenciaturas e Pedagogia vivenciem contextos reais de sala de aula.
- Promover a capacitação docente para profissionais que não possuem Licenciatura, para poderem lecionar no Ensino Básico convencional, como já ocorre na parte técnica e profissionalizante do currículo do Novo Ensino Médio, desde que aprovados em provas técnicas e didáticas do concurso.

Objetivo 5: Racionalizar o sistema de financiamento da educação básica

O modelo de financiamento da educação básica no Brasil é excessivamente engessado e gera gastos ineficientes. O excesso de vinculações orçamentárias e de pisos salariais reduz a autonomia de estados e municípios para planejar políticas de acordo com suas realidades locais. Embora o volume de recursos seja expressivo, a baixa flexibilidade no uso dificulta o foco na melhoria do aprendizado e na eficiência da gestão escolar.

Além disso, o excesso de programas de financiamento – Fundeb, Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate), Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE, emendas e complementações – cria uma máquina pesada de regras, prazos e sistemas diferentes. Para municípios pequenos, isso trava a gestão: uma equipe mínima precisa lidar com múltiplas plataformas, prestações de contas distintas e exigências que mudam com frequência.

Um sistema de financiamento mais coerente e orientado por desempenho permitirá fortalecer a equidade entre redes e direcionar o investimento público para onde ele realmente gera impacto no aprendizado dos estudantes.

Propostas

- Ampliar a parcela do Fundeb associada à melhoria de desempenho das redes, incluindo um mecanismo que premie redes que consigam reduzir a evasão escolar e as disparidades intra-rede do desempenho dos alunos no SAEB.
- Integrar os diversos instrumentos de financiamento da educação – Fundeb, Salário-educação, Pnae, Pnate, PDDE, Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) – para focalizar os recursos, atrelando o financiamento a melhorias na aprendizagem.
- Eliminar travas orçamentárias existentes na legislação que engessam o orçamento de estados e municípios e priorizam o uso de recursos para compra de insumos, e não para a melhoria do desempenho educacional.
- Dar mais flexibilidade ao gestor local para definir sua própria política salarial, de acordo com a realidade local.

Objetivo 6:

Ampliar os modelos de oferta da educação básica pública, inclusive em parceria com o setor privado

A concorrência, que em outros setores da economia é um motor para melhoria de qualidade, quase não existe na educação básica pública: redes e escolas têm poucos incentivos para melhorar continuamente, porque não disputam alunos, recursos ou reconhecimento com outras instituições. Quando o serviço prestado não atinge padrões mínimos de qualidade, quase nada acontece com os responsáveis — e quem paga a conta é o estudante, que fica preso a um sistema inadequado, sem alternativas reais de escolha.

A celebração de parcerias com a iniciativa privada e com organizações da sociedade civil, por meio de escolas conveniadas, vales-educação (vouchers) e outros arranjos híbridos, pode mudar esse cenário. Experiências internacionais com escolas charter, vouchers educacionais e modelos comunitários mostram que é possível ampliar acesso, qualidade e inovação pedagógica, introduzir concorrência saudável e fortalecer a liberdade de escolha das famílias. Cabe ao Estado definir padrões de qualidade, regular e fiscalizar esses modelos e garantir que todos alcancem bons resultados, em vez de insistir em monopolizar a oferta de educação.

Propostas

- Permitir a contratação de organizações com ou sem fins lucrativos em modelos prestacionais alternativos, como escolas charter - escolas públicas geridas por organizações privadas, com maior autonomia administrativa - ampliando as opções de ensino disponíveis para alunos da rede pública.
- Permitir o uso de bolsas ou vale-educação (vouchers), inclusive com recursos do FUNDEB, para ampliar a oferta de vagas da educação pública via instituições do setor privado, com ou sem fins lucrativos, como já ocorre com a saúde pública no Brasil.
- Avançar com a política de implementação de escolas cívico-militares, visando segmentar a gestão financeira e patrimonial da gestão pedagógica e garantindo maior especialização em cada uma das funções.
- Regulamentar modelos de creches domiciliares — em que educadoras cadastradas atendem pequenos grupos de crianças em suas próprias residências — para facilitar sua adoção pelas redes públicas com padrões claros de segurança, formação e supervisão.

Objetivo 7:

Aprimorar mecanismos de avaliação da educação básica

Hoje, muitas avaliações educacionais brasileiras não tem padrão, estando desconectadas com as melhores práticas internacionais, e seus resultados não são bem utilizados para orientar políticas públicas. Isso é especialmente danoso nos níveis municipal e estadual, em que falta capacidade institucional para acompanhar a aprendizagem e propor melhorias para solucionar os problemas identificados.

Além disso, a transparência frágil dos dados torna difícil entender a realidade da aprendizagem no Brasil. No nível federal, a retirada de dados do Censo Escolar e do Enem evidenciou como até informações básicas podem ser ocultadas por pressões políticas.

A lei 15.017/24, proposta pelos deputados do NOVO Adriana Ventura e Tiago Mitraud, que garante a divulgação permanente dos microdados e protege a transparência, mostra o caminho para enfrentar esse cenário e revelar de fato a realidade da educação no país.

A evolução para um sistema de avaliação moderno e comparável em todo o país, com dados acessíveis e foco em resultados, é essencial para uma gestão educacional baseada em evidências, e não em visões ideológicas ou corporativistas que contaminam a educação.

Propostas

- Apoiar municípios e estados na padronização metodológica de avaliações educacionais, para que os resultados sejam comparáveis e seja possível identificar e valorizar os profissionais responsáveis por bons resultados em programas de gestão por resultados.
- Tornar o ENEM digital, com múltiplas provas comparáveis ao longo do ano, para que ele sirva como instrumento mais eficaz de avaliação do Ensino Médio e critério de ingresso para o Ensino Superior.
- Incentivar a adaptação dos currículos escolares em escopos-sequências de aprendizagem claros e articulados às avaliações, garantindo coerência entre o que se ensina e o que se avalia.
- Fortalecer a supervisão e o acompanhamento pedagógico das escolas, apoiando a atuação de gestores e coordenadores escolares na implementação do currículo e no uso pedagógico dos resultados das avaliações.

Objetivo 8:

Combater a evasão escolar

A evasão escolar no ensino médio permanece como um dos principais gargalos da educação brasileira, especialmente no ensino médio. Todos os anos, cerca de 250 mil estudantes abandonam a escola, e 29% dos jovens de 19 anos não concluem essa etapa¹. Diante desse quadro, o Programa Pé-de-Meia surgiu como uma possível solução, mas que conta com limitações estruturais. Nenhum dos incentivos propostos é condicionado ao desempenho acadêmico e o programa carece de metas claras e definição precisa de indicadores de monitoramento, o que compromete a capacidade de gestão e avaliação de resultados.

Superar esse cenário requer principalmente ampliar a atratividade das escolas, com currículos mais responsivos às demandas dos jovens, a ampliação do Ensino Médio Integral e um Ensino Médio Técnico mais robusto. Somente com incentivos bem calibrados, metas claras e integração entre políticas será possível reduzir a evasão de forma sustentável e melhorar a trajetória educacional dos estudantes brasileiros.

¹<https://anuario.todospelaeducacao.org.br/2025/capitulo-4-ensino-medio.html>

Propostas

- Condicionar o pagamento do Pé-de-Meia ao desempenho acadêmico, havendo obrigatoriedade de nota mínima no ENEM para alinhar incentivos à melhoria da aprendizagem.
- Elevar a exigência de frequência do Pé-de-Meia para 90%, substituindo o patamar atual de 80% e reforçando o compromisso com a permanência regular.
- Expandir os itinerários formativos do Novo Ensino Médio, trazendo mais personalização do currículo às vontades e interesses dos alunos.
- Implementar, em estados e municípios, uma comunicação ativa e automatizada — via SMS e WhatsApp — acionada por dados de risco, como aumento repentino de faltas ou índices persistentes de absenteísmo, para reduzir evasão de forma rápida, escalável e de baixo custo.

Objetivo 9:

Promover a educação inclusiva nas escolas de forma planejada e com base em evidências

A educação inclusiva no Brasil ainda enfrenta grandes desafios estruturais. Em muitas redes públicas, alunos com deficiência são matriculados em classes regulares sem o suporte necessário para garantir seu desenvolvimento. A ausência de planejamento, dados e capacitação profissional impede a formulação de políticas eficazes. Assim, o país segue com uma inclusão formal, mas pouco efetiva, marcada por desigualdades e baixa aprendizagem.

Além disso, a política brasileira de inclusão, especialmente no caso de alunos neuroatípicos, foi historicamente guiada por discursos ideológicos e pelo ideal de inclusão total, sem mecanismos de acompanhamento e mensuração da aprendizagem. Esse modelo afastou o país de experiências internacionais mais bem-sucedidas e baseadas em evidências. Com padrões técnicos e segurança jurídica, a inclusão precisa deixar de ser apenas um princípio genérico e tornar-se um compromisso real com a aprendizagem e a equidade.

Propostas

- Reorganizar a Educação Especial como rede integrada, com coexistência entre escolas comuns, escolas especializadas e salas de apoio pedagógico.
- Definir parâmetros nacionais para o tipo de atendimento adequado a cada aluno, priorizando o ambiente menos restritivo com base em evidências.
- Unificar bancos de dados nacionais (Censo Escolar, Fundeb, IBGE) para monitorar resultados e orientar políticas públicas.
- Criar instrumentos de avaliação específicos para medir o aprendizado de estudantes com deficiência.
- Regulamentar em nível nacional a formação do Acompanhante Especializado (AE), com capacitação técnica e de função pedagógica em sala de aula.
- Instituir o Plano Educacional Individualizado (PEI) como documento obrigatório para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), superdotação e transtornos globais, integrando-o ao sistema nacional de dados educacionais, com relatórios semestrais de progresso.
- Restringir o contraturno aos casos que realmente demandem atendimento intensivo, otimizando o uso de especialistas.
- Substituir o modelo de formação teórica de profissionais por formação prática e aplicação supervisionada, reformulando a formação docente e de AEs com base em treinamento prático, execução supervisionada e feedback.



Educação Profissional e Tecnológica

A educação profissional e tecnológica tem um papel fundamental no desenvolvimento de habilidades dos estudantes para o mundo do trabalho e na construção de uma mentalidade voltada à vida que os espera no mercado. A modalidade é uma fonte de oportunidades para essas pessoas, contribuindo ainda para o desenvolvimento do país. Estima-se que trabalhadores com ensino médio técnico recebam cerca de 32% a mais que aqueles com apenas ensino médio tradicional. Contudo, por não incentivar adequadamente o ensino técnico-profissionalizante, o Brasil deixa de elevar seu PIB em mais de 2%.¹ Em 2024, o Brasil registrou apenas 17,2% dos alunos do Ensino Médio matriculados em cursos profissionalizantes², contra 37% da OCDE³ (2023). A consequência disso é que enfrentamos um déficit de 9,6 milhões de profissionais qualificados para ocupações produtivas industriais em 2025⁴, limitando o crescimento do país e a melhoria da qualidade de vida da população.

O cenário brasileiro atual é reflexo de políticas implementadas nas últimas décadas. Em vez de estruturar um modelo educacional que priorize a educação profissional e tecnológica e conecte os estudantes ao mundo do trabalho, o país não se preocupou em avançar a educação técnica em conjunto com o mercado e a rede privada, priorizando maiores investimentos no ensino superior, sem a devida preocupação com a qualidade da educação.

Fortalecer a educação profissional e tecnológica é fundamental para aumentar a renda e reduzir o desemprego. E bons exemplos não faltam: em Minas Gerais, o programa Trilhas de Futuro, implementado sob a gestão do NOVO no estado, oferece cursos aos jovens da rede pública, em parceria com o Sistema S e setores empresariais, que apontam quais são as áreas para as quais há maior demanda de formação de profissionais em cada região do estado. Esse projeto comprova que é possível recuperar a trajetória da formação dos nossos jovens para o mercado de trabalho e lhes oferecer oportunidades de um futuro melhor.

¹ https://observatorioept.org.br/rails/active_storage/disk/eyJfcmFpbHMiOnsibWVzc2FnZSI6IkJBaDdVVG9JYTJWNVNTSWhNVGR4TjNoc2NYTnliM1k1YVc1NU1uQTFNMIU1YXpWNlp6UjFad1k2QmtWVU9oQmthWE53YjNOcGRHbHZia2tpWFdsdWJHbHV0VHNnWm1sc1pXNWhiV1U5SWtsRIZGODVOemd0TmPVdE9EWTNOekVOTWpNdE55NXdaR1pT3lCbWFXeGxibUJ0Z0VnV0VZUkdMVGduSjBsRIZGODVOemd0TmPVdE9EWTNOekVOTWpNdE55NXdaR1IHT3daVU9oRmpjMjUwWlclMFgzUjVjR1ZKSWhSaGNIQnNhV05oZEdsdmJpOXdaR1IHT3daVU9oRnpaWEoyYVdObFgyNWwhiV1U2Q214dlkyRnMiLCJleHAiOiIyMDI1LTA2LTA5VDIzOjQzOjM5LjgzMl9iLCJwdXliOiJibG9iX2tleSJ9fQ==--a53c3b9dd95c1b10242ecc514f808042dca282f0/IET_978-65-86771-23-7.pdf

² <https://anuario.todospelaeducacao.org.br/2025/capitulo-4b-ept.html>

³ https://www.oecd.org/en/publications/education-at-a-glance-2023_e13bef63-en.html

⁴ <https://valor.globo.com/brasil/g20-no-brasil/noticia/2024/08/29/escassez-de-mao-de-obra-qualificada-pressao-setor-industrial.ghtml>

Objetivo 1:

Eliminar restrições à celebração de parcerias com o setor privado para a oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes modalidades

O modelo atual de financiamento da educação técnica inibe a cooperação entre o poder público e instituições privadas, restringindo o potencial de expansão de vagas e a diversidade de oferta. O FUNDEB, ao não contabilizar matrículas de alunos em redes conveniadas (fora do Sistema S), desestimula gestores públicos a firmar parcerias e impede que profissionais de instituições privadas sejam remunerados com recursos do fundo. Essa limitação torna a rede pública o único agente viável, embora incapaz de atender à demanda crescente por formação técnica.

Superar essas barreiras exige reconfigurar o papel do Estado, permitindo que ele atue como regulador e fomentador de oportunidades, e não como provedor exclusivo. Ao abrir espaço para que o setor privado e entidades com ou sem fins lucrativos participem da formação técnico-profissionalizante, será possível ampliar o alcance dos programas educacionais, reduzir custos e garantir maior alinhamento com as necessidades do mercado de trabalho.

Propostas

- Contabilizar para fins de distribuição dos recursos do FUNDEB as matrículas no ensino médio técnico em toda a rede conveniada com o poder público, além do Sistema S.
- Permitir o uso de vouchers, inclusive com recursos do FUNDEB, para estimular instituições do setor privado, com ou sem fins lucrativos, a competir pelos estudantes interessados em participar dos itinerários formativos técnico-profissionalizantes.
- Ampliar a oferta de cursos técnicos de curta duração para estudantes em situação de maior vulnerabilidade social e com maior propensão a abandonar os estudos, de modo a tentar mantê-los na escola e oferecer uma oportunidade de entrar no mercado com rapidez.
- Estruturar parcerias com o setor privado e com o Sistema S para oferta de matrículas da educação profissional e tecnológica, aos estudantes da rede pública, em suas instituições de ensino.

Objetivo 2:

Integrar a formação profissional e tecnológica às demandas do mercado de trabalho e fortalecer a qualidade da educação profissional

O distanciamento entre o sistema educacional e o mercado de trabalho é uma das principais causas da baixa produtividade e empregabilidade dos jovens brasileiros. Muitos cursos profissionalizantes são planejados sem ligação com os setores que demandam mão de obra local, gerando frustração e desperdício de recursos. Nesse sentido, o Novo Ensino Médio abriu espaço para aproximar a educação do mundo produtivo, mas os itinerários técnicos ainda são pouco difundidos, devido à falta de vagas, professores especializados e alinhamento com as demandas regionais. Essa lacuna mantém a distância entre escola e emprego e contribui para a evasão escolar.

A expansão da educação técnico-profissionalizante requer integrar o planejamento educacional às dinâmicas do mercado e conectar o ensino às empresas, orientando as formações por demandas reais. Com incentivos adequados e parcerias estratégicas, as redes públicas poderão capacitar estudantes para setores produtivos e transformar a educação técnica em motor de desenvolvimento do país.

Propostas

- Incentivar o crescimento do itinerário "Formação Técnica e Profissional" na oferta de vagas do Novo Ensino Médio nas redes estaduais de educação, com direcionamento às vocações econômicas locais.
- Oferecer vagas gratuitas de cursos técnicos aos estudantes e egressos do Ensino Médio, aos moldes do programa Trilhas de Futuro, do Governo de Minas Gerais, para prepará-los para o mundo do trabalho.
- Aprimorar o Pronatec-MDIC, em que empresas orientam as áreas de maior demanda por profissionais e participam do processo de formação técnica e estruturação dos currículos, usando o programa de capacitação como porta de entrada direta em cadeias produtivas.
- Ampliar a formação de professores para o ensino técnico-profissionalizante e facilitar o recrutamento de profissionais de diferentes formações, atraindo pessoas capacitadas, com experiência comprovada no mercado, para lecionar em regimes de contratação flexíveis.
- Estruturar bases de dados no SINE (Sistema Nacional de Emprego) em conjunto com o setor produtivo e plataformas de recursos humanos para identificar as áreas com maior demanda de profissionais em cada localidade, para direcionar alunos a setores nos quais há vagas de emprego.
- Ampliar as vagas de ensino técnico dos Institutos Federais em cursos nos quais há demanda de profissionais no mercado.

Educação Superior

Nas últimas décadas, o ensino superior brasileiro expandiu-se para reduzir a lacuna em sua oferta, mas sem a devida preocupação com a qualidade do sistema e sua importância para o desenvolvimento social e econômico do país. Isso fica perceptível ao se constatar que, apesar dos esforços financeiros da União com o ensino superior, investindo cerca de 0,7% do PIB¹, patamar próximo ao da União Europeia, o Brasil não possui nenhuma universidade entre as 100 melhores do mundo e somente quatro entre as 500 melhores.²

No ensino superior público, houve a criação de universidades e cursos com pouca conexão com o mercado e as necessidades reais do Brasil. Além disso, a má gestão e a politização das instituições públicas seguem comprometendo a eficiência, a meritocracia e a qualidade da educação, consumindo muitos recursos e entregando pouco resultado.

No setor privado, responsável por quase 80% das matrículas totais³, políticas como o FIES e o Prouni ampliaram o acesso sem garantir qualidade ou sustentabilidade do sistema, chegando ao ponto de o governo oferecer descontos de até 99%⁴ na dívida de estudantes inadimplentes no FIES. Mesmo assim, em 2025, a inadimplência ainda ultrapassava os 60%⁵. Além disso, os investimentos do governo em financiamentos ou ofertas de bolsa de estudos também ignoraram as demandas do mercado de trabalho, contribuindo para a formação de profissionais deslocados das ofertas de emprego.

E, para piorar, o setor de educação à distância (EaD), que já representa a maioria das matrículas no ensino superior, e quase dois terços dos novos entrantes⁶, foi capturado por discussões corporativistas que ignoram a relevância da modalidade para a democratização da oferta e não conseguem avançar em qualidade de ensino.

Para transformar a vida dos brasileiros por meio da capacitação para o mercado de trabalho e da pesquisa de excelência, é preciso superar esse enorme prejuízo e repensar o modelo nacional de educação superior, priorizando a qualidade da gestão e do ensino, a liberdade de oferta educacional no setor privado e uma visão estratégica de investimentos públicos em ensino superior.

¹ https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Government_expenditure_on_education

² <https://www.topuniversities.com/world-university-rankings?countries=br>

³ <https://www.semesp.org.br/mapa/educacao-15/brasil/>

⁴ <https://www.gov.br/fnde/pt-br/assuntos/noticias/desenrola-fies-844-mil-estudantes-ainda-podem-renegociar-dividas>

⁵ <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/fies-inadimplencia-bate-recorde-e-passa-de-60-dos-contratos>

⁶ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2025-09/brasil-tem-mais-alunos-em-cursos-distancia-que-em-presenciais>

Objetivo 1:

Reformar as políticas de financiamento estudantil do ensino superior

O Brasil precisa de uma virada completa no modelo de financiamento do ensino superior, adotando um sistema inspirado no modelo australiano (Programa de Contribuição para o Ensino Superior - Higher Education Contribution Scheme - HECS), no qual o estudante cursa a universidade e paga depois, de forma automática e proporcional à renda, aplicável tanto às instituições públicas quanto às privadas. Esse arranjo cria igualdade de condições entre os setores, amplia o acesso sem pressionar o orçamento público e garante que quem tem maior capacidade de pagamento contribua mais, sem impedir o ingresso de nenhum aluno. Ao vincular o financiamento à renda futura, o modelo também altera os incentivos das universidades, que passam a competir pela qualidade do ensino e pela empregabilidade dos formandos, criando um ciclo virtuoso de meritocracia, inovação e alinhamento entre formação acadêmica e demanda do mercado de trabalho.

Um sistema moderno, justo e sustentável permitirá ampliar o acesso, eliminar o endividamento injusto e colocar as universidades — públicas e privadas — para competir por qualidade e resultados, e não por subsídios políticos. Isso é o que aproxima o Brasil de modelos vencedores no mundo e abre o caminho para um ensino superior forte, eficiente e orientado ao futuro.

Propostas

- Substituir o modelo atual — fragmentado entre FIES, ProUni e o financiamento direto das universidades públicas — por um único sistema universal de financiamento em que todos os estudantes, de instituições públicas e privadas, estudam agora e passam a contribuir apenas no futuro, quando atingirem um nível mínimo de renda.
- Vincular parte do repasse anual às instituições ao desempenho de seus egressos em empregabilidade, renda futura e taxas de conclusão, estimulando competição saudável por qualidade acadêmica.
- Bonificar financeiramente as universidades públicas pelo atingimento de indicadores de excelência na qualidade do ensino e na relevância da pesquisa produzida.
- Extinguir anistias e perdões automáticos que desorganizam o sistema de crédito estudantil, substituindo-os por regras claras e previsíveis baseadas na renda.

Objetivo 2:

Modernizar a gestão e governança das universidades públicas

O sistema de ensino superior público brasileiro ainda está distante dos modelos internacionais mais eficientes. O país expandiu o número de universidades federais sem, contudo, consolidar centros de excelência ou especialização temática. O resultado é uma rede ampla, porém dispersa, com baixa influência acadêmica. Enquanto isso, países como os Estados Unidos e o Reino Unido concentram instituições de ponta em polos de inovação — como o Vale do Silício, Boston ou Cambridge — favorecendo a interação entre universidades, empresas e investidores. No Brasil, a descentralização excessiva e a falta de especialização reduzem o impacto da pesquisa, impedem sinergias produtivas e limitam a competitividade global do ensino superior brasileiro.

Além disso, o atual modelo de gestão das universidades públicas é marcado por excessiva politização e baixa eficiência administrativa. A escolha de dirigentes por meio de eleições que priorizam os critérios ideológicos, a ausência de limites orçamentários claros e a rigidez da estrutura de pessoal comprometem a qualidade da gestão, o que se reflete em baixos índices de excelência do ensino, pesquisa e extensão. É necessário modernizar a governança das instituições públicas, fortalecendo a meritocracia e a gestão técnica. Isso envolve adotar modelos mais flexíveis e sustentáveis de administração, capazes de atrair recursos privados, reduzir burocracias e estabelecer critérios transparentes de gasto e desempenho. Assim, as universidades públicas poderão se concentrar em produção acadêmica efetiva, tornando-as mais eficientes e conectadas à sociedade.

Propostas

- Incentivar que instituições federais de ensino superior se transformem em OSs, visando tornar sua gestão mais técnica e flexível e reduzir custos e burocracias, com a constituição de fundos patrimoniais, em que ex-alunos, empresas e doadores aportam recursos para gerar rendimentos permanentes, garantindo a sustentabilidade e continuidade da gestão.
- Reestruturar o sistema de educação superior público de modo a fortalecer as universidades que são destaque no ensino e pesquisa em determinados conhecimentos, exigindo critérios de desempenho acadêmico para manutenção da oferta de cursos.
- Reformar o atual modelo de escolha de dirigentes universitários, de modo a dar um caráter mais técnico a essas escolhas por meio de processo seletivo conduzido por Comissão de Busca com membros externos, reduzindo o caráter político do modelo atual de eleições internas.
- Estabelecer normas nos moldes da Lei de Responsabilidade Fiscal que imponham limites de gastos de pessoal e estabeleçam critérios para a realização de despesas e investimentos.

Objetivo 3:

Aumentar a proporção da oferta de cursos relacionados a ciências, tecnologia, engenharias e matemática.

O Brasil precisa reorientar a prioridade dos cursos e da pesquisa universitária para áreas que impulsionam crescimento econômico, inovação e produtividade. Enquanto países desenvolvidos concentram sua formação em STEM — ciência, tecnologia, engenharia e matemática — o Brasil segue formando desproporcionalmente bacharéis em Administração, Direito e Humanidades. Apenas 16% dos adultos brasileiros têm formação STEM, contra mais de 35% na Alemanha e 32% na Coreia do Sul¹.

E o problema brasileiro não está apenas na defasagem. Nos últimos anos, o número de formandos em engenharia tem caído: cursos como Engenharia Civil perderam mais de 50% das matrículas desde 2015, reduzindo de 358 mil para 172 mil alunos². Ou seja, enquanto o mundo redobra esforços para ampliar engenheiros, técnicos e cientistas, o Brasil está indo na direção oposta. Além disso, mesmo entre os poucos engenheiros formados, o país absorve pouco esse talento: apenas 1% da força de trabalho está em ocupações STEM, contra 6% a 8% em economias avançadas.

Racionalizar o ensino superior e alinhar a pesquisa às áreas que tem maior correlação com o desenvolvimento é essencial para colocar o Brasil no caminho das economias desenvolvidas.

Propostas

- Fixar metas anuais de aumento da proporção de formandos em engenharia, tecnologia e ciências exatas, com incentivos financeiros às instituições públicas e privadas que cumprirem essas metas.
- Priorizar projetos com impacto científico, tecnológico ou econômico, reduzindo o financiamento a linhas de pesquisa de baixo impacto e fortalecendo laboratórios aplicados, centros tecnológicos e parcerias com o mercado.
- Vincular bolsas e recursos de mestrado e doutorado à relevância estratégica da área, ao impacto esperado e ao alinhamento com prioridades nacionais — sem restringir liberdade acadêmica, mas exigindo responsabilidade no uso do dinheiro público.

¹https://www.oecd.org/en/publications/education-at-a-glance-2025_1a3543e2-en/brazil_d42263a0-en.html

²https://www.estadao.com.br/educacao/brasileiro-estuda-menos-engenharia-tecnologia-e-matematica-veja-diferenca-para-paises-ricos/?srsltid=AfmBOor20v2Tho2UP9rHpNKxPKVdFy1T8gjeFNWl_wxGXrPhq8FD07hK

Objetivo 4:

Eliminar barreiras ao ensino à distância

O ensino à distância (EaD) é uma modalidade fundamental para democratizar o acesso à educação superior, alcançando parcelas mais pobres da população e pessoas que vivem em localidades afastadas dos grandes centros urbanos. Contudo, iniciativas de restrição da atividade de ensino à distância têm ganhado força no país nos últimos anos, especialmente em razão da baixa qualidade do ensino na modalidade EaD, em que apenas 26% dos cursos obtiveram uma nota mínima satisfatória no ENADE.

É fundamental, portanto, que o Brasil adeque a regulação do ensino à distância, que hoje está centrada em exigir critérios mínimos de infraestrutura, para garantir critérios mínimos de qualidade da educação, permitindo a inovação na educação e o acesso de brasileiros a oportunidades de estudar e se desenvolver profissionalmente.

Propostas

- Redirecionar a regulação do EaD com foco em resultados e empregabilidade, garantindo que a liberação da oferta de EaD siga as métricas de capacidade das instituições de ensino superior de promover a aprendizagem adequada dos alunos.
- Avançar com o mercado de agências independentes de acreditação de instituições de ensino superior, permitindo que façam análise da qualidade do ensino, de modo a condicionar decisões de liberação da oferta de cursos EaD a resultados das instituições nessas avaliações.
- Estruturar sandboxes regulatórios de EaD para testar novas metodologias de oferta do ensino à distância, sob supervisão do MEC.



**Ciência,
Tecnologia,
Inovação e
Comunicações**

O Nobel de Economia de 2025 reforça o óbvio: o avanço tecnológico, promotor da destruição criativa e do desenvolvimento de novas tecnologias, impulsionado pela competição no setor privado, é o principal motor de transformação econômica e de geração de riqueza no mundo. Nesse sentido, países que conseguiram integrar ciência, inovação e boa infraestrutura de telecomunicações à sua estratégia de desenvolvimento se tornaram mais produtivos, competitivos e livres. O Brasil, no entanto, ainda dificulta o florescimento de um mercado voltado à inovação e ao crescimento da produtividade e segue produzindo políticas de inovação de baixa efetividade. Desta forma, o setor privado encontra barreiras para transformar conhecimento em prosperidade. A ausência de coordenação entre universidades, empresas e governo limita o impacto dos investimentos em pesquisa, e o ambiente regulatório pouco previsível desestimula o investimento privado em inovação.

Essa lacuna estratégica reflete um Estado que não vê o desenvolvimento tecnológico como uma alavanca do crescimento. O Brasil desperdiça oportunidades de liderar a economia global em áreas em que tem vantagens comparativas, como energia limpa, agro, biotecnologia e economia digital, e não se prepara adequadamente para fenômenos que já moldam o futuro da economia, como a inteligência artificial (IA), os criptoativos e as novas dinâmicas demográficas, como o aumento da expectativa de vida da população.

É preciso constituir uma política de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações que coloque o conhecimento a serviço da liberdade e da prosperidade. O papel do Estado deve ser o de criar um ambiente competitivo, estável e transparente, que facilite a atuação do mercado, estimule a pesquisa orientada a resultados, amplie a integração entre setor produtivo e academia e fortaleça a infraestrutura digital do país. A transformação tecnológica brasileira depende de uma visão de longo prazo: menos controle e burocracia e mais liberdade para inovar, empreender e competir.

Para avançar essa agenda, serão abordadas propostas relacionadas às temáticas de **Pesquisa & Desenvolvimento (P&D), Inovação & Economia do Futuro e Telecomunicações.**



Papel dos entes:

O Governo Federal define as políticas nacionais de ciência, tecnologia e inovação, coordena estratégias e financia pesquisas por meio de órgãos como CNPq, CAPES e Finep, e fomenta a integração entre universidades, centros de pesquisa e empresas. Também estabelece diretrizes para inovação em diferentes setores e possui competência exclusiva para regular e fiscalizar aspectos das telecomunicações como espectro, infraestrutura, radiodifusão e serviços de conectividade por meio da Anatel. Seu papel é definir padrões, garantir o marco regulatório, direcionar investimentos estratégicos e integrar as iniciativas científicas e tecnológicas do país.

Os estados desenvolvem e implementam políticas regionais de ciência, tecnologia e inovação, fortalecendo suas Fundações de Amparo à Pesquisa, apoiando parques tecnológicos, incubadoras, centros de pesquisa e programas de formação avançada. Também articulam parcerias com universidades e setor produtivo, definem prioridades locais de pesquisa aplicada e criam ambientes de inovação regional. Embora não tenham competência regulatória em telecomunicações, podem apoiar projetos de conectividade e transformação digital em parceria com a União e o setor privado.

Os municípios não têm papel na formulação de políticas de ciência, tecnologia ou comunicações, mas podem apoiar iniciativas locais de inovação, facilitando projetos com escolas, universidades, startups e serviços públicos, e autorizando a instalação de infraestrutura de telecomunicações.

Visões para o futuro do Brasil:

- Fortalecer o protagonismo do setor privado em pesquisa e inovação, para gerar produtos e serviços que aumentem a produtividade, criem empregos qualificados e melhorem a vida dos brasileiros.
- Garantir que todo brasileiro tenha acesso à conectividade moderna e estável, ampliando a cobertura de redes 4G e 5G.
- Aumentar o investimento estrangeiro em tecnologia e em startups brasileiras, para gerar novos negócios, empregos de qualidade e acesso a soluções que facilitem o cotidiano das pessoas.
- Elevar a qualidade da pesquisa nacional, conectando universidades e empresas para transformar conhecimento em prosperidade, melhor educação e desenvolvimento regional.

Pesquisa & Desenvolvimento (P&D)

O Brasil ainda não consolidou uma política consistente para fortalecer iniciativas de Pesquisa e Desenvolvimento, tanto nas universidades públicas quanto no setor privado. A ausência de coordenação entre universidades, agências de fomento e setor produtivo limita o impacto dos investimentos em pesquisa, o que faz com que a produção científica nacional não se traduza em avanços tecnológicos significativos ou aumento da competitividade da economia brasileira.

A governança das principais instituições de fomento, como CNPq, Capes, Finep e dentro dos estados, as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs), sofre de politização e é orientada por critérios de avaliação que privilegiam volume de publicações, em vez do impacto real das pesquisas. O resultado é um sistema de ciência, tecnologia e inovação com baixa eficiência e pouca capacidade de transformação econômica.

Além disso, o ambiente regulatório e jurídico desestimula a inovação nas universidades e nas empresas. Superar essas barreiras exige tratar a política de pesquisa e desenvolvimento integrando o Poder Público, empresas e a academia, permitindo que o progresso tecnológico e a busca por eficiência das empresas encontrem soluções para os problemas da sociedade.

Objetivo 1:

Reestruturar as políticas de CT&I com priorização da facilitação do P&D privado

As políticas atuais do governo brasileiro dificultam o fortalecimento do setor de Ciência, Tecnologia e Inovação e ainda desperdiçam recursos de pesquisa sem qualquer conexão com resultados positivos para o país. Falta uma visão nacional de que o progresso tecnológico e de inovação se dá no setor privado, por meio de tentativa e erro, da destruição criativa e da busca por conquista de mercado, aproveitando-se do desenvolvimento científico, feito nos centros de pesquisa e universidades

Além disso, historicamente, as políticas de incentivo à inovação privada no Brasil foram um fracasso. A Lei da Informática direcionou, por décadas, recursos para o desenvolvimento de softwares e hardwares, ignorando o fato de que esse setor não consegue competir em produtividade, inovação e qualidade dos produtos com o resto do mundo. E a Lei do Bem, criada há 20 anos, não prevê qualquer critério de qualidade tampouco contempla mecanismos de avaliação do gasto público, contribuindo para o desperdício de recursos em isenções fiscais que não dão suporte ao avanço tecnológico do Brasil.

Enquanto as políticas brasileiras de P&D servirem como tentativas de induzir e direcionar o progresso, e não como catalisadoras de um movimento que ocorre naturalmente na evolução dos mercados e sociedades, o país fracassará nessa frente.

Propostas

- Remover barreiras ao investimento privado e direcionar o apoio público para áreas estratégicas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM).
- Vincular o financiamento de órgãos como Capes, CNPq, Finep e FAPs a metas claras de resultados em indicadores já utilizados por países desenvolvidos, como os da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), fortalecendo sua governança técnica.
- Criar um Painel Nacional de Transparência em P&D, com relatórios abertos sobre recursos, resultados e indicadores de produtividade científica e tecnológica, para auxiliar o setor privado com informações sobre o avanço do setor de P&D no país.
- Substituir a Lei do Bem por instrumentos de cofinanciamento de bolsas de estudo em empresas privadas, tendo como contrapartida do a necessidade do setor produtivo de inserir pesquisadores no mercado, aumentando a transferência de conhecimento e reduzindo o custo para o CNPq.
- Revogar a Lei da Informática, que há décadas tem baixo impacto no desenvolvimento tecnológico do setor.

Objetivo 2:

Modernizar universidades e centros de pesquisa, integrando-os ao setor produtivo

As universidades e os centros de pesquisa brasileiros são, com raras exceções, travados por burocracias desnecessárias e desconectados do setor produtivo. A rigidez administrativa e as restrições de gestão dificultam a formação de parcerias e a transferência de conhecimento para o mercado. Faltam incentivos econômicos ao desenvolvimento de pesquisa e à continuidade dos estudos em pós-graduações *stricto sensu* (mestrados, doutorados e pós-doutorados), e sobram burocracias para a realização de pesquisas com insumos de alta complexidade. Assim, é inviabilizada a permanência de muitos pesquisadores e profissionais altamente capacitados no Brasil, havendo uma forte "fuga de cérebros". Além disso, por imposição constitucional, quase todas as universidades públicas precisam fazer ensino, pesquisa e extensão, sem um foco específico, desperdiçando recursos e impedindo a formação de polos de excelência especializados.

Um exemplo que pode ajudar a mudar esse cenário é o da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Reconhecida por suas metas rigorosas e gestão técnica, a fundação financia projetos de pesquisa em universidades e empresas, o que contribuiu para que Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual Paulista (Unesp) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) liderem a produção científica nacional. Por meio de programas como o PIPE/Fapesp, apoia startups e pequenas empresas no desenvolvimento de produtos e serviços inovadores. Empresas apoiadas pela fundação apresentaram um aumento médio de 22% no faturamento.¹ Além disso, graças a parcerias com o setor privado e aos royalties de pesquisas apoiadas, a Fapesp já acumula mais de R\$ 400 milhões em receita própria, o que representa cerca de 20% do seu orçamento proveniente do governo paulista.²

Modelos como esse mostram que é possível integrar o poder público, empresas e a academia, permitindo que o progresso tecnológico e a busca por eficiência das empresas encontrem soluções para os problemas da sociedade.

¹ <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=486333>

² <https://revistapesquisa.fapesp.br/relatorio-de-atividades-fapesp-2024-mostra-a-recuperacao-do-desempenho-das-instituicoes-cientificas-de-sao-paulo-pos-pandemia/>

Propostas

- Transformar universidades e centros de pesquisa em organizações com modelos de gestão privada, com autonomia para contratação e compras, mediante auditoria externa e prestação pública de contas.
- Segmentar as universidades públicas conforme as vocações e prioridades locais e os objetivos das instituições (ensino, pesquisa aplicada ou extensão) para otimizar recursos e resultados, incentivando a formação de polos de excelência em áreas específicas.
- Incentivar a criação e expansão de instituições híbridas (público-privadas), inspiradas em modelos de sucesso como o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) e a Ilum Escola de Ciência.
- Incluir formação em gestão, negócios e propriedade intelectual nos programas de pós-graduação para facilitar o desenvolvimento de negócios inovadores por parte de profissionais de alta qualificação.
- Construir acordos internacionais que ampliem a atuação global dos professores das universidades brasileiras, facilitando intercâmbios e colaboração com cientistas e profissionais de ponta no Brasil e no exterior.
- Incentivar parcerias entre universidades, empresas e startups para resolver gargalos tecnológicos de cadeias produtivas do país.



Inovação e Economia do Futuro

A inteligência artificial e as tecnologias emergentes estão remodelando a economia mundial, alterando padrões de emprego, produção e consumo. No Brasil, esse processo ocorre em meio a uma carência estrutural de profissionais qualificados e a um ambiente regulatório ainda desconectado das demandas de inovação. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que uma em cada quatro ocupações será transformada pela IA generativa¹, enquanto o país enfrenta um déficit projetado de mais de 500 mil profissionais de tecnologia até 2025². Essa lacuna de competências ameaça a produtividade e amplia desigualdades regionais no acesso às oportunidades trazidas pelas novas tecnologias.

Além disso, o envelhecimento populacional já vem reconfigurando mercados de trabalho e de consumo, criando novas fronteiras econômicas com a economia da longevidade. Esse novo contexto demográfico também abre oportunidades para o crescimento de setores da economia brasileira. Diante desse cenário, que é potencializado pela emergência de criptoativos e das cidades inteligentes, o Brasil precisa pensar em estratégias de desenvolvimento orientadas ao ganho de produtividade e à liberdade econômica.

Objetivo 1:

Posicionar a inteligência artificial como eixo estratégico do desenvolvimento econômico brasileiro

O avanço da IA redefine cadeias produtivas globais, criando novas oportunidades de desenvolvimento econômico. O Brasil, contudo, está atrasado em relação ao mundo e não tem conseguido explorar essas novas tendências, fazendo o país perder espaço em setores nos quais tem vantagens competitivas. Tornar a IA um eixo estratégico de desenvolvimento significa inseri-la no centro da agenda econômica, de modo a aumentar a produtividade econômica, atrair investimentos privados e capacitar o capital humano nacional.

¹ <https://www.ilo.org/resource/news/one-four-jobs-risk-being-transformed-genai-new-ilo%E2%80%93nask-global-index-shows>

² <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2023/05/31/brasil-tera-deficit-de-530-mil-profissionais-de-tecnologia-ate-2025-mostra-estudo-do-google.ghtml>

Um projeto que vai na direção certa é o projeto Automatiza.MG, do governo de Minas Gerais do NOVO, que utiliza automatização de processos e inteligência artificial para otimizar o trabalho dos servidores públicos. Iniciado em 2023, o programa já capacitou cerca de 770 servidores e criou mais de 30 robôs que reduzem significativamente o tempo necessário para a realização de processos, aumentando a eficiência do serviço público mineiro.

Propostas

- Articular em conjunto com outros ministérios (MRE e MDIC) estratégias para atração de investimentos em data centers e aumento da conectividade com a matriz energética limpa brasileira.
- Avançar PPPs para viabilizar projetos estratégicos de infraestrutura para que o setor privado nacional e internacional possa reconhecer o Brasil como um país de oportunidades para a IA.
- Capacitar gestores públicos na construção de prompts para usar ferramentas de IA existentes, aos moldes do projeto Automatiza.MG
- Introduzir disciplinas de tecnologia e IA no currículo educacional brasileiro.

Objetivo 2:

Facilitar o uso de criptoativos no Brasil e garantir o direito à autocustódia de criptoativos e à liberdade financeira digital

O advento dos ativos digitais redefiniu as fronteiras entre o Estado, o mercado e a liberdade individual. No Brasil, estima-se que mais de 25 milhões de cidadãos já invistam em ativos digitais¹, reforçando a urgência sobre discussões acerca da segurança jurídica do respeito à autonomia financeira dos indivíduos. A proteção da liberdade financeira digital deve ser um princípio da política econômica moderna. Garantir a autocustódia de criptoativos e a transparência regulatória fortalece o ambiente de inovação financeira e assegura que a digitalização do sistema monetário preserve o livre comércio e a autonomia do cidadão.

¹ <https://blocktrends.com.br/25-milhoes-de-brasileiros-investem-em-criptomoedas>

Propostas

- Proteger o direito à autocustódia de ativos digitais por meio de legislação específica, proibindo a regulação de impor a intermediação obrigatória por instituições financeiras ou agentes do Estado.
- Avançar na constituição de reservas nacionais em bitcoin.

Objetivo 3:

Facilitar o desenvolvimento da economia brasileira às tendências de longevidade

O envelhecimento populacional, longe de ser um problema, representa uma nova fronteira de crescimento econômico. A população acima dos 60 anos já corresponde a mais de 15% dos brasileiros e responderá por 35% do consumo das famílias até 2044¹, com esse público chegando a cerca de 38% da população em 2070². Políticas públicas e sistemas de capacitação, no entanto, ainda ignoram o potencial de consumo dessa faixa etária.

A economia da longevidade deve ser incorporada à agenda de inovação, articulando qualificação profissional e pesquisa em tecnologias assistivas, para que o mercado floresça e desenvolva novos negócios voltados à saúde digital e aos cuidados de longa duração. Envelhecer com qualidade e autonomia pode ser um dos motores da economia do futuro no Brasil.

Propostas

- Fortalecer programas de capacitação profissional voltados às tendências de consumo da população 50+ e à economia do cuidado, com formação técnica em áreas como turismo, estética, lazer, saúde digital, tecnologia assistiva, cuidados de longa duração e atendimento remoto, em parceria com o setor privado.
- Financiar pesquisas em universidades públicas sobre longevidade ativa, envelhecimento saudável e formas de ampliar a autonomia, a produtividade e a qualidade de vida da população que está vivendo mais e permanecendo ativa por mais tempo.
- Apoiar a recertificação profissional de trabalhadores 50+ em novas funções digitais e tecnológicas, por meio de educação profissional e tecnológica, aproveitando o seu conhecimento acumulado.

¹<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2025/05/20/geracao-prateada-deve-responder-por-35-do-consumo-em-2044.ghtml>

²<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202408/populacao-do-pais-vai-parar-de-crescer-em-2041>

Objetivo 4:

Impulsionar a transformação digital para o desenvolvimento de smart cities

O conceito de “cidade inteligente” (smart city) tem avançado nos últimos anos, com a integração de tecnologias como IA e internet das coisas (IoT) a serviços públicos e atividades no espaço urbano. O uso dessas inovações para constituir cidades inteligentes é um caminho estratégico para melhorar os serviços públicos, a qualidade de vida e a relação das pessoas com as cidades. Mas num contexto em que serviços públicos básicos muitas vezes sequer são prestados e os desafios de conectividade ainda são grandes, a oferta de inovações no âmbito das smart cities passa longe de grande parte da população brasileira.

Um exemplo de projeto no caminho certo é o Projetek, implantado pelo Governo do Paraná, que oferece apoio aos municípios com menos de 30 mil habitantes por meio das universidades do estado na elaboração de projetos de obras públicas. Utilizando metodologias BIM (Modelagem da Informação da Construção), o programa contribui para a captação de recursos e o desenvolvimento urbano, promovendo cidades mais inteligentes e inovadoras.

Propostas

- Facilitar o intercâmbio tecnológico e científico com cidades do mundo que implementam o conceito de smart city no seu desenvolvimento urbano e na prestação de serviços públicos, para capacitar gestores públicos, pesquisadores e profissionais brasileiros.
- Criar estruturas de promoção internacional de projetos urbanos brasileiros para facilitar a atração de investimentos internacionais.



Telecomunicações

O Brasil avançou significativamente na expansão do acesso à internet nas últimas décadas, mas ainda não explora ao máximo o potencial da conectividade. Embora 92,5% dos domicílios possuam acesso à internet, a cobertura nas áreas rurais atinge apenas 81%, e cerca de 6 milhões de lares permanecem desconectados¹. Esse quadro restringe o desenvolvimento econômico, a produtividade e a inclusão digital de milhões de brasileiros, especialmente no interior e no campo.

O avanço das redes móveis 4G e 5G representa uma oportunidade para integrar o país à economia digital, mas a cobertura ainda é insuficiente: em 2024, apenas 34% das áreas rurais contavam com acesso a essas tecnologias, e menos da metade dos imóveis rurais possuíam conectividade em toda a área produtiva.² O Brasil precisa ser um país plenamente conectado, com infraestrutura moderna, serviços acessíveis e um ambiente de mercado que estimule o investimento privado e a expansão tecnológica. O fortalecimento das telecomunicações deve ser tratado como vetor de desenvolvimento econômico e social, essencial para a produtividade, inovação e integração do Brasil à economia do futuro.

Objetivo 1:

Avançar a conectividade e a competição no setor de telecomunicações no Brasil

O setor das telecomunicações no Brasil enfrenta o desafio de manter um ambiente regulatório continuamente atualizado para acompanhar a transformação tecnológica e facilitar o investimento privado, apoiando o acesso à conectividade por parte de milhões de brasileiros e cadeias produtivas. O poder público deve atuar para facilitar a entrada de investimentos, ampliar a competição e assegurar que a expansão da infraestrutura alcance regiões menos atendidas. Isso requer coordenação entre o Estado e o setor privado, de modo que os investimentos em novas faixas de espectro e em tecnologias de rede promovam o aumento da cobertura e da qualidade por meio de concorrência e inovação.

¹ <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41024-internet-foi-acessada-em-72-5-milhoes-de-domicilios-do-pais-em-2023>

² <https://telesintese.com.br/cobertura-4g-5g-em-areas-rurais-cresce-81-em-um-ano-mas-desigualdades-persistem>

Um exemplo no caminho certo é o Programa Minas Comunica II que resolveu o problema de municípios mineiros sem sinal de telefonia, através de financiamento baseado em crédito outorgado de ICMS, no qual a operadora recebe o seu investimento a partir da geração do tributo decorrente dos serviços de telecomunicações implantados nessas localidades.

Dessa forma, poderemos garantir que a conectividade cumpra seu papel de pilar do desenvolvimento do Brasil.

Propostas

- Realizar o leilão de novas faixas de espectro do 5G, priorizando a ampliação da competição e da cobertura em regiões menos atendidas.
- Direcionar a atuação da Anatel a partir de uma visão de mercado de que as políticas de telecomunicações devem reduzir barreiras à competição no setor, e não concentrar poder na mão do governo para direcionar ou limitar a atividade privada.
- Articular Anatel e ministérios para ampliar a conectividade em escolas, postos de saúde e demais equipamentos públicos em regiões isoladas do Brasil.
- Replicar o projeto Minas Comunica em todos os estados brasileiros, garantindo uma atuação em conjunto com o setor privado para atrair investimentos em telecomunicações para levar conectividade a produtores rurais que hoje não têm acesso, impactando positivamente seu trabalho.





Infraestructura

Infraestrutura avançada é uma condição necessária ao desenvolvimento. Rodovias seguras, ferrovias bem distribuídas, hidrovias e portos modernos, um setor aéreo eficiente e saneamento adequado e internet rápida reduzem o custo logístico, integram regiões e elevam a produtividade, permitindo o aumento da prosperidade do país.

Um dos grandes entraves ao desenvolvimento econômico no Brasil, no entanto, continua sendo sua infraestrutura. O investimento total (público e privado) em infraestrutura no país representa 2,22% do PIB¹, cerca da metade de outros países de renda média, que ficam entre 3,5% e 5,5%.² Em comparação, em 2019, a China investiu 6,1% do seu PIB em infraestrutura e a Índia, 4,5%. Em virtude disso, o Brasil apresenta uma baixa cobertura das infraestruturas de logística de transporte em todos os modais, seja rodoviário, ferroviário, hidroviário ou aéreo. Além disso, devido aos baixos investimentos nos últimos anos, o país não tem conseguido sequer manter a infraestrutura já instalada, em especial, a rodoviária, um modal com enorme importância para a distribuição de cargas e para o trânsito de pessoas entre as cidades.

Um bom exemplo do impacto do baixo investimento em infraestrutura é o agronegócio, motor da economia nacional, que enfrenta enormes desafios logísticos de transporte de cargas até os portos. O alto custo logístico já retira da economia brasileira de R\$250 bilhões a R\$290 bilhões todos os anos³, em comparação com países da OCDE. Outro caso, ainda mais cruel, é o cenário do saneamento básico no Brasil, que ainda vê grande parte da população ainda não tem acesso a serviços básicos, como água tratada e coleta de esgoto, por falta de investimento.

Em razão de todos os desafios expostos acima, ampliar o volume de investimentos na infraestrutura do país e firmar um forte compromisso com a agenda de parcerias para investimentos devem ser uma prioridade do Governo Federal nos próximos anos, visando reduzir o custo logístico, aumentar a produtividade da economia brasileira e garantir dignidade aos cidadãos sem acesso a serviços de saneamento básico.

Para avançar essa agenda, serão abordadas propostas relacionadas às temáticas de **Transporte Rodoviário, Transporte Ferroviário, Transporte Aquaviário, Transporte Aéreo, Saneamento Básico e Atração de Investimentos em Infraestrutura.**

¹<https://www.abdib.org.br/wp-content/uploads/2024/12/Livro-Azul-da-Infraestrutura-2024-ABDIB-pg-a-pg-3.pdf>

²<https://www.gihub.org/>

³<https://custobrasil.org.br/>

Papel dos entes:

O Governo Federal coordena o planejamento estratégico e a regulação da infraestrutura nacional, garantindo ambiente estável e atrativo ao investimento privado. Ele define políticas e planos setoriais, estabelece marcos regulatórios com segurança jurídica e estrutura projetos por concessões, PPPs e desestatizações via PPI. Também executa e mantém ativos federais, como rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias interestaduais, e financia obras prioritárias com alto retorno econômico-social por meio do orçamento e bancos públicos. No saneamento, coordena a política nacional pela ANA, fixando normas de referência e metas de universalização.

Os estados coordenam a infraestrutura regional e integram suas redes às diretrizes nacionais. Eles elaboram planos estaduais de logística, executam e mantêm rodovias e ativos de interesse regional e cofinanciam obras em parceria com o Governo Federal e o setor privado. São responsáveis por fortalecer agências reguladoras estaduais para transporte e saneamento, garantindo segurança aos contratos, e apoiar municípios na implementação do Novo Marco do Saneamento, inclusive por meio de consórcios. Também conduzem o licenciamento ambiental de empreendimentos regionais, monitoram concessões estaduais e ampliam PPPs para conservação, ampliação de capacidade e melhoria da qualidade dos serviços.

Os municípios atuam na infraestrutura urbana, responsáveis por pavimentação, mobilidade local, iluminação, drenagem e gestão do uso do solo. Cabe-lhes organizar o transporte coletivo municipal, licitar e fiscalizar serviços de saneamento, integrar-se a consórcios regionais e garantir manutenção básica das vias urbanas. Também estruturam projetos para captar investimentos estaduais e federais e asseguram transparência na execução de obras locais. Seu papel é oferecer infraestrutura urbana funcional e apoiar a integração com os sistemas estaduais e federais.

Visões para o futuro do Brasil:

- Aumentar a cobertura da malha rodoviária no Brasil.
- Reduzir o número de acidentes em estradas no Brasil.
- Aumentar a cobertura da malha ferroviária no Brasil.
- Aumentar a extensão de rios navegáveis no Brasil.
- Aumentar o número de cidades cobertas pela malha aérea comercial no Brasil.
- Reduzir custo e tempo de frete.
- Universalizar o fornecimento de água tratada, cobertura de coleta e tratamento de esgoto no Brasil.

Transporte Rodoviário:

Desde meados do século XX, o modal rodoviário foi priorizado como responsável por integrar o Brasil e conduzir a estratégia de transporte de cargas na logística nacional. Como consequência, as rodovias concentram cerca de 65% da carga transportada no Brasil e cerca de 95% do transporte de passageiros do país¹ e . Contudo, esse planejamento não foi acompanhado de uma boa gestão das rodovias, que são sobrecarregadas, carecem de manutenção e não chegam com a capacidade necessária a muitas localidades.

Esse cenário eleva o risco do transporte, gera despesas desnecessárias e ainda joga contra o próprio sistema rodoviário brasileiro em discussões ambientais no setor de logística, dado que o modal é responsável por 94% das emissões de CO2 provenientes do transporte de cargas³.

Um Brasil mais desenvolvido requer rodovias de padrão internacional, seguras e capazes de conectar localidades onde não é possível chegar com outros modais de transporte, por serem economicamente ineficientes.

¹<https://www.cnt.org.br/agencia-cnt/pesquisa-cnt-de-rodovias-2023-refora-a-importancia-de-maior-investimento-na-malha-rodoviria>

²<https://www.ppl.gov.br/wp-content/uploads/2023/01/plano-nacional-de-logisticapnl.pdf>

³<https://ilos.com.br/panorama-das-emissoes-de-gases-do-efeito-estufa-no-transporte-de-cargas/>

Objetivo 1:

Modernizar os modelos contratuais e inovação com concessões simplificadas para rodovias de menor tráfego e contratos de performance do DNIT

Os modelos contratuais utilizados atualmente para a gestão e manutenção das rodovias enfrentam desafios como a rigidez dos instrumentos legais, a falta de atratividade para a iniciativa privada em trechos de menor tráfego e a limitação dos contratos tradicionais, que não asseguram sustentabilidade financeira e eficiência operacional a longo prazo. Além disso, há dificuldade em equilibrar investimentos públicos e privados, ausência de mecanismos modernos de cobrança, e pouca integração com outros modais de transporte. Isso resulta em custos administrativos elevados, descontinuidade na manutenção e baixo incentivo à inovação.

Propostas

- Modelar concessões de operação e manutenção para rodovias com menor tráfego.
- Implantar a lógica de Concessões e Parcerias em evolução ao modelo de Contratos de Recuperação e Manutenção Rodoviária (Crema) para os trechos rodoviários federais e estaduais de baixa demanda, identificando adequadamente a contrapartida financeira do Poder Público para cada caso e firmando contratos de longo período, baseados em desempenho, para a garantia de continuidade de manutenção rodoviária e redução de custos administrativos.
- Adotar modelo free-flow (sem praça de pedágio) nas concessões rodoviárias.
- Desenvolver projetos de Concessões intermodais e intersetoriais, para aproveitamento das oportunidades e ganhos de escopo para a iniciativa privada.



Objetivo 2:

Aumentar a eficiência operacional das rodovias, priorizando a segurança

As rodovias brasileiras enfrentam sérios desafios de eficiência. Há deficiência na infraestrutura de pesagem, sinalização e monitoramento, bem como carência de tecnologia e integração modal, o que compromete a fluidez e eleva os custos logísticos e segurança. Além disso, a baixa eficiência se reflete nos altos índices de acidentes e mortalidade. Em 2024, foram registradas cerca de 26 mil mortes e 1,2 milhão de acidentes nas estradas do país, sendo 6.160 óbitos apenas em rodovias federais. Dos cerca de 66 mil quilômetros de rodovias federais, apenas cerca de 11% são duplicados¹, aumentando o risco de colisões e mortes. Esses fatores demonstram a urgência de aprimorar a gestão operacional, modernizar a infraestrutura e priorizar intervenções que garantam segurança e eficiência no transporte rodoviário.

Propostas

- Ampliar capacidade das rodovias e fazer obras de melhoria nos pontos críticos e de maior urgência, dentro do que prevê o Plano Setorial de Transporte Rodoviário (PSTR).
- Ampliar o uso da metodologia iRAP (International Road Assessment Programme) para avaliar a qualidade das rodovias brasileiras e estruturar melhorias, com foco em segurança viária.
- Implementar sistemas de pesagem dinâmica em rodovias.
- Desenvolver alternativas mais efetivas de medidas administrativas e de meios para coibição do excesso de peso nas rodovias.
- Aumentar a segurança em trechos que atravessam vias municipais ou próximos aos aglomerados urbanos e investir em tecnologias de sinalização e áreas de escape.
- Reduzir a dependência das cargas de grande valor agregado das rodovias, aumentando a integração com outros modos de transportes.
- Garantir a acessibilidade interurbana para as populações de todos os municípios brasileiros por meio do planejamento e execução de uma rede eficiente e intermodal, combinando os transportes terrestres, aéreo e aquaviário.
- Modernizar pontos de parada nas rodovias e pavimentar os acessos rodoviários a municípios atualmente atendidos por rodovias em leito natural
- Modernizar infraestrutura atual com inovações tecnológicas e de engenharia do setor

¹<https://static.poder360.com.br/2025/03/pesquisa-CNT-anuario-rodovias-2024.pdf>

Transporte Ferroviário:

As ferrovias são o modal de transporte mais seguro, trazem maior eficiência econômica para o transporte de cargas e geram oportunidades de integração regional. Porém, nas últimas décadas, enquanto o mundo expandiu o uso das ferrovias, elas foram abandonadas pelo Brasil. O país possui, em 2025, cerca de 30 mil quilômetros de ferrovias. Isso é pouco mais de 10% da malha ferroviária dos EUA, menos de 25% da chinesa, e até a Argentina, com um terço do nosso território, possui uma malha mais extensa que a nossa.

Para a logística brasileira, esse cenário é crítico, dado que a expansão do modal ferroviário pode reduzir em mais de 30% o custo do transporte de commodities no Brasil¹. Além disso, as ferrovias são uma opção ambientalmente mais sustentável. Apesar de transportar 21,5% da carga total no país, as ferrovias respondem por apenas 2,63% das emissões do transporte de carga no Brasil.² De acordo com a Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), uma composição com 120 vagões equivale a 360 caminhões na estrada. Ao mesmo tempo, o transporte de passageiros em trens praticamente inexistente no Brasil. Em 1960, eram 89 milhões de passageiros transportados anualmente em ferrovias de média e longa distância. Hoje são apenas 1,1 milhão, e temos apenas duas ferrovias interestaduais para passageiros em atividade no país: a Estrada de Ferro Vitória-Minas, de Belo Horizonte (MG) a Cariacica (ES) e a Estrada de Ferro Carajás, de São Luís (MA) a Parauapebas (PA).

Revitalizar o transporte ferroviário significa aumentar a eficiência e competitividade da economia brasileira internacionalmente, permitir a redução de preços para os consumidores brasileiros e abrir portas para integração regional e transporte de pessoas no país.



¹<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/mercado/ampliacao-de-ferrovias-reduziria-custo-do-transporte-diz-especialista>

²<https://www.antf.org.br/por-que-o-brasil-vai-bem-de-trem/>

Objetivo 1:

Modernizar o modelo de concessões ferroviárias para aprimorar o transporte de cargas e passageiros

Não priorizar o modal ferroviário tornou a malha brasileira obsoleta e pouco relevante economicamente. Mais da metade da malha está subutilizada, com tráfego inferior a dois trens por dia¹. São mais de 10 mil km de trilhos (um terço do total) listados como “sem tráfego” pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), porque as concessionárias avaliam não haver viabilidade econômica – um terço das ferrovias está ocioso².

Recuperar o atraso do modal ferroviário requer o avanço de uma agenda de parcerias com o setor privado, estruturando contratos de concessão modernos, que conectem as ferrovias a outros modais, tragam segurança jurídica ao compartilhamento da malha por meio do direito de passagem e incentivem a alta eficiência das vias ferroviárias.

Propostas

- Fazer o enforcement do direito de passagem, garantindo o compartilhamento da infraestrutura ferroviária entre diferentes operadores.
- Desenvolver mecanismos de garantia para atrair novos investidores.
- Renovar antecipadamente ou licitar novamente as concessões que vencerão a partir de 2026, reestruturando a malha ferroviária nacional com foco em uso eficiente da infraestrutura.
- Aproveitar o potencial do transporte de passageiros por trem, com marco legal e regulatório específicos, e com planejamento integrado à malha de transporte interurbana, aérea e rodoviária, buscando integração e complementaridade.
- Desenvolver e implementar o modelo de concessões intermodais e intersetoriais para aproveitamento da eficiência, oportunidades e ganhos de escopo para a iniciativa privada.

¹<https://www.poder360.com.br/poder-infra/56-ferrovias-do-pais-fluxo-baixo/>

²<https://www.poder360.com.br/infograficos/1-3-das-ferrovias-brasileiras-nao-tem-viabilidade-economica/>

Objetivo 2:

Fortalecer o modelo de autorizações ferroviárias para ampliar a malha e integrar a logística nacional

Por ser um modal de alta eficiência, as ferrovias deveriam ser usadas para transporte de cargas com maior intensidade, como fazem os Estados Unidos, Canadá e Austrália, que variam de 27% a 55% da carga escoada em ferrovias. No Brasil, o modal representa apenas 21% da carga transportada¹. O antigo modelo regulatório travou por décadas o desenvolvimento de novos projetos, e, embora o novo Marco das Ferrovias tenha destravado esse ambiente, suas mudanças ainda estão em fase de maturação e levarão tempo para gerar todo o impacto esperado.

Além disso, a liberação de autorizações para construção de ferrovias sofre interferências da justiça, o monitoramento dos projetos autorizados não estimula a eficiência das obras e da operação das vias, e falta eficiência também nos processos de escoamento de cargas para outros modais.

Propostas

- Revisar o marco regulatório das autorizações, buscando oferecer maior segurança jurídica e previsibilidade a investidores privados.
- Aprimorar a governança do setor para garantir eficiência no monitoramento dos projetos autorizados, com foco em desempenho, cumprimento de metas e transparência.
- Facilitar, em parceria com o setor privado, a implantação de ferrovias shortline para integrar polos produtivos às linhas troncais, ampliando capacidade logística e reduzindo custos de transporte.
- Promover a integração entre ferrovias, portos secos e demais modais (rodovias e hidrovias), criando entrepostos logísticos intermodais para ganho de eficiência no escoamento de cargas.

¹<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/03/crise-no-agro-e-avanca-de-rodovias-desmancharam-ferrovias-para-passageiros-no-pais.shtml>

Transporte Aquaviário:

As extensas hidrovias e costas brasileiras trazem oportunidades de fortalecer o transporte aquaviário, um modal de alta eficiência e ecologicamente sustentável, mas são subutilizadas. Em relação aos rios, a malha navegável no Brasil atualmente é de cerca de 40 mil quilômetros, e com obras de engenharia seria possível chegar a cerca de 60 mil quilômetros de rios navegáveis, mas apenas pouco mais de 20 mil quilômetros são comercialmente utilizados hoje¹. Enquanto países desenvolvidos exploram seus rios, mesmo dentro das grandes cidades, como parte da infraestrutura logística e de transportes nacional, o Brasil pouco utiliza esses ativos.

Da mesma forma, a costa brasileira, com mais de 7 mil quilômetros de extensão, poderia ter um dinamismo econômico maior, mas não contribui como poderia para o país. A captura do setor da cabotagem por interesses privados e a falta de um planejamento estratégico para o uso da infraestrutura nacional fazem com que oportunidades de geração de emprego e aumento de competitividade da economia nacional sejam desperdiçadas.

Objetivo 1:

Modernizar a navegação costeira e a infraestrutura de suporte à cabotagem

A navegação costeira é fundamental para aumentar o dinamismo econômico do Brasil, reduzir custos de frete e integrar o país em cadeias econômicas globais. Contudo, os portos brasileiros não são pensados de forma estratégica, muitas vezes ficando encravados em grandes centros urbanos e com difícil conexão com outros modais de transporte. Sem essa integração, o custo e tempo dos fretes se tornam elevados, reduzindo a competitividade das empresas brasileiras.

Além disso, é importante abrir o mercado da cabotagem, que hoje segue restrita a empresas nacionais em grande parte das operações. Também é preciso aumentar a segurança jurídica do setor, que teve avanços com a aprovação da BR do Mar, em 2022, mas ainda carece de regulamentações específicas que geram insegurança e afastam investidores.

¹<https://www.poder360.com.br/infraestrutura/brasil-amplia-extensao-de-rios-economicamente-navegaveis/>

Propostas

- Concluir a regulamentação infralegal da BR do Mar, com foco na entrada de capital estrangeiro e na criação de hidrovias costeiras estruturadas.
- Abrir o setor da cabotagem para exploração por qualquer empresa nacional e estrangeira, ampliando a concorrência e dinamizando os investimentos.
- Integrar os portos brasileiros a outros modais de transporte (como ferrovias) em projetos intermodais.
- Requalificar portos urbanos que têm maior vocação para o turismo (como Rio de Janeiro, Recife e Natal), desafogando áreas urbanas e realocando funções logísticas.

Objetivo 2:

Promover a modernização regulatória e segurança jurídica

Com investimentos estratégicos e obras de engenharia, o Brasil poderia triplicar sua malha de rios navegáveis no curto prazo, facilitando o escoamento de cargas e o transporte de passageiros. Porém, a atração de recursos privados, e mesmo o uso de recursos públicos, são bloqueados por entraves burocráticos e jurídicos derivados da regulação ambiental e do setor de transportes aquaviários. O licenciamento ambiental burocratiza mesmo processos simples, como dragagens de manutenção em hidrovias já utilizadas, ignorando o fato de que o modal hidroviário é o mais sustentável ambientalmente. Além disso, o processo de liberação de obras de engenharia em projetos aquaviários trava o avanço das atividades que requerem dragagens de aprofundamento.

Propostas

- Simplificar o licenciamento ambiental para dragagens de manutenção em rios e acelerar processos de dragagem de aprofundamento que não gerem riscos de danos ambientais.
- Desenvolver os projetos hidroviários em etapas, com licenciamento mais simples e continuidade do trabalho dos concessionários nas próximas fases condicionados à entrega de resultados.

Transporte Aéreo:

O transporte aéreo tem enorme importância para o transporte de passageiros e para a distribuição de cargas que precisam ser deslocadas em curto espaço de tempo. Em um país de dimensões continentais como o Brasil, esse é o modal mais importante para a integração nacional, conectando diferentes regiões do país e permitindo o acesso a localidades extremamente afastadas, como áreas da Amazônia. Contudo, o modal aéreo segue sendo inacessível para muitos brasileiros, seja pelo alto custo, em comparação com outras modalidades de transporte, seja pela baixa malha aérea do país. Se na metade do século XX o Brasil contava com cerca de 300 cidades atendidas por voos comerciais, hoje esse número gira em torno de 100 municípios.

Além disso, o setor aéreo é a porta de entrada para milhões de turistas internacionais anualmente, que contribuem para o desenvolvimento econômico do país, gerando renda e oportunidades para os brasileiros. Os resultados abaixo do potencial do Brasil no setor do turismo são altamente impactados pelas limitações da malha aérea brasileira, que não foi priorizada em programas de infraestrutura nas últimas décadas, e precisa ser tratada com mais atenção.

Objetivo 1:

Avançar na concessão de aeroportos e aprimorar os modelos contratuais

Em 2019, o Brasil registrava 0,5 viagem de avião por pessoa por ano. No Chile, esse índice é de 1,2 viagem por pessoa, e a Espanha registra cerca de 4,5 voos por habitante anualmente¹. Parte disso se deve à desvalorização da nossa moeda, pois muitas taxas aeroportuárias são precificadas em dólar² e a falta de infraestrutura para reduzir o custo de transporte do combustível até os aeroportos.

Nesse contexto, a agenda de concessões e PPPs para expansão dos aeroportos brasileiros ao longo das últimas duas décadas trouxe grandes melhorias na infraestrutura para o transporte aeroviário, aumentando a capacidade e o conforto dos passageiros e a segurança da atividade aérea no Brasil. Contudo, falhas no processo de concessão de aeroportos, como Viracopos e o Aeroporto de Brasília, levaram à necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro na última década.

Uma das razões para essas falhas nos contratos foram exigências desnecessárias, que não trazem benefícios reais à segurança do transporte aéreo ou à qualidade dos serviços aeroportuários. É fundamental que o país continue cedendo ao setor privado a função de administrar aeroportos, com a estruturação de melhores contratos para a sua gestão.

¹<https://www.poder360.com.br/brasil/brasil-tem-baixo-numero-de-viagens-aereas-por-pessoa-diz-estudo/>

²<https://oglobo.globo.com/economia/preco-do-combustivel-o-maior-gargalo-para-aviacao-no-brasil-diz-executivo-do-setor-24120940>

Propostas

- Racionalizar o volume de investimentos exigidos nas concessões, priorizando equipamentos que afetem diretamente a qualidade da operação e o aumento da eficiência do aeroporto, de modo a reduzir a reestruturação futura dos contratos.
- Conceder o Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, e dar continuidade a estudos de viabilidade de concessão de aeroportos regionais de menor capacidade no Norte do Brasil.
- Desenvolver aeroportos conforme as prioridades do Plano Aeroviário Nacional (PAN) e implementar concessões intermodais e intersetoriais, integradas aos aeroportos brasileiros, para melhorar o sistema de transporte nacional e gerar ganhos de escopo da iniciativa privada.
- Rever os programas de incentivo e subsídios à aviação regional com foco na garantia de uma rede de transporte interurbano intermodal, garantindo a complementaridade entre os modais.
- Privatizar a Infraero.
- Apoiar municípios no aprimoramento da infraestrutura de transporte público para conexão com os aeroportos.

Objetivo 2:

Melhorar a regulação e aumentar a segurança jurídica do setor aéreo

O setor aéreo enfrenta grande insegurança jurídica, com empresas sendo processadas por imprevistos naturais à atividade aérea, como atrasos por questões climáticas, ajustes técnicos e problemas de saúde dos pilotos. O Brasil registra 98,5% de todas as ações contra companhias aéreas no mundo¹. Estudos apontam que empresas aéreas brasileiras têm de 5 a 7 mil vezes mais chance de receber processos que empresas americanas². Um exemplo claro de como isso afasta novas empresas e reduz a concorrência no setor aéreo brasileiro é o fato de que o modelo low cost funciona na Europa, nos Estados Unidos e até em países sul-americanos como Chile e Argentina, mas se torna inviável no Brasil diante da insegurança jurídica — como mostrou o caso da argentina FlyBondi, que desistiu de operar no país³.

Para garantir segurança e eficiência das regras para operar no Brasil, contudo, é necessário que haja investimento adequado na estrutura regulatória do setor, mas a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) sofreu cortes de mais de 40% no seu financiamento nos últimos 10 anos⁴.

¹<https://static.poder360.com.br/2024/09/estudo-abear-judicializacao.pdf>

²<https://www.mercadoeventos.com.br/noticias/aviacao/iata-chance-de-uma-empresa-aerea-ser-processada-no-brasil-e-7-mil-vezes-maior-do-que-nos-eua/>

³<https://www.mercadoeventos.com.br/noticias/aviacao/excesso-de-processos-judiciais-freia-planos-da-flybondi-de-operar-voos-domesticos-no-brasil/>

⁴<https://www.estadao.com.br/economia/agencias-reguladoras-orcamento-corte/>

Propostas

- Garantir a autonomia regulatória e técnica da ANAC, fortalecendo a lei de criação da agência.
- Instituir um marco regulatório estabilizando direitos do consumidor, limites de indenização e obrigações de empresas aéreas, incluindo políticas de bagagem, cancelamentos e overbooking.

Saneamento Básico:

Uma das maiores urgências do Brasil é enfrentar a falta de saneamento básico, um atraso civilizatório que expõe grande parte da população brasileira a doenças erradicadas nos séculos passados em outros lugares do mundo. Hoje, mais de 90 milhões de pessoas não têm acesso à coleta de esgoto no país, e 32 milhões não têm água tratada.¹ Quando observadas as diferenças regionais, percebe-se que as regiões mais críticas são a Norte, com apenas 23% da população com coleta de esgoto e 61% com acesso à água tratada, e Nordeste, com 34% da população com coleta de esgoto e 76% com acesso à água tratada. Por causa desse cenário trágico, apenas em 2024, foram registradas mais de 340 mil internações por doenças evitáveis com saneamento adequado²

Nosso desperdício de água também é grande: 40% de toda a água tratada produzida no Brasil é perdida em roubos e problemas de infraestrutura. Isso poderia abastecer 54 milhões de brasileiros³, número próximo ao da população do Nordeste. Recuperar o atraso histórico no acesso a serviços de saneamento básico no Brasil é, portanto, um compromisso com a dignidade de grande parte da população brasileira, algo que jamais foi priorizado no país.



¹<https://www.painelsaneamento.org.br/>

²<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2025-03/falta-de-saneamento-provocou-mais-de-340-mil-internacoes-em-2024>

³<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/06/agua-perdida-no-brasil-com-vazamentos-poderia-abastecer-54-milhoes-de-pessoas-diz-estudo.shtml#:~:text=O%20volume%20de%20%C3%A1gua%20tratada,Nacional%20de%20informa%C3%A7%C3%B5es%20sobre%20Saneamento>

Objetivo 1:

Avançar a cobertura de tratamento de água e coleta de esgoto e modernizar as ações de drenagem e tratamento de resíduos sólidos

A principal razão para os problemas de saneamento básico no Brasil perdurarem até hoje é a longa restrição de participação da iniciativa privada no mercado de saneamento, restringindo o setor à praticamente apenas as companhias estatais estaduais. O caminho para solucionar o problema foi aberto com a aprovação do Novo Marco do Saneamento, em 2020, que busca ampliar as possibilidades de participação do setor privado nesse mercado e alcançar metas de 99% da população com acesso à água potável e 90% com coleta e tratamento de esgoto até 2033. Apesar de continuar sendo atacado, o Marco resiste e deve ser preservado, para que investimentos nacionais e internacionais sejam feitos, levando dignidade aos brasileiros.

Propostas

- Apoiar publicamente os avanços conquistados com o Marco do Saneamento para sinalizar segurança jurídica e dar continuidade à atração de investimentos privados para o setor.
- Tratar com a mesma prioridade das metas de universalização do saneamento as metas de redução da perda de água no sistema de tratamento e distribuição.
- Retirar entraves para que municípios e consórcios intermunicipais possam explorar a produção de biometano por meio dos aterros sanitários e estações de tratamento de esgoto.

Objetivo 2:

Aprimorar a governança do setor de saneamento e dos modelos de concessão

O setor de saneamento básico enfrenta grandes desafios de governança e regulação. Nos últimos 10 anos, a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) sofreu cortes de mais de 40% em seu financiamento¹, e sua atuação é limitada à edição de normas de referência, sem poder decisório sobre a regulação local, que continua sob responsabilidade de agências reguladoras estaduais e municipais. Muitas dessas agências subnacionais enfrentam problemas como baixa capacidade técnica, interferência política e falta de autonomia, o que prejudica sua efetividade regulatória e fiscalizatória. Essa fragilidade institucional compromete a qualidade dos serviços prestados e eleva a percepção de risco entre investidores, dificultando a atração de capital privado para ampliar e melhorar a cobertura do saneamento.

¹<https://www.estadao.com.br/economia/agencias-reguladoras-orcamento-corte/>

Propostas

- Fortalecer a ANA como agência reguladora, concentrando sua ação na garantia de adoção de suas normas por parte das agências subnacionais.
- Demandar às agências subnacionais atendimento às normas de referência da ANA, especialmente a norma nº 4, que estabelece parâmetros de governança, autonomia, capacidade técnica e qualidade dos dados disponibilizados.
- Vincular o valor da outorga das concessões aos próprios projetos, buscando reduzir a insegurança em relação a futuros reequilíbrios econômico-financeiros.
- Incentivar agências reguladoras locais a formar blocos para aumentar seu nível de capacidade institucional e incentivar os municípios a aderir às regras de agências reguladoras estaduais, nas quais o nível de governança tende a ser mais robusto.

Atração de Investimentos em Infraestrutura:

Um dos maiores desafios para transformar a infraestrutura de transportes e impulsionar o crescimento do Brasil é definir uma estratégia de investimentos eficaz. Desde meados dos anos 1990, o governo reconhece que não consegue investir sozinho, expandindo rapidamente o programa de concessões, que viabilizou capital privado e modernizou rodovias, ferrovias e aeroportos. Ocorre que, o foco foi em grandes ativos, e hoje, muitos não geram receita suficiente para novas concessões e dependem do orçamento público, cada vez mais escasso.

Além das medidas já tratadas em Gestão Pública e Eficiência — focadas em melhorar a administração do Estado — este eixo aborda especificamente estratégias para atrair capital, ampliar fontes de financiamento e trazer novos recursos para o país, fortalecendo investimentos públicos e privados. É preciso, portanto, de criatividade para modelar contratos intermodais e intersetoriais, atraindo investimentos e gerando crescimento contínuo. Decisões sobre obras e concessões não devem seguir interesses pessoais ou políticos, mas critérios técnicos. Para liderar a agenda de desenvolvimento da infraestrutura na América Latina, o Brasil precisa priorizar a participação do setor privado e avançar projetos com maior retorno econômico e social.

Objetivo 1:

Ampliar a integridade e capacidade institucional de agências reguladoras

Um ambiente regulatório claro, estável e eficiente é condição necessária para o desenvolvimento da infraestrutura. As agências reguladoras brasileiras têm sido aparelhadas, sendo usadas como moeda de troca para indicações políticas. Essa situação reduz sua legitimidade técnica e compromete sua credibilidade e os padrões de qualidade na modelagem e gestão dos projetos de infraestrutura.

Soma-se a isso a falta de coordenação entre agências de diferentes modais de transporte, para viabilizar, por exemplo, projetos multimodais inovadores. A nível subnacional, outro grave problema é a falta de coordenação entre as regulações de diferentes estados e entre as regulações estaduais e federais. As agências reguladoras estaduais e municipais carecem de capacidade técnica e são ainda menos independentes.

Propostas

- Blindar as agências contra a captura política, reforçando sua autonomia técnica, financeira e administrativa com critérios rígidos e transparentes de seleção de dirigentes, com mandatos não coincidentes com os dos governantes.
- Alinhar o funcionamento das agências reguladoras a benchmarks internacionais, instituindo regras de realização de auditorias independentes, ciclos regulatórios para revisão de metas e riscos contratuais e publicação obrigatória de relatórios públicos periódicos consolidando dados de qualidade e celeridade dos serviços.
- Demandar que agências estaduais e municipais adotem padrões mínimos de qualificação técnica, transparência e independência, com fiscalização contínua de agências nacionais ou órgãos setoriais federais.
- Por meio do diálogo com o Judiciário, construir mecanismos que contenham a ingerência dos órgãos de controle sobre as atividades-fim das agências em nível federal, assegurando sua independência quando não houver ilegalidade das decisões.
- Investir em formação e retenção de quadros técnicos qualificados para as agências reguladoras, com intercâmbio entre agências de diferentes setores, níveis da federação e outros países.
- Aumentar a cooperação entre diferentes níveis de governo (União, estados e municípios), apoiando a criação de um repositório de competências técnicas e dando suporte a agências que precisem de suporte.

Objetivo 2:

Avançar a agenda de atração de investimento privado

O investimento atual em infraestrutura é metade do necessário para o país¹, e os recursos do orçamento da União para investimento são escassos, exigindo que o investimento privado seja o motor do desenvolvimento da infraestrutura nacional. Contudo, gargalos históricos como a falta de planejamento estratégico de longo prazo e interferências políticas reduzem a confiança dos investidores no país. Além disso, a insegurança jurídica no Brasil dificulta o acesso a fundos de investimento internacionais, e a instabilidade econômica, que deve ser enfrentada em uma agenda de ajuste fiscal e desenvolvimento econômico, também atrasa a infraestrutura nacional. Outro problema relevante é a falta de mão de obra técnica especializada para atuar em projetos de infraestrutura.²

Propostas

- Reduzir a insegurança jurídica, a intensa judicialização dos projetos de infraestrutura e a burocracia para o licenciamento ambiental, regulamentando a análise prévia de viabilidade pelos Tribunais de Contas e construindo um pacto com o Judiciário, embasado em jurisprudências e análises técnicas, em prol da infraestrutura do país.
- Elaborar um portfólio robusto de projetos com viabilidade econômico-financeira comprovada e alto impacto social, e promover esses ativos internacionalmente para atrair investimento privado e ampliar o fluxo de capital para o país.
- Acessar fundos internacionais que estarão disponíveis após a entrada na OCDE e aprimorar instrumentos financeiros para dar segurança aos investidores
- Ampliar a formação de capital humano especializado para atuar em projetos de infraestrutura.

¹<https://www.abdib.org.br/wp-content/uploads/2024/12/Livro-Azul-da-Infraestrutura-2024-ABDiB-pg-a-pg-3.pdf>

²<https://valor.globo.com/patrocinado/dino/noticia/2025/03/25/construcao-71-das-empresas-alegam-escassez-de-mao-de-obra.ghtml>

Objetivo 3:

Melhorar estrutura de governança do PPI para acelerar atração de investimentos

A estruturação do Programa de Parceria em Investimentos (PPI) foi um dos grandes acertos da gestão pública na última década. O programa funciona como um hub para conectar o setor privado, ministérios, agências reguladoras e governos estaduais e municipais, acelerando parcerias e investimentos em áreas como infraestrutura, energia, telecomunicações e saneamento. Desde sua criação, em 2016, mais de 260 projetos de concessão, PPPs e desestatizações foram concluídos¹, em 2022, o programa previa a atração de R\$ 1,3 trilhão de investimentos em 30 anos.²

Contudo, o PPI ainda enfrenta entraves institucionais e de governança que dificultam a previsibilidade e a continuidade dos projetos. Faltam mecanismos legais que assegurem a perenidade dos planos estratégicos, integração entre órgãos de controle e gestores, padronização de avaliações de impacto e coordenação entre agências e ministérios. Essa fragmentação reduz a confiança do investidor e atrasa a execução de projetos essenciais para o desenvolvimento do país.

Propostas

- Vincular a INFRA S.A. ao PPI, para suporte técnico e de expertise no planejamento em visão mais abrangente para todos os setores de infraestrutura, ampliar suas competências e sua estrutura.
- Instituir uma lei de continuidade de planos de investimento estratégicos e táticos em infraestrutura, com marcos obrigatórios independentemente de governo.
- Instituir comitês técnicos de diálogo entre o TCU e as equipes responsáveis pela elaboração do PIT (Planejamento Integrado de Transportes), do PNL (Plano Nacional de Logística) e dos PELTs (Planos Estaduais de Logística e Transportes), integrando processos na gestão de demandas para trazer maior celeridade e previsibilidade às decisões do tribunal.
- Padronizar a realização de avaliações de impacto ex-ante no PPI, com critérios claros de retorno e priorização com base em resultados para o país.
- Criar portarias interministeriais entre agências reguladoras para fazer resoluções conjuntas em projetos de concessão e articulá-los em comitês gestores das concessões, destravando projetos de portos e ferrovias que não recebem investimentos por falta de conexão com outros modais de transporte.
- Constituir programa de auxílio técnico aos Estados para estruturação de projetos de Parcerias Público-Privadas e planejamento de investimentos estratégicos, integrado ao planejamento nacional.

¹<https://ppi.gov.br/projetos/>

²<https://www.gov.br/gestao/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/principais-acoes-na-area-economica/acoes-combate-a-covid-19/acoes-2022-combate-a-covid-19/ppi-impulsiona-projetos-de-r-1-3-trilhao-em-30-anos>

Objetivo 4:

Consolidar uma frente de atração de investimento em infraestrutura social dentro do PPI

Desde o início de suas atividades, o PPI teve grande sucesso na atração de investimentos privados em infraestrutura, reforçando que o setor privado deve ser o motor do desenvolvimento da infraestrutura nacional. Contudo, esses investimentos se concentraram principalmente em iniciativas de logística, transportes e mobilidade urbana. Falta ainda ampliar investimentos na área de infraestrutura social, como equipamentos de educação, saúde e assistência social, trazendo o know-how e os incentivos de mercado para esses setores que são dominados por uma visão majoritária de que o investimento e a gestão dos serviços deve vir do próprio Estado.

Propostas

- Acelerar as ações de estados e municípios com déficit de vagas na rede educacional para a realização de PPPs de creches e escolas.
- Intensificar parcerias com o setor privado e centros universitários para a construção de hospitais e unidades de saúde.
- Atrair iniciativas de construção de habitação social dos governos estaduais para o PPI para reduzir o tempo de desenvolvimento dos projetos e melhorar a transparência.

Objetivo 5:

Fortalecer a autonomia e a qualidade técnica das agências reguladoras estaduais

As agências reguladoras estaduais foram concebidas para garantir estabilidade e neutralidade técnica nos setores de infraestrutura, energia e saneamento. Porém, três décadas após sua criação, as agências estão capturadas pelos interesses imediatos de governos e partidos. Cerca de um terço dos dirigentes das agências estaduais não chega a concluir o mandato, e em muitos casos a legislação sequer prevê mandatos fixos, o que fragiliza a autonomia institucional e expõe as agências à rotatividade política. Em estados como Bahia e Maranhão, mais da metade dos dirigentes deixou o cargo antes do prazo legal, enquanto em agências como Agerba, Agera e MOB sequer há previsão de mandato. No Brasil, quase 60% dos dirigentes têm histórico de atuação no setor público, e um terço possui filiação partidária identificada, com predominância de MDB, PSDB, PT, PSB e PDT.¹

¹<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2024/10/17/estudo-aponta-deficiencias-em-orgaos-reguladores-estaduais.ghtml#selection-4581.1-4594.0>

A previsibilidade e a neutralidade das decisões regulatórias são essenciais para a confiança dos investidores e para a sustentabilidade das políticas públicas. Garantir autonomia técnica, estabilidade dos dirigentes e critérios objetivos de desempenho é o primeiro passo para que as agências deixem de ser instrumentos de governos e passem a ser instituições de Estado.

Propostas

- Estabelecer mandatos fixos e escalonados para dirigentes das agências, não coincidentes com os ciclos eleitorais, com regras claras para nomeação e destituição;
- Exigir critérios técnicos de elegibilidade, incluindo experiência comprovada no setor regulado e vedação à filiação partidária nos cinco anos anteriores à nomeação;
- Instituir planos plurianuais de metas regulatórias com publicação de indicadores anuais de desempenho e relatórios de transparência;
- Criar comitês consultivos de participação social e técnica para avaliar o impacto regulatório das decisões e prevenir interferências políticas;
- Estabelecer mecanismos de auditoria e avaliação externa independente da qualidade regulatória, com base em padrões da OCDE e boas práticas internacionais.



An aerial photograph of a vineyard with rows of grapevines. A blue tractor is visible in the middle of the field, moving through the rows. The image is split vertically, with a white background on the left and the vineyard on the right.

Agronegócio

O **agronegócio** é o motor do país, sendo responsável por impulsionar as exportações brasileiras e garantindo o abastecimento de alimentos e produção energética no Brasil e em boa parte do mundo. Mas uma diversidade de barreiras políticas, burocráticas, regulatórias, comerciais e logísticas impede o setor de deslançar e contribuir ainda mais para o desenvolvimento da economia brasileira.

Assim como em todos os setores da economia, o papel do Estado deve ser facilitar a atividade privada, abrindo espaço para o setor privado gerar riqueza e apoiando-o em áreas específicas que lhe cabem. É preciso que os produtores rurais tenham tranquilidade para trabalhar e sofram com menos intervenções desnecessárias em seus mercados.

Para avançar essa agenda, serão abordadas propostas relacionadas às temáticas de **Produtividade e Inovação, Seguro e Crédito Rural, Logística e Armazenamento, Defesa da Propriedade Rural, Defensivos Agrícolas, Exportações e Pesca e Aquicultura.**

Papel dos Entes:

O Governo Federal coordena e define as políticas nacionais para o setor agropecuário, com foco em produtividade, competitividade externa e geração de renda. Cabe-lhe estabelecer regras sanitárias e fitossanitárias, em articulação com ANVISA e Ibama quando pertinente, formular políticas de crédito e seguro rural, financiar e fomentar pesquisa e inovação por meio da Embrapa e de agências de fomento, negociar acesso a mercados e acordos comerciais e conduzir a regularização fundiária e o ordenamento territorial junto ao INCRA. Também tem papel central em infraestrutura de escoamento e em políticas que sustentem a competitividade do agro no exterior.

Os estados implementam e adaptam as políticas federais no plano regional. Eles mantêm secretarias de agricultura e defesa agropecuária, executam fiscalização sanitária estadual e extensão rural, junto às EMATERs, participam da regularização fundiária local quando cabível e estimulam cooperativas e arranjos produtivos. Podem ainda estabelecer incentivos e agências de fomento regionais para atrair investimentos e agregar valor à produção, sempre respeitando a coordenação e as normas federais.

Os municípios têm poucas atribuições no desenvolvimento do agronegócio, mas podem facilitar a atividade rural local por meio do apoio a mercados e feiras e manutenção de estradas rurais e infraestrutura urbana básica. Além disso, podem prestar assistência técnica e estruturar programas de capacitação em parceria com estados e o Governo Federal, e colaborar na coleta e validação de cadastros de propriedades (CAR) e no controle territorial.

Visões para o futuro do Brasil:

- Aumentar o número de países que importam a produção agropecuária brasileira.
- Aumentar o valor anual das exportações agropecuárias brasileiras.
- Aumentar investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no agro.
- Zerar as invasões de propriedades rurais.
- Aumentar a capacidade de armazenamento da produção agrícola brasileira.
- Reduzir o tempo e custo de transporte da produção agropecuária brasileira.
- Reduzir o tempo de análise de novos defensivos agrícolas.

Produtividade e Inovação

A produtividade do agro brasileiro é um dos grandes sucessos nacionais e possibilitou o desenvolvimento do interior do país nas últimas décadas. De 1995 a 2022, enquanto o setor de serviços cresceu 0,2% ao ano e a indústria reduziu sua produtividade em 0,4% ao ano, o agro teve um aumento de produtividade anual de 5,5%¹, utilizando novas tecnologias, avanços genéticos e sistemas produtivos inovadores que aprimoraram a qualidade do uso do solo.

Se o Brasil consegue ser o celeiro do mundo e mesmo assim manter cerca de dois terços do seu território com vegetação nativa², conservando dentro das propriedades rurais uma área equivalente a 29% do país³, isso se deve à dedicação do agro brasileiro para aumentar sua produtividade. Se não tivesse havido desenvolvimento tecnológico desde 1997, estima-se que seria preciso ter cultivado em 19 milhões de hectares a mais para alcançar a produção de 2022⁴.

Manter a trajetória de ganho de produtividade no agro, com técnicas e insumos mais eficientes, formação de capital humano qualificado e eliminação de barreiras ao desenvolvimento do campo, é essencial para o avanço do setor. Isso permitirá impulsionar a produção de alimentos e biocombustíveis, fortalecer as exportações e promover o desenvolvimento nacional aliado à conservação ambiental.

¹https://ibre.fgv.br/sites/ibre.fgv.br/files/arquivos/u65/produtividade_do_trabalho_no_brasil_uma_analise_dos_resultados_setoriais_desde_1995.pdf

²<https://www.embrapa.br/car/sintese>

³https://www.embrapa.br/minibibliotecas/busca-de-noticias/-/noticia/104480953/embrapa-territorial-apresenta-atribuicao-ocupacao-e-uso-das-das-terras-no-brasil-na-cop30?p_auth=hqWfN73h

⁴<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1149409/1/DOC47-final.pdf>

Objetivo 1:

Aumentar a produtividade no uso da terra

O Brasil tem a oportunidade de ampliar a sua produção sem desmatar. Hoje, há entre 90 e 100 milhões de hectares de pastos degradados, sendo que 40 milhões poderiam ser recuperados e incorporados ao sistema produtivo, permitindo dobrar a nossa produção de grãos e fibras sem novos desmatamentos¹. Além disso, o apoio na difusão de técnicas de estruturação de sistemas produtivos complexos, como a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) permitiria o uso comercial do solo de forma mais eficiente, preservando as vegetações nativas. Outro ponto é a forte dependência externa de fertilizantes, que limita o aumento sustentável da produtividade, exigindo ações para ampliar a produção interna desses insumos.

Por fim, é fundamental que o Brasil modernize o seu mercado de terras para facilitar o uso do solo por parte de produtores altamente qualificados. Hoje, apenas cerca de 3% das áreas agrícolas brasileiras são arrendadas², contra cerca de 30% a 40% nos EUA e na União Europeia. Isso se deve à insegurança jurídica e ao intervencionismo da legislação sobre arrendamentos. É preciso, portanto, eliminar esse cenário em que manter áreas improdutivas custa pouco e transferi-las custa caro, travando a eficiência do mercado nacional.

Propostas

- Recuperar pastagens degradadas e expandir a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) implementando metas para o uso efetivo dos cerca de 40 milhões de hectares de pastos degradados, elevando a produtividade pecuária e liberando áreas para lavouras ou restauração sem novos desmatamentos.
- Criar condições para que parcerias agroindustriais no setor privado levem insumos e know-how à recuperação de pastagens degradadas, estimulando a adoção de ILPF e técnicas como pastejo rotacionado, consorciação de forrageiras, adubação de pasto e suplementação estratégica, elevando a produtividade no campo.
- Reduzir a dependência externa de insumos agrícolas por meio de ações coordenadas entre os ministérios da Agricultura, Minas e Energia e do Meio Ambiente, para assegurar licenciamento ambiental ágil para projetos de exploração de potássio, fósforo e nitrogenados no território nacional.

¹<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/06/12/brasil-tem-entre-90-e-100-milhoes-de-hectares-de-pastagens-degradadas-diz-favara.htm>

²<https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/141835-apenas-33-das-areas-agricolas-brasileiras-sao-arrendadas-organizacao-alerta-para-uso-mais-eficiente.html>

- Dinamizar o mercado de terras e arrendamentos, modernizando a Lei de Arrendamento com a remoção de regras como prazos mínimos, direito de preferência do arrendatário e limites à renda.

- Aprimorar o ambiente regulatório para que mecanismos privados de mediação e arbitragem funcionem com mais agilidade, garantindo a devolução da terra e reduzindo o risco contratual nos arrendamentos.

Objetivo 2:

Facilitar a inovação privada no agro

A inovação foi o motor do crescimento da produtividade no agro nas últimas décadas, e essa tendência precisa ser mantida. É fundamental que o setor privado lidere a agenda de inovação no agro, com a Embrapa sendo uma parceira estratégica. Também é necessário aprimorar a conectividade no campo, que hoje é limitada, com apenas 48,1% dos imóveis rurais tendo cobertura de 4G ou 5G em toda a área produtiva¹.

No passado, a Embrapa teve papel relevante na pesquisa e no desenvolvimento de novas tecnologias e insumos agropecuários. O órgão, contudo, tornou-se ineficiente, reduzindo sua capacidade de apoiar a inovação no mesmo ritmo que as próprias organizações privadas. Hoje, a maior parte de suas despesas vai para folha de pagamento, faltando recursos para pesquisa, há burocracia excessiva para fazer parcerias com o setor privado, e sua governança foi capturada por interesses políticos.

Propostas

- Facilitar a entrada de recursos internacionais e do setor privado para P&D e uso de tecnologia no campo, conectando centros de pesquisa nacionais aos internacionais para manter a pesquisa brasileira na fronteira do conhecimento da agropecuária.
- Reorientar a Embrapa para gerar soluções tecnológicas de alto impacto econômico, fortalecendo parcerias com o setor privado e modernizando sua governança para reduzir burocracia, interferência política e focar em inovação aplicada ao aumento de produtividade.
- Avançar iniciativas de infraestrutura digital e conectividade com banda larga e 5G para possibilitar a agricultura de precisão e o uso de Internet das Coisas (IoT), com tecnologias como sensores e dispositivos conectados que automatizam e aumentam a eficiência no campo, em todo o território nacional

¹<https://telesintese.com.br/cobertura-4g-5g-em-areas-rurais-cresce-81-em-um-ano-mas-desigualdades-persistem>

Objetivo 3:

Aumentar a eficiência do mercado de proteína animal e ampliar a capacitação de capital humano para atuar no setor

O Brasil é o segundo maior produtor mundial e principal exportador de proteína bovina¹, o maior exportador de frango² e o quarto maior produtor e exportador global de suínos³. O setor tem capacidade única no mundo de atender às demandas de produção de proteína halal dos países muçulmanos, e a produção nacional de ovos alcança 1.8 mil unidades por segundo, chegando a 56,7 bilhões de ovos produzidos em um ano⁴. Para fortalecer ainda mais a posição do país nas cadeias globais de proteína animal, é necessário enfrentar entraves específicos de cada mercado e facilitar a abertura de mercados para as exportações.

Entre aves e suínos, os dois grandes desafios são a falta de mão de obra técnica qualificada, estimando-se um déficit de 25 mil profissionais, e a melhoria contínua da capacidade do país de enfrentar surtos de zoonoses como a gripe suína e a gripe aviária. E nas cadeias de carne bovinas, na última década, o país ampliou sua capacidade de engorda e abate de bois em menor tempo⁵, mas ainda é preciso facilitar a entrada no mercado de abate e processamento, para tornar o mercado menos vulnerável a crises.

Propostas

- Reduzir barreiras regulatórias e burocráticas para facilitar a entrada de novas empresas no mercado de abate e processamento.
- Reforçar a atuação do CADE para prevenir práticas que prejudiquem a concorrência no mercado de abate e processamento.
- Suprir o déficit de mão de obra nos abatedouros e no processamento de proteínas por meio da integração, na educação profissional e tecnológica, de formações profissionalizantes construídas em parceria com o setor privado e alinhadas às demandas práticas do setor.
- Aprimorar a fiscalização e os sistemas de governança para fazer a notificação e o combate rápido a surtos de gripe aviária e gripe suína ou outras zoonoses.

¹<https://cnabrasil.org.br/publicacoes/assunto-os-ganhos-para-a-pecuaria-brasileira-com-os-avancos-em-rastreabilidade-individual>

²<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2025/05/16/veja-posicao-do-brasil-na-exportacao-e-producao-mundial-de-frango.ghtml>

³<https://www.embrapa.br/qualidade-da-carne/carne-suina>

⁴<https://agroemcampo.ig.com.br/2024/dia-mundial-do-ovo-brasil-produz-1800-ovos-por-segundo/>

⁵<https://www.canalrural.com.br/pecuaria/boi/pecuaria-de-corte-boi-mais-pesado-em-menos-tempo-e-ocupando-menos-area/>

Objetivo 4:

Destravar inovações no agro voltadas à produção de biocombustíveis

O Brasil é o segundo maior produtor do mundo de biocombustíveis¹ como etanol e biodiesel e usa diversas matérias-primas (cana, milho, soja, sebo), sendo ator cada vez mais fundamental da segurança energética global. Somente a biomassa da cana respondeu por 16,9% da energia total do país em 2023². O tema é mais profundamente abordado no tema de Transição Energética deste Caderno, contudo é preciso pontuar que no que tange ao Agro, a interferência política nos preços do petróleo gera incertezas nos produtores rurais que estão nas cadeias produtivas energéticas e que ainda, dentro da agenda global de carros elétricos, hidrogênio verde e combustível sustentável, os produtores rurais brasileiros precisam de um ambiente regulatório claro, que permita comprovar rastreabilidade e ausência de desmatamento ilegal nas cadeias energéticas emergentes.

Propostas

- Trabalhar em conjunto com a diplomacia brasileira a construção de uma visão do Brasil como exportador global de segurança energética com energia limpa e responsabilidade ambiental.
- Posicionar o Brasil como exportador de know-how em biocombustíveis tropicais para África e Ásia, abrindo futuros mercados.
- Combater controles artificiais de preço nos combustíveis ou cortes tributários repentinos que distorçam o funcionamento dos mercados, protegendo o setor de biocombustíveis de disputas políticas.



¹https://www.eia.gov/international/content/analysis/countries_long/Brazil/pdf/brazil-2023.pdf

²<https://valor.globo.com/impreso/noticia/2025/06/24/agro-responde-por-mais-de-30-da-matriz-energetica.ghtml>

Seguro e Crédito Rural

O acesso a seguros rurais que protejam os produtores de pragas e eventos climáticos extremos, bem como ao crédito, é essencial para o ganho de produtividade no agro, especialmente de pequenos produtores rurais. Atualmente, porém, seja pela falta de planejamento e descumprimento de acordos nos programas oficiais, seja pela inibição do crédito privado causada pela forte intervenção estatal, o Estado acaba gerando instabilidade no setor. O acesso estável a crédito permitiria aos produtores brasileiros enfrentar um desafio de concorrência desleal no comércio internacional. A porcentagem da renda dos produtores rurais que advém de políticas de crédito público, no Brasil, é de 3%. Nos EUA, é o dobro, chegando a 6%. E na UE, essa média é de 16,8%, com países onde o valor é ainda muito maior¹. Na prática, a agricultura europeia, que compete com a brasileira, é em grande medida sustentada pelos governos, e não pela produtividade.

Nesse cenário, uma agenda de aumento da segurança da atividade do setor por meio de seguros é fundamental. Da mesma forma, a facilitação do acesso a crédito, tendo o setor privado como agente principal, seria muito benéfica para o país e permitiria ao Estado coordenar ações para enfrentar outro desafio: a estruturação de mecanismos de seguro para proteger o agro de eventos extremos. Assim, o agronegócio brasileiro poderá se desenvolver de maneira mais sólida e previsível.

Objetivo 1:

Redirecionar recursos públicos para um sistema de seguro rural, centralizando a oferta de crédito no setor privado

As políticas atuais de crédito, que têm o Plano Safra como principal medida de crédito agrícola, são imprevisíveis, gerando insegurança ao setor. É importante que essas políticas sejam estruturadas com antecedência, comunicando as ações continuamente com os produtores, e que haja cumprimento dos planos, sem cortes ou mudanças nos cronogramas. Além disso, o programa deveria ser estruturado de modo a incentivar a alta produtividade dos produtores rurais, além de prever mecanismos de cobrança de dívidas não honradas pelos beneficiários.

Porém, indo mais além, em vez de financiar de forma maciça o setor agropecuário, reduzindo a oferta de crédito privado e impactando intensamente o orçamento federal, o Estado deveria estruturar programas de seguro rural. A tragédia das enchentes no Rio Grande do Sul, em 2024, deixou claro como eventos climáticos extremos podem afetar a agropecuária, e nesses cenários imprevisíveis é fundamental que o setor tenha a segurança de que poderá se manter e assegurar a segurança alimentar do país em longo prazo, ainda que haja perda das safras em um determinado ano.

¹<https://agrimonitor.iadb.org/en/results-by-indicator?tab=agriculture>

Propostas

- Implementar um programa estruturado de seguro rural, focado em resiliência a eventos extremos, que transforme gradualmente o Plano Safra em um sistema de seguro, com um fundo privado de aportes públicos e privados para cobertura de riscos extraordinários, abrindo espaço para o setor privado assumir maior participação na oferta de crédito.
- Enquanto o Plano Safra ainda existir, estruturar planejamentos com maior antecedência, mantendo comunicação clara com os produtores rurais, para que haja maior previsibilidade e se permita que os recursos públicos gerem ganhos de produtividade no agro.
- Enquanto o Plano Safra ainda existir, replicar o modelo baseado em metas, práticas sustentáveis e incentivos econômicos utilizado no Plano ABC/ABC+ como referência, orientando a concessão de financiamentos por métricas de impacto e resultado.
- Restabelecer mecanismos de renegociação de dívidas agropecuárias, inspirados no Programa Litígio Zero, com foco em recuperar créditos lançados ou baixados como prejuízo.

Logística e Armazenamento

Para o agro brasileiro alcançar seu máximo potencial e ser ainda mais competitivo no mercado internacional, o Brasil precisa aprimorar sua capacidade logística, de modo a reduzir os custos de transporte de cargas. Hoje, a distribuição da produção é ineficiente e limita os esforços de inovação e ganho de produtividade dos produtores rurais. Entre 2010 e 2023, a participação do transporte rodoviário no escoamento de grãos para os portos aumentou de 45% para 54%, enquanto a participação ferroviária caiu de 47% para 33% - hidrovias seguem pouco utilizadas. Em 2023, 69% da soja foi transportada por caminhões, um modal menos eficiente para esse tipo de carga.¹ Como consequência, em 2020, as perdas de soja e milho durante a travessia por más condições de estradas chegaram a mais de R\$5 bilhões por safra, e o frete da soja do Centro-Oeste ao porto custa até 3x o valor de percurso equivalente nos EUA.²

¹<https://jornal.usp.br/artigos/logistica-no-agro-opportunidades-para-enfrentar-o-desafio-do-escoamento-da-producao/>

²<https://www.semadesc.ms.gov.br/brasil-gasta-quatro-vezes-mais-que-argentina-e-estados-unidos-com-frete-de-producao-2/>

Outra frente de ação urgente deve ser o aprimoramento da capacidade de armazenamento em todo o território nacional. Hoje, o Sul e o Centro-Oeste detêm mais de 75% da capacidade estática nacional, enquanto a armazenagem na região do MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) representa menos de 8% do total¹. Sem capacidade para estocar a produção, o agricultor é forçado a vender na baixa e com frete encarecido pela alta demanda logística. Essa ausência ainda gera filas e sobrecarga em silos existentes, resultando em soluções improvisadas como estocagem a céu aberto, sujeita a perdas por clima e pragas, com prejuízos significativos à qualidade e ao volume da safra.

Objetivo 1: **Melhorar a logística de transporte de cargas**

O Brasil precisa impulsionar uma agenda de investimento em infraestrutura que sustente as cadeias logísticas da forma mais eficiente possível. Conforme apresentado na área de Infraestrutura deste Caderno, o setor privado deve ser o motor desse processo, com o Estado servindo de apoio técnico na estruturação de projetos e na garantia da segurança jurídica e estabilidade regulatória.

Ferrovias precisam ser fortalecidas para desafogar as rodovias brasileiras, que são importantes, mas não oferecem o mesmo custo-benefício aos produtores e estão frequentemente em mau estado de manutenção. A expansão da malha ferroviária resolverá um dos principais gargalos logísticos do Brasil: apesar da alta produção de grãos no Norte, boa parte das exportações ainda depende de portos distantes no Sul e Sudeste, como Santos (SP) e Paranaguá (PR), o que eleva custos e tempo de transporte.²

Além disso, as hidrovias e a cabotagem precisam ser exploradas intensivamente. Um único comboio com quatro barcaças transporta o equivalente a três trens de 30 vagões ou 172 carretas, com menor custo de frete e, ainda, maior eficiência ambiental.³ A manutenção de hidrovias custa cerca de 10% do valor gasto com rodovias e apenas 3% das ferrovias, e o consumo de combustível também é muito menor.⁴

Propostas

- Avançar a agenda de concessão de rodovias previstas no PPI para melhorar a qualidade das estradas brasileiras e reduzir perdas de carga.
- Reduzir barreiras regulatórias e agilizar análises de viabilidade para ampliar a implantação de ferrovias shortline privadas e integrar ferrovias autorizadas aos portos secos e demais modais, elevando a eficiência logística no escoamento de cargas

¹<https://agro.fgv.br/sites/default/files/2023-05/Artigo3.pdf>

²<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2024/06/14/agro-perde-bilhoes-com-falta-de-investimento-em-infraestrutura-e-logistica.htm/>

³<https://www.cnt.org.br/agencia-cnt/brasil-desperdica-dois-tercos-do-potencial-hidroviario>

⁴<https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/71bcd3e8-7a5a-44f6-b6ff-4499d235014f/content>

- Desenvolver estratégias regionais de desenvolvimento hidroviário em conjunto com a conclusão da regulamentação infralegal da BR do Mar, de modo a avançar com o transporte hidroviário em rios e por meio de hidrovias costeiras para melhorar a logística de cargas.
- Garantir o cumprimento efetivo do direito de passagem, assegurando que diferentes operadores possam compartilhar a infraestrutura ferroviária para facilitar o escoamento da produção.

Objetivo 2: **Aumentar a capacidade de armazenagem da produção agrícola brasileira**

Para reduzir as perdas da produção agrícola brasileira e garantir condições de escoamento mais eficientes, o Brasil precisa ampliar sua capacidade de armazenamento, atraindo o setor privado para a construção e o financiamento de projetos de silos, armazéns e galpões. O Estado tem um papel importante na solução de dois grandes desafios relatados pelos agricultores em relação à armazenagem: a garantia da qualidade de projetos feitos em colaboração público-privada e a capacitação de profissionais.¹

Hoje, o país consegue armazenar apenas 60-70% da produção de grãos, enquanto os EUA chegam a 150%, e apenas 20% da armazenagem está nas fazendas, forçando produtores a vender rapidamente ou recorrer a caminhões como "estoques sobre rodas", elevando custos logísticos. 6 em cada 10 produtores não possuem armazéns próprios². Enfrentar esse problema permitirá ganhos de eficiência e fortalecimento das exportações nacionais.

Propostas

- Criar condições econômicas para a redução da taxa de juros e o aumento da produtividade no Brasil, para que o setor privado possa direcionar investimentos à modernização da infraestrutura de armazenagem existente, bem como sua expansão, promovendo o desenvolvimento de tecnologias que aumentem eficiência, reduzam custos energéticos e prolonguem a vida útil dos ativos.
- Desenvolver ações de formação para operadores de armazéns, classificadores e produtores em parceria com Sistema S e cursos de agronomia, com foco em boas práticas de conservação, controle de umidade e qualidade dos grãos.

¹https://www.cnabrazil.org.br/storage/arquivos/Relato_rio-Armazenagem-_PARTE01_CAP-01-AO-05_compressed-1.pdf

²https://www.cnabrazil.org.br/storage/arquivos/Relato_rio-Armazenagem-_PARTE01_CAP-01-AO-05_compressed-1.pdf

Defesa da Propriedade Rural

O direito de propriedade da terra no Brasil precisa ser preservado. De um lado, é necessário que os produtores rurais consigam proteger a sua propriedade de invasores e tenham registros adequados de titularidade das terras. De outro, o governo deve ter a capacidade de monitorar e fiscalizar o território nacional, garantindo o respeito à legislação e o enfrentamento à grilagem de terras.

A insegurança jurídica sobre a posse da terra, somada à sua influência no desmatamento ilegal, gera conflitos, problemas de credibilidade internacional ao agro brasileiro e insegurança ao produtor, inibindo investimentos de longo prazo. O governo brasileiro não pode permitir que invadir e/ou desmatar áreas protegidas seja mais rentável do que realizar a atividade rural de forma honesta. Por isso, defender a propriedade deve ser um dos pilares da atuação estatal no agro.

Objetivo 1:

Reprimir invasões de terras e proteger o direito de defesa da propriedade dos produtores rurais

O Brasil tem o dever de garantir a lei e a ordem no campo, impedindo invasões de terras. Atualmente, o MST, com práticas criminosas de invasão de terras produtivas, extorsão e ameaça a proprietários de terras, tem um protagonismo inaceitável na discussão sobre regularização fundiária e reforma agrária¹. O MST se coloca em uma posição que não lhe cabe, usando uma interpretação ideológica do conceito de função social da terra para se sobrepor ao INCRA, órgão que nasceu justamente para se ocupar da reforma agrária no Brasil. Não se pode permitir que o direito de propriedade do produtor rural e do morador do campo seja violado por criminosos que seguem protegidos pela lei.

¹https://www.estadao.com.br/politica/mst-intensifica-invasoes-terra-ministerio-fala-retomada-radical-reforma-agraria-nprp/?srsltid=AfmBOopFG7oKU7BVIK8hhDneiWhWu3C6lpdRHO1I_ZAB4_DAmcPs4G

Propostas

- Garantir a liberação do porte de arma de fogo em toda a extensão da propriedade rural e robustecer as regras de legítima defesa para situações que envolvam a invasão de propriedade.
- Expulsar invasores do MST de terras que foram invadidas e punir os responsáveis pelos crimes cometidos.
- Articular processos de reforma agrária única e exclusivamente com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), e não com movimentos sociais, eliminando quaisquer interferências de grupos como o MST nas discussões sobre reforma agrária e a captura de grupos políticos e ideológicos sobre o órgão.

Objetivo 2:

Avançar uma agenda de regularização fundiária e eliminação da grilagem

Para o Governo Federal ter controle adequado da titularidade das terras brasileiras e conseguir assegurar a fiscalização e o cumprimento da lei, é necessário promover a regularização fundiária. Hoje, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) enfrenta desafios técnicos e operacionais que levam a problemas de inconsistência dos dados, como a sobreposição das áreas de diferentes imóveis e falta de validação das informações. Uma análise do Serviço Florestal Brasileiro encontrou 139,6 milhões de hectares com sobreposição no CAR, uma área que equivaleria um estado do Pará a mais no mapa brasileiro.¹

Completar o CAR trará maior clareza sobre a titulação de terras, permitindo ao governo atacar a grilagem, que ainda é uma grande fonte de insegurança, violência e danos à imagem internacional do Brasil. A falta de controle sobre a propriedade faz com que invadir terras públicas na Amazônia ainda compense para os criminosos. Entre 2019 e 2021, o desmate anual cresceu 56,6% ante 2016 e 2018², e mais de 50% desse total ocorreu em áreas não designadas.³

¹https://oglobo.globo.com/brasil/especial/brasil-ficticio-propriedade-de-terra-autodeclarada-excede-area-do-pais-em-um-para.ghtml?utm_source=chatgpt.com

²https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2022/02/Amaz%C3%B4nia-em-Chamas-9-pt_vers%C3%A3o-final-2.pdf

³<https://oglobo.globo.com/brasil/mais-da-metade-do-desmatamento-na-amazonia-ocorre-em-terras-publicas-25395036>

Propostas

- Mapear com clareza a quantidade, tamanho e localização das propriedades rurais, acelerando a titulação e a regularização fundiária em massa, com apoio do Incra e uma força-tarefa nacional para concluir os CARs e eliminar a sobreposição de terras
- Reduzir conflitos e insegurança fundiária ao ampliar o monitoramento por satélite integrado ao CAR e destinar formalmente as florestas públicas não designadas, eliminando sobreposições e trazendo maior proteção jurídica aos proprietários legítimos.
- Priorizar pequenos e médios produtores adimplentes ao Código Florestal no processo de titulação, facilitando seu acesso a crédito para aumento de produtividade.
- Proteger as terras públicas e reduzir a grilagem por meio de forças-tarefa dedicadas a identificar invasões, remover ocupações ilegais, responsabilizar criminosos e eliminar os incentivos econômicos à ocupação irregular.
- Avançar na capacitação de fiscais e orientação técnica proativa aos produtores para prevenção, punindo infratores e apoiando os que demonstrarem interesse em se adequar.

Defensivos Agrícolas

Assim como a produção de proteína animal envolve o uso de vacinas e medicamentos específicos para a proteção dos animais, as plantações demandam remédios e produtos que protegem e garantem melhor qualidade dos alimentos cultivados. Hoje, o grande desafio é modernizar a defesa agrícola nacional. Facilitar a adoção de moléculas e componentes químicos mais modernos e eficientes é essencial para manter o agronegócio brasileiro competitivo e reduzir potenciais impactos da produção no meio ambiente e nas pessoas.

Contudo, esse movimento tem sido bloqueado por grupos de pressão ideológicos. O Brasil é o único país do mundo que utiliza o termo "agrotóxico"¹ em sua legislação para se referir a produtos que protegem plantas de pragas e doenças, o que contribui para a criação de uma visão na sociedade de que o agronegócio faz mal à saúde da população e dá força a um sistema regulatório que mantém os produtores reféns de produtos ultrapassados, menos eficientes e ambientalmente mais nocivos. Além disso, o sistema decisório acerca da liberação de novos defensivos agrícolas sofre com interferência política. Superar esses obstáculos permitirá a modernização do campo, contribuindo para aumento da produção agrícola de forma sustentável.

¹<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2019/10/07/quem-criou-a-termo-agrotoxico-e-por-que-nao-pesticida-ou-defensivo-agricola.ghtml>

Objetivo 1:

Modernizar o marco regulatório relacionado a defensivos agrícolas

O Brasil precisa adotar uma regulação de defensivos agrícolas baseada em evidências científicas, superando entraves e vieses ideológicos que não se fundamentam em critérios técnicos e que hoje retardam o acesso a tecnologias mais modernas e seguras. É fundamental atualizar o marco regulatório do setor, alinhando-o às práticas de países desenvolvidos que conciliam competitividade do agronegócio, proteção ambiental e segurança para os trabalhadores.

Propostas

- Permitir o uso de defensivos agrícolas de última geração no país.
- Reduzir a morosidade da Anvisa na análise de defensivos agrícolas, adotando mecanismos de reconhecimento mútuo com agências internacionais de alta credibilidade para agilizar avaliações sem abrir mão do rigor técnico.
- Revisar a nomenclatura referente a defensivos em documentos oficiais, institucionalizando o uso do termo "defensivos agrícolas" para se referir a produtos de proteção do plantio.

Objetivo 2:

Melhorar o desenho institucional da regulação de defensivos agrícolas para permitir o avanço tecnológico, blindando a Anvisa de interferências políticas

A estrutura institucional de regulação e aprovação de defensivos agrícolas precisa ser aprimorada, equilibrando as ações entre o Mapa, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que se dividem entre as atribuições de garantia da eficácia agronômica, segurança ambiental e proteção à saúde humana. No passado, essas atribuições eram adequadamente divididas. Sob a gestão do PT, contudo, a Anvisa ganhou poder excessivo nesse arranjo institucional, e o Ibama passou a travar decisões sobre processos de avaliação de novos componentes químicos e biológicos.

Ocorre que, historicamente, a agência foi alvo de ofensivas políticas, sendo possível perceber algum nível de viés ideológico contrário ao uso de defensivos em suas decisões. É preciso que a agência atue com autonomia técnica e administrativa também nesse tema, visando a proteção da saúde e o desenvolvimento do agro brasileiro.

Propostas

- Eliminar interferências políticas e ideológicas nas decisões da ANVISA, garantindo indicações técnicas.
- Restaurar o equilíbrio decisório entre Mapa, Ibama e Anvisa, respeitando as análises técnicas de Ibama e Anvisa, mas evitando os impasses existentes no atual sistema.

Exportações

O Brasil tem a oportunidade de se desenvolver cada vez mais, ocupando a posição de celeiro do mundo. Hoje, o país produz alimentos para cerca de 900 milhões de pessoas (11% da população global)¹, o que contribui para a segurança alimentar e energética mundial.² Em 2023, o Brasil liderou exportações de soja, milho, café, açúcar, suco de laranja, carne bovina e frango e foi o segundo maior exportador de etanol e algodão, atendendo mais de 150 países.³

Os recordes de vendas externas deveriam fortalecer a imagem do Brasil no exterior ao garantir oferta estável de alimentos. Entraves burocráticos, diplomáticos e técnicos, contudo, impedem o melhor uso desse potencial. Avançar uma agenda de fortalecimento do agro brasileiro a nível internacional deve ser uma prioridade para os próximos anos.

Objetivo 1:

Corrigir falhas de coordenação estratégica no Governo Federal para inserir o agro em cadeias globais e eliminar barreiras comerciais

O Brasil precisa avançar uma agenda de integração da atuação de diferentes ministérios para apoiar o agro nacional e diversificar os parceiros comerciais do país nesse setor. Os Ministérios da Agricultura, do Comércio Exterior, do Meio Ambiente e das Relações Exteriores ainda atuam de forma desconectada. Falta uma estratégia unificada que alinhe as políticas comercial, agrícola e ambiental sob uma liderança clara, capaz de promover o agro de forma coordenada e sustentável. Além disso, o país não aproveita adequadamente a figura dos adidos agrícolas, que são representantes do agronegócio brasileiro no exterior que promovem comércio e cooperação internacional, atuando na identificação de oportunidades, na superação de barreiras sanitárias e fitossanitárias e na promoção do agro brasileiro.

¹<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/brasil-virou-celeiro-do-mundo-e-ja-lidera-exportacoes-mundiais-de-sete-alimentos-diz-btg/>

²<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/59784047/o-agro-brasileiro-alimenta-800-milhoes-de-pessoas-diz-estudo-da-embrapa>

³<https://institutomillennium.org.br/producao-de-alimentos-fibras-e-bioenergia-a-vocacao-brasileira/>

Propostas

- Avançar acordos de equivalência sanitária e fitossanitária e ampliar a cooperação internacional em sanidade, aprimorando a rastreabilidade e certificação para responder rápido e garantir confiança dos importadores.
- Desenvolver indicações geográficas para produtos agroalimentares brasileiros, incluindo carnes premium, queijos, vinhos, cafés, cachaça e outros, criando selos regionais de origem nos moldes das denominações internacionais, como Champagne.
- Dentro de um movimento de integração da agricultura, pecuária, pesca e desenvolvimento agrário em um único ministério, para reduzir burocracias e sobreposições de atribuições, estabelecer diretrizes e estratégias integradas de facilitação das exportações brasileiras.
- Estabelecer adidos agrícolas como peça central da diplomacia agrocomercial, estruturando estratégias de negociação únicas a partir de planejamentos interministeriais para abrir mercados e remover barreiras.

Objetivo 2:

Alinhar o trabalho da política externa para reforçar a imagem do Brasil como pilar da segurança alimentar global e destacar a sustentabilidade ambiental do agronegócio nacional

O Brasil precisa superar a percepção externa equivocada sobre a sustentabilidade do agro brasileiro, passando uma visão sobre a realidade: o agro preserva o meio ambiente, leva prosperidade a milhões de pessoas no Brasil e garante alimentos e energia para centenas de milhões no planeta.

Discursos ideológicos de ambientalistas da esquerda brasileira ajudaram a criar uma imagem totalmente irreal de desmatamento, grilagem e uso de mão de obra escrava por parte do agro, mesmo com o respeito às regras trabalhistas e a preservação de grande parte da vegetação nativa nacional em propriedades rurais. Reverter esse quadro exige transparência e ações proativas da diplomacia e do agro brasileiro.

Propostas

- Estabelecer o papel do Brasil nacional na segurança alimentar global como um dos pilares da diplomacia brasileira.
- Engajar o setor privado na promoção conjunta de casos modelo de sustentabilidade, como a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta e a produção de biocombustíveis.
- Fortalecer a conexão de pesquisadores e laboratórios da Embrapa com centros internacionais de pesquisa, destacando o papel científico brasileiro na transformação do Cerrado em um polo global de produção de alimentos.
- Posicionar o Brasil como voz dos países em desenvolvimento na superação da fome e avançar colaborações com países da América do Sul e África para aumento de produtividade na agricultura, visando o fortalecimento da nossa imagem internacional e o soft power brasileiro.
- Capacitar equipes do Itamaraty, em conjunto com o Mapa e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), para reverter imagem global de degradação ambiental por parte da agricultura e pecuária do Brasil, reagindo rapidamente em caso de crises na imagem do setor para garantir a percepção de alta produtividade e baixo impacto do agro.

Pesca e Aquicultura

O Brasil tem potencial para gerar renda e ampliar oportunidades em todas as regiões do país por meio da aquicultura e da pesca, reduzindo custos para os consumidores e inserindo os produtores brasileiros no mercado global.

Na aquicultura, em especial, é urgente que o Estado assuma uma posição de facilitador da atividade econômica, entendendo que os próprios produtores são capazes de promover o seu desenvolvimento por meio do mercado e de cooperativas e só precisam de um ambiente regulatório e legal claro e seguro. Mas apesar de ser um dos maiores produtores do mundo de tilápia e alevinos, o país tem travado o próprio desenvolvimento por disputas políticas e ineficiências regulatórias, que dificultam a vida dos produtores nacionais. Além disso, na pesca, as fraudes em programas de assistência social desperdiçam recursos públicos que poderiam ser melhor usados em políticas do setor para apoiar o desenvolvimento socioeconômico dos pescadores. Superar esse cenário é essencial para aumentar a força da pesca e da aquicultura brasileira.

Objetivo 1:

Reduzir burocracias no licenciamento e aumentar a eficiência da regulação do setor de aquicultura

A regulação deve existir para garantir o funcionamento adequado do mercado da aquicultura, limitando potenciais danos externos provocados pela atividade, e não para atrapalhar os produtores do setor. Atualmente, produtores enfrentam burocracias relacionadas ao licenciamento tanto para atividades em tanques-rede quanto para ambientes controlados. Há sobreposição e redundância de documentações e alvarás a serem obtidos entre diferentes ministérios e órgãos públicos, e o licenciamento ambiental é moroso, impedindo a geração de renda e empregos. Superar esse cenário é essencial para permitir que a aquicultura brasileira aumente sua produção, contribuindo para o desenvolvimento do Brasil.

Propostas

- Reduzir a sobreposição de documentos de regularização das atividades de aquicultura, simplificando ou eliminando registros como o Registro Geral da Pesca (cadastro federal de pescadores e aquicultores) sempre que houver outro documento que cumpra função similar.
- Estabelecer um tempo máximo para análise dos processos de licenciamento ambiental, permitindo o avanço das atividades com o devido respeito à lei ambiental caso o governo se omita ou não consiga fazer as análises de licenciamento no prazo previsto.

Objetivo 2:

Eliminar fraudes no seguro-defeso e encontrar soluções para manter os beneficiários ativos

O Governo Federal precisa eliminar rapidamente as fraudes no Seguro-Defeso (benefício pago a pescadores durante o período em que a pesca é proibida para preservar espécies), cujos casos vêm crescendo nos últimos anos. O total de pescadores registrados saltou de 1 milhão em 2022 para 1,7 milhão em maio de 2025.¹

Além disso, é fundamental que o Estado brasileiro integre os pescadores no setor produtivo durante o período do defeso, no qual a pesca é proibida para preservar a reprodução das espécies. Além disso, é fundamental integrar os pescadores a atividades produtivas durante o período do defeso, evitando que profissionais aptos ao trabalho permaneçam inativos por meses e garantindo melhor aproveitamento da força de trabalho.

¹<https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2025/09/03/governo-pede-investigacao-da-policia-federal-sobre-fraudes-no-seguro-defeso.htm>

Propostas

- Melhorar a qualidade dos cadastros do seguro-defeso, identificando fraudes no registro e revisando beneficiários atuais, além de fornecer dados aos órgãos de investigação e apoiar fiscalizações presenciais para coibir ilicitudes.
- Articular, em conjunto o Sistema S, iniciativas de capacitação profissional e integração às cadeias produtivas locais durante o período do defeso, para manter a geração de renda e a ocupação profissional dos pescadores ao longo de todo o ano.

Objetivo 3:

Institucionalizar as políticas de pesca e aquicultura junto ao agronegócio

É fundamental blindar o setor de interferências políticas, de modo que o próprio mercado promova seu desenvolvimento. Nas últimas décadas, contudo, as políticas de pesca e aquicultura sofreram com a sua captura por interesses políticos e partidários que desconectaram a pesca e a aquicultura do restante do agro.. Esse cenário faz com que os aquicultores se sujeitem a interesses políticos e burocracias que travam suas atividades.

Propostas

- Reduzir a interferência política sobre o setor de pesca e aquicultura, alocando técnicos e especialistas na gestão das políticas e regulações setoriais.
- Integrar a pesca e aquicultura institucionalmente ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.



Minas e Energia

O setor de **Minas e Energia** é um dos pilares do desenvolvimento econômico e social do Brasil. A energia, os combustíveis e os recursos minerais sustentam a produtividade da economia, de modo que todos os setores dependem da eficiência das políticas de Minas e Energia. O Brasil parte de uma posição privilegiada, com uma matriz elétrica renovável, grandes reservas minerais e forte potencial em óleo, gás e biocombustíveis, mas ainda sofre com questões regulatórias e disputas políticas que reduzem a eficiência da geração de energia, atrasam a exploração mineral e encarecem o custo de vida de toda a sociedade.

Nesse contexto, o Estado deve ser o regulador, e não o protagonista, cabendo a ele garantir segurança jurídica, estabilidade regulatória e ambiente concorrencial, para que o investimento privado e a inovação conduzam o desenvolvimento do setor. Hoje, o excesso de intervenções políticas, subsídios, o licenciamento lento e a captura das agências reguladoras afastam investidores e travam o potencial do país. Uma agenda eficiente em Minas e Energia exige abrir mercados, facilitar investimentos e modernizar a regulação.

Para avançar essa agenda, serão abordadas propostas relacionadas às temáticas de **Energia Elétrica, Transição Energética, Mineração, e Óleo e Gás**.



Papel dos entes:

O Governo Federal define o marco regulatório, coordena o planejamento nacional e garante ambiente competitivo nos setores de energia e mineração. Cabe-lhe estabelecer políticas e normas gerais, outorgar e fiscalizar concessões e partilhas por meio de Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e Agência Nacional de Mineração (ANM), planejar a expansão do sistema energético (EPE) e coordenar a operação elétrica, a cargo do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Também assegura previsibilidade tarifária, regula subsídios e conduz projetos estratégicos pelo PPI. Na transição energética, cria regras claras para biocombustíveis e novas tecnologias. Na mineração, amplia o conhecimento geológico, exige segurança de barragens, aperfeiçoa o licenciamento e promove agregação de valor. Seu papel central é garantir segurança jurídica, estabilidade regulatória, competição e transparência.

Os estados executam e adaptam as políticas nacionais conforme suas realidades regionais. Cabe-lhes gerir o licenciamento ambiental de empreendimentos de impacto local, fiscalizar a distribuição de gás canalizado por meio de agências estaduais, planejar o uso dos recursos energéticos e minerais do território e acompanhar a arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). Ademais, podem fomentar pesquisa geológica, atrair investimentos e integrar políticas com municípios, União e setor privado, garantindo equilíbrio entre expansão econômica, sustentabilidade e segurança energética.

Os municípios têm papel restrito, mas relevante. Eles conduzem o licenciamento urbano de empreendimentos, integram políticas ambientais locais, apoiam a instalação de infraestrutura energética (como redes de distribuição) e participam da fiscalização territorial, especialmente em usos do solo que afetem mineração ou energia. Também recebem parte da CFEM e devem aplicar esses recursos com transparência e planejamento.

Visões para o futuro do Brasil:

- Redução do custo médio da energia elétrica ao consumidor.
- Redução do custo médio dos combustíveis ao consumidor.
- Aumento do número de empresas atuando no setor de óleo e gás.
- Aumento da produção mineral no Brasil.
- Aumento da participação brasileira em exportação de biocombustíveis.

Energia Elétrica:

O setor elétrico é um pilar estratégico para a prosperidade do país, sustentando a indústria, o investimento e o aumento da produtividade da economia. O Brasil já parte de uma posição privilegiada, com oportunidades naturais que permitem a exploração de energia hidrelétrica, solar e eólica, que fazem 88% da eletricidade vir de fontes renováveis.¹

Agora, o desafio é transformar essa vantagem em eficiência econômica, superando problemas sistêmicos que foram se acumulando nas últimas décadas, desde a última grande crise do setor, no apagão de 2001. A expansão acelerada da geração distribuída, somada à falta de infraestrutura e à regulação ultrapassada, gerou distorções que comprometem o equilíbrio do sistema e elevam preços ao consumidor. Além disso, a ANEEL precisa recuperar sua capacidade técnica e decisória para permitir que o mercado funcione com previsibilidade e racionalidade.

Objetivo 1:

Recuperar a normalidade do sistema elétrico, superando a intermitência de fontes renováveis e as distorções provocadas pelos incentivos à geração distribuída

O Brasil precisa solucionar um problema que ele mesmo criou e pode, em breve, levar ao colapso do sistema elétrico brasileiro. A expansão acelerada da geração solar distribuída, impulsionada por isenções tarifárias e queda de preços dos módulos fotovoltaicos, tornou o sistema elétrico brasileiro disfuncional.

A insuficiência de infraestrutura de transmissão e armazenamento, somado a um marco regulatório defasado, criaram um cenário em que o sistema não comporta toda a energia gerada e requer contínuas ações de curtailment (eliminações forçadas de energia) para não gerar uma pane elétrica em todo o país. Esse problema se insere em um desafio de intermitência das fontes renováveis, que pressionam o sistema em horários de pico, a depender das condições de incidência solar, intensidade dos ventos e fluxo de águas nos rios, mas não conseguem operar em determinados momentos do dia, forçando o acionamento de termelétricas.

¹<https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/brasil-gera-88-da-sua-energia-eletrica-a-partir-de-fontes-renovaveis>

Propostas

- Eliminar os subsídios à geração solar distribuída, dentro de um cronograma de redução progressiva dos subsídios, e reformular mecanismos de compensação da geração distribuída para refletir os custos reais da rede.
- Facilitar investimentos em armazenamento de energia para ampliar o uso de baterias (especialmente em sistemas isolados e com solar distribuída), com ajustes regulatórios para viabilizar projetos comerciais e reduzir a necessidade de curtailment em horários de alta produção.
- Garantir um ambiente de negócios favorável a investimentos privados em usinas despacháveis, como usinas hidráulicas reversíveis, para possibilitar a capacidade de injetar energia sob demanda no sistema.
- Viabilizar investimentos em novos projetos de usinas nucleares e conduzir estudos de viabilidade definitivos para Angra 3, não prosseguindo com a conclusão da usina caso o investimento não se justifique.
- Aprimorar as ferramentas digitais de monitoramento da geração e do consumo na operação do sistema elétrico para aumentar a previsibilidade, segurança e eficiência no despacho de energia)

Objetivo 2:

Reduzir o custo da energia para os consumidores e o setor produtivo brasileiro

Apesar da vocação natural do Brasil para produzir energia, os cidadãos brasileiros e o setor produtivo nacional pagam muito caro pela energia elétrica. Um estudo da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, de 2019, concluiu que o Brasil possui uma das mais caras tarifas de energia elétrica para a indústria, em comparação com a OCDE, encarecendo o custo dos produtos brasileiros.

O custo da energia residencial também é elevado. Segundo a ANEEL, em 2021, 44% do custo total da energia vinha de encargos setoriais e impostos. Esse cenário é agravado hoje pelo fato de que as importantes modernizações trazidas pelo mercado livre de energia conseguiram reduzir custos dos grandes consumidores e dos produtores da geração distribuída, mas mantiveram custos elevados para o brasileiro comum, que está no mercado cativo. Ajustar esse sistema e reduzir preços ao consumidor final deve ser, portanto, uma prioridade do Governo Federal.

Propostas

- Após a eliminação dos subsídios à geração solar distribuída, avançar uma agenda de corte progressivo dos demais subsídios ao setor de energia elétrica, trazendo maior racionalidade ao custo da energia elétrica e permitindo a redução racional dos impostos da cadeia do setor elétrico.
- Aprimorar a regulação da infraestrutura de distribuição de energia elétrica, com o uso de medidores e redes inteligentes (smart grids) e inovações que integrem com maior eficiência a geração distribuída e reduzam o custo de distribuição.
- Fortalecer a infraestrutura de transmissão de energia, revisando o modelo de investimentos das concessões locais para ampliar e modernizar as linhas e permitir o pleno escoamento da geração renovável
- Fortalecer os modelos de sandbox regulatório existentes na ANEEL, de modo a conferir maior segurança jurídica e permitir a escalabilidade de iniciativas inovadoras que ajudem a reduzir custos no setor elétrico.

Objetivo 3:

Aprimorar a governança e infraestrutura da ANEEL

O Brasil precisa fortalecer a governança técnica e a autonomia institucional da ANEEL para garantir uma regulação estável, transparente e imune a interferências políticas. Hoje, a agência enfrenta pressões de lobbies e crescente judicialização, que comprometem sua eficiência e previsibilidade regulatória. Falta capacidade técnica e recursos para inovação e digitalização, agravando a morosidade em processos de licenciamento e concessão.

Propostas

- Aprimorar autonomia financeira da ANEEL com o uso de taxas regulatórias próprias blindadas contra contingenciamento orçamentário, para garantir sustentabilidade financeira e independência regulatória.
- Implantar balcões únicos digitais ('one-stop-shops') que integrem ANEEL, órgãos ambientais e ministérios, permitindo a tramitação coordenada de processos de autorização, licenciamento e fiscalização de modo a reduzir burocracia e prazos.

Transição Energética:

Dentro da agenda de descarbonização e sustentabilidade, o Brasil já sai na frente, tendo realizado sua transição energética há décadas, com cerca de metade de sua oferta proveniente de fontes renováveis¹. Em relação à geração de energia elétrica, conforme mencionado no tema anterior, o Brasil possui uma matriz predominantemente renovável, capaz de atender à maior parte da população. Um desafio relevante ainda persiste, porém, no setor industrial, cujo consumo de energia continua sendo composto por cerca de um terço de fontes não renováveis.

Diante desse cenário, o Brasil deve adotar uma estratégia economicamente eficiente e alinhada aos seus próprios interesses, evitando subordinar-se a agendas externas que não refletem suas prioridades nacionais. É essencial que o país aproveite suas vocações naturais para acelerar o desenvolvimento socioeconômico e consolidar sua liderança no mundo em temas de transição energética, especialmente por meio dos biocombustíveis, que têm grande potencial na indústria. Hoje, os combustíveis gerados pelo agronegócio brasileiro já respondem por mais de 30% da oferta energética nacional², sendo cerca de 17% provenientes de derivados da cana³, e o setor pode se tornar um dos grandes motores do progresso do Brasil no futuro, como por exemplo por meio de Combustíveis Sustentáveis de Aviação (Sustainable Aviation Fuel – SAF).

Ao mesmo tempo, é importante pensar em diversificação. Biocombustíveis são competitivos, mas sofrem com sazonalidade, choques climáticos e volatilidade. Por isso, é importante facilitar iniciativas de desenvolvimento de tecnologia de armazenamento de energia e produção de hidrogênio verde, que têm grande potencial para ampliar a segurança e a sustentabilidade energética do país. Há abundância de recursos em fundos internacionais interessados em investir nesse setor, e o Brasil precisa aproveitar a oportunidade para se posicionar como um dos responsáveis pela segurança energética global.

¹https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-885/topico-767/BEN_S%C3%ADntese_2025_PT.pdf

²<https://valor.globo.com/impreso/noticia/2025/06/24/agra-responde-por-mais-de-30-da-matriz-energetica.ghtml>

³https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-885/topico-767/BEN_S%C3%ADntese_2025_PT.pdf

Objetivo 1:

Assegurar estabilidade regulatória e ambiente de investimento previsível no setor de biocombustíveis

O Brasil precisa criar um ambiente de negócios atrativo para avançar a produção de biocombustíveis na transição energética. Hoje, a coordenação do setor de biocombustíveis no Brasil é ineficiente, com sobreposição entre o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e a ANP, o que gera sinais contraditórios ao mercado. A fragmentação de competências entre ministérios amplia a burocracia e reduz a confiança dos investidores.

Toda essa desarticulação também limita o setor privado. As metas para 2024 do RenovaBio, política que incentiva biocombustíveis, emitindo créditos (CBIOs) conforme reduzem emissões de carbono, não foram alcançadas, e a produção de etanol de segunda geração e outros avanços ainda se restringem a plantas-piloto. Embora se estime que o biogás e o biometano possam substituir até cerca de 70% do diesel no país faltam tecnologias de purificação, dutos e rede de distribuição. Essa governança deficiente ainda enfraquece programas de P&D em biocombustíveis avançados, marcados por orçamentos instáveis e coordenação interministerial ineficaz.

Propostas

- Permitir que o mercado teste e utilize novas formas e composições de combustíveis, desregulamentando o setor, de modo a permitir aumento na quantidade de etanol na gasolina desde que informado ao consumidor final.
- Garantir coordenação intersetorial e federativa no setor, articulando Ministério de Minas e Energia (MME), Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), estados e setor privado para elaborar planos decenais e apoiar consórcios regionais, como o corredor de etanol de milho no Centro-Oeste.
- Reforçar a fiscalização do RenovaBio, publicar balanços trimestrais de Créditos de Descarbonização (CBIOs) por agente e permitir que a aviação, grandes frotas de caminhões ou investidores estrangeiros também comprem créditos.



Objetivo 2:

Facilitar o desenvolvimento de novas tecnologias na transição energética

A economia brasileira tem muito a ganhar com o avanço da produção de novas tecnologias, como hidrogênio verde, biogás e SAF. Além disso, novos produtos ajudam a ampliar a matriz para reduzir riscos. Apesar de altamente competitivos, os biocombustíveis estão sujeitos à sazonalidade, aos impactos do clima e a oscilações fortes de oferta e preço.

Para isso é preciso que o Estado contribua abrindo portas no comércio internacional e fortalecendo a imagem global do Brasil. Também é necessário que o Governo Federal, juntamente com os Governos Estaduais, facilite a entrada de recursos e busque acessar fundos internacionais que ajudem a acelerar a atividade econômica brasileira. Investimentos em pesquisa e inovação serão essenciais nas próximas décadas para manter a competitividade internacional do setor energético brasileiro dentro da agenda global de transição energética.

Propostas

- Criar um ambiente favorável à entrada de investimentos e competição entre combustíveis de baixa emissão, como biodiesel, diesel verde, bioquerosene e outras alternativas, dentro das metas de descarbonização, estimulando inovação e atração de tecnologias competitivas.
- Ampliar a formação técnica e facilitar investimentos para pesquisa em tecnologias limpas, como bioprocessos, biogás, química verde e combustíveis sustentáveis de aviação, para fortalecer a inovação e a competitividade do setor.
- Integrar universidades, centros tecnológicos e empresas que desenvolvem hidrogênio verde, acelerando testes, certificações e rotas tecnológicas.
- Trabalhar em conjunto com a diplomacia brasileira a construção de uma visão do Brasil como exportador global de segurança energética com energia limpa e renovável.

Mineração:

A mineração é uma atividade fundamental para a economia brasileira, alcançando R\$ 270,8 bilhões (2,3% do PIB) em faturamento¹ em 2024. Com alta capilaridade, a mineração está presente em cerca de 2.700 municípios², gerando mais de 218 mil empregos diretos e renda em diversas regiões³. O setor representou 47% do saldo da balança comercial em 2024, contribuindo para estabilidade cambial e o controle da inflação, com destaque para o minério de ferro, ouro e cobre.

Nesse contexto, a transição energética global está provocando uma corrida por minerais críticos necessários para o desenvolvimento de tecnologias limpas, como baterias, turbinas eólicas, painéis solares, carros elétricos e redes inteligentes. O Brasil está bem posicionado nessa corrida, com a segunda maior reserva de terras raras do mundo⁴, com posições de destaque em nióbio (1º), grafita (2º) e níquel (3º), além de reservas relevantes de lítio⁵.

Assim, o Brasil não pode desperdiçar a oportunidade que suas riquezas naturais oferecem, especialmente em um momento em que o mundo se volta a uma agenda de transição energética na qual minerais presentes em abundância no Brasil podem atrair investimentos e riquezas ao país. É preciso que o governo dê segurança jurídica e regulatória aos investidores, para que o setor privado, respeitando a legislação ambiental, contribua para o desenvolvimento econômico do país.

Objetivo 1:

Aumentar a eficiência do licenciamento ambiental, garantindo segurança jurídica para o Brasil aproveitar a agenda global de transição energética e busca por minerais críticos

O processo de licenciamento ambiental no Brasil é excessivamente moroso, complexo e repleto de regras pouco claras, abrindo espaço para interpretações subjetivas e práticas ilícitas. Para piorar, decisões imprevisíveis do STF, como a anulação da licença automática para atividades de risco médio⁶ e a suspensão do decreto mineiro que simplificava a consulta a comunidades indígenas, criam instabilidade e desestimulam investidores.⁷

¹ <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2025/02/05/setor-mineral-registra-faturamento-de-r-2708-bi-em-2024-alta-de-91percent-diz-ibram.ghtml>

² <https://ibram.org.br/wp-content/uploads/2024/09/PMB2024.pdf>

³ https://ibram.org.br/wp-content/uploads/2024/07/20240710_Coletiva-de-Imprensa-Resultados-1524_V1.pdf

⁴ <https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/07/25/brasil-tem-2a-maior-reserva-de-terras-raras-do-mundo-mas-ainda-engatinha-na-exploracao-veja-os-entraves.ghtml>

⁵ https://antigo.mme.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=fd9c17a1-b167-25e7-e13f-8de24ea3fa92&groupId=36108

⁶ <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=486116&ori=1>

⁷ <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-suspende-decreto-de-mg-que-restringe-consulta-a-comunidades-afetadas-por-licenciamento-ambiental/>

O Brasil precisa aproveitar sua capacidade de atender à crescente demanda internacional e expandir seu potencial de agregar valor nas cadeias minerais. Para isso acontecer, é preciso modernizar o licenciamento ambiental, que hoje é lento, e aumentar a segurança jurídica sobre direitos minerários, de modo a facilitar a entrada de investimentos no país.

Propostas

- Simplificar o licenciamento ambiental, criando padrões de governança, rastreabilidade e transparência, mantendo o rigor técnico e participação das comunidades locais, com o uso de modelos como o de licença por adesão e compromisso para projetos de menor porte e impacto.
- Blindar o licenciamento de interferências políticas, reforçando autonomia técnica dos órgãos ambientais e exigindo análise baseada em evidências.
- Exigir planos de emergência e auditorias independentes periódicas para barragens e estruturas críticas.

Objetivo 2:

Aumentar o conhecimento geológico nacional e investimentos em infraestrutura logística para facilitar a atividade minerária

O Brasil precisa avançar rapidamente uma agenda de ampliação do mapeamento geológico nacional, que hoje é baixo. Apenas cerca de 27% do território brasileiro foi mapeado de forma geologicamente adequada para a prospecção mineral, limitando a prospecção de novas jazidas e o aproveitamento do potencial em áreas inexploradas¹. Além disso, é fundamental recuperar o déficit em infraestrutura de apoio ao setor, que dificulta o escoamento da produção, especialmente em localidades remotas da região Norte, e impactam a competitividade da mineração brasileira.



¹ <https://valor.globo.com/publicacoes/especiais/mineracao/noticia/2025/04/29/vamos-intensificar-o-mapeamento-e-reduzir-as-lacunas-e-os-riscos-geologicos-afirma-ministro.ghtml>

Propostas

- Em conjunto com o setor privado, ampliar o mapeamento geológico do país, priorizando áreas de alto potencial mineral hoje pouco conhecidas, para reduzir riscos e atrair investimentos ao setor.
- Organizar e disponibilizar de forma aberta e padronizada todos os dados geológicos do país, ampliando transparência e facilitando investimentos em pesquisa mineral por parte do setor privado.
- Atrair investimentos privados em industrialização mineral, facilitando a instalação de unidades de beneficiamento e transformação mineral próximas às áreas de extração, com o objetivo de aumentar as exportações com maior valor agregado.
- Estruturar projetos de parcerias público-privadas e concessões e investir em infraestrutura intermodal, com integração entre rodovias, ferrovias e hidrovias para redução de custos logísticos.

Objetivo 3:

Melhorar a governança e a qualidade da capacidade regulatória da ANM

Assim como ocorre em outros setores para os quais existem agências reguladoras, é preciso que a ANM seja uma agência independente e técnica, livre de interferência política, para garantir a eficiência regulatória que o setor da mineração necessita para se desenvolver.

Propostas

- Aprimorar autonomia financeira da ANM com o uso de taxas regulatórias próprias blindadas contra contingenciamento orçamentário, para garantir sustentabilidade financeira e independência regulatória.
- Implantar balcões únicos digitais ('one-stop-shops') que integrem ANM, órgãos ambientais e ministérios, permitindo a tramitação coordenada de processos de autorização, licenciamento e fiscalização de modo a reduzir burocracia e prazos.

Objetivo 4:

Estruturar estratégias de conversão da atividade mineral em melhoria de indicadores sociais

Apesar da elevada arrecadação gerada pela mineração, com a CFEM arrecadando cerca de 7,4 bilhões em 2024¹, muitos municípios mineradores não aproveitam os recursos para gerar melhoria relevante em indicadores sociais de saúde e educação. Essa situação revela fragilidades na conversão da exploração mineral em prosperidade duradoura e se torna um risco ainda maior, na medida em que cidades que dependem exclusivamente da atividade mineral correm risco de colapso socioeconômico após o esgotamento das jazidas. Por isso, é importante estruturar políticas para a transição econômica dos municípios pós-exploração e para o uso dos recursos com foco na melhoria da qualidade dos serviços públicos oferecidos à população local.

Propostas

- Apoiar a gestão de municípios mineradores no planejamento para o reaproveitamento de áreas degradadas, a reconversão produtiva local e a diversificação econômica, de modo a reduzir a dependência de uma única atividade econômica que tem prazo para se encerrar.
- Revisar os critérios redistributivos da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), condicionando-o à melhoria de indicadores sociais prioritários, como IDEB, mortalidade infantil e saneamento.



¹<https://sites.tcu.gov.br/contas-do-presidente/1%20Relat%C3%B3rio%20CG2024.pdf>

Óleo e Gás:

O setor de óleo e gás desempenha um papel fundamental para o abastecimento energético e para o crescimento econômico do Brasil. O país foi o quinto maior produtor de petróleo bruto em 2024¹ e tem grandes oportunidades na mão com as reservas da Margem Equatorial, assim como teve no passado, com a descoberta do Pré-Sal.

O Brasil deve, portanto, expandir sua atuação exploratória, produtiva e exportadora, sem recair em discursos que inviabilizem o aproveitamento de vocações nacionais ou que mantenham o setor de óleo e gás nas mãos da Petrobras, investindo em projetos ineficientes. Uma visão moderna e pró-mercado no setor de óleo e gás permitirá reduzir custos de combustíveis e de energia para a população, gerar empregos, fortalecer a balança comercial brasileira e gerar benefícios reais para toda a sociedade.

Objetivo 1:

Abrir o mercado de óleo e gás

O caminho para o desenvolvimento do setor de óleo e gás no Brasil passa pela abertura ao mercado privado. Hoje, o mercado é, na prática, monopolizado pela Petrobras, que é protegida pelo governo e pelos órgãos reguladores, influenciando as políticas e regulações nacionais e afastando investidores e empresas internacionais. Por isso, é preciso dar liberdade e permitir que o mercado funcione, concentrando as atividades da Petrobras, enquanto seguir como uma empresa estatal, em atividades economicamente racionais. Esse processo permitirá, ainda, que o setor de gás natural, que hoje reinjeta cerca de metade de toda a produção nos reservatórios, se torne mais dinâmico e competitivo, com eventual redução de preços aos consumidores e maior viabilidade econômica.

Além disso, com os indícios de redução da produção na Bacia de Santos ao fim desta década, o Brasil poderia explorar suas reservas na Margem Equatorial, buscando superar as burocracias que no início da exploração do Pré-Sal, no começo deste século, fez o Brasil perder, por anos, receitas bilionárias, sem perder de vista a preocupação com a preservação do meio ambiente.

¹<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2025/08/05/petroleo-saiba-quem-sao-os-maiores-produtores-e-onde-estao-as-maiores-reservas.ghtml>

Propostas

- Promover maior concorrência no mercado de petróleo e combustíveis, por meio da privatização da Petrobras e de sua divisão em múltiplas unidades que compitam entre si, para reduzir a concentração, estimular eficiência, atrair investimentos e garantir preços mais competitivos ao consumidor.
- Acelerar a exploração da Margem Equatorial, ampliando a participação de novos investidores e operadores nacionais e estrangeiros para destravar investimentos, gerar emprego e renda no Norte e ampliar a oferta futura de combustíveis no Brasil.
- Eliminar regras de conteúdo nacional[<] que obrigam as vencedoras dos leilões a contratar percentuais mínimos de equipamentos, serviços e engenharia produzidos no Brasil, nas atividades de exploração e produção de petróleo
- Garantir em lei que os preços dos combustíveis sigam padrões internacionais, evitando distorções artificiais e assegurando previsibilidade e estabilidade para consumidores e investidores.

Objetivo 2:

Melhorar a governança da ANP e a qualidade da regulação

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), assim como a maioria das agências reguladoras brasileiras, vem sendo capturada por interesses políticos e o que tem se refletido em dificuldades para manutenção da qualidade regulatória. É preciso garantir a eficiência da agência para que o setor de óleo e gás nacional seja competitivo e favorável à entrada de investimentos privados, para contribuir para a geração de empregos e menores preços aos consumidores.

Propostas

- Aprimorar autonomia financeira da ANP com o uso de taxas regulatórias próprias blindadas contra contingenciamento orçamentário, para garantir sustentabilidade financeira e independência regulatória.
- Implantar balcões únicos digitais ('one-stop-shops') que integrem ANP, órgãos ambientais e ministérios, permitindo a tramitação coordenada de processos de autorização, licenciamento e fiscalização de modo a reduzir burocracia e prazos.



Meio Ambiente

Nas últimas décadas, o Brasil tem consistentemente perdido oportunidades por tratar a política ambiental guiado por agendas internacionais, e sem conectar a questão ambiental com o desenvolvimento e as necessidades do país. Barreiras criadas sob o pretexto de proteção ambiental, que ignoram que o Brasil já preserva grande parte da vegetação nativa nacional, limitaram o desenvolvimento econômico e impediram o Brasil de aproveitar plenamente suas vocações naturais em setores como a bioeconomia, a bioindústria e o ecoturismo, além de travar investimentos em infraestrutura essencial para o crescimento da nação. A sustentabilidade deve ser entendida como um ativo econômico estratégico, capaz de gerar emprego, renda e prosperidade, sobretudo nas regiões que mais dependem da valorização de seus recursos naturais.

Eliminar o desmatamento ilegal, que está intimamente ligado ao crime organizado, e fortalecer a proteção das florestas é parte essencial desse avanço, garantindo segurança jurídica e valorização dos ativos ambientais, com a consequente redução das emissões de carbono no Brasil. Ao mesmo tempo, as mudanças climáticas impõem um desafio de longo prazo ao país, com riscos crescentes de enchentes, secas e impactos sobre a saúde pública. Enfrentar esses problemas exige planejamento e gestão pública eficiente, sem uma politização de temas técnicos e sérios. O Brasil precisa combinar mitigação e resiliência climática, adaptando suas cidades para enfrentar eventos extremos e reduzir vulnerabilidades. Investir em drenagem, saneamento básico e infraestrutura de gestão de resíduos e resiliência urbana, com protagonismo do setor privado, é essencial para proteger vidas e garantir um futuro mais seguro e sustentável.

Para ter uma posição de liderança na agenda ambiental internacional, o Brasil precisa abandonar o intervencionismo burocrático, que não protege o meio ambiente e paralisa o crescimento, e adotar um modelo que una responsabilidade ambiental e liberdade econômica. Com regras e mecanismos eficientes de proteção ambiental e fiscalização, o Estado pode criar as condições necessárias para a conservação ambiental se unir ao investimento privado, à inovação e à geração de riqueza para a população. Assim, o Brasil deixará de tratar o meio ambiente como instrumento ideológico e passará a vê-lo como o que de fato é — um dos maiores motores e vocações de crescimento e liderança global do país, que é referência em geração de energia limpa, produção agropecuária sustentável, e abrigo de uma das maiores biodiversidades do mundo.

Para avançar essa agenda, serão abordadas propostas relacionadas às temáticas de **Bioeconomia e Sustentabilidade, Conservação e Licenciamento Ambiental, Resíduos Sólidos, Logística Reversa e Reciclagem e Adaptação e Resiliência Climática.**

Papel dos entes:

O Governo Federal define as políticas e normas ambientais nacionais, financia programas e pesquisas, monitora biomas e ações de desmatamento e poluição em âmbito nacional e representa o país em acordos climáticos. Também regula e coordena agências centrais responsáveis por monitoramento e regulação sanitária e ambiental, distribui recursos para conservação e adaptação climática, articula políticas intersetoriais junto a órgãos responsáveis pelo agronegócio, energia e florestas e promove instrumentos econômicos e de mercado, como mercados de carbono e apoio à bioeconomia.

Os estados adaptam e executam as políticas ambientais federais conforme as características regionais. Cabe a eles licenciar atividades de impacto local ou regional, fiscalizar infrações ambientais por meio de seus órgãos estaduais, gerir unidades de conservação estaduais, apoiar a recuperação de áreas degradadas e analisar o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Também coordenam ações regionais de prevenção e combate a incêndios florestais, apoiam municípios com assistência técnica e podem desenvolver programas próprios de conservação, regularização ambiental e incentivo à bioeconomia.

Os municípios atuam na gestão ambiental local, cuidando de saneamento básico, coleta e destinação de resíduos, drenagem urbana, parques e arborização. Cabe-lhes fiscalizar pequenas obras e infrações ambientais de impacto local, conduzir educação ambiental, limpeza urbana, controle de poluição local (como ruído e queima irregular) e executar ações de prevenção de riscos, enchentes e calor extremo. Dessa forma, os municípios tratam de questões ambientais diretamente percebidas pelo cidadão e apoiam a execução de programas estaduais e federais no território.



Visões para o futuro do Brasil:

- Fazer do Brasil um líder mundial da bioeconomia, gerando empregos verdes e renda sustentável nas regiões que mais dependem dos recursos naturais.
- Garantir que investimentos não fiquem presos à burocracia, com licenças ambientais rápidas e seguras que gerem oportunidades e desenvolvimento à população.
- Transformar o potencial ambiental do país em prosperidade para a população, fortalecendo economias locais com base em conservação.
- Erradicar os lixões e o descarte irregular de lixo, assegurando cidades limpas, saudáveis e seguras para todos os brasileiros.
- Melhorar a destinação de resíduos urbanos e aproveitar o lixo como fonte de energia e riqueza, reduzindo custos à população e levando energia limpa a comunidades e regiões produtivas.
- Conservar a vegetação nativa e acabar com o desmatamento ilegal, garantindo equilíbrio climático, ar puro e água limpa para as próximas gerações.
- Proteger vidas e comunidades das enchentes e deslizamentos, com obras de drenagem, contenção e prevenção que cheguem em todas as áreas de risco.
- Assegurar que nenhuma cidade brasileira sofra com alagamentos por falta de infraestrutura, garantindo drenagem moderna e planejamento urbano resiliente.



Bioeconomia e Sustentabilidade

Apesar do enorme potencial natural da bioeconomia brasileira, o país perde oportunidades de fazer do setor um vetor ainda maior de geração de riqueza, com a garantia de conservação ambiental. A agenda de sustentabilidade foi capturada por visões restritivas à atividade econômica, com regras que inibem investimentos e paralisam projetos sustentáveis. Além disso, o Brasil ainda participa de forma tímida dos mercados globais de carbono, sem transformar sua capacidade de sequestro e biodiversidade em ativos econômicos.

Com maior eficiência do governo, e um ambiente favorável ao investimento privado, o Brasil pode unir liberdade econômica e conservação ambiental às suas vocações naturais, posicionando-se como protagonista mundial da economia verde.

Objetivo 1:

Fortalecer a bioeconomia como vetor de geração de riqueza e proteção do meio ambiente

Apesar do sucesso de sua produção de biocombustíveis, como o etanol, o Brasil ainda exporta grande parte de seus recursos da biodiversidade com baixo valor agregado, como madeira, frutas e castanhas, sem gerar maior renda e inovação com indústrias de maior valor agregado e diversificação de cadeias produtivas. Um bom exemplo é o setor de fitoterápicos: o mercado global deve movimentar mais de US\$ 400 bilhões até 2032¹, mas o Brasil representa apenas 0,1% desse total atualmente.²

O fortalecimento da bioeconomia depende da integração entre ciência, tecnologia e iniciativa privada. O sucesso da Embrapa e do Centro de Tecnologia Canavieira (CTC) mostra que o investimento em pesquisa aplicada e inovação pode ajudar o Brasil a converter suas vantagens naturais em riqueza, desenvolvimento regional e conservação ambiental de longo prazo.

¹<https://globo rural.globo.com/opinia o/vozes-do-agro/noticia/2024/08/brasil-pode-liderar-o-mercado-global-de-fitoterapicos.ghtml>

²<https://escolhas.org/falta-de-estrategias-do-governo-tira-do-brasil-a-chance-de-liderar-o-mercado-global-de-fitoterapicos/>

Propostas

- Retirar barreiras a cadeias produtivas locais que agreguem valor à biodiversidade, evitando a simples exportação de matéria-prima, com indústrias, startups e parcerias que processem produtos da biodiversidade.
- Simplificar as regras de exploração sustentável de açaí, cupuaçu, castanhas, fármacos de origem vegetal e animal pelo setor privado, em especial desburocratizando as regras de proteção do patrimônio genético do país.
- Apoiar planos de manejo sustentável da vegetação nativa, com ciclos de exploração de madeira tropical nobre e regeneração de longo prazo, como forma de conciliar conservação e geração de riqueza.
- Criar condições para o surgimento de hubs regionais de ciência, tecnologia e inovação voltados à bioeconomia, facilitando pesquisas com ativos vegetais e animais e replicando modelos de sucesso como a Embrapa e o CTC, com foco em P&D aplicado e apoio do setor privado.

Objetivo 2:

Explorar as oportunidades de geração de riqueza para o Brasil dentro dos mercados globais de carbono

Estudos apontam que o Brasil poderia suprir até 20% da demanda global por créditos de carbono¹, mas o país ainda não explora adequadamente as oportunidades de unir ganho econômico e proteção ambiental. Em nível internacional, falta integração entre o Brasil e as cadeias globais de carbono. Isso é potencializado por regras pouco adaptadas à realidade da agricultura tropical, que reduzem a competitividade e fazem com que as rígidas práticas de conservação brasileiras, exigidas pela lei, não sejam contabilizadas como deveriam. Por outro lado, em nível nacional, oportunidades são perdidas pela falta da consolidação de um mercado nacional voluntário de carbono. A solução desses problemas permitirá ao país transformar sua vantagem ambiental em prosperidade, atraindo investimentos e fortalecendo a economia regional como protagonista da proteção ambiental global.

¹<https://exame.com/esg/o-papel-estrategico-do-brasil-nos-mercados-internacionais-de-carbono/>

Propostas

- Defender a tropicalização das metodologias de carbono, adaptando critérios internacionais à realidade da agricultura tropical e à legislação ambiental brasileira, de forma a reconhecer práticas conservacionistas já exigidas no país.
- Defender em fóruns internacionais a revisão do critério de adicionalidade, que exige provar que a redução de emissões só ocorre graças à atividade geradora do crédito, para que a rigidez das leis brasileiras não se torne uma desvantagem competitiva e para que ações de restauração e manejo sustentável gerem créditos de carbono de forma justa
- Valorizar o carbono sequestrado em biomas nacionais como ativo estratégico global, integrando o país ao mercado internacional, e usando o carbono sequestrado como fator de desenvolvimento regional.
- Impulsionar a comercialização de serviços de captura e uso de carbono (CCUS/BECCS), posicionando o Brasil como fornecedor global desse tipo de solução.

Conservação e Licenciamento Ambiental

O Brasil concentra uma das maiores biodiversidades do planeta e desempenha papel estratégico no debate climático global. O desmatamento ilegal, porém, continua avançando, impulsionado por ocupações irregulares, grilagem e a expansão do crime organizado sobre áreas públicas. Apenas entre 2023 e 2024, os alertas de degradação na Amazônia aumentaram 44%, alcançando mais de 25 mil quilômetros quadrados (km²) impactados¹. Ao mesmo tempo, o licenciamento ambiental se colocou nas últimas décadas como um elemento de restrição ao desenvolvimento de projetos de infraestrutura, energia e atividades econômicas de baixo impacto, com uma burocracia excessiva que paralisou o desenvolvimento do país.

¹<https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/degradacao-da-amazonia-cresce-163-em-dois-anos-enquanto-desmatamento-cai/>

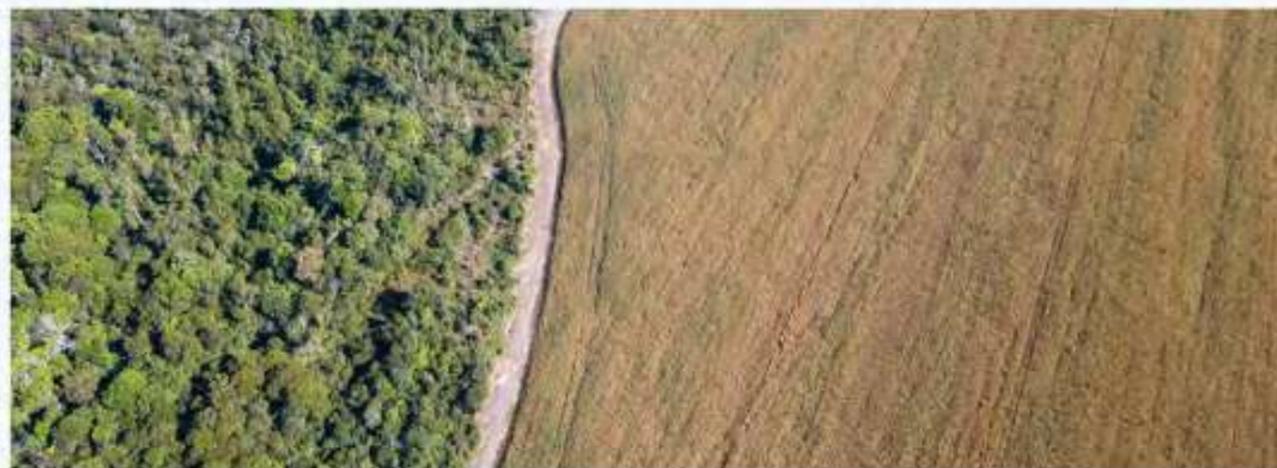
É preciso equilibrar a proteção ambiental com o desenvolvimento, transformando o uso racional do solo e a recuperação de áreas degradadas em instrumentos de crescimento sustentável e geração de valor econômico. O futuro da conservação ambiental no Brasil passa pela combinação de planejamento do uso do território, segurança do direito de propriedade das terras, monitoramento, simplicidade e eficiência regulatória, valorização de ações e atividades de menor impacto, agregação de valor pela sustentabilidade e liderança nas discussões internacionais para defender os interesses do país.

Objetivo 1:

Avançar na regularização fundiária e combate à grilagem, enfrentando o desmatamento do crime organizado

Grande parte do desmatamento ilegal na Amazônia e em outros biomas ocorre em terras dominadas ilegalmente por facções e redes criminosas que exploram madeira, ouro e gado. A ausência de regularização fundiária e monitoramento do território nacional é o ponto de partida dessa dinâmica, em que o Estado não tem clareza sobre a posse e a titularidade das áreas e perde controle do território para o crime. Na Amazônia, onde quase metade das cidades já é dominada por facções¹, cerca de 50% do desmatamento ocorre em florestas públicas não designadas², sem o devido controle do poder público.

Além disso, diversas unidades de conservação foram criadas sem a devida regularização fundiária e sem previsão orçamentária para indenização das áreas afetadas, o que deixou proprietários em situação jurídica indefinida. Essa ausência de planejamento compromete a efetividade da conservação e gera insegurança sobre o uso do território.



¹<https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/11/19/faccoes-crime-presenca-cidades-amazonia-mapa.ghtml>

²<https://www.climatepolicyinitiative.org/publication/fighting-deforestation-in-the-amazon-strategic-coordination-and-priorities-for-federal-and-state-governments>

Propostas

- Estruturar uma força-tarefa nacional de validação da titulação e regularização de terras em massa, com ajuda do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), para concluir os Cadastros Ambientais Rurais (CARs) a nível nacional e eliminar a sobreposição de terras, trazendo clareza ao país sobre a quantidade, tamanho e localização das propriedades rurais do Brasil.
- Adotar critérios técnicos e comprovação efetiva de ocupação e uso anterior da terra, de forma a impedir a legalização de fraudes fundiárias e garantir que apenas ocupantes legítimos sejam beneficiados e cumpram as obrigações ambientais previstas no Código Florestal.
- Ampliar o monitoramento por satélite em tempo real e destinar formalmente as florestas públicas não designadas, classificando-as para um uso público (reserva extrativista, floresta nacional, assentamento, etc.).
- Reforçar a articulação entre PF, Ibama, ICMBio, Defesa Civil e órgãos de inteligência para combater a grilagem, desmatamento ilegal e atuação de facções criminosas.
- Fortalecer sistemas de rastreabilidade da cadeia da carne para desarticular a grilagem e o desmatamento ilegal que se aproveita das pastagens para criar gado.
- Estabelecer um regime especial para regularizar as unidades de conservação existentes e incluir a previsão orçamentária obrigatória para indenizações na criação de novas áreas protegidas.

Objetivo 2:

Modernizar as regras de licenciamento ambiental para acelerar projetos de infraestrutura e o desenvolvimento socioeconômico em regiões com alto potencial da bioeconomia

O licenciamento ambiental no Brasil se tornou um dos principais entraves à entrada de recursos em diversos setores, como infraestrutura e indústria, com R\$250 bilhões em investimentos estando parados atualmente, apenas na carteira de projetos do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), aguardando algum tipo de licença para sair do papel.¹ Processos longos, burocráticos, politizados e repletos de insegurança jurídica, com interpretações divergentes por diferentes órgãos, aumentam o custo do investimento, afastam oportunidades e impedem que o país converta seu potencial natural em prosperidade para a população. O Estado deve atuar como um regulador eficiente, não como obstáculo ao desenvolvimento. É urgente que o país ofereça previsibilidade e clareza nas exigências dos processos de licenciamento, sem sobrecarregar projetos de baixo impacto. Assim, a proteção ambiental poderá caminhar junto com o desenvolvimento econômico e a geração de riqueza, criando um ambiente seguro e atraente para investimentos privados no Brasil.

¹<https://exame.com/brasil/infraestrutura/licenciamento-ambiental-juros-e-mao-de-obra-desafiam-infraestrutura-no-brasil-diz-ceo-da-moveinfra/>

Propostas

- Consolidar a implementação da nova Lei de Licenciamento Ambiental, garantindo que prazos para órgãos anuentes sejam cumpridos e que os instrumentos de Licença por Adesão e Compromisso (LAC) sejam efetivamente aplicados a empreendimentos de baixo e médio impacto, com termos de referência padronizados e acessíveis.
- Regulamentar de forma clara a aplicação da Convenção 169 da OIT, que exige consulta prévia, livre e informada a povos indígenas e comunidades tradicionais, nos projetos de infraestrutura implementados em território nacional, estabelecendo regras sobre o procedimento de consulta capazes de conciliar a proteção dos direitos dos povos tradicionais com a redução da insegurança nos projetos de infraestrutura que geram riscos de judicialização e paralisação de projetos.
- Fortalecer a previsibilidade e a transparência dos processos de licenciamento, com mecanismos de auditoria independente, reduzindo margens para corrupção, captura política e insegurança jurídica.
- Diferenciar com clareza os impactos de pequeno, médio e grande porte, simplificando as exigências para negócios de baixo risco e evitando a imposição de Estudo de Impacto Ambiental (EIA)/Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) em situações desnecessárias, garantindo que empreendimentos menores tenham um rito de licenciamento proporcional e simplificado
- Implementar efetivamente a concessão tácita prevista na nova lei de licenciamento ambiental, combatendo o descumprimento de prazos pelos órgãos anuentes.

Objetivo 3:

Avançar uma agenda pragmática de conversão autorizada de áreas

O Brasil precisa deixar de se submeter às discussões globais sobre conservação ambiental, diferenciando o desmatamento ilegal da conversão produtiva legal. Hoje, o discurso de "desmatamento zero" tem sido usado de forma ideológica, sem considerar a necessidade de expansão da atividade agrícola, energética e de infraestrutura, especialmente em um país que já conserva mais de dois terços do seu território com vegetação nativa.

A falta de métricas claras sobre onde o solo pode ser convertido com responsabilidade ambiental limita o planejamento nacional e gera insegurança jurídica para investimentos. Com mecanismos de compensação e planos de mitigação, o Brasil poderia reduzir emissões, ampliar eficiência econômica explorando estrategicamente minérios e outros recursos naturais, incrementar a produção de alimentos, fibra e energia e reforçar sua posição nas cadeias globais de baixo carbono.

Propostas

- Assegurar o desmatamento zero ilegal e combater todas as formas de desmatamento fora da lei, ao mesmo tempo em que se garante o direito de uso e conversão legal da terra pelos produtores rurais, com transparência e quantificação das emissões decorrentes dessa conversão

Resíduos Sólidos, Logística Reversa e Reciclagem

O Brasil continua enfrentando graves desafios na gestão de resíduos sólidos urbanos. Descarta-se de forma ambientalmente inadequada cerca de 40% do lixo produzido, contaminando o solo e os recursos hídricos e aumentando as emissões de gases de efeito estufa (GEE). Há cerca de 3 mil lixões ativos no país. Para piorar, um em cada 11 brasileiros não tem acesso à coleta de lixo¹. Além disso, a reciclagem ainda não é uma prática amplamente difundida no país, o que revela uma grande ineficiência no aproveitamento de materiais usados na economia circular. A ausência de planejamento na gestão pública e conexão entre cadeias de logística reversa e a baixa conscientização da população agravam o problema e perpetuam práticas de destinação inadequada de alto impacto ao meio ambiente.

O Brasil precisa tratar a gestão de resíduos como uma política de desenvolvimento sustentável e conectada ao mercado e à inovação. O reaproveitamento e a destinação correta dos resíduos são essenciais para reduzir impactos ambientais e impulsionar novos setores da economia verde.



¹ <https://www.abrema.org.br/2024/08/29/com-3-mil-lixoes-ativos-brasil-ainda-tem-dificuldades-no-descarte-adequado-do-lixo-2/>

Objetivo 1:

Avançar a agenda de eliminação dos lixões e consolidação de aterros cada vez mais rentáveis economicamente

A persistência dos lixões e a presença de lixo nas ruas brasileiras refletem a falta de sistemas de destinação adequada de resíduos por parte dos municípios, gerando impactos negativos no meio ambiente e na saúde pública e desperdiçando oportunidades de geração de energia a partir do lixo. É essencial que o Brasil consolide aterros sanitários economicamente viáveis como uma forma de transformar a gestão de resíduos em motor de desenvolvimento local. Nesse processo, o Estado deve reduzir entraves à realização de investimentos privados, assegurando que cada região aproveite seu potencial de conversão de resíduos em energia e renda para a sociedade.

Propostas

- Eliminar barreiras a investimentos privados em aterros sanitários, de modo a aproximar o Brasil da meta de eliminar todos os lixões do país, estabelecida com o Marco do Saneamento.
- Garantir simplicidade regulatória para que o setor privado faça a expansão de aterros capazes de gerar biogás, biometano e combustíveis derivados de resíduos como fontes energéticas e de receita, incentivando a implantação de usinas de geração de energia a partir de resíduos por meio de concessões ou parcerias público-privadas (PPPs), conforme a vocação e o volume de resíduos de cada região.
- Eliminar burocracias e restrições à instalação de Usinas de Recuperação Energética (URE) para tratar resíduos sólidos urbanos, aproveitando o potencial de geração de energia e redução de emissões, ainda pouco explorado em relação aos aterros sanitários.
- Apoiar municípios tecnicamente na implementação de programas de compostagem para reduzir o volume de resíduos orgânicos enviados aos aterros.
- Fortalecer a fiscalização da destinação final dos resíduos, garantindo que apenas rejeitos sejam encaminhados aos aterros.
- Vincular o acesso a recursos específicos ao cumprimento, pelos municípios, de metas de redução de resíduos destinados a aterros.

Objetivo 2:

Ampliar a reciclagem e fortalecer a logística reversa

Enquanto 55% dos resíduos sólidos são reciclados na Europa Ocidental, no Brasil essa taxa é de apenas 8,3% do total, e metade disso se deve a catadores informais.¹ A baixa taxa de reciclagem brasileira reflete a falta de uma cultura de reciclagem, integração da logística reversa nas cadeias produtivas e incentivos econômicos a empresas e cidadãos. A integração de cooperativas de catadores e o uso de instrumentos econômicos que recompensem a separação correta dos resíduos são essenciais para gerar escala e eficiência no setor da reciclagem e reduzir o impacto ambiental de resíduos sólidos.

Propostas

- Facilitar a estruturação e a formalização de cooperativas de catadores, removendo barreiras à sua atuação e permitindo que capacitação e melhoria das condições de trabalho avancem com suporte de um ambiente regulatório favorável.
- Incluir o tema da reciclagem e da gestão de resíduos nos currículos escolares, para incorporar a prática da separação e do descarte correto desde a infância.
- Em alinhamento a uma agenda de eliminação de bitributação sobre cadeias produtivas, avaliar mecanismos para garantir a eficiência da tributação de produtos reciclados.



¹<https://www.abrema.org.br/2024/12/12/reciclagem-de-residuos-chega-a-8-no-pais-com-trabalho-informal-aponta-estudo/>

Adaptação e Resiliência Climática

O aumento da frequência e da intensidade de eventos climáticos extremos vem impondo um novo desafio ao Brasil: adaptar suas cidades para proteger vidas e reduzir prejuízos econômicos. Em 2024, as enchentes no Rio Grande do Sul expuseram a fragilidade do país diante de desastres naturais. Hoje, 94,7% dos municípios brasileiros não possuem plano de drenagem¹ e mais de 3.7 mil cidades têm risco que vai de médio a muito alto de enfrentar inundações e enxurradas². Além das chuvas, ondas de calor extremo e escassez hídrica afetam a saúde, a produtividade e a segurança alimentar da população. Mais de 3.9 mil municípios estão em situação de risco de escassez hídrica elevado.³

Tornar as cidades mais resilientes requer combinar investimento em infraestrutura com uma nova lógica de planejamento urbano, em que o uso eficiente e livre do solo e a proteção ambiental avancem juntos.

Objetivo 1:

Acelerar investimentos em infraestrutura hídrica, de drenagem urbana e proteção contra deslizamentos

Grande parte das cidades brasileiras carece de sistemas modernos de drenagem e contenção, o que as torna vulneráveis a enchentes e deslizamentos. A falta de planejamento e a lentidão dos processos de licenciamento ambiental impedem a execução de obras essenciais para reduzir riscos e proteger a população. Além disso, a escassez hídrica e a ocorrência de chuvas extremas exigem soluções estruturais para ampliar a capacidade de armazenamento e controle de recursos hídricos. Barragens multifuncionais podem garantir irrigação em períodos de seca e conter o excesso de água durante eventos extremos.

Por isso, é fundamental fortalecer a capacidade local de planejamento e integração entre o Estado e o setor privado em projetos de infraestrutura resiliente por meio de parcerias, garantindo eficiência do gasto público.

¹<https://tratabrasil.org.br/94-7-municipios-nao-tem-planejamento-drenagem/#:~:text=Um%20novo%20estudo%20do%20Instituto,e%20maneja%20de%20%C3%A1guas%20pluviais>

²<https://sistema.adaptabrasil.mcti.gov.br/>

³<https://sistema.adaptabrasil.mcti.gov.br/>

Propostas

- Eliminar entraves burocráticos e regulatórios para que municípios que necessitam de obras de drenagem urbana, manejo de águas pluviais e contenção de deslizamentos possam incluir essas soluções em seus planejamentos e orçamentos de forma viável e eficiente.
- Ampliar projetos de infraestrutura urbana, como Parcerias Público Privadas (PPPs) de saneamento básico, drenagem, áreas de alagamento, estações de captação e reuso de águas pluviais e sistemas de irrigação, apoiando estados e municípios no acesso a modelos e apoio técnico por meio do PPI.
- Apoiar tecnicamente a formação de consórcios intermunicipais para viabilizar serviços que demandam escala maior, como drenagem urbana, construção de áreas de alagamento e irrigação.
- Dar urgência aos licenciamentos ambientais de obras de esgoto, drenagem, áreas de alagamento, estações de reuso e captação de águas pluviais e sistemas de irrigação.



Objetivo 2:

Estimular ações de urbanismo sustentável e infraestrutura verde nas cidades brasileiras

O modelo de crescimento horizontal das cidades brasileiras gera altos custos ambientais e sociais. Restrições urbanísticas mal desenhadas empurram o crescimento para áreas periféricas e ambientalmente frágeis, enquanto a falta de vegetação e permeabilidade agrava as ilhas de calor e o impacto das chuvas. Essa lógica reduz a eficiência dos transportes, eleva as emissões de gases poluentes e intensifica a vulnerabilidade urbana. É fundamental reorientar o planejamento urbano para o adensamento inteligente e sustentável, revisando marcos regulatórios que impedem o melhor aproveitamento do solo urbano e a construção de um urbanismo mais resiliente e aderente à segurança e saúde da população.

Propostas

- Estimular a revisão dos Planos Diretores dos municípios brasileiros para eliminar restrições ao potencial construtivo em áreas seguras, promovendo o adensamento vertical urbano, que melhora a mobilidade, o saneamento e reduz emissões e ocupações em zonas de risco.
- Capacitar centros de pesquisa brasileiros para monitorar ondas de calor extremo e emitir alertas antecipados, preparando a população e os serviços de saúde.
- Estimular concessões de parques urbanos com contrapartida de manutenção da cobertura arbórea, para reduzir a temperatura nas cidades.
- Promover programas de adoção de praças por empresas ou organizações privadas, vinculados a ações de restauração da vegetação urbana e aumento da permeabilidade do solo.



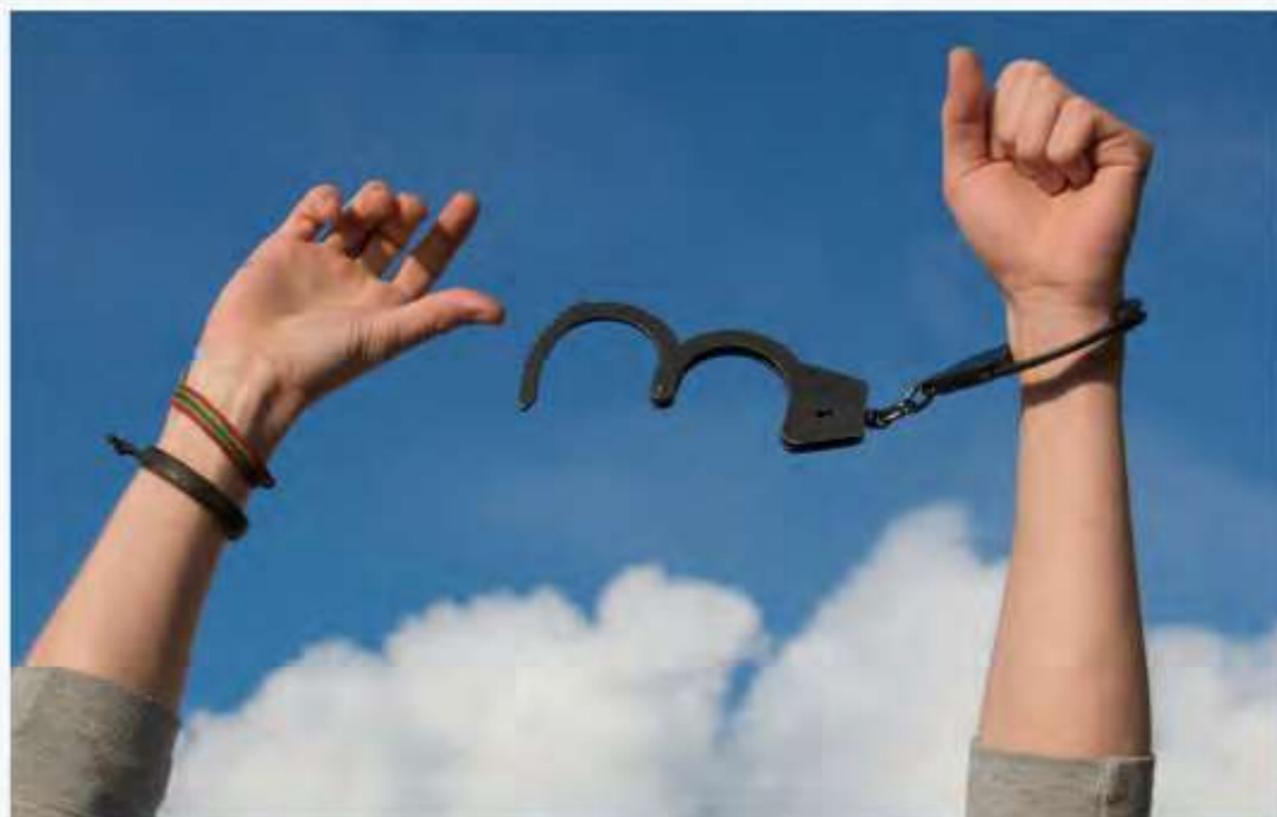
Liberdades Individuais

A garantia de **liberdades individuais** é um alicerce fundamental dos Estados liberais. Por meio dela, é possível assegurar a dignidade humana e prover as condições necessárias para o progresso individual, social e econômico. Não à toa, as nações nas quais os indivíduos têm a certeza de que sua vida, sua liberdade e sua propriedade serão protegidas pela lei são aquelas nas quais se observam altos índices de desenvolvimento humano. A proteção das liberdades individuais não é apenas uma questão jurídica, mas um princípio civilizatório. É o reconhecimento de que cada pessoa é um fim em si mesma, e não um meio para projetos coletivos impostos de cima para baixo.

Contudo, o Estado brasileiro, que continuamente busca expandir seu poder e tutela sobre a vida privada, faz com que a liberdade no país seja continuamente corroída. O resultado é uma sociedade em que o cidadão é tratado como incapaz e com desconfiança — seja ao expressar suas opiniões, ao se defender, ao dispor do fruto do seu trabalho ou ao escolher como viver. Em vez de construir uma sociedade em que o cidadão é livre e responsável por suas ações, criamos um país em que o Estado limita o florescimento.

Defender as liberdades individuais é reafirmar a soberania do cidadão diante do Estado. É garantir que a diversidade de ideias, escolhas e modos de vida não são uma concessão do governo, mas um direito inalienável de toda pessoa.

Para avançar essa agenda, serão abordadas propostas relacionadas às temáticas de **Liberdade de Expressão, Liberdade de Foro Privado, Direito à Propriedade, Direito à Autodefesa e Liberdade para Trabalhar**.



Papel dos entes:

Cabe ao Governo Federal proteger as liberdades individuais previstas na Constituição, evitando que o Estado ultrapasse seus limites sobre o cidadão. A União legisla sobre direitos fundamentais, elabora políticas nacionais que garantem liberdade de expressão, propriedade e autodefesa, e deve revogar normas que restrinjam esses direitos de forma indevida. Também é sua função conter excessos regulatórios, impedir censura ou perseguição estatal e assegurar que o aparato federal — incluindo Judiciário, agências e forças nacionais — atue dentro das garantias constitucionais. O papel da União é garantir que o Estado não se torne um instrumento de violação das liberdades individuais.

Os Estados não definem direitos fundamentais, mas devem respeitá-los e aplicá-los no âmbito das instituições. Isso significa garantir que polícias, órgãos de fiscalização, repartições públicas e autoridades estaduais ajam dentro dos limites constitucionais, evitando abusos, censura, coerção política ou restrições indevidas às escolhas e opiniões dos cidadãos.

Os municípios também não têm competência para legislar sobre liberdades individuais, cabendo-lhes cumprir e fazer cumprir os direitos garantidos pela Constituição no nível local. Isso envolve assegurar que guardas municipais, fiscais e órgãos administrativos não atuem de forma abusiva e respeitem a livre expressão, a propriedade e as escolhas pessoais dos cidadãos.

Visões para o futuro do Brasil:

- Garantir que nenhum brasileiro seja silenciado ou punido por suas opiniões.
- Construir um país em que a imprensa seja livre para publicar o que desejar, respondendo apenas à lei e à confiança do público, e não à vontade de censores.
- Reduzir o uso de recursos públicos em ações de comunicação governamental.
- Garantir que o direito à autodefesa e à propriedade sejam respeitados como pilares da dignidade humana.

Liberdade de Expressão

A liberdade de expressão é um pilar fundamental de uma sociedade livre, derivado do princípio de que o direito a exprimir opiniões e questionamentos é necessário para a busca pela verdade, o desenvolvimento da ciência e o aprimoramento do conhecimento humano, contribuindo para a evolução da sociedade.

Ao limitar a expressão de ideias, ainda que elas sejam minoritárias ou pareçam incorretas, corremos o risco de sufocar a verdade e impedir o progresso. Por isso, nenhum indivíduo deve viver com medo de retaliação ou censura por parte do governo ou de outros membros da sociedade por expressar pensamentos. É preciso ser firme na defesa da liberdade de expressão ampla no Brasil, acreditando que o controle sobre o que é certo e o que é errado surgirá da própria discussão de ideias, e não do controle judicial, permitindo assim que a livre circulação de ideias floresça no país.

Objetivo 1:

Eliminar restrições legais à liberdade de expressão

A liberdade de expressão é um direito individual fundamental, mas nos últimos anos o Brasil viveu episódios graves de censura, remoção arbitrária de conteúdos, bloqueio de perfis e até suspensão de redes sociais inteiras. A ausência de parâmetros claros e a ampliação de poderes discricionários por parte do Estado — inclusive de agentes do sistema de Justiça — criaram um ambiente de insegurança jurídica e intimidação.

Mais do que eliminar restrições legais existentes, é necessário criar salvaguardas institucionais que impeçam que qualquer governo ou autoridade volte a praticar abusos, garantindo previsibilidade, transparência e limites objetivos de atuação.



Propostas

- Deslocar crimes de injúria e difamação para a esfera cível e revogar o crime de desacato à autoridade.
- Proibir a exclusão de perfis em redes sociais, mesmo que por determinação judicial, priorizando mecanismos de retratação pública, indenização e remoção de postagens que configurem crime.
- Proibir que redes sociais realizem controle, censura ou moderação de opiniões manifestadas por seus usuários, determinando que eventuais controvérsias sejam resolvidas por meio de procedimento administrativo ou judicial, a ser instaurado pela parte que se sentir lesada.
- Criar mecanismos de responsabilização por abuso de autoridade em casos de censura, remoção arbitrária de conteúdo ou restrição injustificada de liberdades individuais.
- Garantir salvaguardas para que nenhuma plataforma seja totalmente suspensa ou tenha seus serviços bloqueados sem estrita observância do devido processo legal, transparência e proporcionalidade.

Objetivo 2:

Proteger a liberdade de imprensa e moralizar a relação do governo com veículos de comunicação

A imprensa livre é condição essencial para o controle social, a transparência e o funcionamento de uma democracia liberal. No Brasil, porém, jornalistas e veículos de comunicação têm enfrentado censuras prévias, remoção de conteúdos, bloqueio de plataformas, além de intimidações judiciais e investigações abusivas. Soma-se a isso a dependência crescente de verbas públicas, que distorce o mercado e cria incentivos para alinhamentos políticos.

Entre as iniciativas que escancaram o cerceamento à liberdade de expressão está o inquérito das fake news, que foi instaurado ilegalmente no STF, sem provocação ou pedido do Ministério Público e com a designação da relatoria pelo próprio presidente¹, sob a justificativa de apurar notícias falsas contra ministros da casa. No processo, o inquérito teve seu escopo ampliado para investigar e punir quaisquer possíveis críticas aos membros da Suprema Corte, abrindo espaço para abusos e perseguições a jornalistas, políticos, empresários e brasileiros comuns, que tiveram sua liberdade de expressão restringida ilegalmente.

¹<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/entenda-as-controversias-do-inquerito-das-fake-news-relatado-por-moraes-ha-mais-de-5-anos/>

Para assegurar um ambiente realmente livre, é necessário criar salvaguardas legais, regulatórias e econômicas que impeçam qualquer governo ou autoridade de restringir, intimidar ou manipular a atuação da imprensa, protegendo tanto jornalistas quanto veículos pequenos, regionais e independentes.

Propostas

- Reforçar na Constituição Federal a proibição absoluta de censura prévia sobre reportagens, opiniões ou conteúdos jornalísticos.
- Tipificar como abuso de autoridade qualquer conduta estatal que impeça, intimide ou restrinja o exercício do jornalismo ou a divulgação de informações de interesse público.
- Proibir a publicidade estatal, exceto campanhas informativas essenciais, com regras claras que impeçam favorecimento político e garantam distribuição técnica e transparente.
- Obrigar todo órgão público a contar com normas claras para credenciamento de veículos de comunicação para acompanhamento de suas atividades, vedando a exclusão de veículo ou jornalista que cumpra os critérios estabelecidos.
- Simplificar e despolitizar a concessão e renovação de rádios e TVs, ampliando a concorrência e reduzindo o poder discricionário do Executivo.
- Descriminalizar a operação de veículos comunitários, retirando da esfera penal possíveis infrações às normas de telecomunicações.

Liberdade de Foro Privado

As liberdades de foro privado dizem respeito às escolhas pessoais que não afetam terceiros e nas quais o Estado deve interferir o mínimo possível. No Brasil, porém, ainda existem obrigações impostas pelo poder público que restringem a autonomia individual — como o voto obrigatório, o serviço militar compulsório e limitações ao direito das famílias definirem a forma de educação de seus filhos.

Ampliar essas liberdades significa fortalecer a responsabilidade individual, respeitar escolhas de vida e aproximar o país das democracias liberais consolidadas.

Objetivo 1:

Revisar a legislação acerca do alistamento militar obrigatório

As Forças Armadas têm um papel essencial para a proteção do país e a garantia da soberania nacional. Contudo, a defesa da pátria não pode ser usada como justificativa para restringir a liberdade individual. Nenhum dever cívico deve nascer da coerção, e obrigar alguém a servir contra sua vontade significa negar o direito mais básico que uma pessoa possui: o de dispor livremente do próprio corpo, tempo e vida.

Atualmente, o Estado brasileiro interfere na liberdade e no destino de homens jovens ao estabelecer punições como o impedimento de prestar concursos públicos ou obter passaporte em caso de não cumprimento do serviço militar obrigatório. Não é razoável que um jovem seja forçado a servir por um ano, mesmo contra sua vontade, perdendo oportunidades educacionais ou profissionais em um momento decisivo para sua carreira.

Propostas

- Alterar a Constituição, tornando facultativo o serviço militar obrigatório em tempos de paz.
- Dispensar da compulsoriedade os jovens que estudam ou trabalham, que poderão servir se assim quiserem.
- Determinar que juntas militares informem aos jovens sobre a possibilidade de alegação de imperativo de consciência.

Objetivo 2:

Regulamentar a educação domiciliar

As famílias devem ter liberdade para escolher a melhor forma de educar seus filhos, desde que sejam garantidos padrões mínimos de aprendizagem e acompanhamento. A educação domiciliar já é realidade em diversos países e pode coexistir com a rede escolar de forma segura, responsável e transparente.

Propostas

- Regular a educação domiciliar no país, definindo critérios claros de registro, acompanhamento e avaliação, garantindo que as famílias tenham liberdade de escolha sem comprometer o direito das crianças à aprendizagem e segurança.

Objetivo 3:

Revisar a obrigatoriedade do voto obrigatório

A participação política é um ato de liberdade, não uma imposição. Países com democracias consolidadas tratam o voto como um direito — nunca como um dever punitivo. Transformar o voto em escolha fortalece a legitimidade das eleições e respeita a autonomia individual.

Propostas

- Tornar o voto facultativo, preservando o direito de participação sem punições.
- Adequar a legislação eleitoral para impedir qualquer tipo de coerção ou penalidade ao eleitor que optar por não votar.

Direito à Propriedade Privada

O direito à propriedade é o reconhecimento de que o fruto do trabalho do homem deve pertencer a ele, e não ao Estado e tampouco a outros indivíduos. Essa é uma das bases da liberdade e da responsabilidade individual, pois apenas quando o cidadão tem garantido o domínio sobre o que conquista é que pode planejar um futuro mais próspero e construí-lo.

No entanto, o Estado brasileiro ainda insiste em interferir nesse direito, criando entraves, tributos e restrições que desestimulam o trabalho, punem o sucesso e impedem que o esforço das famílias se converta plenamente em prosperidade.

Objetivo 1:

Reduzir ou eliminar restrições ao direito à propriedade privada

Instrumentos como tombamentos, mudanças bruscas de zoneamento, imposição de servidões administrativas, restrições ambientais e desapropriações diretas e indiretas esvaziam o direito de propriedade e o uso legítimo do imóvel pelos seus donos, agravado pelo fato de que em vários desses casos o Estado sequer compensa essa perda aos particulares.

Por exemplo, um imóvel pode ser tombado sem aviso prévio ao proprietário e, a partir desse momento, qualquer reforma — trocar uma janela, pintar a fachada, instalar ar-condicionado — passa a depender de autorizações lentas e incertas. Atualmente, há dezenas de imóveis tombados em cidades históricas como Salvador e Rio de Janeiro que estão abandonados, por exemplo, pela burocracia e alto custo de manutenção.¹

Além disso, a forma como os impostos sobre propriedade são estruturados no Brasil cria uma relação instável entre o cidadão e o próprio patrimônio. Mesmo depois de adquirir o imóvel, o proprietário precisa pagar para sempre tributos ao governo, sob risco de perder o bem. Isso transforma a propriedade em algo permanentemente condicionado ao Estado, reduzindo a segurança jurídica e permitindo intervenções que deveriam ser excepcionais.

É preciso redesenhar esses instrumentos para proteger patrimônio, organizar o território e alcançar objetivos públicos sem recorrer automaticamente à limitação do direito de propriedade. Isso inclui reduzir as hipóteses de uso, exigir critérios técnicos claros e garantir proporcionalidade e devido processo. Da mesma forma, tributos como o IPTU — que recaem indefinidamente sobre um bem já adquirido — precisam ser calibrados para não transformar a propriedade em algo instável, sujeito a pressões fiscais e intervenções constantes do Estado.



¹https://www.correio24horas.com.br/colunistas/imoveis-tombados-tombam-pelo-descaso-0225?utm_source=chatgpt.com

Propostas

- Estabelecer de forma clara as hipóteses excepcionais em que o governo pode, mediante compensação prévia e obrigatória, impor qualquer restrição relevante, direta ou regulatória, que reduza substancialmente ou acabe com o valor econômico ou com o uso da propriedade.
- Revisar mecanismos de intervenção municipal, mesmo que de natureza ambiental, na propriedade privada para evitar exigências arbitrárias sobre manutenção, uso e modificação de imóveis urbanos e rurais.
- Revisar o sistema de proteção do patrimônio histórico e cultural com a finalidade de modernizar os institutos jurídicos existentes, como o do tombamento, para reduzir ou eliminar a imposição de restrições aos direitos de propriedade, implementando uma política de incentivos, por exemplo, ainda conciliando a preocupação de preservação da história nacional e as manifestações culturais do povo brasileiro.

Direito à Autodefesa

O direito à autodefesa é parte essencial da proteção da vida, da propriedade e da segurança individual. No Brasil, porém, sucessivas restrições têm dificultado a posse e o porte de armas até mesmo para cidadãos responsáveis, trabalhadores rurais, comerciantes, vigilantes e outros profissionais expostos à violência. Defender a autodefesa não significa ausência de regras; significa garantir que pessoas honestas e aptas tenham meios legais e seguros para se proteger quando o Estado não consegue chegar a tempo, sempre com responsabilidade, fiscalização e critérios objetivos.



Objetivo 1:

Modernizar e dar segurança jurídica às regras de posse, porte e atividades armadas civis

A regulação atual trata o cidadão de bem com desconfiança e cria obstáculos desproporcionais para quem deseja ter uma arma de forma legal e responsável — inclusive CACs, vigilantes armados e trabalhadores de alto risco. A burocracia excessiva e critérios arbitrários para comprovação de “efetiva necessidade” tratam o cidadão comum com desconfiança, mesmo quando cumpre todos os requisitos legais. Além disso, armas antigas, muitas de valor histórico e familiar, permanecem sem possibilidade de regularização, criando insegurança jurídica e desperdício de patrimônio cultural.

Propostas

- Ampliar hipóteses de efetiva necessidade presumida para a posse de armas de fogo, bem como ampliar o número de armas e munições que podem ser adquiridas por civis, incluindo CACs.
- Realizar campanhas de regularização de armas não registradas em períodos anteriores, permitindo que cidadãos com armas antigas ou de valor histórico possam registrá-las e mantê-las legalmente, desde que atendam aos requisitos de segurança e posse responsável.
- Fortalecer e modernizar a segurança privada armada, com regras claras de formação, fiscalização e atuação, garantindo que vigilantes e profissionais autorizados tenham condições adequadas de trabalho e proteção.

Objetivo 2:

Simplificar as regras para autodefesa no campo e aumentar segurança jurídica

Moradores e trabalhadores rurais enfrentam insegurança constante, muitas vezes em regiões onde o Estado está ausente. Ainda assim, o Governo Federal voltou a tratar o cidadão do campo com desconfiança, impondo obstáculos para o acesso à autodefesa. A exigência de comprovar “efetiva necessidade” é um exemplo de burocracia que ignora a realidade de quem vive longe dos centros urbanos e vem, nos últimos anos, voltando a sofrer com o medo de invasões de suas terras por parte de grupos criminosos. O homem do campo deve ter liberdade para proteger sua terra, sua família e o fruto do próprio trabalho.

Propostas

- Reconhecer presunção de efetiva necessidade para a posse e porte de arma de fogo por residentes e trabalhadores em áreas rurais, independentemente da distância de centros urbanos e autorizar sua posse/porte em todo perímetro da propriedade rural, não apenas na área edificada.
- Simplificar o processo de aquisição, registro e renovação de armas destinadas à autodefesa no campo, reduzindo prazos e etapas burocráticas.



Liberdade para Trabalhar

A liberdade para trabalhar é uma das expressões mais concretas da autonomia individual. É por meio do trabalho que as pessoas constroem seu sustento, desenvolvem habilidades, ampliam oportunidades e dão sentido às próprias escolhas de vida. Em sociedades livres, o papel do Estado é garantir que cada indivíduo possa exercer sua profissão sem barreiras artificiais, burocracias excessivas ou privilégios corporativos que cerquem o mercado e limitem o potencial humano.

No Brasil, contudo, o direito de trabalhar ainda é restringido por uma combinação de leis ultrapassadas, regulamentações excessivas e estruturas que tratam o cidadão como incapaz de decidir seu próprio caminho profissional. Profissões sem risco algum exigem autorizações complexas; conselhos profissionais exercem poderes desproporcionais; ambulantes são tratados como infratores, não como trabalhadores.

Promover a liberdade para trabalhar é reconhecer que o Estado deve servir ao cidadão, e não ao contrário. É garantir que toda pessoa tenha a chance de iniciar um negócio, prestar um serviço, aprender uma profissão ou gerar renda sem depender da permissão de grupos privilegiados.

Objetivo 1:

Ampliar a liberdade de trabalho

O Brasil segue entre os países mais restritivos do mundo para o exercício profissional. Além das amarras da legislação trabalhista, milhões de trabalhadores — em especial autônomos, ambulantes, empreendedores individuais e profissionais de baixa renda — enfrentam burocracias excessivas, exigências corporativistas de conselhos profissionais e barreiras legais que limitam sua autonomia. Em muitos casos, fiscalizações arbitrárias e práticas abusivas resultam até em confisco de bens de quem está apenas tentando trabalhar.

Ampliar a liberdade de trabalho significa remover entraves desnecessários, reduzir o poder de grupos que monopolizam profissões, proteger o direito de trabalhar e garantir que nenhum brasileiro seja punido por buscar seu sustento.

Propostas

- Desregulamentar profissões que não envolvam risco à saúde ou segurança, eliminando exigências corporativistas e ampliando o acesso ao mercado de trabalho.
- Limitar o poder regulatório e disciplinar de conselhos profissionais, garantindo transparência, redução de custos e foco exclusivo em atividades que envolvam risco real ao consumidor.
- Proibir o confisco de mercadorias e equipamentos de trabalhadores ambulantes, substituindo práticas arbitrárias por procedimentos proporcionais, educativos e de regularização simplificada.
- Encerrar o monopólio sindical, assegurando liberdade de associação, inclusive a profissionais que desejem não se filiar ou não contribuir para sindicatos.





Defesa e Segurança Nacional

Garantir o desenvolvimento e a prosperidade do Brasil requer a construção de uma visão de segurança ampla e integrada. Isso é especialmente relevante em um mundo marcado por conflitos potencializados pelo avanço tecnológico, gerando ameaças múltiplas e cada vez mais sofisticadas. Pela sua posição geográfica, fazendo fronteira com quase todos os países da América do Sul e estando exposto às crises regionais, o Brasil não pode deixar de aprimorar suas capacidades de garantir a segurança nacional sob uma estratégia que englobe segurança territorial, energética, cibernética e ambiental.

Diante de suas ambições de crescimento e liderança no continente sul-americano, assumir essa posição exige do Brasil um poderio militar robusto e instituições de inteligência capazes de proteger o país em todas as dimensões. A segurança cibernética e energética, em especial, deve ser tratada como prioridade estratégica, pois a vulnerabilidade nessas áreas amplia os riscos de interferência externa e compromete a soberania nacional. Ao mesmo tempo, a disputa global por energia e recursos naturais coloca o Brasil no centro dos interesses de países que utilizam o discurso ambiental para avançar sobre recursos de terceiros, e proteger suas riquezas é questão de soberania, não de ideologia. Sem reestruturar seus sistemas de defesa e inteligência, o país corre o risco de tornar-se peão no tabuleiro de potências estrangeiras, vendo suas instituições e seus recursos explorados. Defender-se é garantir o futuro de uma nação livre e capaz de decidir seu próprio destino.

Para avançar essa agenda, serão abordadas propostas relacionadas às temáticas de **Forças Armadas e Inteligência**.



Papel dos entes:

A União concentra toda a responsabilidade pela Defesa e Segurança Nacional: comanda as Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica), define estratégias de defesa, protege fronteiras, espaço aéreo e águas territoriais, conduz ações e programas de inteligência estratégica, coordena segurança cibernética e participa de acordos internacionais. O Governo Federal planeja e executa políticas de defesa, decide sobre emprego militar, investe em tecnologia e equipamentos e articula ações integradas para proteger soberania, infraestrutura crítica e interesses nacionais.

Os estados não têm atribuições diretas na defesa nacional, mas podem apoiar ações federais quando requisitados. Suas polícias militares e civis atuam exclusivamente na segurança pública interna, podendo cooperar com a União em operações de fronteira, inteligência e proteção civil quando há coordenação federal. Também aplicam, em âmbito estadual, diretrizes nacionais de defesa e participam de ações integradas em situações excepcionais, como operações de GLO ou emergências.

Os municípios não têm papel na defesa nacional. Sua atuação limita-se a apoiar ações federais ou estaduais quando solicitado, organizar a defesa civil local, proteger infraestrutura e serviços essenciais e cooperar em emergências e crises que afetem o território municipal.

Visões para o futuro do Brasil:

- Assegurar a capacidade de proteção de toda a área territorial e das fronteiras brasileiras pelas Forças Armadas.
- Ampliar a capacidade técnica das Forças Armadas para defender a segurança nacional.
- Assegurar que os brasileiros vivam em um país no qual a soberania nacional esteja protegida por sistemas de inteligência eficientes.

Forças Armadas

As Forças Armadas são fundamentais para a proteção das fronteiras e a garantia da soberania nacional, sendo consistentemente reconhecidas pela sociedade brasileira como a instituição pública de maior confiança no país¹. Sua valorização ganha ainda mais importância diante de um cenário global incerto e da probabilidade de conflitos internacionais nos próximos anos, com efeitos que podem impactar o Brasil. Além disso, com mais de 16,8 mil quilômetros (km) de fronteiras, que vão desde as fronteiras secas no Centro-Sul aos rios amazônicos, defender o território nacional se torna um grande e essencial desafio. Por isso, ainda que o Brasil não tenha inimigos internacionais e esteja distante dos grandes conflitos contemporâneos, é necessário fortalecer a visão de longo prazo e as capacidades institucionais da Defesa nacional.

Objetivo 1:

Proteger o Brasil de ameaças iminentes e ampliar a relevância da segurança nacional em discussões públicas

O Brasil carece de uma cultura de valorização das ações de segurança nacional por parte de lideranças políticas, que se reflete no baixo esforço para aprimorar as ações do Estado nessa frente e preparar o país para ameaças regionais e globais.

No atual cenário, trechos de fronteira com alguns países exigem atenção especial, como é o caso da Venezuela. Durante a ditadura de Nicolás Maduro, o país chegou a manter parcerias militares com o Irã para treinamento e fornecimento de tecnologia bélica, além de atuar em colaboração com o narcotráfico latino-americano, que utiliza a Amazônia como parte de suas cadeias logísticas. Embora Maduro tenha sido capturado pelos Estados Unidos, seu regime também reivindicava cerca de 70% do território da Guiana. Diante da inexistência de uma rota terrestre estruturada entre a Venezuela e a Guiana, em razão da selva que ocupa grande parte do território guianense, uma eventual incursão militar dependeria da passagem pelo estado de Roraima, o que mantém a região como um ponto sensível, sobretudo no risco de instauração de um novo regime autoritário em Caracas. Além disso, instabilidades políticas no Peru e na Bolívia, que também são países com intensa atuação do narcotráfico, requerem monitoramento contínuo do Brasil.

¹<https://www.latinobarometro.org/latinobarometro-2024>

Propostas

- Estruturar uma estratégia de defesa das fronteiras ameaçadas por conflitos com o tráfico de drogas e crises políticas em outros países.
- Manter uma comunicação com a sociedade sobre a importância de debater segurança nacional e inteligência como proteção contra diferentes tipos de ameaça interna ou externa à sociedade e ao funcionamento do Estado.

Objetivo 2:

Fazer uma Reforma da Defesa, em diálogo com civis e militares, para aumentar a capacidade institucional e de governança da Defesa do Brasil.

O Brasil ainda precisa constituir uma visão política coesa de longo prazo na Defesa, faltando maturidade institucional e participação da sociedade nas discussões de políticas públicas. Dentro das Forças Armadas, falta integração estratégica entre Marinha, Exército e Aeronáutica, havendo resistências internas e corporativismo que impedem o diálogo e a integração. Por fim, o país ainda carece de articulação com outros setores em uma agenda estratégica de desenvolvimento econômico, científico e da indústria de defesa brasileira.

Propostas

- Sinalizar à sociedade e às Forças Armadas que reformar o setor não é fazer uma auditoria ou revanchismo contra militares, mas um realinhamento de trajetória para melhorar a governança e aumentar a capacidade institucional de proteção do país.
- Promover uma real integração entre Marinha, Exército e Aeronáutica por meio do Estado-Maior Conjunto, estabelecendo doutrinas efetivas de operações conjuntas e estratégias e metas a partir das capacidades institucionais que o Brasil precisa alcançar.
- Conectar o Ministério da Defesa ao planejamento de outros ministérios, como o MDIC e o MEC, em ações de formação de capital humano e pesquisa.
- Promover a formação de quadros civis qualificados para atuar em instâncias de gestão e planejamento estratégico das Forças Armadas.
- Facilitar a conexão entre profissionais, pesquisadores e centros de pesquisa e empresas do setor de defesa.

Objetivo 3:

Reestruturar o orçamento da Defesa, cortando privilégios e priorizando investimentos estratégicos no setor.

Atualmente, o Brasil investe cerca de 1,1% do PIB com Defesa¹, menos da metade da média global, e os recursos não são direcionados a ações de treinamento, equipamentos ou tecnologia. Enquanto os EUA gastam 22% do orçamento de defesa com folha de pagamento², no Brasil, dos R\$77,4 bilhões aplicados em defesa em 2024, 78% foram para gastos com pessoal³, incluindo ativos, inativos e pensões. O Exército gasta mais com viúvas e herdeiros de generais que com soldados⁴, chegando a despender, entre 2018 e 2022, cerca R\$94 bilhões em pensões⁵.

Propostas

- Racionalizar o gasto em Defesa com foco em aumentar a capacidade institucional do setor, usando os recursos para investimento em capacitação, equipamento e desenvolvimento tecnológico.

Inteligência

O setor de inteligência é essencial para um sistema de defesa nacional robusto. Conflitos recentes mostram como nações impõem ameaças a outras de várias formas, como as interferências da Rússia em eleições estrangeiras⁶, ataques hackers a sistemas de energia e acusações de espionagem entre diversos países. O Brasil também já foi alvo, quando o governo e até o avião presidencial foram grampeados pelos Estados Unidos⁷. Por isso, é vital fortalecer a capacidade do Estado brasileiro de responder a ameaças globais com sistemas de inteligência eficientes.

¹<https://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.GD.ZS?locations=BR>

²<https://www.pgpf.org/article/budget-explainer-national-defense/>

³<https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/fernando-nakagawa/economia/macroeconomia/gasto-militar-com-pessoal-no-brasil-e-proporcionalmente-mais-que-o-triplo-dos-eua/>

⁴<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2024/12/11/pensoes-militares-rombo-previdencia.htm>

⁵<https://noticias.uol.com.br/colunas/jose-roberto-de-toledo/2023/05/15/exercito-gasta-mais-com-viuvras-e-herdeiros-de-generais-do-que-com-soldados.htm>

⁶<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cn017j85e2zo>

⁷<https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/07/lista-revela-29-integrantes-do-governo-dilma-espionados-pelos-eua.html>

Objetivo 1:

Modernizar os sistemas de inteligência brasileiros

O Brasil submete sua soberania e a estabilidade institucional a riscos devido à fragilidade do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) e da própria Abin. Falta integração entre ministérios e subsistemas do Sisbin em operações, e as reformulações estruturais nas últimas décadas, como a extinção e recriação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), a transferência de subordinação da Casa Militar e cortes de investimento na Abin, evidenciam a fraca visão estratégica para a Inteligência e a Segurança Nacional. Além disso, os recursos financeiros e humanos são mal utilizados. Na LOA de 2025, os gastos com aposentadorias e pensões civis na Abin ultrapassaram R\$289 milhões. Já os gastos com ações de inteligência e informação totalizam R\$ 84 milhões.

Propostas

- Modernizar a capacidade institucional e a governança do sistema de inteligência brasileiro, garantindo integração efetiva entre órgãos e atuação alinhada aos desafios atuais.
- Melhorar a governança da Abin com a integração com ministérios estratégicos, como Minas e Energia, Relações Exteriores, Meio Ambiente e Segurança Pública, com o objetivo de aprimorar a capacidade de antecipar riscos, obter melhores informações para tomadas de decisão e proteger a soberania nacional.
- Fortalecer a capacidade do SISBIN de identificar ameaças, proteger informações sensíveis e subsidiar decisões estratégicas nacionais, adotando medidas como capacitação das equipes e melhoria da governança do Centro de Pesquisa para Segurança das Comunicações (CEPESC), com foco em resultados concretos.
- Aprofundar a internacionalização das ações de inteligência, aumentando o pessoal e a estrutura física da ABIN para atuação dos agentes na produção de informações.



Objetivo 2:

Aumentar a segurança jurídica das ações de inteligência

O SISBIN e a ABIN foram criados sem o avanço de discussões sobre a operacionalização de ações de inteligência e a sua proteção pelo arcabouço legal brasileiro. Isso se percebe em questões como o uso de identidades de cobertura entrar em conflito com a legislação penal brasileira em relação à falsificação de documentos públicos ou o fato de agentes de inteligência não terem poder de polícia e precisarem de autorização especial para portar armas em missões sigilosas. Por isso, é fundamental rever a legislação que rege todo o sistema de inteligência brasileiro.

Propostas

- Garantir segurança jurídica para que agentes da Abin possam portar armas quando a natureza de suas funções exigir.
- Garantir o direito a identidades de cobertura para agentes da Abin em operações de inteligência.
- Avançar na formalização de instrumentos de identidade funcional consular para agentes da Abin no exterior, vinculando-os à missão diplomática para protegê-los dentro dos mecanismos da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas.



Conclusão

A transformação do Brasil não depende de promessas, mas de políticas públicas eficazes, gestão profissional e compromisso com resultados. O Partido Novo demonstrou, onde governa, que é possível romper com práticas que perpetuam ineficiência, corrupção e privilégios. Agora, o desafio é levar essa experiência e essa forma de fazer política para o Congresso Nacional, às Assembleias Estaduais, Palácios de Governadores e ao Planalto.

Este Caderno de Políticas Públicas Federais e Estaduais consolida um ano de trabalho do Instituto Libertas, com contribuições de mais de 150 especialistas, para oferecer aos candidatos de 2026 e aos futuros deputados, senadores e governadores um conjunto de propostas técnicas, fundamentadas em evidências e alinhadas aos princípios do NOVO: Liberdade Individual e Respeito ao Próximo; Livre Mercado e Direito à Propriedade; Império da Lei e Democracia; Estado Enxuto, Eficiente e a Serviço das Pessoas; Combate à Corrupção e aos Privilégios; e Oportunidades ao Alcance de Todos.

As 17 áreas aqui apresentadas não esgotam os desafios nacionais, mas reúnem soluções testadas que podem gerar impacto positivo real na vida dos brasileiros. Este documento está à disposição como ferramenta de trabalho para campanhas, debates legislativos e formulação de políticas públicas que coloquem o cidadão — e não o Estado — no centro das decisões.

O Brasil que trabalha, empreende e produz merece mandatários à altura. Esperamos que esse Caderno Nacional de Políticas Públicas contribua para formação desse quadro de lideranças que vai transformar o país.

NOVO 